



UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**OS PROFESSORES DA UFRJ E UFF NA MIRA DO SNI: A PRODUÇÃO
DA VIGILÂNCIA ENTRE 1970-1974**

LUANA LIMA DA SILVA

SEROPÉDICA

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Os professores da UFRJ e UFF na mira do SNI: a produção da vigilância
entre 1970-1974**

Luana Lima da Silva

Sob a orientação do Professora Dra.

Surama Conde Sá Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual.

Seropédica, RJ
Novembro de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUANA LIMA DA SILVA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 11/11/ 2022

Banca examinadora:

Dra. Surama Conde Sá Pinto

UFRRJ – Presidente

Dra. Marieta de Moraes Ferreira

UFRJ- Examinadora Externa à Instituição

Dra. Ludmila Gama Pereira

UFRRJ - Examinadora Externa ao Programa

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central / Seção de
Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p Silva, Luana Lima da, 1996-
Os professores da UFRJ e UFF na mira do SNI: a
produção da vigilância entre 1970-1974 / Luana Lima da
Silva. - Japeri, 2022.
193 f.: il.

Orientadora: Surama Conde Sá Pinto.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
História, 2022.

1. ditadura-militar. 2. universidades. 3. SNI. 4.
UFF. 5. UFRJ. I. Pinto, Surama Conde Sá, 1969-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História III.
Título.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus pais Edna e Alenilson.
Vocês são meu porto seguro e a vida da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

O processo que envolveu o ingresso no mestrado até a fase final foi cheio de desafios e transformações. Em 2020 não imaginava que uma pandemia a nível global iria transformar nossa realidade de tal maneira. Trabalhar e estudar durante esse período foi extremamente desafiador, sobretudo diante de milhares de mortes.

A produção dessa pesquisa só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas ao longo desse árduo processo. Agradeço à minha orientadora, Surama, pelas orientações, conselhos e pela compreensão diante do cenário atípico e turbulento que se passou nesses anos de pesquisa. Às professoras Marieta Ferreira e Ludmila Pereira, pelas considerações e contribuições tão enriquecedoras para a construção desse trabalho.

Aos amigos que acompanharam minha trajetória desde a graduação, agradeço imensamente, Gabriel e Luciana, historiadores incríveis que tenho orgulho de chamar de amigos. Ao Igor, que tanto me ajudou a construir a análise dos dados com seu olhar cirúrgico de exatas. Ao meu amigo Christopher, que participou desse processo desde a seleção até a defesa, agradeço por nossas conversas, pela troca, orientação e parceria nessa jornada acadêmica que não foi fácil, a história da baixada ganhou um pesquisador incrível.

Agradeço aos meus filhos de 4 patas, Marrone, meu primeiro amor; Tião, coisa linda de titia e Filó, minha guerreira, que passou por tanta coisa durante essa pandemia. Meus amores, vocês me deram consolo nos momentos de tristeza e me animam a cada dia a seguir em frente.

Agradeço à minha irmã, Lilian, pela parceria, companheirismo e por toda paciência em me ouvir lendo inúmeras vezes os mesmos parágrafos e refletir comigo sobre esse tema e os dilemas da vida.

Ao meu companheiro de vida, Alexandre, agradeço por embarcar nessa aventura junto comigo, me dando todo suporte possível, ouvindo meu choro, ouvindo minhas angústias e sendo meu ponto forte. Sem seu apoio nada disso seria possível.

Por fim, agradeço aos meus pais, que me incentivaram a estudar sem mesmo saber como. Tenho orgulho de ser filha de vocês e ser a primeira da família a concluir a pós-graduação. Tudo será sempre por vocês. Toda minha luta e meu suor sempre será por vocês.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de

*Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) –
Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance
code 001.*

RESUMO

SILVA, Luana Lima da. **Os professores da UFRJ e UFF na mira do SNI: a produção da vigilância entre 1970-1974**. 2022. 193p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa De Pós-Graduação Em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

Este trabalho foi realizado com o objetivo de compreender a produção da vigilância em relação aos professores universitários da UFRJ e da UFF nos anos de 1970-1974. Buscamos analisar os documentos produzidos ou difundidos pelo Serviço Nacional de Informações-SNI, durante a ditadura-militar brasileira em relação aos docentes e compreender como os classificavam, comparando os resultados de ambas as instituições de ensino. Para tanto, atestamos a existência de um perfil dos vigiados, ou seja, os professores com comportamentos considerados suspeitos aos olhos dos agentes de informações. Concluímos que os critérios definidos nesta classificação seguiam o mesmo padrão em relação aos professores das duas universidades, demonstrando que não havia diferença na vigilância promovida para com as instituições abordadas.

Palavras-chave: ditadura-militar, universidades, SNI, UFF, UFRJ, vigilância.

ABSTRACT

SILVA, Luana Lima da. **The professors from UFRJ (Federal University of Rio de Janeiro) and UFF (Fluminense Federal University) as targets of the SNI(National Service of Informations): The production of surveillance between 1970 to 1974.** 2022. 193p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa De Pós-Graduação Em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

The following research aims to comprehend the production of surveillance towards university professors from Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and Fluminense Federal University (UFF) between the years 1970 to 1974. We seek to analyse the documents that were produced and disseminated by the National Service of Informations (SNI) during Brazil's military dictatorship and understand how they were classified while comparing the results from both universities: in other words, the professor whose behaviour's were considered suspicious by the eyes of the surveillance agents. We conclude that the criteria defined by the classification followed the same standard towards professors from both universities, demonstrating that there was no difference in the surveillance made in both institutions.

Keywords: Military Dictatorship; universities; National Service of Information (SNI); Fluminense Federal University; Federal University of Rio de Janeiro, Surveillance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Professores fichados em cada instituição _____	78
Tabela 2 - Frequência de fichamentos por grande área _____	90
Tabela 3 - Cursos por grande área _____	91
Tabela 4 - Cursos por universidade _____	92
Tabela 5 - Número de fichamento por ano e Universidade _____	97
Tabela 6 - Áreas que mais aparecem nos anos com mais fichados _____	98
Tabela 7 - Cursos mais recorrentes nos anos 1971 e 1972 _____	99
Tabela 8 - Tipologia de documento mais recorrente _____	100
Tabela 9 - Órgão que mais produziu documentos _____	101
Tabela 10 - Frequência em que os documentos foram difundidos separados por órgão ____	103
Tabela 11 - Gênero dos professores fichados _____	104
Tabela 12 - Professores da UFF fichados _____	107
Tabela 13 - Professores UFRJ fichados _____	109
Tabela 14 - Professores fichados - UFF 1971 _____	113
Tabela 15 - Professores fichados - UFRJ 1972 _____	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de cabeçalho de Arquivo Cronológico de Entrada _____	73
Figura 2 - Cabeçalho dos arquivos produzidos pelo SNI _____	74
Figura 3 - Informe 038/SISA, 17 de fevereiro de 1970. _____	83
Figura 4 - Pedido de busca nº524/71 SI/01/DSI/MEC/71. 29 de Outubro de 1971, pág. 1.	125
Figura 5 - Pedido de busca nº524/71 SI/01/DSI/MEC/71. 29 de Outubro de 1971, pág. 2.	126
Figura 6 - Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ" - Indicação de nomes para a composição de listas sêxtuplas para a escolha de Diretores. _____	135
Figura 7 - Dados contidos nos ACE _____	143
Figura 8 - Subversão na Universidade Federal Fluminense (UFF) _____	151

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

AC – Agência Central
ACE – Arquivo Cronológico de Entrada
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI – Atos Institucionais
AN – Arquivo Nacional
ARJ - Agência do Rio de Janeiro
ASI – Assessoria de Segurança e Informações
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CGI – Comissão Geral de Investigações
CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
Codi – Centros de Operações de Defesa Interna
COMZAE.3 – Comando da 3ª Zona Aérea
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DOI – Destacamento de Operações Internas
DSI – Divisão de Segurança e Informações
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
EsNI – Escola Nacional de Informações
FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia
IPM – Inquérito Policial-Militar
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MJ - Ministério da Justiça
PB – Pedido de Busca
RPB - Resposta ao Pedido de Busca
SFICI – Serviço Federal de Informações e Contrainformação
SisNI – Sistema Nacional de Informações
SNI – Serviço Nacional de Informações
SUSIEM - Subsistema de Informações Estratégicas Militares
SSOP – Subseção de Operações
SSSI – Subseção de Segurança Interna
UB – Universidade do Brasil

UDF – Universidade do Distrito Federal

UFERJ – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UFE – União Fluminense de Estudantes

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

URJ – Universidade do Rio de Janeiro

USAID – *United States Agency International Development*

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A CRIAÇÃO DO SNI	17
1.1 A Doutrina de Segurança Nacional: aspectos centrais e motivações	17
1.2 A DSN e a Escola Superior de Guerra: A formação dos agentes de informações	21
1.3 A criação do SNI	28
CAPÍTULO II - A UFRJ E UFF, TRAJETÓRIA ATÉ O GOLPE DE 1964	47
2.1 As universidades na década de 1960	47
2.2 A formação da UFRJ e UFF: um breve resgate histórico	51
2.3 O golpe militar de 1964 e as universidades: perseguições, disputas internas e reforma universitária	55
CAPÍTULO III – PROFESSORES NA MIRA DO SNI	68
3.1 O acesso aos dossiês produzidos e difundidos pelo SNI	68
3.2 A produção dos dossiês	72
3.3 Os dossiês do SNI sobre os professores da UFRJ e UFF	89
CAPÍTULO IV – O PERFIL DOS SUSPEITOS	106
4.1 Os professores sob vigilância	106
4.2 A tipologia dos suspeitos	116
4.2.1 Os contrários ao regime ou à “Revolução de 64”	120
4.2.2 Os subversivos	122
4.2.3 Os esquerdistas	132
4.2.4 Os comunistas	138
4.2.5 Os incitadores de alunos	144
4.2.6 Os pertencentes a grupos vigiados	149
4.2.7 Os corruptos	156
4.2.8 Os adeptos ao governo, mas vigiados	156
CONCLUSÃO	164
FONTES	171

INTRODUÇÃO

A ditadura-militar¹ brasileira foi responsável por criar mecanismos de vigilância e controle da sociedade a partir da implementação de um complexo sistema de informações que se ramificou no Brasil e controlou pelo país a circulação de dados e informações sobre os cidadãos. A produção dessa documentação em relação aos professores da UFRJ e da UFF durante os anos de 1970 a 1974 é objeto dessa pesquisa.

Muitos elementos que marcaram o período da ditadura-militar no Brasil, sobretudo em relação ao setor educacional, parecem dar sinais nostálgicos na sociedade do século XXI. Esse flerte com o autoritarismo e com o abandono da democracia em marcha instigou a presente pesquisa a entender mais sobre os anos de chumbo, especificamente entre 1970-1974.

O interesse no tema se deu por conta das recentes transformações na concepção da importância das universidades, visto que elas se tornaram alvo de críticas anticientíficas. Percebendo o avanço de medidas de retrocesso no que tange ao apoio e subsídios para pesquisa acadêmica no Brasil da atualidade, surgiu o interesse em produzir um trabalho que remonte um período em que as universidades foram palco de disputas, vigilância e controle autoritário. A busca por compreender como o Estado vigiava e classificava os professores de acordo com suas percepções e baseados em um perfil muito ampliado de “subversivos” e “comunistas” tornou-se muito instigante. Na atualidade, medidas de cunho semelhantes foram empreendidas com o intuito de cercear a atuação de professores; o projeto de lei “Escola sem partido²” pode ser tomado como um exemplo nesse sentido.

Também ressalto o interesse pessoal em continuar pesquisando as universidades, tema que me cativa desde a graduação³. Nesse sentido, o apreço por pesquisar as universidades sempre me instigou, por conta disso, busquei trabalhar com esse tema na pesquisa de mestrado.

Outro ponto sobre a temática é que na historiografia sobre a relação ditadura e universidades ainda não dispomos de um conjunto de trabalhos que abordem numa perspectiva comparativa a ação do governo em duas universidades federais. Grande parte da

¹ Optamos por utilizar o termo “ditadura-militar” entendendo o processo histórico, sobretudo em relação ao recorte deste trabalho, enquanto movimento capitaneado pelos militares, tal como defende FICO (2017).

² Sobre o tema do projeto “Escola sem Partido” em paralelo à Ditadura Militar, o trabalho de RAMOS e STAMPA (2016) tece uma interessante análise sobre o controle autoritário do trabalho docente no período da ditadura e na proposta da “Escola sem Partido”.

³ Participei de um projeto de extensão que abordou as dificuldades do acesso ao ensino superior na Baixada Fluminense. O projeto “O Custo da Oportunidade”, foi realizado conjuntamente por docentes, discentes e técnicos da UFRRJ e da *Duke University*, sob coordenação dos professores Alexandre Fortes e John French.

produção acadêmica tem se concentrado em discutir as reformas ocorridas durante a ditadura, o papel do Estado e, sobretudo, o movimento estudantil. É também muito frequente estudos de caso, análises que vêm descortinando as políticas e o impacto da ação da ditadura sobre determinadas Instituições de Ensino Superior (IES) ⁴.

Trabalhos que versem sobre os impactos aos professores durante a ditadura ainda são pouco expressivos, menos ainda são os trabalhos que abordam duas universidades de maneira comparativa. Isso despertou o interesse em fazer uma análise comparativa sobre a produção da vigilância contra professores da UFRJ e da UFF.

Visto isso, o presente trabalho buscou preencher essa lacuna historiográfica, contribuindo com a historiografia ao abordar o caso dos professores fichados nos documentos produzidos ou difundidos pelo SNI das duas instituições, a UFRJ e a UFF no período de 1970-1974, a partir de uma abordagem comparativa.

A escolha dessas duas instituições se deve ao fato de sua notoriedade no Rio de Janeiro, gerando interesse em compreender mais a sua história no período da ditadura-militar. Essas duas instituições também ocupam posições importantes nos rankings que medem a qualidade das universidades brasileiras, sendo relevante compreender sua trajetória⁵.

⁴ De acordo com um breve levantamento realizado na plataforma de teses e dissertações da Capes pudemos encontrar os seguintes trabalhos sobre essas temáticas:

Cf. MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). Tese (doutorado) -História social, USP, 2010.

BRITO, Antônio Maurício Freitas. O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968). Tese (Doutorado) História, UFBA, 2008.

PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. Modernização e Repressão: os Impactos da Ditadura Militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974). Dissertação (Mestrado), História, UFES, 2016.

FERNANDES, Luan Aiua Vasconcelos. Professores universitários na mira das ditaduras: A repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981) no contexto das reformas do ensino superior. Dissertação (Mestrado), História, UFMG, 2016.

HOFSTATTER, Marília Da Rocha. O Movimento Estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978- 1985): Memórias de atuações contra a ditadura. Dissertação (Mestrado). História, UFPel. 2013.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979). Dissertação (Mestrado) História, UFPB, 2015.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar. Dissertação (Mestrado) História, UNESP, 2014.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973). Tese (Doutorado) História, UFPR, 2014.

SILVEIRA, Anne Alves da. Sorria, Você Está Sendo Espionado: A Atuação Do Serviço De Informação Na Universidade Federal Da Bahia (1972-1979). Dissertação (Mestrado) História, UFBA, 2019.

SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo. O debate sobre a universidade pública brasileira - 1968/88: autonomia e avaliação. Tese (Doutorado) História Social, USP, 2003.

CARDOSO, Lucileide Costa. Poder e contrapoder: militares e historiadores disputam a memória e a história do regime de 1964. Tese (Doutorado) História, USP, 2004.

⁵ Segundo levantamento realizado pela empresa chinesa Shangai Ranking em 2022, a UFRJ está entre as 401 e 500 melhores universidades do mundo, enquanto a UFF está entre as 701 e 800 melhores a nível mundial. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62548262>. Acesso em: 15/10/2022.

Do ponto de vista cronológico, o período abordado nesta pesquisa foi de 1970 a 1974. O recorte proposto justifica-se por diversos fatores. O primeiro deles foi por decorrência da pandemia do novo Coronavírus – COVID-19, que assolou todo o mundo e gerou a necessidade de fechamento de estabelecimentos públicos e privados, dentre esses, os arquivos, bibliotecas, universidades e outros⁶. Dessa maneira, a proposta inicial desta pesquisa contava com fontes que se encontram nos arquivos das universidades UFRJ e UFF⁷.

A impossibilidade de acesso às fontes acima citadas gerou a busca por alternativas que estivessem disponíveis online. Desta maneira, optou-se pelas fontes do Fundo do Serviço Nacional de Informações, visto que essas constam digitalizadas e disponíveis para consulta na plataforma de pesquisas do Arquivo Nacional.

No acervo do SNI, a grande maioria das fontes sobre professores universitários das duas instituições durante a ditadura, se refere à década de 1970, o que acabou delineando o recorte do presente trabalho. Ademais, o recorte representa um momento importante na história da ditadura-militar, por tratar-se de uma fase que corresponde ao que a produção acadêmica define como fase de endurecimento do regime. Nesse momento houve um aumento da repressão a partir do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, que governou de 1969-1974, ficando conhecido como “anos de chumbo”. Também o SNI se tornou mais eficiente e pujante durante o governo de Médici⁸.

No início da década de 1970, momento em que o Ato Institucional n. 5, AI- 5⁹, de dezembro de 1968, já havia iniciado sua onda de perseguição, diversos professores universitários foram aposentados compulsoriamente e outros demitidos, gerando um clima ainda maior de terror nas universidades brasileiras, nesse que foi considerado o “segundo ciclo repressivo”. O cenário decorrente desses expurgos representa um excelente campo para análises capazes de demonstrar as ações de vigilância do Estado para com as universidades, visto que a grande maioria dos professores considerados “inimigos” já haviam sido expurgados, seja após o golpe com a Operação Limpeza, ou após o AI-5.

Segundo o RUF - Ranking Universitário Folha, a UFRJ ocupa o 3º lugar entre as melhores universidades do país, já a UFF, ocupa a 17º posição. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 05/10/2022.

⁶ As universidades iniciaram a quarentena em março de 2020.

⁷ Atas de reuniões, quantitativos de alunos e professores, ofícios e outros documentos.

⁸ Neste período são criados órgãos como as AESI que funcionavam dentro das universidades, também foi criada a Escola Nacional de Informações, em 1971, que formaria ainda mais agentes para atuar no SNI.

⁹ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. (D'ARAUJO, Maria Celina. CPDOC) Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 24/02/2021

Também nessa década foram criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informação, em 1971. Elas funcionavam no interior das universidades e cumpriam o papel de garantir uma vigilância mais efetiva, feita de perto. As AESIs auxiliavam na vigilância, aplicação da censura e mesmo na triagem ideológica feita entre os membros das universidades que concorriam a uma vaga para trabalhar. Dessa maneira, as AESIs eram responsáveis por manter o diálogo entre as universidades e as Divisões de Segurança e Informações (DSI), que por sua vez, estavam em contato com o SNI (MOTTA, 2008).

Embora não seja possível analisar as fontes das AESIs, visto que não se encontram disponíveis online, saber que havia esse “braço da comunidade de informação” atuando dentro dos campi universitários nos ajuda a melhor delinear o cenário de constante e estreita vigilância vigente na década de 1970. Por fim, o recorte selecionado vai até o ano de 1974, momento em que se encerra o ciclo de maior repressão da ditadura e inicia-se uma nova fase de abertura política. Assim, a delimitação do recorte da pesquisa cumpre a função de perscrutar a produção da vigilância, que em certa medida, visou manter o controle sobre as universidades, afastando de forma incisiva aqueles que eram considerados “inimigos”.

Durante a ditadura, os professores universitários sofreram represália por motivos simples do dia a dia da sala de aula; abordar qualquer crítica ao capitalismo, comentar questões de política internacional, ou mesmo desaprovar alguma ação do Estado já era suficiente para o professor se tornar alvo da vigilância dos órgãos de informação. Diante disso, percebemos a importância de compreender a vigilância e controle exercido pelo Estado através das fichas produzidas ou difundidas pelo SNI.

É importante salientar que essas produções ajudaram a legitimar a tomada de ações dos órgãos repressivos, ou seja, a ficha do professor com sua trajetória de atuação era a base de tomada de decisões para seu expurgo, aposentadoria ou prisão.

Nesta perspectiva, esta dissertação tem como objetivo compreender como foi construída, nos dossiês do SNI, a vigilância sobre os professores das duas universidades, UFRJ e UFF. Dessa maneira, vimos como a comunidade de informações produzia os dossiês sobre os professores universitários.

Assim, analisamos, aos olhos do Estado, como os professores das duas instituições de ensino, UFRJ e UFF eram classificados e retratados nestas fontes. Observamos quais elementos foram privilegiados para classificar os professores, bem como quais conjuntos ou ausência de ações eram listados nas fichas contra os docentes.

Por fim, averiguamos a existência de um perfil dos professores vigiados, a partir da análise do conjunto de classificações mais utilizadas nos documentos. Vimos quais professores eram considerados suspeitos, subversivos, comunistas e as demais classificações empregadas contra os mesmos.

A apuração desses dados cumpriu o objetivo de comparar as semelhanças e diferenças existentes entre as fontes que retratam professores da UFRJ e da UFF, observando se o perfil dos suspeitos variava de acordo com a universidade.

Para desenvolver este trabalho nos debruçamos nas contribuições de alguns autores e obras. Elencamos as contribuições dos trabalhos que versem sobre dois grandes temas: os órgãos de informações da ditadura e sobre a educação superior neste período, isto porque este trabalho se insere entre esses dois grandes temas.

Em relação ao primeiro tema os seguintes autores fornecem compreensões que nos ajudam a entender o surgimento e a atuação dos órgãos de informações durante a ditadura, Figueiredo (2005)¹⁰; Antunes (2002)¹¹ e Fico (2001)¹².

Figueiredo (2005) tece uma análise vislumbrando a construção do serviço secreto brasileiro, de 1927 até a criação do SNI em 1964. Este estudo nos permitiu compreender a formação e atuação dos órgãos de vigilância no Brasil em sua gênese, abordando sua atuação e seus agentes. Em especial nos capítulos que se debruçam sobre o período da ditadura-militar, pudemos compreender a dinâmica interna desses órgãos.

O autor, ao utilizar vasta documentação oficial como Ofícios, Manuais, documentos produzidos pela Escola Superior de Guerra - ESG, Leis e Decretos, apresenta a complexa construção do aparato vigilante que foi construído no Brasil, bem como a conjuntura em que se expressa tal criação.

Antunes (2002) remonta a organização e atuação desses órgãos de informações, o que permitiu orientar a análise das fontes utilizadas na pesquisa, além de fornecer elementos para compreender e melhor abordar a lógica de atuação dos serviços de informação.

O mesmo pode ser dito em relação às contribuições de Carlos Fico (2001), o autor faz abordagem minuciosa sobre o processo de formação da estrutura que compunha a comunidade de informações durante a ditadura-militar, a gênese da estrutura policial-burocrática-autoritária, a formação das redes de espionagem, informação, operações policiais

¹⁰ Cf. Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

¹¹ Cf. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

¹² Cf. Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política, Rio de Janeiro: Record, 2001.

que realizavam capturas e interrogatório daqueles considerados inimigos do regime. A partir desse trabalho, podemos vislumbrar o eficiente e complexo aparelho de informação e repressão montado no Estado durante a ditadura-militar.

Fico retrata também a criação do SNI, da Escola Superior de Guerra, a estrutura de espionagem, bem como a criação das Divisões de Segurança e Informações – DSI, e ASI nos ministérios. Muito embora o foco do livro seja a análise da DSI do ministério da Justiça, a reconstituição dos outros órgãos, divisões e assessorias abordadas por Fico nos dão uma ampla visão de como funcionava essa comunidade de informações. Ademais, Fico permitiu vislumbrar que havia certa aversão dos militares em relação aos intelectuais.

Essa produção nos ajudou a nortear a análise das fontes escolhidas para estruturar essa dissertação, à medida que compreendemos o ponto de vista dos militares e funcionários da comunidade de informações, responsáveis por redigir os dossiês que serão analisados neste trabalho. Fico aponta que:

Professores também eram constantemente perseguidos, e a aposentadoria era a arma que as comunidades de segurança e de informações - mas também governadores - usavam contra aqueles que fossem tidos como "esquerdistas", classificação que certamente serviu para encobrir perseguições as mais diversas. (FICO, 2001. p. 189).

A fim de compreender a reformulação da DSN pela Escola Superior de Guerra – ESG, os seguintes trabalhos foram utilizados como referência: Fernandes (2009)¹³; Borges (2007)¹⁴.

Ananda Simões Fernandes demonstra, através dos manuais elaborados pela ESG, o desenvolvimento da doutrina no Brasil, a geopolítica do Brasil e a importância e influência do general Golbery do Couto e Silva para tal feito. A autora aponta como as premissas da Doutrina de Segurança Nacional foram instrumentalizadas para a elaboração de um treinamento das forças armadas que prezasse pela garantia da segurança interna do país frente aos avanços do comunismo.

Os ideais anticomunistas advindos desde a década de 1930 nortearam o pensamento de uma camada dos oficiais das Forças Armadas e, somados à influência da Doutrina de Segurança Nacional - DSN fizeram morada na formação de gerações de militares que atuaram no serviço secreto brasileiro durante a ditadura.

¹³ Cf. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856.

¹⁴ Cf. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. (org.) O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

O Serviço Secreto brasileiro, após o golpe de 1964, ganhou autonomia sem igual ao criar um órgão como o Serviço Nacional de Informação- SNI. A profusão de ideias inerentes ao campo educacional foi vista por setores conservadores como ponto estratégico de manutenção da Segurança Nacional, por conta de sua capacidade de influenciar ideias e gerar pensamento crítico.

Borges (2007) discorre sobre a Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares; de acordo com o autor, a Doutrina de Segurança Nacional – DSN, foi criada no contexto da Guerra Fria com o intuito de fortalecer o bloco capitalista frente aos avanços dos ideais comunistas na América. “A Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais” (BORGES, 2007. p.24).

Havia em curso uma nova abordagem dos militares em relação à guerra, porque agora o inimigo seria interno e dessa maneira isso mudou a articulação dos dirigentes do regime em relação à sociedade. O autor demonstra que a DSN foi instrumentalizada enquanto base ideológica da ditadura-militar brasileira e pautou a criação de aparatos de vigilância e repressão no Brasil. A guerra instaurada, segundo essa perspectiva, era uma guerra ideológica. Era necessário, aos militares, conhecer o inimigo, investir no controle de informações a fim de barrar as ideias consideradas “subversivas” e “comunistas”. A partir disso, podemos compreender a lógica que baseou a criação do SNI e formou os agentes que atuavam produzindo informações sobre os professores universitários.

Em relação às universidades e à ditadura, lançamos mão de um conjunto de análises como os trabalhos de Motta (2014)¹⁵; Pereira (2016)¹⁶; Ferreira (2012; 2013)¹⁷; ADUFF (2018)¹⁸.

Rodrigo Motta (2014) faz um exaustivo trabalho de resgate das contradições que permearam a ditadura militar e seu projeto de modernização conservadora. Este trabalho nos ajuda a vislumbrar a escalada autoritária do Estado em relação às universidades. Motta utiliza uma gama de fontes, e traz diversos dados dos expurgos que nos ajudam a compreender a ação do Estado nas universidades.

¹⁵ Cf. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁶ Cf. Nenhuma ilha da liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

¹⁷ Cf. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, p.611-636;

A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

¹⁸ Atitudes de rebeldia: as formas da Universidade Tecnocrática, o aparato vigilante/repressivo e as resistências dos professores da UFF durante a ditadura. Rio de Janeiro: Usina Editorial, 2018.

Sobre a UFRJ, são muito importantes os trabalhos de Marieta Ferreira (2012; 2013), visto que nos ajudaram a compreender como o Estado atuou nesta instituição, em especial na FNFi e no curso de história. A autora aborda a constituição do campo disciplinar da história e os acontecimentos que marcaram a conjuntura da instituição durante, inclusive na década de 1960. Através desse trabalho pudemos vislumbrar as redes de relacionamentos e os conflitos internos¹⁹, pontos importantes que as fontes também revelam, o que permitiu compreender as entrelinhas dos documentos analisados neste trabalho.

No que tange a experiência da UFF durante a ditadura, são escassos os trabalhos, revelando, mais uma vez, a necessidade de contribuir na construção de abordagens sobre essa temática. O trabalho de maior relevância sobre este tema é a tese de doutorado de Ludmila Gama. Neste trabalho a autora aborda a presença do controle autoritário da ditadura no interior da UFF, comprovando que lá também existiu a repressão, violência e uso do autoritarismo como ocorreu em outras universidades²⁰. Desta maneira, nos debruçamos sobre seu trabalho para averiguar as ações do Estado nessa universidade.

Ao analisar os arquivos da ASI/UFF, Pereira concluiu que houve uma mediação direta desse órgão em relação à contratação de professores, investigação nas aulas, vigilância às movimentações estudantis e também a prática repressiva para com estes quando necessário ao seu entender. Uma conclusão crucial que dá nome ao título da tese é a de que a UFF não foi uma “ilha de liberdade”, visto que este trabalho constata a ação da ditadura diretamente no interior desta universidade, vigiando e reprimindo. Pereira também averiguou no acervo da ASI/UFF uma lista com nomes de professores que foram aposentados ou presos, possivelmente por conta do decreto-lei 477²¹. Essas informações muito nos ajudam a compreender a produção da vigilância feita pelo SNI, tendo em vista que a ASI era submetida ao SNI e recebia as informações por elas produzidas.

Ainda sobre a UFF, o trabalho desenvolvido pela Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – ADUFF é uma das mais recentes contribuições na historiografia em relação à ditadura-militar e seus impactos na UFF. Lançado em 2018, no ano em que a ADUFF completou 40 anos de existência e também 50 anos após o AI-5, o livro

¹⁹ Através de entrevistas a professores dessa instituição, a autora remonta a trajetória docente e também da universidade.

²⁰ A autora busca romper com o mito da “ilha de liberdade”, a falsa ideia de que a UFF não teria sofrido com as ações da ditadura.

²¹ Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28/02/2021.

discorre sobre diversos pontos cruciais que nos ajudaram a compreender a perseguição de professores durante a ditadura. Abordando pontos como o processo de implementação do ensino tecnocrático, as formas de atuação do aparato vigilante/repressivo na UFF, bem como as formas de enfrentamento da UFF diante deste cenário.

Em relação às fontes e a compreensão dos seus jargões, o Arquivo Nacional publicou um glossário contendo o vocabulário utilizado pelos órgãos de informação e repressão durante a ditadura-militar, sob a autoria de Vivien Ishaq, Pablo Franco e Teresa Sousa²². Nele, é possível compreender a linguagem, jargões, termos e conceitos utilizados pelos militares nos documentos da comunidade de informações. Como fonte, utilizaram diversos órgãos, mas o principal deles foi o SNI. Através dos verbetes, pode-se empreender uma análise crítica das fontes, observando a escolha das palavras, conceitos e termos, tecendo uma visão que possa compreender a intenção passada na informação dos dossiês sobre os professores das duas instituições aqui analisadas. Esse acervo, segundo os autores, é riquíssimo, pois

Este manancial de informações, confiável ou não, era a fonte analisada pelos agentes do Estado e a base para a definição de estratégias e de operações policiais que tinham o objetivo de neutralizar e eliminar a ação inimiga. Eram estes os registros que iriam fundamentar os processos no Conselho de Segurança Nacional (CSN), na Polícia Federal e em outras instâncias, fazendo com que as pessoas já presas fossem acusadas formalmente e julgadas com base nestes dados. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012. p. 24).

Dessa maneira, ao analisar essas fontes, partindo da compreensão desses verbetes, podemos compreender a base de tomada de decisão dos órgãos militares repressivos. Os dossiês ajudavam a legitimar e respaldar as ações do Estado para com os seus “inimigos subversivos”.

Diante disso, buscamos compreender algumas questões como: De que forma o Estado via a atuação dos professores vigiados? Como esses professores eram classificados? Qual era o perfil dos vigiados? Havia semelhanças e diferenças na produção da vigilância para com as duas universidades?

Partimos da hipótese de que havia um perfil de professores que interessava aos órgãos de informação e que esses compunham o quadro de professores fichados no SNI. Tanto os professores da UFRJ, quanto os professores da UFF receberam atenção e vigilância dos agentes dos órgãos de informação e cumpriam algum tipo de requisito para estar sendo vigiado, como por exemplo: criticar o governo, debater em aula algum aspecto de teorias

²² Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, no. 2, p. 29-42, jul/dez 2008.

marxistas, ser ou parecer ser comunista; integrar a rede de amizade de alguém que já estivesse sendo vigiado por estes órgãos.

Embora haja uma ideia de que a UFF não sofreu com a ditadura²³, as fontes levantadas para esta pesquisa e o trabalho de outros autores demonstram que esta universidade esteve na mira dos militares, tal como outras instituições. Ou seja, havia na UFF tanto quanto na UFRJ professores que cumpriam algum tipo de requisitos para serem enquadrados como subversivos, comunistas ou outras classificações desenvolvidas pelos agentes dos órgãos de informações nos documentos.

Com isso, analisamos 63 documentos que citavam professores da UFRJ e da UFF. As fontes utilizadas neste trabalho são documentos do tipo Documento de informações, Encaminhamento, Extrato de Prontuário, Informação, Informe, Pedido de Busca e Resposta ao Pedido de busca.

Esses documentos, em sua maioria, faziam parte de um dossiê temático ou nominal. Esses dossiês eram arquivos contendo diversos documentos que iam sendo acumulados e difundidos entre os órgãos de informações. Quando precisavam de alguma informação sobre alguém, logo os dossiês eram consultados; caso não houvesse a informação a comunicação entre os órgãos tratava de pedir aos demais órgãos os dados necessários caso estes existissem.

Nesta lógica, a chamada comunidade de informações movimentou milhares de documentos ao longo da ditadura-militar, vigiando e controlando os cidadãos. No caso dos professores, tal produção era responsável por respaldar a renovação de contratos, concessão de licenças para estudar fora e permissão para assumir cargos dirigentes. A burocracia da produção da suspeita fez parte do cotidiano das universidades durante o período autoritário.

Os documentos analisados foram selecionados com base em variáveis como: universidade, ano e nome de professores que apareciam nos documentos; estes nomes eram novamente pesquisados em busca de novos resultados. Desse modo, foram encontrados 63 documentos sobre professores da UFRJ e da UFF, embora esse número não represente a totalidade dos documentos existentes. Uma busca com novas variáveis, em diferentes arquivos, ou com palavras-chave diferentes pode gerar novos resultados e propiciar o surgimento de novas pesquisas.

A metodologia utilizada para analisar essas fontes pautou-se em catalogar as principais informações contidas nos documentos como: nome dos citados, universidade, curso, grande

²³ Ludmila Pereira (2016) contesta essa afirmação em sua tese, demonstrando, através de diversas fontes, que a ditadura-militar afetou a UFF tal qual outras universidades, desmistificando a ideia de tal universidade ser uma “ilha de liberdade”.

área, ano, órgão que criou os documentos, órgão para qual foram difundidos, assunto, resultados e resumo do conteúdo.

Após a catalogação, foi construída uma análise dos conteúdos, observando a recorrência de classificação dos professores de acordo com termos empregados pelos agentes de informações que redigiram tais fontes. Percebemos, com a pesquisa, que havia uma tipologia dos suspeitos, ou seja, havia classificações mais recorrentes contra esses professores, como “subversivos”, “comunistas”, “esquerdistas”, “incitadores de alunos”, “corruptos”, “contrários ao regime”, “pertencentes a grupos vigiados” e os “adeptos ao regime, mas vigiados”. A partir de então, pudemos atestar a hipótese de que havia um perfil dos suspeitos e que os professores que se enquadrassem nos requisitos de suspeitos passavam a ser vigiados pelos órgãos de informações e, sobretudo pelo SNI.

Após o resultado dessas questões que analisamos nas fontes, utilizamos o método comparativo para compreender se houve diferença na classificação dos professores a depender da universidade; analisamos qual das universidades teve mais professores fichados; qual a decorrência dos professores nessas fichas e outras variáveis empregadas no processo de análise das fontes. Analisar as fontes e comparar os resultados desta análise em relação às duas universidades permitiu uma visão nova sobre a temática. Nesse sentido, a instrumentalização do método comparativo para a realização da pesquisa permitiu uma diferenciada observação da realidade histórica simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças entre essas variáveis.

A pretensão com a utilização desse método foi examinar se havia diferenças nas ações do Estado para com as universidades, através da vigilância e como se deu essa vigilância, através das fontes. Pudemos atestar que os professores das duas instituições recebiam as mesmas classificações de acordo com o conjunto de ações consideradas um risco à Segurança Nacional pelos agentes de informações.

Vimos que essas classificações seguiam a lógica da DSN e correspondiam ao que Napolitano (2004) ²⁴ definiu como a “prática da suspeição”. Desse modo, os agentes de informações precisavam não somente encontrar os professores suspeitos, mas também criavam suspeitas para a própria manutenção do sistema de informações.

Por fim, os casos experimentados nesse trabalho podem ser ampliados, em outro momento, para novas pesquisas em escala maior, compreendendo outras variáveis através da comparação. A escolha por comparar, além de ser responsável por preencher uma lacuna

²⁴ A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, p.103-126, 2004.

historiográfica, possibilitou compreender, não somente elementos descritivos da situação dessas instituições no cenário da ditadura, mas o que esses traços em comum dizem sobre a produção dos dossiês feitos pelos agentes do Estado.

No desenvolvimento das questões supracitadas estruturamos a dissertação em quatro capítulos.

No capítulo I - A Doutrina de Segurança Nacional e a criação do SNI, discutimos a influência da DSN para a construção ideológica do SNI. A DSN, no contexto da Guerra Fria, surgiu enquanto uma estratégia do bloco capitalista contra os avanços do comunismo. Desse modo, alinhado a esses ideais, o Brasil incorporou essa doutrina na formação dos agentes na Escola Superior de Guerra. Esses agentes fizeram parte, posteriormente, dos quadros do SNI, vigiando e controlando a produção de informações sobre os professores universitários. Somado a isso, este capítulo tem o objetivo de demonstrar como surgiu e se organizou o SNI.

No capítulo II - A UFRJ e UFF, trajetória até o golpe de 1964, buscamos analisar a construção das duas instituições. O objetivo é demonstrar como o percurso das duas universidades até o golpe de 1964 influenciou para compreendermos a produção de documentos com resultados discrepantes entre as duas.

No capítulo III - Professores na mira do SNI, vimos as fontes sobre os professores que tornaram-se alvo do SNI através dos documentos produzidos ou difundidos por este órgão. Nele são analisados resultados dos dados sobre estes professores fichados. Buscamos compreender e responder algumas questões sobre a vigilância aos professores.

Por fim, o capítulo IV - O perfil dos suspeitos, é feita uma análise mais aprofundada das fontes, buscando delinear a existência de um perfil dos suspeitos. A proposta é elucidar as classificações utilizadas para se remeter aos professores, comparando os casos da UFRJ e da UFF.

CAPÍTULO I - A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A CRIAÇÃO DO SNI

O Serviço Nacional de Informações - SNI foi criado durante a vigência da ditadura-militar brasileira e teve papel crucial na elaboração e difusão de informações utilizadas pelos militares contra seus opositores.

Neste capítulo veremos as bases do SNI, através da compreensão da importância da Doutrina de Segurança Nacional e da formação dos agentes de informações na Escola Superior de Guerra - ESG para a prática deste órgão. Por fim, veremos como se deu a implementação do SNI na conjuntura da ditadura.

1.1 A Doutrina de Segurança Nacional: aspectos centrais e motivações

Antes de analisar como o Sistema Nacional de Informações foi criado e organizado, é primordial entender a importância da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) na conjuntura da Guerra Fria e seus impactos na América Latina, em especial no Brasil.

A DSN surgiu nos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, enquanto uma ideologia que concebia a noção da existência de uma guerra permanente que assolava os países ocidentais em relação ao comunismo. Nesse momento, a doutrina pôde ser pensada como uma arma contra uma guerra dada não no campo físico, com homens armados em campo de batalha, mas no campo da batalha das ideias, um combate entre distintos projetos de sociedade. (BORGES, 2007)

A DSN foi responsável por nortear e balizar a organização do sistema de informações brasileiro, bem como legitimar o governo militar instaurado após o golpe de 1964. Foi também um dos elementos fundamentais que nortearam o pensamento dos militares antes e durante a Ditadura Militar.

Em grande medida, isso se deu por conta de uma mudança na concepção de segurança nacional durante o período da Guerra Fria:

A rigor, os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional têm suas origens na noção de segurança coletiva que se inscreve na concepção de uma segurança hemisférica enunciada pela Doutrina Monroe, de 1823. Esta segurança coletiva se afirmou, sobretudo, em face da ameaça comunista, o que obrigou os norte-americanos a promover uma aliança interamericana de defesa contra a subversão inimiga. Na esteira dessa aliança, os Estados Unidos enviaram, a partir de 1942, missões militares para diversos países da América Latina, inclusive o Brasil, e

lançaram um programa de assistência militar. Assim, desde aí, a segurança dos Estados Unidos esteve ligada à segurança do bloco ocidental, uma vez que, com o clima permanente de guerra fria, um sistema de segurança isolado não era mais admissível no mundo capitalista. (BORGES, 2007. p.24).

Nesse sentido, manter sob sua órbita de segurança os países que eram também contrários aos avanços do comunismo, passou a ser uma das maiores estratégias empreendidas pelos Estados Unidos. A expansão da Doutrina de Segurança Nacional norte-americana para a sua zona de influência na América como um todo influenciou a formação e ideologia político-militar brasileira desde finais da década de 1940 (HERÉDIAS; MACIEL, 2019).

Diante disso, esse conjunto de postulados de geopolítica passou a ser amplamente disseminado pela América Latina, sobretudo, entre as décadas de 1950-1960:

Nessa região, a Doutrina foi difundida por meio de acordos e tratados militares (tal como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR) e, especialmente, por meio das escolas militares, as quais permitiam aos EUA assessorarem na formação dos oficiais das Forças Armadas (FFAA) em países latino-americanos) (ROUQUIÉ, 1984 *apud* HERÉDIAS; MACIEL, 2019. p. 1)

Por conta disso, a DSN, enquanto ideologia, foi amplamente difundida nas instituições militares da América. Nas ditaduras militares que foram instituídas no Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina entre as décadas de 1960 e 1970, a DSN se fez presente com suas diretrizes norteadoras. A noção de guerra total condicionou a segurança nacional brasileira à percepção de que o comunismo se apresentaria enquanto ideologia expansionista e autoritária, tornando-se uma ameaça aos objetivos nacionais de democracia, paz, integridade territorial e soberania.

Esse inimigo deveria ser combatido com a mesma força com que atuaria, não se diferenciando civil e militar, e é nessa lógica que o poder nacional age – com o intuito de revestir toda a nação em torno de um fim militar – e que é construída a estratégia nacional, dentro de uma dinâmica de guerra total. (HERÉDIAS; MACIEL, 2019. p. 3)

Segundo Fernandes (2009), essa doutrina também enumerava as três formas de guerra, presentes na base da elaboração da guerra total, que percebia o conflito contra o comunismo enquanto permanente. Estas são: guerra generalizada, fria e revolucionária.

Na guerra generalizada ela seria absoluta, ou seja, a destruição do inimigo se baseia numa questão de sobrevivência, além disso, a guerra atômica seria a sua última consequência. Já a guerra fria, é um embate diferente, tratado nos campos político, econômico, social, cultural, militar, ideológico e psicológico, contudo, evita-se o confronto armado direto. E foi essa forma de guerra que marcou o conflito entre os Estados Unidos capitalista e a União

Soviética socialista. Por fim, a guerra contra revolucionária foi a noção que vigorou nos conflitos latino-americanos:

Na lógica da DSN, qualquer movimento, fossem guerras de libertação nacional ou de caráter reformista, era percebido como guerra revolucionária. Dentro dessa perspectiva, todas as lutas e formas de contestação eram percebidas como movidas pelo comunismo. Através da guerra revolucionária, a União Soviética estenderia seus domínios sobre o Terceiro Mundo (FERNANDES, 2009. p. 840).

Os ideais da DSN também apontavam para o entendimento de guerra revolucionária da Escola Superior de Guerra de Paris que seria uma guerra:

[...] elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e praticada por movimentos revolucionários diversos que visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações, com a ajuda de técnicas particulares, apoiados numa mística e seguindo um processo determinado. Tal doutrina pode acomodar-se a todas as formas de guerra (MARTINS FILHO, 2003 *apud* FERNANDES, 2009. p. 841).

Tendo esse entendimento como base, a ação antirrevolucionária deveria ser eficiente e contaria também com o apoio civil. Esse fundamento apontava que o governo seria mais eficiente ao povo do que um processo revolucionário. Neste sentido, os esforços dos militares e também da sociedade deveriam estar voltados para derrotar os revolucionários.

Borges (2007) aponta que a DSN utiliza quatro conceitos principais: objetivos nacionais; poder nacional; estratégia nacional e segurança nacional. Diante disso, os objetivos nacionais são permanentes, objetivos políticos resultados da interpretação de interesses e aspirações nacionais; os objetivos atuais são o resultado da análise conjuntural dos aspectos que atrapalham o cumprimento dos objetivos nacionais. Já o poder nacional diz respeito ao instrumento que é utilizado pela política com a finalidade de alcançar os objetivos nacionais. Assim, a estratégia nacional, seria a forma que preparam e aplicam o poder nacional com o propósito de alcançar os objetivos delimitados pela política nacional. Por fim, a segurança nacional versa sobre a capacidade que o Estado concede à nação para que seus objetivos sejam impostos aos movimentos, grupos e segmentos oponentes. Diante do exposto, tais conceitos revelam a lógica de atuação, com base em características específicas em cada país, da Doutrina de Segurança Nacional. Esse entendimento possibilita uma melhor compreensão das ações do Estado que são baseadas na DSN.

Os conceitos da DSN passaram a ser amplamente difundidos nas escolas militares e compunham a base teórica e ideológica dos militares. De acordo com o historiador Carlos Fico (2001), tais conceitos passaram a configurar uma “memória” valorizada de certos fatos, possibilitando justificar e enaltecer a existência do sistema de segurança brasileiro. Segundo o

autor, a noção de guerra interna seria uma das principais bases dessa memória, corroborando para identificar o inimigo interno e também superestimar a sua capacidade ofensiva diante da sociedade.

Somado a isso, Fernandes (2009) aponta que a DSN também se fundamentava na segurança nacional enquanto mecanismo de defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental. Com isso, ela seria uma resposta ao “comunismo ateu”, baseado nos ideais anticomunistas:

No campo econômico, a ideologia da segurança nacional era “um instrumento utilizado pelos setores dominantes, associados ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (ALVES, 2005: 27 *apud* FERNANDES, 2009. p. 837-838).

Dessa maneira, a DSN moldava os diversos setores da sociedade em prol de uma vontade maior. Uma das medidas utilizadas para isso foi a utilização de conceitos-chave para fundamentar suas ações contra o “inimigo interno”.

O conceito de comunismo foi amplamente utilizado pelos militares para acusar ou justificar ações repressivas contra os seus “inimigos”²⁵. Isso foi possível graças a uma flexibilização desse conceito, aumentando sua amplitude e dando margem para sua interpretação de variadas maneiras:

Qualquer alteração na compreensão de um conceito repercute imediatamente na extensão do mesmo. Ou seja, se modifico a delimitação do conceito – isto é, se à compreensão do conceito acrescento esse aspecto e não outro – isso possibilita que certos casos ou objetos, e não outros caibam no conceito proposto. (BARROS, 2016. p. 73).

Conforme aponta Barros (2016), a extensão e compreensão do conceito repercutem diretamente no que se entende e no que virá a caber na sua definição.

A DSN utilizava o conceito de comunismo de maneira ampla, permitindo com que diversas ações e comportamentos se enquadrassem em ações comunistas ou “comunizantes”, gerando margem de ação aos órgãos repressivos:

A flexibilização do conceito de comunismo, ou seja, a sua amplitude, é a base ideológica para fundamentar um dos conceitos-chave da DSN: o do “inimigo interno”. Partindo da premissa de que o comunismo não seria estimulado via uma agressão externa, mas, sim, insuflado dentro das fronteiras nacionais de cada país, esse conceito é fundamental para explicar e legitimar as medidas tomadas pelos governos ditatoriais. Como bem destacou Comblin, a indefinição do “inimigo

²⁵ Exemplo disso é o professor de História na UFF Hugo Weiss, acusado de difundir ideias comunistas em suas aulas e incitar os alunos à subversão. Foi aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5. Cf. Serviço Nacional de Informações. SD/SAF nº 07065, 20 de março de 1970. ARJ ACE 1913/70 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/70001913/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_70001913_d0001de0001.pdf. Acesso em: 09/01/2021.

interno” é que gera eficiência à doutrina e às medidas repressivas que são adotadas. O inimigo passa a ser visto como sinônimo desde grupos armados de esquerda, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime; ou seja, é importante manter o conceito elástico para que haja possibilidade de enquadrar novos grupos como comunistas (FERNANDES, 2009. p. 838).

A influência da segurança nacional ecoou no Brasil e a ideia de uma cooperação internacionalista contra a subversão e o comunismo passou a ser amplamente difundida entre os dirigentes militares (QUADRAT, 2012). Com o golpe de 1964, a coalizão golpista contou com o apoio estadunidense para legitimar e apoiar suas ações contra os subversivos contrários ao modelo político e social instaurado.

Com a adesão à Doutrina de Segurança Nacional, como base do pensamento e atuação dos militares após o golpe, modificou-se substancialmente os rumos do país nesse momento, isso porque:

(...) o combate ao comunismo se daria em várias esferas, inclusive militar, política, econômica e psicossocial. Uma das principais alterações da doutrina consistia na formulação do conceito de inimigo interno. O que deveria ser combatido não era mais um exército com outra bandeira ou outra farda, mas sim uma ideia. A mudança na concepção de inimigo também acabou gerando a percepção da necessidade de novas estratégias de combate. Com isso, as Forças Armadas dos países que adotaram a doutrina da segurança nacional passaram a intervir cada vez mais na vida política e a fazer altos investimentos na área de informação e segurança interna. (QUADRAT, 2012. p.21).

Percebe-se, com isso, que o anticomunismo estava presente na base ideológica e política dos governos militares antes mesmo de 1964. Essa base ideológica moldou as ações do Estado em relação à sociedade e às instituições. Neste sentido, as universidades também passaram a ter seus integrantes controlados, vigiados e reprimidos.

Além do mencionado, segundo Carlos Fico (2001), havia uma crise moral a ser superada com a ajuda dos militares e pautada em valores conservadores. Para isso, era necessário treinamento para lidar com essa guerra ideológica, formando o corpo estrutural do governo de forma a enfrentar e derrotar o inimigo presente na sociedade civil. A essa ideia foram somados esforços para a criação de cursos de formação para os agentes do Estado e um complexo sistema de informações. A soma da formação de agentes para a atuação nos serviços de informação foi crucial para a manutenção, por parte dos militares, do controle social.

1.2 A DSN e a Escola Superior de Guerra: A formação dos agentes de informações

A fim de compreender como a Doutrina de Segurança Nacional atuou no Brasil, podemos retroceder à sua montagem na Escola Superior de Guerra. Buscaremos compreender como essa doutrina serviu de base ideológica para a formação dos agentes de informação, bem como a atuação do Serviço Nacional de Informações durante a ditadura militar brasileira.

O contato da Doutrina de Segurança Nacional com os brasileiros se deu durante a atuação de seus militares na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ao lado dos aliados houve crescente aproximação de oficiais brasileiros com os militares norte-americanos. Essa interação corroborou para conhecerem o sistema de segurança nacional desenvolvido na *National War College*, a Escola Nacional de Guerra norte-americana. Já em solo brasileiro, essa doutrina logo passa a fazer parte da ideia de uma latente necessidade de um Estado forte que pudesse expurgar a ameaça do comunismo que rondava não somente o cenário exterior, mas que também poderia estar atuando dentro do território nacional²⁶.

Diante do contexto de guerra fria, os EUA investiram de maneira contundente na doutrinação de militares brasileiros a fim de incentivar o anticomunismo. Os oficiais brasileiros passaram a ser convidados para realizar cursos e estágios nas academias militares dos norte-americanos em *Fort Leavenworth (Kansas)*, *Fort Benning (Geórgia)* e *Fort Sill (Oklahoma)*, atualizando-se com o que havia de mais avançado em termos de tecnologia e estratégias de guerra (FIGUEIREDO, 2005). A formação desses militares nesses cursos nos EUA corroborou para a instrumentalização dos ensinamentos norte-americanos para o caso brasileiro.

É nesta conjuntura que surge a Escola Superior de Guerra – ESG, criada em 1948, através da Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949²⁷. No 1º artigo da lei é apontado que a escola estará diretamente subordinada ao chefe do Estado Maior das Forças Armadas, além disso, seu objetivo seria “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional” (BRASIL, 1949):

A ESG teve dois nascimentos. O primeiro ocorreu em 1948, sendo a continuidade do projeto lançado em 1942, que consistia em um curso de Alto Comando a ser frequentado por generais e coronéis e, posteriormente, por altos oficiais das três armas; o segundo foi em 1949, quando o projeto de 1942 foi rapidamente atropelado pelo contexto da Guerra Fria, momento em que os Estados Unidos enviaram uma missão de assessoria [...]. A instituição nascia subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas e seu primeiro comandante foi o general Oswaldo Cordeiro de Farias. (FERNANDES, 2009. p. 840).

²⁶ Além disso, garantir a segurança do país era também garantir seu desenvolvimento (QUADRAT, 2012).

²⁷ Planalto Civil. Lei nº785/1949. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/1785.htm. Acesso em 05/03/2022.

A criação da ESG retrata o alinhamento do Brasil ao bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos e pela adesão à DSN. Dessa maneira, Herédias e Maciel (2019) apontam que a ESG, baseada na *National War College*, foi responsável pela formação da elite intelectual dos militares brasileiros que pensariam nas estratégias da segurança nacional. Além da influência, grande apoio logístico foi fornecido pelos EUA para a criação da ESG.

Sua sede era no Rio de Janeiro e, segundo Figueiredo (2005), ela seria uma espécie de “útero” do serviço secreto brasileiro. Em seus cursos regulares, um deles era voltado especificamente para informações, com formação de nível superior. Esse curso formaria boa parte dos agentes do serviço secreto brasileiro dos anos subsequentes.

Na ESG, os estudos e a construção de um eficiente serviço secreto eram levados muito a sério. Com isso, os estudos eram norteados por livros e trabalhos técnicos de outros países, a fim de formar com o que havia em voga no mundo.

O primeiro manual da ESG sobre informação estratégica foi produzido em 1950, um ano após a fundação da escola. Nesse texto – um marco na produção teórica em favor do serviço secreto brasileiro –, as digitais dos Estados Unidos estavam por toda parte. O autor do trabalho, o brigadeiro-do-ar Ismar Pfaltzgraff Brasil, era um ex-estagiário do curso de navegação de *Fort Leavenworth*. Para fazer o manual, ele se baseara ostensivamente num texto da Divisão de Informações do Exército Norte-americano. O manual da ESG tinha 17 páginas, era classificado como confidencial e seu conteúdo era basicamente técnico. Entre outros temas, abordava as diferenças entre tipos de informações (táticas, militares e estratégias) e seus respectivos campos de interesse (política, economia, topografia, sociologia, militar, biografia e ciência e tecnologia) (FIGUEIREDO, 2005. p. 57).

Embora estivesse presente teoricamente nos cursos da ESG, a Doutrina de Segurança Nacional ainda não vigorava na prática. Os EUA passaram a exercer pressão para que ela fosse aplicada através da criação de um serviço secreto que atuasse nas ruas.

Nesta concepção, era necessário que os militares atuassem também na política, isto porque estes acreditavam que “as Forças Armadas eram os únicos defensores da ordem e da segurança nacional” (OLIVEIRA, 2010. p.136).

Trabalhos acadêmicos já esclareceram que a Escola Superior de Guerra foi a criadora e principal propagadora da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), pois a própria escola militar foi criada com a finalidade de implantar a doutrina, assim como para aprimorá-la, embora seja difícil, conforme salienta Eliezer Rizzo de Oliveira em “As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)” , avaliar a profundidade de penetração da DSN na Escola, pode-se observar que a principal crença da doutrina era a integração do Brasil ao cenário político internacional, pelos seguintes motivos: a) grande população e extensão territorial do Brasil; b) posição geopolítica, fornecendo uma posição estratégica perante as relações políticas internacionais; c) sua vulnerabilidade ao comunismo, pelas dificuldades intrínsecas da vida social brasileira, como, por exemplo: pobreza da população e políticos corruptos. (ANDRADE, 2012. p. 2).

Visando essa inserção dos ideais da DSN na prática, a ESG passou a oferecer cursos baseados nesses pressupostos. Segundo Quadrat (2012), os cursos eram sobre informações, contrainformações e havia também palestras com especialistas nos assuntos de segurança. Assim, a ESG foi uma importante base de formação dos militares que comporiam os quadros de atuação nos órgãos de informação durante a ditadura militar.

A ESG preparava seus agentes através de manuais, treinamentos, capacitações, a fim de gerar um quadro de funcionários capacitados e familiarizados com a linguagem dos documentos produzidos pelos órgãos de informações. Neste momento, o inimigo era uma ideia, não mais um exército fardado como outrora fora nas duas grandes guerras, isso demandava maior organização, treinamento e também maior intromissão das Forças Armadas na política (QUADRAT, 2012).

Àqueles que se interessassem trabalhar nesses órgãos era necessário atestar sua orientação político-ideológica. Esse era um importante pré-requisito baseado no anticomunismo e na Doutrina de Segurança Nacional. Para efetivamente atuarem, os agentes passavam por um processo de especialização através dos cursos oferecidos em algumas instituições públicas, como a Escola Superior de Guerra (ESG), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme) e a Escola Nacional de Informações (EsNI); seja em instituições internacionais, como a Escola de Guerra de Paris e a Escola das Américas, sediada no Panamá. Essa formação era acrescida de participação em eventos, palestras, conferências que tivessem a contribuir com o desenvolvimento do trabalho a ser exercido nos órgãos de informação (GARCIA, 2013. p.148).

A importância dessa formação é perceptível ao analisarmos a quantidade de padrões, siglas, códigos e referências que os documentos desses órgãos produziam. Saber decodificar e reproduzir esses códigos era substancial para a circulação eficiente de informações. Os cursos ressaltavam esse tipo de conhecimento, exemplo disso foi um dos cursos da ESG:

Nos cursos ministrados na ESG era defendida a necessidade de um governo ter um sistema de informações forte; era ensinado desde questões conceituais, como o conceito de informação; como questões metodológicas, quando ensinavam a redigir um informe e como transformá-lo em informação. Também eram realizadas várias análises acerca dos serviços de informações em outros países, tais como EUA, Inglaterra, Alemanha, União Soviética dentre outros. Observava-se nessas análises, em especial, a cadeia de comando, a estrutura, a metodologia e procurava-se enfatizar o que poderia ser ou não aproveitado no Brasil. (QUADRAT, 2012. p.28).

Desse modo, a preparação dos agentes demonstra a importância que os dirigentes militares davam à produção de informações e vigilância de pessoas ou instituições consideradas subversivas. Além disso, nesses cursos também eram abordados, nas apostilas por eles desenvolvidas, os processos feitos para a difusão da informação, traço marcante na grande maioria das fontes analisadas para este trabalho:

Segundo as apostilas, a disseminação era um fator primordial no processamento da informação, pois o item que estava faltando poderia estar em algum arquivo ou poderia já estar sendo investigado por outro grupo e/ou instituição. A ideia era evitar que os esforços de dois órgãos diferentes fossem destinados para o mesmo fim. Contudo, mesmo que os documentos hoje liberados para consulta comprovem tal preocupação com a difusão, é importante destacar que apesar da intensa troca de informações havia uma grande disputa entre os diversos órgãos que integravam a chamada “comunidade de informações”. Com isso, muitas vezes informações consideradas mais importantes não eram repassadas nem mesmo para o SNI, instituição principal da cadeia de comando durante a existência do Sistema Nacional de Informações (SISNI) e que a rigor deveria receber o material. (QUADRAT, 2012. p.30).

Com isso, percebe-se que cada parte dos documentos produzidos tinha uma finalidade e um significado que deveria ser decodificado pelos agentes dos demais órgãos que viessem a ter contato com tais arquivos. O conteúdo programático desses cursos baseava-se também, em conhecer a organização dos movimentos e grupos organizados que se opunham ao governo ou que faziam algum tipo de crítica ao sistema capitalista:

[...] no ano de 1969 estava assim dividido: Movimento Estudantil (1. Estudo das Organizações Nacionais; 2. Relacionamento do Movimento Estudantil no País e no Exterior e suas conseqüências; 3. Recomendações para equacionar o problema); Estudos de Estado-Maior; Exercícios de Estado-Maior; Trabalho Especial; Viagem de Estudos e Estágio (no SNI). (QUADRAT, 2012. p.28-29).

Os cursos também abordavam o processo de obtenção de informações. Esse era dividido em duas etapas:

A primeira etapa correspondia ao recolhimento de informes – um dos itens principais da informação – realizados pelos agentes, e a segunda fase dizia respeito ao momento em que os dados recolhidos eram processados e elaborados dando origem à informação. INFORMAÇÃO é conhecimento, mas só tem valor integral quando auxilia a decidir, quer seja procurada para fim quer seja obtida, sem que - por circunstância qualquer - tenha havido esforço para obtê-la. Desse modo, a INFORMAÇÃO é sempre ligada ao conhecimento necessário a uma decisão (ESG, 1959 *apud* QUADRAT, 2012. p. 29).

Esses conceitos eram fundamentais para a formação dos agentes, visto que a produção de informações serviria de base para rastrear e combater os inimigos internos do país. Assim, outro conceito importante que fazia parte do manual do curso de Informações da ESG era sobre os três tipos de informações:

1) A informação descritiva (estática): conhecimento dos aspectos mutáveis e imutáveis de uma nação (ou nações); 2) A informação dinâmica (dinâmica): conhecimento do momento atual de uma nação (ou nações) (mobilidade dos acontecimentos humanos) e 3) A informação estimativa (potencial): conhecimento da atitude futura de uma nação (ou nações) (possibilidades e intenções) (ESG, 1959 *apud* QUADRAT, 2012. p. 29).

Na esteira dos conceitos-base dos cursos da ESG, em especial o curso de informações, Quadrat (2012) aponta ainda que o conceito de “contrainformação” era entendido como um conhecimento adquirido à luz da razão e que seria apresentado no momento oportuno, visando gerar medidas de proteção para que fossem preparadas e executadas políticas ou empreendimentos quanto a isso.

A veracidade das fontes era conteúdo apresentado nos cursos. A ESG criou um procedimento que classificava o grau de veracidade das fontes que fossem utilizadas para criar os informes e informações. Fico (2001) e Quadrat (2012) apontam que o sistema letra-número organizava a idoneidade da fonte de acordo com letras de A a F, considerando A como mais confiável; e também com números de 1 a 6, considerando 1 como mais confiável. A informação que obtivesse a classificação A-1 era considerada verdadeira e confiável:

A- Fonte absolutamente idônea; B- Fonte usualmente idônea; C- Fonte razoavelmente idônea; D- Fonte sempre idônea; E- Fonte inidônea; F- Não pôde ser julgada a idoneidade da fonte. Segundo o general Adyr Fiúza de Castro, o grosso das fontes seria de nível C. O outro critério dizia respeito à probabilidade do informe: 1- Informe confirmado por outras fontes; 2- Informe provavelmente verdadeiro; 3- Informe possivelmente verdadeiro; 4- Informe duvidoso; 5- Informe provável; 6- A veracidade do informe não pode ser julgada. (QUADRAT, 2012. p.30).

Após aprender a classificar as fontes era importante e crucial para os agentes de informação difundir de maneira correta tais dados para outros órgãos competentes. Analisando as apostilas dos cursos da ESG, Quadrat (2012) revela que o processamento da informação contava com a disseminação enquanto etapa fundamental, visto que algum ponto que estivesse em falta em determinado arquivo poderia estar sendo investigado por outro órgão, gerando uma interação e troca de conteúdo com os demais órgãos.

Com o advento do Serviço Nacional de Informações – SNI, a troca de documentação entre os órgãos se tornou ainda mais intensa e rotineira, gerando um grande fluxo de dados sobre os alvos vigiados entre a chamada “comunidade de informações”.

Em relação aos alunos que participavam dos cursos da ESG, o artigo 5º da lei de criação da ESG aponta que “terão ingresso na Escola, oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às Forças Armadas, e civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional” (BRASIL, 1949):

A ESG não se preocupava somente com a preparação de altos oficiais: incluía em seus cursos civis dos setores dominantes, nas condições de professores do quadro permanente e convidados, conferencistas e alunos. Entre 1950 e 1967, quase 50% dos graduados na escola militar eram civis. Após o golpe de Estado em 1964, vários alunos da Escola ocuparam cargos nas instituições políticas e econômicas brasileiras. Inclusive o primeiro militar eleito presidente pela ditadura brasileira, o

marechal Castelo Branco, foi um dos grandes expoentes da instituição. A ESG, em grande parte devido ao pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva, começou a ser percebida, nos meios políticos e na imprensa, como um grande laboratório de ideias do país. Efetivamente, a produção de reflexões sobre o país e o futuro do Brasil, destacadamente a partir da década de 1940, se deu através de instituições: a própria ESG, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Fundação Joaquim Nabuco (FERNANDES, 2009. p. 842).

Dessa maneira, a ESG formava tanto militares, quanto civis para exercer as funções voltadas à segurança interna. Embora saibamos que os cargos de maior prestígio tenham sido ocupados, em sua maioria, pelos militares, muitos civis compuseram os quadros de diversos órgãos que atuaram na ditadura.

Diante dos pressupostos tratados nos cursos, percebe-se que a informação se torna um elemento fundamental na luta contra os avanços dos ideais contrários à ordem vigente. Essa formação permitia com que os agentes pudessem dispor de mecanismos teórico-metodológicos para lidar com a identificação e execução de ações diante dos seus inimigos. Assim, a ESG norteou e forneceu base ideológica aos militares que atuavam no cenário político após o golpe de 1964.

Segundo Herédias e Maciel (2019), tal instituição representou relevância essencial para a formulação das bases da DSN que foram instrumentalizadas no Brasil e que influenciaram no golpe de 1964.

O Estado, diante dessa conjuntura de guerra ideológica²⁸, apresentou dois tipos de estruturas defensivas: o aparato repressivo, sobretudo através dos órgãos de repressão que atuaram de forma violenta e autoritária contra os considerados inimigos; e a rede de informações, capitaneada pelo SNI, cumprindo o papel de identificar os inimigos e gerar dados passíveis de ação pelos órgãos repressivos (BORGES, 2007).

A formação cumpre, ainda, o papel de transformar-se em arma para tal guerra revolucionária. Diante dos avanços ideológicos dos inimigos dos militares, somente a coleta de informações e transformação imagética das funções e importância do Estado perante as tentativas, mesmo que no campo das ideias, de insurreição popular, surtiriam efeito positivo nesse conflito.

²⁸ A ideia de guerra ideológica era instrumentalizada e sustentada pelo Estado para justificar a ação repressiva.

Por fim, personagem fundamental no processo de apropriação da DSN para a realidade brasileira foi o general Golbery do Couto e Silva²⁹. Golbery foi um militar brasileiro que construiu uma carreira de grande destaque dentro das Forças Armadas.

Foi autor de diversas publicações que abordavam questões da geopolítica brasileira, estudos esses que foram utilizados amplamente na produção dos manuais utilizados nos cursos da ESG³⁰. Após o golpe de 1964, foi o primeiro chefe do SNI, de junho de 1964 a março de 1967, órgão que ele ajudou a criar e organizar. Ademais, foi chefe do gabinete civil de 1974 a 1981, nos governos dos presidentes Ernesto Geisel e João Baptista de Oliveira Figueiredo.

1.3 A criação do SNI

Na história brasileira o SNI não foi o primeiro órgão de informações a existir. Neste sentido, é válido contextualizar, ainda que brevemente, a trajetória dos órgãos de informações que vigoraram no Brasil antes da criação desse órgão que se tornou tão influente durante toda a ditadura militar.

O primeiro órgão de informação criado no Brasil foi o Conselho de Defesa Nacional, instituído em 1927, no governo de Washington Luís³¹. Sua principal função era “o estudo e coordenação de informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria” (BRASIL, 1927). Segundo Antunes:

²⁹ Sua carreira se iniciou em 1927, quando iniciou na Escola Militar de Realengo. Assumiu diversos postos importantes dentro da área militar, ingressou na Escola de Estado-Maior, participou do treinamento militar no Fort Leavenworth, nos Estados Unidos, em 1944, e em seguida ingressou como oficial de inteligência e informações na Força Expedicionária Brasileira - FEB. Atuou como adjunto na Seção de Informações do Estado-Maior do Exército. Participou da Escola Superior de Guerra - ESG, enquanto adjunto do Departamento de Estudos de Assuntos Internacionais. Assumiu como chefe de gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e, neste momento, transferiu-se para a reserva. Enquanto general da reserva, atuou na liderança do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, do Rio de Janeiro, além do Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD, instituições fundamentais na promoção de atividades conspiratórias e de propaganda contra o governo de João Goulart.

³⁰ Em suas novas funções, Golbery encontrou condições favoráveis para impulsionar suas teses, que condicionavam à segurança nacional o êxito de um projeto global de desenvolvimento, em cujas tarefas o Estado deveria associar-se à iniciativa privada mediante o apoio intermediário de uma elite tecnocrática, civil e militar, ideologicamente comprometida com um conjunto de “objetivos nacionais permanentes”. Essas teses depois vieram a constituir-se na essência do programa da ESG. A doutrina de segurança nacional sustentava ainda o integral posicionamento do Brasil ao lado do Ocidente, em confronto com o bloco soviético. Considerava que a preservação da segurança era fator fundamental de promoção do desenvolvimento e que, pelo fato de implicar uma progressiva centralização de poderes, poderia provocar a supressão de alguns valores definidores da ordem democrática. RAMOS, Plínio de Abreu. *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e>. Acesso em: 29/03/2021.*

³¹ Câmara dos Deputados. Decreto nº 17.999/1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

A criação do conselho naquele momento tinha o objetivo de acompanhar e avaliar os agitados acontecimentos da década de 1920, pois não só o Brasil passava por um período de turbulências, com as pregações do movimento tenentista e o surgimento do movimento operário, como o mundo ainda se encontrava abalado com a vitoriosa revolução russa, além de estar enfrentando uma série de crises econômicas que culminaram com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. (ANTUNES, 2002. p. 47)

Figueiredo (2005) aponta que não se pode considerar o Conselho de Defesa Nacional um serviço secreto, visto que lhe faltava agentes secretos. Por conta disso, sua atuação era basicamente reuniões com troca de informações entre os conselheiros.

Já em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, foi realizada uma série de mudanças no Conselho de Defesa Nacional³². Vargas adotou uma Comissão de Estudos da Defesa Nacional, responsável por fazer o exame prévio das questões que seriam discutidas nas reuniões do conselho; e criou as Secções da Defesa Nacional (uma em cada ministério), a elas cabia a função de “estudar os problemas do tempo de paz que, por sua importância e natureza, afetem aos interesses da defesa nacional correspondentes à esfera de atividade do ministério³³” (BRASIL, 1934).

A partir do golpe de Estado em 1937, Vargas decreta uma nova constituição que previa no artigo 162 que “Todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender à emergência da mobilização” (BRASIL, 1937). Sobre a CSN durante o Estado Novo, Antunes comenta que:

Durante o Estado Novo ainda houve uma nova redefinição de suas competências e organização. Como forma de auxiliar o CSN no estudo das questões relativas à segurança nacional, foram criadas, em todos os ministérios civis, comissões de estudo, uma comissão especial de faixa de fronteira e uma secretaria-geral (ANTUNES, 2002. p. 47).

Contudo, Antunes (2002) aponta que mesmo com essas alterações na nomenclatura do conselho e também na legislação não geraram mudanças significativas na atividade de informações em si.

Diante das mudanças inauguradas com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o então presidente Eurico Gaspar Dutra criou oficialmente o primeiro serviço secreto brasileiro

³²Câmara dos Deputados. Decreto nº 23.873. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23873-15-fevereiro-1934-501550-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

³³ Antunes (2002) aponta que nesse mesmo ano, a denominação do Conselho de Defesa Nacional mudou para Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN).

em 1946. O decreto institui a criação do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI)³⁴, que estaria vinculado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN)³⁵.

No Brasil concluiu-se que a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional não era um órgão preparado para essa nova dinâmica internacional. Era necessária a criação de um órgão que tivesse a função de recolher e estudar as informações sensíveis à defesa do país de forma sistemática e permanente, e que tivesse suas atribuições precisamente definidas. (ANTUNES, 2002. p. 49)

O Sfici tinha a função de organizar a propaganda e contra-propaganda no que interessa ao plano político exterior, atuando nos assuntos relativos à política externa. Também ao Sfici cabia organizar a defesa do próprio sistema econômico, coordenando as medidas para a contraespionagem e contra-propaganda no que interessa ao plano econômico (BRASIL, 1946).

Figueiredo (2005) aponta que, embora tenha sido criado, o Sfici não tinha nenhuma estrutura física, nem mesmo pessoal para atuar efetivamente, apontando que praticamente era como se não existisse. Sua estrutura só foi montada em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, sob muita pressão dos EUA. Criado sob os moldes propostos pelos norte-americanos, os militares que conduziram a montagem do Sfici realizaram cursos nos Estados Unidos com treinamentos na CIA e também no FBI³⁶.

A nova configuração do serviço secreto brasileiro contava com uma divisão interna, isto é, dividida em quatro subseções: Exterior; Interior; Segurança Interna e Operações; as duas últimas foram as mais importantes nesta nova configuração. A Subseção de Segurança Interna – SSSI era responsável por descobrir espões de países hostis no Brasil; levantar informações sobre partidos políticos, órgãos da administração pública e entidades de classe; sendo esses os seus principais alvos. A Subseção de Operações – SSOP lidava com as missões mais complexas que demandassem agentes de rua; faziam campanhas, grampeavam telefones, recrutavam informantes e violavam correspondências, essas eram algumas das suas ações nesta divisão. O coronel Humberto de Souza Mello, um dos militares que participaram do treinamento nos Estados Unidos e que ajudou a instalar o Sfici neste momento, foi o primeiro chefe do novo serviço secreto.

³⁴ Cf. Atividade de inteligência no Brasil, 2021 p.17.

³⁵ O Conselho de Defesa Nacional passaria a se chamar Conselho de Segurança Nacional a partir desse decreto e, além disso, inaugura uma nova função com criação de uma comissão especial da faixa de fronteiras, responsável por “estudar, discutir e propor as soluções relativas às questões atribuídas ao CSN quanto às zonas consideradas imprescindíveis à defesa nacional” (BRASIL, 1946).

³⁶ Segundo Figueiredo (2005) os militares brasileiros ficaram dois meses em terras norte-americanas com todas as despesas de cortesia do governo americano. Aprenderam sobre o anticomunismo, maneiras de organizar e executar operações de espionagem, bem como formas de organizar arquivos com as informações de seus alvos.

Foi neste órgão que ocorreu o primeiro curso de informações da ESG, em 1958. “O curso teve caráter experimental, durou seis meses (junho a dezembro) e formou cinco pequenos grupos de agentes” (FIGUEIREDO, 2005. p. 70). Sendo assim, de acordo com este autor, as bases do SNI já se encontravam no Sfici, no governo de JK, considerado um dos governos mais democráticos da história do Brasil. O “monstro”, como seria chamado futuramente o SNI, já estava sendo gerado neste período.

A Revolução Cubana, ocorrida em 1959, responsável por derrubar o ditador Fulgêncio Batista e implantar um regime socialista na ilha fez o governo dos EUA aumentar ainda mais a pressão e o apoio aos demais países da América Latina, com a premissa de evitar que os ideais cubanos se expandissem. Sobre isso, Carlos Fico afirma que:

[...] os Estados Unidos buscariam apoiar economicamente a América Latina tendo em vista a diminuição da pobreza (vista como causa das aspirações socialistas) e a melhoria de sua imagem, mas não admitiriam a implantação de “outra Cuba”, mesmo que fosse preciso adotar ações unilaterais e invasões. O fortalecimento de governos militares na região também seria visto como admissível e desejável, tendo em vista o combate ao comunismo. (FICO, 2014. p. 26).

Os EUA adotaram nova estratégia, a contra-insurreição, responsável por impedir a emergência de novos movimentos nacionalistas, reformistas e comunistas. Os altos investimentos foram também capitaneados para as escolas de guerra da América Latina, promovendo a difusão do anticomunismo (FERNANDES, 2009).

O Sfici, diante disso, buscou identificar e neutralizar qualquer tipo de manifestação que fosse favorável ao que ocorria em Cuba. Nesta perspectiva, no âmbito da educação os alvos iniciais foram os estudantes, isto porque estes seriam mais suscetíveis a comprar o discurso do revolucionário Che Guevara.

O Sfici começou a vasculhar nas universidades, e escolas secundárias qualquer atitude simpática a Cuba. Para o serviço secreto, até mesmo pendurar um retrato de Fidel na parede era considerado uma atitude subversiva, um gesto que demonstrava que a revolução cubana se infiltrava no país. Na ótica do *Serviço*, o culto às imagens de Fidel e Che fazia parte da chamada guerra psicológica, a primeira etapa (e a mais sórdida) da revolução, aquela em que, sem perceber, a sociedade é dominada por dentro (FIGUEIREDO, 2005. p. 73).

Mesmo vários anos depois, essa questão continuou sendo assunto sensível aos órgãos de informação. Como foi o caso do professor do curso de Educação Física da UFRJ, Alberto Latorre de Faria, que foi fichado no Informe nº 39219 de 17 de maio de 1972, exatamente por esse motivo: simpatizar com o que ocorria em Cuba. Por meio de um dossiê do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), difundido pelo SNI, ele foi acusado de ser comunista. O documento em questão destacou sua simpatia por Cuba, uma vez que entre 1962 e 1963, ele

teria demonstrado publicamente essa opinião, inclusive participando de um comício em 1962, que tinha como intuito manifestar contra os bloqueios econômicos dos Estados Unidos a Cuba; além disso, ele teria viajando àquele país no ano seguinte, para participar do 1º Congresso de Educação Escolar, do qual ele teria sido convidado³⁷. Mesmo tendo sido aposentado em 1969, pelo AI-5, este professor continuou sendo alvo da vigilância do Estado.

Aos poucos o Sfici passou a vigiar diversas pessoas e perceber as movimentações das agitações sociais. As agitações que tomavam conta do início da década de 1960 eram um sinal de alerta para os agentes do órgão, aumentando as operações anticomunistas no período. Surgem, nesse momento, os primeiros manuais de prática da espionagem, com métodos e ações a serem adotadas nas missões desses agentes.

As classificações de confiabilidade como observamos anteriormente, com a sequência alfanumérica, foram adotadas na elaboração das informações captadas por esses agentes. Além disso, técnicas de práticas e uso de recursos tecnológicos foram sendo implantados.

A criação do Serviço Nacional de Informações se insere na conjuntura exposta acima. Sua criação ocorreu logo após o golpe militar empreendido em 31 de março de 1964. Diante do êxito golpista, puderam colocar em prática a construção de um órgão autônomo e com amplos poderes, capaz de combater o inimigo interno.

A necessidade de criar esse órgão se deu porque, embora o Sfici tenha ganhado forma com as transformações que vinha passando, ele ainda era um órgão submetido à tutela do CSN. O mentor do SNI, general Golbery do Couto e Silva, ao apresentar o projeto de criação do SNI ao então presidente Humberto de Alencar Castello Branco, apontava que era necessário criar um órgão mais autônomo e livre de interferências externas. Dessa maneira, ao levar o texto ao congresso:

O presidente destacou em sua exposição de motivos a necessidade do órgão, uma vez que a gestão dos negócios do Estado "requeria informações seguras". Castelo afirmou que o Sfici não se encontrava apto a desempenhar as funções que lhe cabiam, pois faltavam-lhe "as facilidades e a autoridade indispensável para estabelecer as relações entre os diversos níveis da administração pública". Destacou também a dificuldade operacional que o Sfici encontrava para coordenar a coleta e a análise de informações, enquanto órgão subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (ANTUNES, 2002. p. 56).

O SNI configurou um complexo serviço de inteligência que foi capaz de controlar e vigiar os subversivos, os que fossem contrários ao governo ou que se alinhassem aos ideais da

³⁷ Cf. Serviço Nacional de Informações. Informação nº39219/72 /SNI/AC, 17 de maio de 1972. AC ACE 46588/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72046588/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72046588_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

esquerda e comunista. Ele fazia parte do que ficou conhecido como “comunidade de informações”, expressão utilizada pelos próprios integrantes dos órgãos de vigilância. Garcia comenta que:

Essa expressão faz referência a um dos mais importantes pilares para a construção e consolidação da ditadura brasileira, que foi a política de criação, ampliação, desenvolvimento e sofisticação de órgãos da administração pública, em âmbitos federal e estadual, com o objetivo de espionar milhares de brasileiros que poderiam de alguma forma ser considerados contestadores do regime vigente, e, em alguns casos, aplicá-los punições, que variavam entre demissões, exonerações, prisões, torturas e, até mesmo, assassinatos. O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado ainda em 1964, era o órgão central desse sistema que, em poucos anos, deixou um rastro de centenas de mortos e desaparecidos políticos (GARCIA, 2013. p. 147).

Sendo assim, essa comunidade de informações contemplava diversos órgãos, tendo o SNI como pilar e órgão central. Assim, na década de 1970 os órgãos que compunham a comunidade de informações eram o Serviço Nacional de Informações - SNI, Centro de Informações do Exército - CIE, Centro de Informações da Marinha - CENIMAR, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - CISA, as Divisões de Segurança e Informações - DSI, as Assessorias de Segurança e Informações - ASI, também o Centro de Informações do Exterior - CIEx, as Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social - DOPS e os Serviços de Informações das Polícias Militares. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012).

Para além dessa definição, Lucas Figueiredo (2005) ainda aponta algumas das ações desenvolvidas por esses órgãos da comunidade e, segundo o autor, a comunidade de informações:

(...) começou a funcionar, em boa parte, para que alguns dos seus órgãos fizessem aquilo que o SNI não fazia: a repressão direta aos adversários do regime. Seus principais integrantes, além do Serviço, foram: CIE (Centro de Informações do Exército) - Serviço secreto do Exército. Levantava informações e atuava na repressão; Cenimar (Centro de Informações da Marinha) - Serviço secreto da Marinha. Levantava informações e atuava na repressão; Cisa (Centro de Informações da Aeronáutica) - Serviço secreto da Aeronáutica. Levantava informações e atuava na repressão; DOI (Destacamento de Operações e Informações) - Órgão de repressão no qual atuavam, de forma integrada, militares das Forças Armadas e policiais civis.(FIGUEIREDO, 2005. p. 20).

Esses órgãos, sobretudo os serviços de informação das forças armadas, eram também responsáveis pela segurança do país e manutenção da ordem. Por conta disso, a influência e amplitude das funções dos órgãos da comunidade de informações gerava quase que superpoderes ao sistema de informações, visto que atuavam em quase todos os setores da sociedade, nas instituições e nos órgãos públicos civis e militares. Sobretudo a partir do AI-5 e durante o governo Médici, Antunes aponta que:

A comunidade de informações atuou de forma bastante independente no período de maior fechamento do regime militar, extrapolando as funções de um *intelligence service* e desenvolvendo um grande setor policial/operacional. Como reconhecem alguns militares "um setor que cresceu muito mais do que o necessário". (ANTUNES, 2002. p. 89)

Essa complexa rede de comunicação dialogava ainda com os ministérios, órgãos municipais, estaduais e federais, além de entidades privadas, gerando um fluxo intenso de informações sobre todos os âmbitos da sociedade. Essa ramificação e alcance foi um grande diferencial do SNI e sua rede em relação aos órgãos de informação que existiram anteriormente. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012).

Sendo assim, dia 13 de junho de 1964, através da Lei nº 4.341 o SNI – Serviço Nacional de Informações foi criado³⁸. Em seu projeto apresentado no Congresso, o texto dizia que seu objetivo era superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.

Contudo, sua real função, na prática, não era muito clara. Segundo Figueiredo (2005), o fato de seu texto ser vago fazia parte da essência do órgão: ser secreto e sigiloso; contudo, isso acabou gerando algumas dúvidas e críticas no congresso durante o processo de aprovação do projeto.

Segundo a lei de criação do SNI, ao mesmo cabia:

Art 1º É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.

Art 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.

Art 3º Ao Serviço Nacional de Informações incumbe especialmente:

a) assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais; (BRASIL, Lei nº 4.341, 13 de Junho de 1964).

Diante da conjuntura do golpe e das incertezas, o projeto foi aprovado sem que muita coisa ficasse esclarecida. A partir de então, o SNI passou a crescer e ganhar mais importância à medida que a ditadura avançava e se endurecia. Tal órgão devia satisfações e explicações somente ao presidente da república, dotando-se de sigilo desde sua criação até sua atuação ao longo dos anos subsequentes.

Analisando o texto da lei de criação do órgão, podemos perceber que, diferente de todos os outros órgãos de informação que vigoraram no Brasil, o SNI era um “super-órgão”.

³⁸ Planalto Civil. Lei nº 4.341/1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/4341.htm. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

Sua implementação contou com uma verba muito expressiva, capaz de organizar e estruturar sua instalação. Isso permitiu com que diversas agências do SNI fossem instaladas nas principais capitais, capilarizando seu alcance. O chefe do SNI, cargo máximo no órgão, teria status de ministro de Estado, submetendo-se somente ao presidente da República. Além disso, teria os quadros do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), incorporado ao seu contingente. O próprio chefe do SNI poderia solicitar pessoal para ocupar os cargos, de forma autônoma e direta.

Dentre tais pontos expressos na Lei nº 4.341, o ponto mais original é a autonomia do órgão em relação aos demais poderes.

§ 2º O Serviço Nacional de Informações está isento de quaisquer prescrições que determinem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamentos e efetivos.

Art 5º O Chefe do SNI, civil ou militar, da confiança do Presidente da República, terá sua nomeação sujeita à aprovação prévia do Senado Federal. (BRASIL, Lei nº 4.341, 13 de Junho de 1964).

Estar submetido somente ao presidente da República abria margem para uma atuação livre de interferências e controle. Além disso, as suas ações, organização, regras de funcionamento não estavam públicas, nem mesmo ao Congresso: O projeto de lei impressionava pelo detalhamento dos poderes do SNI. Não havia meios-termos: o novo órgão estava sendo criado para mandar muito e sem ser cobrado. O que faria exatamente, isso o projeto não explicava. (FIGUEIREDO, 2005. p. 125).

A lógica dos serviços de informações dos países como EUA, França, Alemanha, Reino Unido, era de existirem dois órgãos independentes para questões internas e outro para questões externas. O caso brasileiro, com o SNI é algo novo, visto que concentravam em um único órgão as funções de informações internas e externas. O órgão que mais se parecia com o modelo adotado no Brasil era o serviço secreto da União Soviética, KGB, porém, até mesmo esse órgão prestava contas à cúpula do Partido Comunista. Já o SNI, prestava contas somente ao presidente. Concentrava poderes na abrangência de sua área de atuação, autonomia, relevância de seu líder, ausência de fiscalização e a possibilidade de interferir em outros órgãos (FIGUEIREDO, 2005; GASPARI, 2014).

Se na teoria o órgão deveria assessorar o presidente em questões relativas à Segurança Nacional, o que vimos na prática foi a legitimação, através das produções realizadas por seus agentes, de informações que servissem de base para a atuação dos órgãos repressivos.

O mentor do SNI foi o general Golbery do Couto e Silva, que já tinha grande experiência na área de informações. Trabalhou em 1952 como adjunto no Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG); em 1961 trabalhou à frente do Instituto de

Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado por líderes empresariais do Rio de Janeiro e de São Paulo com o intuito de promover campanha anticomunista e antigovernamental ao então presidente João Goulart (GOMES, 2011). Golbery do Couto e Silva, João Baptista Figueiredo, Newton Cruz e Octavio Medeiros, considerados o núcleo duro do SNI, tinham vindo todos do Sfici e compuseram os quadros do novo serviço secreto. Segundo Figueiredo:

Os cinco governos da ditadura tiveram ministros que passaram pelo Sfici: Golbery (duas vezes ministro), Figueiredo (duas vezes ministro e depois presidente da República), Mario Andreazza (ministro três vezes), Octavio Medeiros e Walter Pires (uma vez cada) (FIGUEIREDO, 2005. p. 132).

Essa foi uma das heranças que o Sfici deixou para o SNI, além dos arquivos, da estrutura física e também dos manuais, que posteriormente foram utilizados como base para a escrita de novos manuais utilizados pelo SNI.

O general Golbery teve suas teses utilizadas na construção dos manuais da ESG. Ademais, “dessas experiências resultaram as obras Planejamento Estratégico, em 1955, e Geopolítica do Brasil, em 1958, considerado o estudo geopolítico mais influente de todo o Cone Sul” (FERNANDES, 2009. p. 852). Além da presidência do SNI, Couto e Silva também foi ministro-chefe da Casa Civil no governo de Ernesto Geisel e de João Figueiredo. Sua importância nos quadros dos órgãos de informação brasileira se deve aos seus estudos na área, que ajudaram a moldar o pensamento e as bases de tais órgãos, bem como formar os novos agentes que atuariam no sistema de informações:

Golbery do Couto e Silva foi o principal teórico brasileiro da segurança nacional e o grande responsável pela reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional para o caso brasileiro. A geopolítica foi um elemento central no pensamento deste militar, e foi através da sua adequação ao contexto da Guerra Fria que ela foi utilizada para a formulação da variante teórica brasileira da DSN. Golbery do Couto e Silva, no Brasil, e Augusto Pinochet, no Chile, estão entre os maiores geopolíticos do Cone Sul no período da Guerra Fria (FERNANDES, 2009. p. 852).

Segundo Fico (2001), Golbery já estudava a possibilidade de criar um órgão como o SNI desde os anos 1950. Durante este período ele teria montado uma rede de informações que foi responsável por produzir dossiês sobre mais de 400.000 pessoas. Dessa maneira, com essa vasta experiência e tendo sido o idealizador do projeto, Golbery foi o primeiro chefe do serviço, atuando entre 1964 e 1967.

Desse modo, Borges (2007) aponta que os ideais do novo regime seriam pautados de acordo com a influência de grande relevância do general Golbery do Couto e Silva. A preponderância de suas ideias foi fundamental para a construção do que foi o Serviço Nacional de Informações durante a ditadura.

Quando aprovado, o SNI herdou a estrutura do Sfici, seus funcionários e documentos produzidos. A partir da criação do SNI, uma nova organização do sistema de informações surgiu. A princípio, tal mudança, a da estrutura do sistema de informações, pode parecer algo simples, entretanto, um exame mais detalhado mostra que, a reformulação do SNI nesse novo arranjo hierárquico representava a da condução do governo aos moldes dos grupos intelectuais representados por Castello Branco, primeiro presidente da ditadura³⁹.

Com forte influência dos estudos de Golbery, O SNI abriu espaço para a execução de suas concepções de governo e de guerra contra os subversivos e comunistas, focando, sobretudo, na busca por informações que privilegiassem sua tomada de atitude. A guerra interna, que na concepção deles estava sendo difundida, sobretudo, no campo das ideias, deveria ser combatida antes mesmo de ser difundida. Dessa maneira, investigar, vigiar e produzir informações para alertar aos demais órgãos de luta contra a “subversão” era a pauta central do SNI.

Para ter sucesso nessa guerra contra o inimigo interno, era necessário haver forte presença dos militares na sociedade civil. Segundo Quadrat (2012), essa ideia corroborou para um expressivo investimento neste setor de informações, tornando-o responsável por não somente coletar e processar os dados, mas aos poucos passou a também reprimir em nome da segurança. Para cumprir tal propósito, o órgão precisaria de uma rede que articulasse as informações na imensidão territorial do país e concentrasse-as num ponto central a fim de analisá-las e difundi-las.

Art 4º O Serviço Nacional de Informações compreende uma chefia (Chefe do Serviço e Gabinete), uma Agência Central no Distrito Federal e Agências Regionais.
§ 1º Fica incorporada ao SNI, como Agência Regional com sede no Rio de Janeiro (Guanabara), o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) que atualmente integra a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. (BRASIL, Lei nº 4.341, 13 de Junho de 1964).

Sua estrutura contava com uma agência central – AC, com sede no Distrito Federal, e com agências regionais, que atuavam nas principais capitais, e em seguida foram expandidas para outras regiões.

A divisão interna ficou da seguinte maneira: agência central, seção de informações estratégicas, seção de segurança interna e seção de operações especiais. Sobre esta divisão, Antunes afirma que:

A Agência Central era a responsável pelo processo de triagem da grande massa de informações que eram recolhidas pelo SNI. [...] À Seção de Informações Estratégicas cabia planejar a pesquisa e a busca de dados que lhe fossem

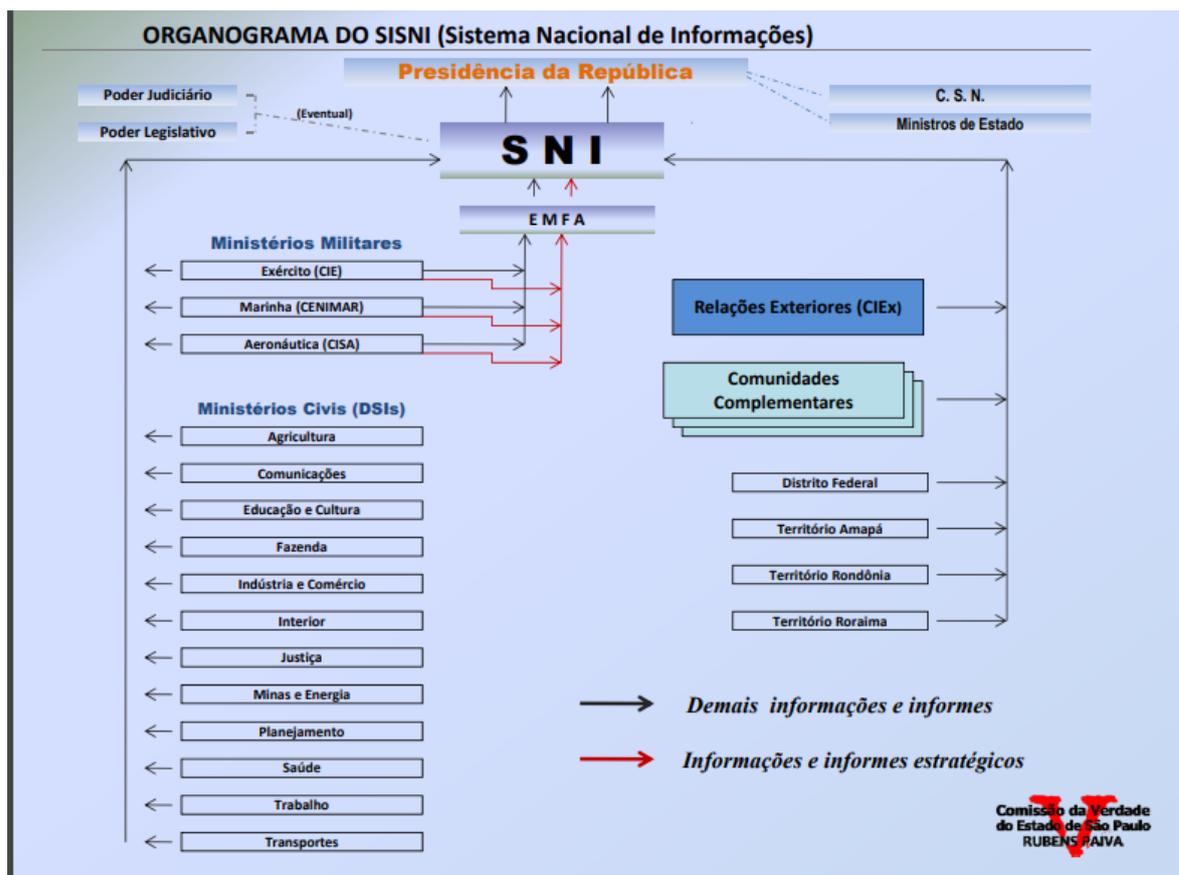
³⁹ Cf. FIGUEIREDO, 2005.

determinadas, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados. À Seção de Operações Especiais cabia realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizados com outras agências. E, por fim, à Seção de Segurança Interna cabia identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar a segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados (ANTUNES, 2002, p. 58)

Isso porque havia uma rede de órgãos de informações interligados, nos quais as informações eram trocadas, alimentadas e difundidas. Na década de 1970 foi instituído o Sistema Nacional de Informações (SISNI), sua função era aperfeiçoar o sistema de informações centralizando os órgãos dessa “comunidade de informações”. Nesse momento, o SNI foi integrado ao SISNI, bem como os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares e o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM). Assim, a rede de órgãos que geravam e compartilhavam informações tornou-se mais complexa (NUNES, 2018). A seguir, o organograma produzido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo⁴⁰ demonstra a estrutura do Sistema Nacional de Informações no qual o SNI estava inserido.

Organograma 1- Organograma do SISNI (Sistema Nacional de Informações)

⁴⁰ Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/>. Acesso em: 27/01/2021.



Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva

O organograma acima demonstra a ampla rede em que a “comunidade de informações” atuava. O SISNI contemplava esses órgãos que produziam informações das mais diversas. Dessa maneira, o SNI recebia informações tanto dos ministérios militares, que continham seus próprios órgãos de informações, quanto dos ministérios civis. Dessa maneira, nos órgãos civis:

Os "Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis" eram constituídos pelos órgãos de informações dos respectivos ministérios e das autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas. O órgão central de informações de um ministério civil era a sua "Divisão de Segurança e Informações". Em cada órgão importante da administração pública existia uma "Assessoria de Segurança e Informações" (ASI), por vezes chamada de (Assessoria Especial de Segurança e Informações) (AESI). Portanto, no âmbito de um ministério civil havia uma DSI e várias ASI e/ou AESI (FICO, 2001. p. 84).

Compreender essa estrutura organizacional da comunidade de informações é crucial para analisar os dossiês, arquivos e informações por eles produzidas. Visto que os documentos circulavam dentro desse sistema. Além disso, é interessante também compreender quem eram os agentes militares e civis que nesses órgãos atuavam e faziam o sistema de informações produzirem tantas informações ao longo de sua vigência.

Diante do cenário de “guerra permanente contra o comunismo”, ter controle sobre as informações era algo crucial para os militares, era uma estratégia de manter-se à frente do inimigo subversivo interno. Dessa maneira:

[...] era imprescindível que os agentes e analistas de informações conhecessem o modo de pensar do “inimigo”, o que ele defendia, como e com quais armas seria combatido o governo militar. O sistema repressivo gradativamente foi estruturando-se, chegando a reunir centenas de órgãos cuja burocracia estava encarregada de estabelecer métodos de trabalho, formas de coleta e análise das informações. Coube ainda à Escola Nacional de Informações (EsNi), subordinada à Presidência da República, capacitar boa parte do pessoal lotado no Serviço Nacional de Informações (SNI) e nos demais órgãos de informação. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012. p. 20).

Nesse sentido, a capacitação dos agentes de informações era essencial na promoção e produção da vigilância à sociedade, bem como na coleta de informações que viriam a balizar a tomada de decisões dos órgãos repressivos.

A partir da fase mais dura da ditadura brasileira, inaugurado com o Ato Institucional nº 5, nota-se que este foi crucial para essa inclinação mais severa de endurecimento do regime. Essa fase mais dura da ditadura deu continuidade à “limpeza” dos subversivos, só que de maneira mais violenta e legalmente legitimada. Em relação às universidades, o AI-5 foi responsável por aposentar centenas de professores, prender outros e expurgar diversos profissionais da área.

Motta (2014) aponta que o expurgo docente após o AI-5 gerou um clima ainda mais pesado nas universidades, mesmo os simpáticos ao regime condenaram tais atos e não concordavam com tamanha repressão. Como não podia ser diferente, o serviço seguiu o mesmo caminho:

Pelas normas do Ato Institucional nº 5, todos os processos de cassação eram formalmente deflagrados pelo SNI. Cabia ao *Serviço* preparar um dossiê sobre o candidato à degola e enviá-lo ao Ministério da Justiça. Do ministério, o processo seguia para a Presidência da República e depois para o Conselho de Segurança Nacional, onde a punição era sacramentada. (FIGUEIREDO, 2005. p. 132).

Logo após a promulgação do AI-5, o SNI produziu inúmeras fichas sobre pessoas dos mais diversos setores da sociedade. Com as universidades não foi diferente. Muitos dossiês produzidos ou difundidos pelo órgão apontam os resultados do AI-5 nas universidades, em sua maioria, a aposentadoria compulsória de inúmeros docentes e trabalhadores da universidade ou mesmo a prisão desses⁴¹.

⁴¹ Foi o caso da professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo, professora de História da UFRJ. Ela foi fichada em um dossiê produzido pelo CISA e difundido pelo SNI. No documento apontava que, ela tinha sido aposentada

Além do AI-5, também houve o decreto 477⁴², de 26 de fevereiro de 1969, cujo objetivo era definir as infrações praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados das instituições de educação públicas e mesmo particulares. Nesse sentido, este decreto abriu caminho e legitimou a intensificação da perseguição do Estado com as universidades. Chamado de “AI-5 das universidades“, o dispositivo de lei puniu diversos professores, estudantes, servidores e técnicos das universidades.

Esse decreto cumpria os anseios de parte dos militares que não tinham estado satisfeitos com os expurgos de 1964, a intenção era também alcançar os professores que tinham se livrado da varredura inicial. Acusando os perseguidos de “comunistas” e/ou “subversivos”, tal decreto foi responsável por gerar um clima ainda maior de medo e temor nas instituições de ensino superior (QUEIROZ, 2016. p. 7).

Embora os professores comunistas e os professores de esquerda fossem minoritários dentro da universidade (predominantemente conservadora, na qual o poder de mando do catedrático era central), as perseguições eram voltadas a atingi-los em seu papel como professor e no debate de ideias feito, bem como em seu papel como membro de uma organização. A militância política ou partidária, a adesão ou simpatia ao marxismo, assim como o fato de ser de esquerda e ocupar alguma posição no debate público, estavam entre as principais razões imediatas de perseguição. (ADUFF, 2018. p. 152).

A generalização dos “inimigos” do regime acabava por incluir uma gama de professores, alunos e funcionários na lista de perseguidos por razões quaisquer. Quando atingidos pelo decreto 477, no caso dos professores, era vedada a possibilidade de trabalhar em outra instituição pública por 5 anos. Em alguns casos, até mesmo em instituições privadas tais professores acabavam ficando impossibilitados de atuar. Já os estudantes, eram proibidos de cursar universidade por até 3 anos (QUEIROZ, 2016. p. 7).

Em 1967, foram criadas as Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis, que deveriam auxiliar os ministros durante a tomada de decisões nas questões relacionadas à segurança. Posteriormente, em 1971 foi criada a Assessoria Especial de Segurança e Informação - AESI. Alocadas no interior das universidades, as AESIs eram responsáveis por uma vigilância mais efetiva, visavam a auxiliar na aplicação da censura e triagem ideológica dos membros das universidades, e manter um diálogo entre a universidade e a DSI, bem como produzir informações diversas (MOTTA, 2008).

pelo AI-5. CISA. Informe nº 357/ XXX CISA-RJ, 26 de Outubro de 1970. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/70007796/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_70007796_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

⁴² Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

As AESI forneceram fontes riquíssimas para analisar a atuação do Estado dentro das universidades. Pereira (2016) e Motta (2008) analisam as fontes desses órgãos, compreendendo sua importância na triagem ideológica na contratação de funcionários, renovação de contratos de trabalho, censura e contrapropaganda. Essas ações corroboraram nos processos de demissões, aposentadorias compulsórias e expulsão de estudantes nas universidades. As AESI representavam um:

(...) mecanismo específico para monitorar, vigiar e, sobretudo, levantar informações dentro de cada instituição de ensino superior. Esses órgãos que atuaram no interior de dezenas de universidades brasileiras ficaram conhecidos como Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs). Estima-se que em, aproximadamente, 35 universidades foram criadas AESIs, além de outras 15 ligadas ao MEC, como foi o caso da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (Capes). Em geral, as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) deveriam atuar nas universidades públicas federais e estaduais no levantamento de informações no interior da comunidade universitária. Em outras palavras, o surgimento dessas assessorias teria como finalidade identificar e monitorar os chamados “elementos subversivos”, dentro de um espaço considerado crítico: o campus. (MÜLLER e FAGUNDES, 2014 *apud* QUEIROZ, 2018. p. 18).

Desse modo, o controle autoritário se dava no dia a dia das universidades, a vigilância era diretamente alocada nos prédios universitários. Professores e estudantes tiveram que lidar com a presença dos representantes militares e até mesmo os militares atuando nos corredores, nas salas de aula e pátios dos institutos universitários brasileiros. Outro fator agravante da situação das universidades a partir da década de 1960 foram os Atos Institucionais⁴³ baixados pelo governo durante boa parte da vigência da ditadura militar.

Diversos professores foram demitidos, aposentados compulsoriamente com base nesses Atos Institucionais⁴⁴. Na UFF, podemos citar alguns como o professor Silvio de Lessa Picanço, que foi aposentado compulsoriamente com base no decreto 53.897, que especifica o AI-1. Já os professores Hélio Lobato Vale, Hugo Weiss, João Luiz Duboc Pinaud, Milton Lessa Bastos, Miriam Limoeiro Cardoso, Alberto Coelho de Souza, foram aposentados compulsoriamente com base no AI-5. João Kiffer Neto, aposentado com base no AI-10. (ADUFF, 2018).

⁴³ Normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país. FGV -Dicionário Histórico Biográfico. Atos Institucionais. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acesso em: 07/04/2021.

⁴⁴ Os nomes citados são para fins explicativos de como os Atos Institucionais atingiram a UFRJ e a UFF, não são, com isso, uma pesquisa aprofundada de todos os professores atingidos pelos AI.

No caso da UFRJ, podemos citar os professores Marcelo da Cunha Moraes, Carlos Viana de Almeida e Nikoden Edler, atingidos pelo AI-1. Alvércio Moreira Gomes teve seus direitos cassados em 1964, bem como Darcy Ribeiro, que em seguida foi demitido.

Baseado no AI-5 foram aposentados compulsoriamente os professores Guy José Paulo de Holanda, Maria Yeda Leite Linhares, Moema Eulalia de Oliveira Toscano⁴⁵, Abelardo Zaluar, Alberto Coelho de Souza, Eulália Maria Lahamayer Lobo, Manoel Maurício de Albuquerque⁴⁶, Hugo Weiss, Guy de Holanda, José Américo da Mota Pessanha, Marina São Paulo de Vasconcellos, Miriam Limoeiro Cardoso, José Leite Lopes, Elisa Frota-Pessoa, Plínio Sussekind da Rocha, Sarah de Castro Barbosa, Quirino Campofiorito, Mario Antonio Barata e Abelardo Zaluar⁴⁷.

Assim, o SNI foi responsável por produzir incontáveis dossiês sobre os cidadãos brasileiros durante a vigência da ditadura militar. O trabalho realizado por este órgão foi crucial para fornecer respaldo à execução de diversas medidas repressivas por parte do Estado e mesmo de grupos autônomos.

Sobretudo a partir da década de 1970 o regime endureceu a partir de políticas arbitrárias iniciadas com o AI-5 que cercearam ainda mais as liberdades individuais dos cidadãos brasileiros. O então presidente da República entre 1969-1974 foi o general Emílio Garrastazu Médici, que governou o período de maior repressão da ditadura militar.

Entre 1967 e 1969, Médici havia sido o chefe do SNI, cargo máximo dentro do órgão⁴⁸. Dessa maneira, deixa o SNI e vai direto para a presidência. Nesse sentido, durante sua gestão como presidente, o SNI cresceu consideravelmente em tamanho e influência.

No esquema de segurança do governo Médici, o Exército era os músculos e o SNI, o cérebro. Com apenas seis anos de vida, o Serviço Nacional de Informações se tornara de fato o quarto Poder no país. Nada lhe escapava. O órgão vigiava parlamentares, estudantes, religiosos, intelectuais, líderes sindicais e quem mais estivesse no caminho do governo. (FIGUEIREDO, 2005. p. 194).

Faltava, contudo, para tamanha expansão, agentes formados para atuar no SNI, nas suas agências, nos demais órgãos da comunidade de informação e nas ruas. Foi a partir dessa

⁴⁵ Serviço Nacional de Informações, Agência Rio de Janeiro. Encaminhamento nº 05417/72/ARJ/SNI, 29 de Setembro de 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72086734/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72086734_d0001de0001.pdf. Acesso em: 09/01/2021.

⁴⁶ Ciência na Ditadura. Disponível em: http://site.mast.br/ciencia_na_ditadura/cientistas.html. Acesso em: 07/04/2021. Cf. Queiroz (2018).

⁴⁷ Motta, 2014. p. 169.

⁴⁸ Os chefes do SNI foram: 1964-1964: Golbery do Couto e Silva; 1967-1969: Emílio Garrastazu Médici; 1969-1974: Carlos Alberto da Fontoura; 1974-1978: João Baptista Figueiredo; 1978-1985: Otávio Aguiar de Medeiros; 1985-1990: Ivan de Souza Mendes.

conjuntura que foi criada a Escola Nacional de Informações - Esni⁴⁹. Inaugurada em 1972, a Esni foi criada através do decreto 68.448. Ela tinha o objetivo de formar quadros civis e militares para o SNI e a comunidade de informações.

Sobre a criação da Esni:

Art. 1º. Fica criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), com sede em Brasília, DF, subordinada diretamente ao Chefe do Serviço Nacional de Informações.

Art. 2º. A Escola Nacional de Informações (EsNI) tem por finalidade:

- a) preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contra-informações do Sistema Nacional de informações;
- b) cooperar no desenvolvimento da doutrina nacional de informações;
- c) realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do Sistema Nacional de Informações.(BRASIL, Decreto nº 68.448, de 31 de Março de 1971).

Dessa maneira, a Escola estava diretamente subordinada ao chefe do SNI, que teria em suas mãos o maior órgão de vigilância da ditadura e também a escola que formava os agentes que no SNI atuavam. O próprio texto do decreto elucida que sua criação visava, além de formar agentes de informações para os órgãos, também buscavam “cooperar no desenvolvimento da DSI”. Sendo assim, essa criação foi muito importante para compreendermos a conjuntura da produção dos dossiês, da produção da suspeita em si.

O material usado na formação dos agentes teve grande influência norte-americana e foi elaborado pelo general Enio dos Santos Pinheiro. Figueiredo (2005) nos diz que:

Enio se sentiu encorajado a elaborar o material da Esni a partir de informações pinçadas dos documentos e relatórios trazidos dos EUA. Assim, a primeira leva de textos acadêmicos da Esni foi toda copiada de material do FBI e da CIA - sem crédito para fonte. (FIGUEIREDO, 2005. p. 223).

Desse modo, os manuais utilizados nos cursos oferecidos na Esni refletiam os princípios da DSN e do anticomunismo que permeava a preparação dos agentes que atuavam na comunidade de informações.

Quanto aos cursos oferecidos na Esni, Figueiredo apresenta que eram três:

A (altos estudos), B (fundamentos) e C (operações). O Curso A durava um ano letivo, enquanto o B e o C, um semestre. Todos tinham aulas de segunda a sexta-feira em período integral, cada curso com no máximo 30 alunos. Os estagiários eram obrigados a fazer educação física e estudar pelo menos uma dentre as sete línguas oferecidas pela escola (inglês, francês, espanhol, russo, alemão, italiano ou árabe). Também era obrigatório o treinamento de tiro (FIGUEIREDO, 2005. p. 225).

Os cursos que formavam a grande massa dos agentes que atuavam na rotina do SNI viriam dos cursos B e C. No curso B aprendiam sobre a lógica de criação dos documentos, relatórios, informes e informações e como cruzar os dados. Enquanto no curso C, eram

⁴⁹ BRASIL, 1971. Decreto nº 68.448, de 31 de Março de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68448-31-marco-1971-456468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09/01/2021.

formados os agentes de rua, ou seja, que atuariam como infiltrados e espiões. (FIGUEIREDO, 2005). Assim, a Esni teve importância fundamental para a produção das fontes produzidas e difundidas pela comunidade de informações. Nesse sentido, Fico aponta:

Para implementar as atividades de informações, cabia ao SNI incentivar a especialização do pessoal, bem como "promover a formação de uma correta mentalidade de informação entre os integrantes do SISNI. Em 1971, subordinada ao SNI, foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), frequentada não apenas por militares, mas também por civis, na medida em que se planejava a transformação paulatina do SNI numa agência de civis, como a norte-americana CIA. A escola foi criada, durante o governo Médici, com base na experiência de um grupo de aproximadamente doze oficiais que estiveram no exterior, por um mês, estudando os serviços de informações de alguns países, como os Estados Unidos, Alemanha, Israel, França e Inglaterra. Cerca de 120 pessoas, por ano, eram formadas pela EsNI. Aproximadamente 90 eram civis. Os diversos ministérios selecionavam, previamente, esse pessoal, em sua maioria composto de indivíduos mais jovens. (FICO, 2001. p. 82).

Desse modo, a Esni viria formar mais braços para atuar no SNI e nos demais órgãos, tornando o cenário da produção da suspeita mais propício à perseguição de cidadãos e, no caso analisado neste trabalho, professores universitários.

Percebe-se através deste capítulo a influência da Doutrina de Segurança Nacional para a formulação do anticomunismo e da atuação do SNI durante a ditadura. Vimos que o SNI não foi o primeiro serviço secreto a atuar no país, outros órgãos já vigoraram no Brasil antes de 1964. Contudo, nota-se que a dimensão, poder e alcance do SNI foi elemento pioneiro da história brasileira.

A sua influência se valia no território nacional através das agências regionais, bem como com o fortalecimento da rede que integrava a comunidade de informações. Sendo assim, seu poder pode ser dimensionado a partir da produção da vigilância através dos dossiês que produzia e que eram utilizados como base e respaldo para as ações repressivas. Diante disso, nota-se que o diferencial do SNI em tamanha capilaridade incidiu diretamente na prática da vigilância dos professores universitários durante a ditadura.

Os agentes que atuavam nesses órgãos de informações estudavam na ESG e foram formados com base na DSN. A partir da Esni, a formação visava criar agentes especializados para atuar na comunidade de informações que havia crescido em tamanho, demanda e importância.

A produção dos dossiês feitos pela comunidade de informações foi responsável por produzir a suspeita sobre diversos professores universitários, assunto que veremos no próximo capítulo. As universidades foram cenário de intensa vigilância e suspeição. Além disso, tal

produção corroborou para a tomada de medidas repressivas e autoritárias contra a comunidade acadêmica.

CAPÍTULO II - A UFRJ E UFF, TRAJETÓRIA ATÉ O GOLPE DE 1964

A Universidade Federal Fluminense - UFF e a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ foram palco da vigilância do Estado em relação à sua comunidade acadêmica durante a ditadura militar.

Neste capítulo veremos como se constituíram essas duas instituições no estado do Rio de Janeiro e a conjuntura em que estiveram inseridas antes e depois do golpe de 1964, a fim de compreender o cenário que marcou a trajetória das duas universidades.

2.1 As universidades na década de 1960

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Brasil viveu um processo de acelerado desenvolvimento econômico e industrial. Desde a década de 1940 houve um significativo crescimento da população urbana⁵⁰ decorrente, em grande medida, da migração de pessoas do campo para a cidade. Isso corroborou para o crescimento do pólo-urbano industrial e muito desse crescimento se deu pelas transformações no mercado internacional durante as décadas de 1940-50 (MENDONÇA, 1986).

A população, que era predominantemente agrária até 1960, rapidamente foi se transformando e experimentando o acelerado crescimento urbano, que trouxe consigo diversos problemas diante dessa mudança tão veloz. (RIDENTI, 2005. p.87).

Segundo Marcelo Ridenti (2007), o florescimento político e cultural verificado nos anos 1960 esteve relacionado a esse crescimento populacional e ao processo de urbanização. O Brasil vivenciava no período o crescimento e a diversificação das classes médias, o aumento da possibilidade do acesso ao ensino superior, ainda que insuficiente; paralelamente, os jovens passaram a compor parcela expressiva da população brasileira; surgiram novos modos de vida e cultura relativas à vida na cidade; houve dificuldade por parte dos poderes públicos de representar essa sociedade em transformação; por fim, surgiu uma “sociedade de consumo” ligada a certa democratização dos avanços tecnológicos.

No plano internacional, a Revolução Cubana (1959), no contexto da Guerra Fria (1947-1991) exerceu grande influência sobre as possibilidades alternativas de desenvolvimento econômico, social e político.

⁵⁰ Segundo Mendonça (1986), a população urbana brasileira teve um crescimento acentuado entre as décadas de 1940/60. Cresceu 52,8% em 1940/50 e 79,2% em 1950/60.

De acordo com Fávero (2006) houve, juntamente a essas transformações econômicas e socioculturais, o surgimento de uma consciência sobre os problemas sociais, os problemas das universidades e sua situação debilitada perante a modernização de outros setores. Questionava-se, nesse período, a necessidade da universidade acompanhar essa modernização que alcançava outros setores. Sobre este assunto, Motta comenta que:

As universidades viviam situação peculiar, pois recebiam jovens influenciados pelas novas tendências, mas eram instituições atrasadas, planejadas para outra época, quando a demanda era por pequenos magotes de bacharéis. Em tempo de desenvolvimento acelerado, começou-se a questionar por que elas não faziam pesquisa e não produziam mais mão de obra qualificada, e, da perspectiva de esquerda, por que atendiam apenas à elite. (MOTTA, 2014. p. 66).

Nesse sentido, essa pauta volta com mais intensidade a ser debatida, sobretudo durante o governo João Goulart (1961-64). A questão da universidade extrapola seu interior e alcança a sociedade, passando a ter suas demandas incluídas nesses debates. Isso se deveu ao fato de que:

Os que chegaram à Universidade nos anos 1950 e início dos 1960 foram criados em clima democrático e de esperança, apesar da guerra fria e das desigualdades sociais seculares da sociedade brasileira, com as quais se esperava romper por intermédio do desenvolvimento, fosse desencadeado por um capitalismo de massas ou — no limite — realizado numa sociedade socialista. (RIDENTI, 2007. p. 192).

A articulação estudantil em torno de questões pertinentes às melhorias na educação no início da década de 1960 se tornou mais intensa diante do debate em torno das Reformas de Base. Exemplo disso foi a atuação da Faculdade Nacional de Filosofia – FNFfi, da Universidade do Brasil – UB diante desse cenário. Discorrendo de acordo com o que José Werneck da Silva afirmou, Ludmila Pereira (2010) chamou a atenção para as intensas discussões levantadas pela FNFfi durante a década de 1960.

(...) a FNFfi era considerada, em nível nacional, um dos espaços acadêmicos onde propostas de reformas do ensino nos níveis secundário e universitário eram mais aprofundados e debatidos. No entanto, estar a FNFfi intensamente envolvida principalmente nas questões sobre as reforma sociais não significa dizer que não conviviam ali diferenças claras que envolviam professores e estudantes.

A FNFfi era, em grande medida, considerada uma faculdade com a presença de muitos estudantes de esquerda, ainda mais comparando-a ao Instituto Mackenzie de São Paulo e a PUC do Rio de Janeiro, que abrigavam grupos de extrema-direita como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e Movimento Anti-Comunista (MAC), respectivamente (PEREIRA, 2010. p.34).

No plano mundial, havia em curso diversos movimentos de contestação, no qual os estudantes ganhavam destaque:

Entre as questões mais importantes e visíveis estavam as guerras revolucionárias de libertação nacional (no caso do Vietnã, Cuba e Argélia); a rejeição da política tradicional, incluindo os paradigmas tradicionais da esquerda e seus modelos de comando verticais – lembrando aqui a importância da questão da autogestão, tema fundamental do maio francês; a defesa das universidades, bandeira defendida por estudantes latino-americanos, em especial argentinos, chilenos e uruguaios; a inclusão no repertório estudantil dos valores da contracultura e a emergência de novos movimentos sociais, referência maior do caso americano (MÜLLER, 2021. p. 3).

Ao longo da década de 1960 o meio estudantil tornou-se mais organizado e estruturado e a crescente penetração do Partido Comunista no meio estudantil influenciou também no encontro com outras orientações de esquerda. Diante dessa conjuntura de transformações sociais e debate em torno das Reformas de Base, os estudantes passaram a discutir amplamente a Reforma Universitária.

A estrutura básica da universidade era a grande questão discutida neste período, e juntamente a isso, outras demandas iam surgindo. O tema das cátedras vitalícias era um dos grandes questionamentos, visto que os professores catedráticos⁵¹ concentravam um poder enorme em suas mãos ao decidir sobre a contratação de assistentes e professores. A falta de vagas também era um problema que não foi solucionado diante do crescimento da população urbana e do crescimento industrial (MOTTA, 2014).

Marieta Ferreira (2012) aponta que também havia outras demandas, como: a democratização do ensino superior, ampliação e expansão dos cursos, diversificação das funções do ensino superior. Representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), essas temáticas eram largamente discutidas através de seminários e reuniões estudantis. Segundo Müller:

No início dos anos 1960, a entidade máxima dos estudantes brasileiros, a União Nacional dos Estudantes (UNE), ganhou destaque a partir das discussões sobre a reforma universitária percorrendo as universidades de norte a sul do país. Nesse momento, a Ação Popular (AP), tendência derivada da Juventude Universitária Católica (JUC), assumiu a presidência da UNE, garantindo sua estabilidade na cabeça do movimento ao longo dos anos 1960. Ademais, nesse momento foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, trazendo para o seio do ME as propostas de uma arte engajada de cunho nacional-popular, então elaboradas por artistas e intelectuais cujas principais influências estavam no próprio PCB, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no Teatro de Arena e no Movimento de Cultura Popular (MCP), de Pernambuco. (MÜLLER, 2021. p. 7).

⁵¹ Motta (2014) aponta que os catedráticos eram docentes prestigiados e bem-remunerados. Estes eram ainda responsáveis por controlar a estrutura decisória, congregações e conselhos universitários; bem como contratavam para trabalhar em suas respectivas áreas quem achassem necessário, gerando muitos casos de nepotismo e favorecimento de amigos.

Assim, a UNE foi polo aglutinador dessas demandas pela reforma universitária, visto que buscavam combater o arcaísmo das universidades e ajudar a construir soluções para uma universidade mais moderna e menos elitista. Era comum nos seminários da UNE discutirem questões da autonomia universitária; a participação de docentes e discentes na administração universitária, por meio da proporcionalidade representativa; regime de tempo integral aos docentes; aumento das vagas, entre outras questões. (FÁVERO, 2006. p. 29). ISEB

Muito embora os estudantes tenham levado a questão da reforma a intensos debates, também os professores a discutiam:

No meio docente também havia apoio às demandas reformistas, em geral entre os professores mais jovens e dinâmicos, excluídos do sistema de poder e mal remunerados, ou entre os que se dedicavam, com muitas dificuldades, à inglória atividade de pesquisa. Uma das propostas era extinguir o sistema de cátedras e implantar departamentos, como estrutura básica, ao estilo americano, na expectativa de dinamizar as atividades de docência e pesquisa. Porém, nem todos os professores favoráveis às reformas acompanhavam a pauta do movimento estudantil, considerando algumas reivindicações radicais e inapropriadas. Naturalmente, havia também muita oposição nas universidades ao apelo reformista, em geral proveniente dos catedráticos, por óbvias razões, e dos líderes das faculdades tradicionais (MOTTA, 2014. p. 68).

Percebe-se que mesmo com certo consenso sobre a necessidade de haver uma reforma nas universidades, a maneira e os meios pelos quais ela seria feita levantavam alguns embates. Mas, no início da década de 1960 algumas mudanças aconteceram, como foi o caso da criação da UnB, a mais moderna universidade brasileira neste período. Fávero (2006) aponta que os anseios modernizantes em torno das universidades atingem seu ápice após a criação da UnB. Isso se deveu ao fato de que ela agregava em sua estrutura boa parte das demandas discutidas pelos estudantes e professores que ansiavam por uma reforma nas universidades. Segundo Motta, a UnB:

(...) foi a primeira universidade planejada para funcionar como centro de pesquisa, com departamentos e institutos no lugar de cátedras e faculdades. A expressão “instituto” servia para designar unidades universitárias com vocação para a pesquisa, distinguindo-se das faculdades tradicionais. No plano original, a UnB teria oito institutos ligados às áreas científicas básicas, que seriam complementados por faculdades de formação profissional – direito, administração, educação, engenharia etc. De modo semelhante ao projeto do ITA, a UnB nasceu sem catedráticos e pagava salários mais altos que a média, oferecendo regime de tempo integral. Além da pesquisa, ela implantou de imediato cursos de pós-graduação, que deveriam funcionar simultaneamente aos recém-instalados cursos de graduação. Também na UnB se adotou pela primeira vez o sistema de créditos por disciplina, mais flexível que o formato de turmas com cursos de duração anual. (MOTTA, 2014. p. 69).

Segundo Motta (2014), a UnB serviu como modelo a ser usado na reforma das demais universidades brasileiras. Nesse sentido, João Goulart inclusive incorporou a demanda da

Reforma Universitária em seu projeto de Reformas de Base, contudo, o golpe de 1964 viria a minar esses planos.

Mesmo assim, servindo como modelo de modernização da educação superior, a influência da criação da UNB acirra os debates em torno da questão das universidades. Assim, as universidades passaram a configurar-se como *locus* privilegiado de grande mobilização da esquerda, acendendo um alerta para os militares antes mesmo do golpe⁵².

Nesta perspectiva, controlar as universidades, seja em relação ao produto de sua existência, seja para frear os avanços do movimento estudantil, passou a ser uma das pautas após o golpe⁵³. O “fantasma do comunismo” que assombrava a estabilidade do país pairava também sobre as universidades, de acordo com os militares. Diante disso, logo após o golpe de 1964 os militares iniciaram uma varredura nas universidades, com o objetivo de limpar as instituições dos considerados subversivos⁵⁴, dos comunistas e todos aqueles contrários à nova ordem política instaurada.

2.2 A formação da UFRJ e UFF: um breve resgate histórico

A criação da UFRJ relaciona-se à própria história da criação das primeiras universidades brasileiras. É preciso recuar temporalmente até a década de 1920, a fim de expor, brevemente, o processo de sua criação.

O decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920 instituiu a Universidade do Rio de Janeiro - URJ. Ela surge da junção de faculdades profissionais já existentes: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e duas faculdades livres de Direito. (FERREIRA, 2013. p. 19). Sua importância é notável, pois foi a primeira universidade criada legalmente pelo Governo Federal. A criação da URJ corroborou para a intensificação dos debates sobre a universidade brasileira, suas funções, autonomia e qual modelo de universidade o Brasil deveria adotar daí em diante (FÁVERO, 2006). Contudo, grandes transformações viriam somente a partir de 1930, no governo Vargas, após a criação do Ministério da Educação e

⁵² No clima de radicalização anterior ao golpe, as universidades se tornaram centros importantes da mobilização esquerdista, com a realização de seminários, eventos culturais e políticos, manifestações as mais diversas; e os estudantes se tornaram forte grupo de pressão no cenário público. (MOTTA, 2014, p.16).

⁵³ Jovens universitários participaram de várias atividades voltadas para a mobilização popular naquele período, como campanhas de alfabetização, de criação de sindicatos rurais, ou organização da população favelada dos grandes centros (MOTTA, 2014.p.24).

⁵⁴ De acordo com os documentos elaborados pelo SNI, subversão era um processo de destruição dos valores morais, garantido apoio da população e visando a tomada do poder através da luta armada. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012. p. 279-281).

Saúde Pública, responsável por lidar com as questões da área e promover reformas educacionais⁵⁵.

Já em 1935, o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, instituiu a Universidade do Distrito Federal – UDF. À época, a UDF era uma universidade original, tendo em vista os cursos que nela eram oferecidos e a proposta que levantava sobre o desenvolvimento da comunidade através da educação. A formação por ela oferecida visava o desenvolvimento de profissionais iniciados na pesquisa científica, bem como capazes de promover ações educacionais diretas (FERREIRA, 2013. p.22). Dessa maneira, sua relevância na educação superior brasileira se destaca, pois:

(...) apesar de ter existido por período inferior a quatro anos, essa instituição marcou significativamente a história da universidade no país, pela forma criadora e inovações com que a experiência se desenvolveu. Vale lembrar que, desde o início, apesar de grandes obstáculos, ela se apresenta não somente com uma definição precisa e original do sentido e das funções da universidade, mas também prevê os mecanismos que se fazem necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos. (FÁVERO, 2006. p. 25).

Seu advento abre espaço para uma série de discussões acerca dos objetivos da universidade, tal como a necessidade de haver autonomia em sua gestão e decisões. Nesse momento, essa questão da autonomia universitária foi levantada por Anísio Teixeira, então secretário de educação. Ele foi um importante expoente desse debate, questionava a questão do exercício da liberdade dentro das universidades, pois, segundo ele, uma das maiores características das universidades era ser um lócus de produção do conhecimento e investigação. Contudo, a conjuntura do Estado Novo acabava impedindo a execução dessa liberdade (FAVERO, 2006).

Mais adiante, a UDF passou a enfrentar obstáculos para sua permanência, sendo extinta em 1939, e tendo seus cursos transferidos para a recém-criada Universidade do Brasil, através do decreto nº 1.063, de 20 de janeiro do mesmo ano (FÁVERO, 2006). A criação da Universidade do Brasil – UB, foi empreendida através da Lei nº 452, de 5 de julho de 1937.

O Ministro Capanema também se pronuncia, assinalando que a lei sancionada, resultava de um projeto enviado pelo Executivo ao Poder Legislativo, em dezembro de 1935, que “fixa de maneira clara, todo o plano da Universidade do Brasil”. Para ele, dois princípios inspiraram a criação dessa Universidade, nos moldes em que foi estruturada: 1) “ela terá a função de fixar o padrão do ensino superior em todo o país; 2) a UB é uma instituição de significação nacional, e não local”. Em decorrência da Lei nº 452/1937, a Universidade seria constituída por 15 escolas ou

⁵⁵ Marieta Ferreira (2013) aponta que o Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, estabeleceu o estatuto das universidades brasileiras e também a organização da Universidade do Rio de Janeiro – URJ, através de dois decretos, em 1931. Esses foram passos iniciais para atender aos interesses conflitantes sobre os anseios em torno das discussões sobre a universidade, balizadas por pretensões dos velhos privilégios da sociedade em embate às novas demandas sociais.

faculdades que passariam a ter o adjetivo “nacional”. (FÁVERO; LIMA, 2006. p. 69)

Dessa maneira, a criação da UB correspondeu à pretensão de conceber um padrão nacional de ensino superior, centralizando o controle sobre as universidades ao Estado. Assim, desde a década de 1930, as universidades eram tuteladas pelo Estado⁵⁶, que dificultava a promoção de sua autonomia⁵⁷.

Pereira (2010) dialoga com a análise de Florestan Fernandes sobre a criação das primeiras universidades. De acordo com Fernandes, as primeiras universidades perpetuavam a finalidade de somente formar profissionais que pudessem manter os interesses da estratificação social oligárquica, ou seja, os interesses de uma pequena parte da sociedade. Isso contribuiu para que o pensamento crítico em torno dos problemas sociais fosse ceifado e combatido. Mais adiante, perceberemos como a articulação da universidade em torno dos problemas sociais incomodou drasticamente os militares antes e depois do golpe de 1964, e isso se revelou através das inúmeras maneiras de controlá-la e evitar as contestações sobre a sociedade.

Ao longo da década de 1940-50 os debates sobre a educação e as universidades vão se intensificando, gerando demandas por uma discussão mais aberta sobre as suas necessidades. Todavia, é a partir da década de 1960 que a busca por uma reforma universitária dá seus indícios mais concretos. Fávero (2006) assinala que essa questão foi levada a cabo através da instituição de uma Comissão Especial, criada pelo Conselho Universitário em 1962:

É criado o Escritório de Planejamento da Reforma da Universidade do Brasil, responsável pela coordenação dos trabalhos e pela elaboração de um documento baseado nas opiniões colhidas. Como resultado dos trabalhos, foram definidas as Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil. Embora apresentadas ao Conselho Universitário em junho de 1963, a execução dessas Diretrizes foi sustada em decorrência da mudança política ocorrida no país, após a implantação do regime militar, em abril de 1964. (FÁVERO; LIMA, 2006. p. 72).

É nessa conjuntura que a articulação de docentes e, sobretudo, estudantes, se torna mais engajada em torno da reforma universitária. As pautas que incluíam a modernização da estrutura arcaica das universidades, o aumento das vagas entre outros compunham a agenda do dia no setor universitário. Falaremos mais adiante sobre os desfechos desses debates.

⁵⁶ É válido levar em consideração a conjuntura do Estado Novo (1937-1945), marcada por um processo de centralização política de tom autoritário. “Durante esse período, o autoritarismo se expressa, em alguns momentos, pelo abuso de princípios ou normas em que se apoia o Governo” (FÁVERO; LIMA, 2006. p. 70).

⁵⁷ Diante da conjuntura do Estado Novo, a educação era compreendida enquanto elemento fundamental na difusão e legitimação dos valores desse regime autoritário (PEREIRA, 2010).

Surgindo muitos anos depois da UFRJ, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UFERJ (atual Universidade Federal Fluminense – UFF) foi criada em 18 de dezembro de 1960⁵⁸ através da Lei nº 3.848, durante o governo de caráter nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek⁵⁹. Ela surgiu enquanto parte do projeto de desenvolvimento para a região do fluminense. Demanda antiga da mobilização da União Fluminense de Estudantes (UFE), sua criação passa a atender aos anseios por uma universidade federal na região. Sua organização interna⁶⁰ passou por adaptações ao longo dos anos. Inicialmente, foi constituída através da agrupação de nove instituições de ensino superior que estavam localizadas em Niterói. Estas funcionavam sob diferentes regimes de vinculação jurídica, como federais, estaduais e particulares e foram reunidas para constituir a UFERJ⁶¹.

Assim, UFERJ surge num momento de crescimento da discussão em torno das universidades, seu papel, sua estrutura e objetivos. Nesse sentido, os poucos anos em que viveu sob regime democrático, permitiram com que tais questões fossem parte da agenda de discussões da universidade. Contudo, as questões mais burocráticas em relação às estruturas físicas da universidade com as obras e construção de prédios para suas instalações, acabaram tomando também grande parte da atenção da administração da UFERJ nesse período.

Mesmo assim, os anos iniciais após a sua criação foram marcados por intensas disputas internas. As diferenças entre os grupos que a compunham se refletiam na tomada de decisões sobre a nova estrutura da universidade agora federalizada. A escolha da reitoria, a elaboração das regras, regimento interno e outras questões, eram palco de conflitos e discussões na recém-criada universidade.

O Brasil neste período vivenciava acelerada transformação social e econômica, a UFERJ foi concebida no bojo dessas transformações. Na década de 1960, o Brasil estava prestes a completar a transição de um país agrário-exportador para urbano-industrial. A conjuntura da criação dessa universidade era completamente diferente do contexto de criação da UB, como podemos perceber.

⁵⁸ A produção que versa sobre a UFF é bem escassa, com isso, o presente trabalho se baseou nos trabalhos de CORTE; MARTINS (2010); PEREIRA (2016) e UFF (2021?).

⁵⁹ Sobre a criação da UFERJ, ver: Planalto Civil. Lei nº3.848/1960. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13848.htm. Acesso em: 07/03/2021.

⁶⁰ Cf. CORTE, Andréa Tello da; MARTINS, Ismênia de Lima (Orgs.). 50 anos da Universidade Federal Fluminense – 1960-2010. Rio de Janeiro, Niterói: Editora da UFF, 2010.

⁶¹ Cf. Portal UFF Memória Informação. Esse portal reúne e sistematiza informações sobre a UFF, através dos resultados do projeto de criação do Centro de Memória da UFF. Disponível em: <http://www.memoria.uff.br/index.php>. Acesso em: 07/03/2021.

Ter em vista a conjuntura em que a UFERJ (futura UFF) foi criada nos ajuda a compreender seu papel diante dos olhos do Estado ao promover a vigilância, controle e repressão. Desse modo, é imprescindível saber que ela era uma universidade nova em relação à UB (futura UFRJ), mas ao mesmo tempo, que também compartilhava das insatisfações e discussões em torno das necessidades das universidades nesse momento.

2.3 O golpe militar de 1964 e as universidades: perseguições, disputas internas e reforma universitária

Conforme visto até aqui, a década de 1960 foi marcada por grande efervescência política. O governo João Goulart propunha uma agenda reformista, defendida por diversos setores sociais, como trabalhadores da cidade, do campo, estudantes, entre outros. Por outro lado, os setores conservadores temiam que essa agenda representasse o avanço do comunismo com uma revolução social. A América do Sul foi marcada por regimes ditatoriais durante o século XX⁶². Contudo, a experiência do Brasil foi uma novidade diante de sua manutenção por 21 anos.

Desse modo, após o golpe de 1964, foi inaugurada uma fase de intenso controle da sociedade e instituições. As universidades sofreram, logo de início, com os expurgos e, ao longo da ditadura, foram vigiadas e reprimidas. Um alto investimento em produção de vigilância e repressão foi feito.

A Operação Limpeza⁶³ representou a primeira fase de expurgos das universidades. Essa expressão, cunhada pelos agentes do Estado, foi empregada para designar o afastamento dos que se opunham ao novo governo instaurado. Motta (2014) aponta que os considerados inimigos eram os comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda. De certa maneira, a ideia era limpar as instituições da corrupção, entretanto, essa operação foi instrumentalizada para atingir os inimigos políticos do governo.

Foram abertos diversos Inquéritos Policiais contra pessoas consideradas suspeitas. Criaram Comissões de Inquérito, que buscavam investigar casos de “subversão” e probidade administrativa nas universidades, com o intuito de manter um controle maior sobre os atos subversivos. Assim, o refinamento dos instrumentos de inteligência e informação foi essencial

⁶² Paraguai (1954 a 1989); Chile (1973 até 1990); Argentina (1976-1983).

⁶³ A expressão “Operação Limpeza” foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados (MOTTA, 2014, p. 25).

para reunir informações estratégicas capazes de orientar as ações dos agentes do governo (MOTTA, 2014).

Em meio a esse quadro, o clima no plano nacional foi tomado por enorme tensão: professores e alunos foram expurgados, reitores foram afastados e/ou substituídos, outros abandonaram o emprego antes que fossem demitidos. Embora seja difícil mensurar o número exato desses expurgos, sabe-se que eles ocorreram.

Os expurgos atingiram diversas universidades, na Universidade Federal da Paraíba o reitor Mário Moacyr Porto foi afastado do cargo tão logo se irrompeu o golpe, os militares locais, acreditavam ter evidências do seu envolvimento com a esquerda. (NUNES, 2018).

Rodrigo Motta aponta a prisão de:

Em São Paulo foram presos Mario Schenberg, Florestan Fernandes, Isaías Raw, Warwick Kerr, Luiz Hildebrando Pereira e Thomas Maack; em Belo Horizonte, Simon Schwartzman, Marcos Rubinger, Sylvio de Vasconcellos, Henrique de Lima Vaz, Celson Diniz; em Brasília, Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Edgar Graeff, Ítalo Campofiorito, José Pertence, Hélio Pontes, Eustáquio Toledo, de um total de treze professores universitários encarcerados.

Para o Rio de Janeiro (na época, estado da Guanabara), há escassos registros sobre professores presos, tanto na memória dos contemporâneos quanto na imprensa da época, o que é estranho, porque a cidade era o centro político do país. O professor Isnard Teixeira, da Escola de Enfermagem da UB, foi preso nos primeiros dias, assim como o físico Plínio Sussekind. Já o conhecido físico José Leite Lopes foi detido alguns meses depois, em agosto, quando tentava requerer seu passaporte na polícia carioca [...]. No Recife, foram detidos Paulo Freire, Antônio Baltar e Luiz Costa Lima; em Porto Alegre, Armando Temperani Pereira, professor e deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Alguns professores nordestinos foram confinados em Fernando de Noronha, como o paraibano Francisco de Assis Lemos de Souza (Motta, 2014. p. 29).

Os estudantes foram perseguidos intensamente logo após o golpe. Aos olhos dos militares, as lideranças estudantis e suas entidades eram mais comprometidas com a questão da “infiltração comunista”. Esse temor da difusão dos ideais comunistas pelo movimento estudantil gerou nos militares formas mais duras de repressão aos estudantes. Isso se reflete se pensarmos o caso do incêndio da sede da UNE em 1º de abril de 1964, logo após o golpe. O prédio, localizado no Rio de Janeiro, foi depredado e incendiado (MOTTA, 2014).

São escassos os trabalhos que versam sobre a história da UFF, sobretudo em relação ao período da ditadura. A tese de Ludmila Pereira, defendida em 2016 na referida universidade, é uma contribuição notável sobre o tema. Baseando-se nas fontes da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFF (AESI/UFF) e Atas de Conselho Universitário, a autora demonstra como a ditadura atuou internamente na UFF gerando vigilância, controle e repressão. Essas ações foram responsáveis por filtrar contratações de trabalho, aposentar professores, expulsar alunos, entre outros.

O golpe de 1964 acentuou as disputas internas. Conforme discorre Ludmila Pereira, (2016) ao analisar as Atas do Conselho Universitário:

No começo de abril do mesmo ano, as atas do Conselho Universitário demonstram como se deu o processo de intervenção na universidade. Sete dias após o golpe, o debate já se dava em torno de nomes de professores indicados para ocupar cargos de direção e declarações de apoio e contra o golpe. (PEREIRA, 2016, p.53)

Atuando na UFERJ a partir de 8 de maio de 1964, a Comissão de Inquérito, inicialmente, enviou nomes dos funcionários da universidade ao DOPS a fim de confirmar se algum deles teria registros criminais desse órgão (ADUFF, 2018). Já nesse momento percebe-se o controle acentuado praticado pelo Estado contra as universidades.

A Comissão de Inquérito da UFERJ foi designada diretamente pelo Ministro da Educação e Cultura, Suplicy de Lacerda, para a investigação de possível “subversão” e probidade administrativa na Universidade. O ato baseava-se na portaria de nº 64 de 8 de maio de 1964, em conformidade com os preceitos estabelecidos no artigo nº7 do Ato Institucional nº1. Na UFERJ, diferente da Universidade do Brasil, todos os membros da Comissão eram professores da Universidade. (PEREIRA, 2016, p.62)

Os militares defendiam o discurso de que essas ações visavam encontrar e excluir a atuação de aqueles que eram contrários ao novo governo vigente⁶⁴. Em contrapartida, havia outros interesses internos que acabavam sendo instrumentalizados dentro desse momento oportuno de perseguição contra funcionários da UFF, pois:

A Comissão de Inquérito criada em 1964, mais do que a investigação e repressão à oposição ao regime, também evidenciou os conflitos e disputas dentro da burocracia universitária da UFF. Documentos envolvendo reitoria e direção de institutos demonstraram como a concorrência pelos cargos de direção da Universidade envolviam acusações de fraudes em eleições, peculato, desvio de verbas e nepotismo. (PEREIRA, 2016, p.70)

A UFERJ, nesse sentido, tornou-se palco de disputas e foco da atuação dos militares após o golpe por conta das denúncias sobre atuação subversiva e corrupção em seu interior:

[...] em 1964, as acusações de subversão e corrupção da UFERJ partiam do jornal “O Fluminense”, cujo dono e editor-chefe era irmão do governador interventor da Guanabara. As acusações em 1967 publicadas na Revista Atualidade contra Barreto, viriam do jornalista Sindulfo Santiago, também bem próximo a Alberto Torres. Além disso, não faltam episódios de intervenção e pedidos de intervenção para autoridades militares e políticos desde a fundação da então UFERJ em 1961. Portanto, com o golpe de 1964, a disputa pelos cargos de direção da Universidade acirrou-se e ganhou um novo invólucro, mais adequado ao “novo” regime, com todos os grupos que disputavam esse poder procurando desqualificar os oponentes a partir de acusações de corrupção e/ou subversão. (PEREIRA, 2016, p.80)

⁶⁴ As motivações ideológicas que nortearam as ações dos militares serão mais aprofundadas no capítulo 2.

Outro episódio de vigilância na UFF foi o caso da atuação de professores de economia⁶⁵. Segundo fonte do SNI, através de ajuda mútua, um grupo de professores tentava impedir a admissão de professores que não fossem de esquerda e promoviam agitação nos alunos. Estes eram: Frederico Amorim; Claudio Salm; Guilherme Vassalo; Manoel Luiz da Gamboa.

Os agentes que produziram esse informe apontaram ainda, que esses professores estudaram juntos e que eram muito conhecidos na Universidade do Brasil. Além disso, dizem que “eram participantes assíduos de comícios relâmpagos nas épocas mais tumultuadas. Sabe-se ainda que, quando alunos, costumavam se reunir frequentemente”. (Serviço Nacional de Informação, 1969). Deste modo, a ação desses professores, no início da década de 1960, passou a compor os arquivos do SNI que vigiavam a comunidade acadêmica, produzindo informações que poderiam, em seguida, legitimar as ações de demissão, aposentadoria compulsória e expulsão.

Em outros casos, era comum, no interior das universidades, haver também denúncias contra professores ou alunos logo no início da ditadura. Muitos apoiavam-se na ideia de que os militares fariam a “limpeza” e logo após devolveriam o poder aos representantes civis. Não se esperava que a ditadura fosse durar tanto tempo e que o sistema repressor fosse se agravar ao ponto em que chegou na década de 1970.

Rodrigo Motta (2014) revela que grande parte das motivações dessas denúncias era de caráter político e ideológico, entretanto, percebe-se também as situações de adesão oportunista. Essas práticas visavam o apoio aos militares, através de denúncias de colegas nas universidades, com a expectativa de benefícios próprios, como criar espaços de poder e galgar ascensão na carreira⁶⁶.

Já na FNFi, o caso do professor catedrático Eremildo Luiz Viana foi marcante, visto sua colaboração para a atuação dos militares no interior dessa faculdade. O professor Eremildo foi catedrático de História Antiga e Medieval da FNFi da UB desde 1946 e diretor da Faculdade entre 1957 e 1963, chefe de departamento no IFCS a partir de 1965.

Logo após o golpe, Eremildo ocupou a Rádio MEC com o auxílio de militares sob o argumento de que um foco de agitação subversiva estaria presente ali. A então diretora da rádio, Maria Yedda Linhares, foi afastada algumas semanas depois e Eremildo ocupou seu

⁶⁵ Serviço Nacional de Informações. Atividades de Esquerda na Faculdade. AC ACE 21573/69 CNF 1/1. Informe nº 166 – FA - 2, 02 de dezembro de 1969. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/69021573/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_69021573_d0001de0002.pdf. Acesso em: 13/10/2020.

⁶⁶ Esse interesse em novos postos na carreira se dava também porque os expurgos geravam vagas ociosas nas universidades (MOTTA, 2014. p.37).

lugar. (FERREIRA, 2013, p. 55). O professor Eremildo Viana cada vez mais demonstrava sua insatisfação com os rumos que a universidade e mesmo o país estariam tomando. Acusando e perseguindo professores e alunos, ele asseverava sua posição de alinhamento com os governos militares recém-instalados e:

Nos meses seguintes, vários Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram abertos para apurar a infiltração comunista na FNFi, e professores foram acusados e presos, enquanto alunos eram expulsos. De acordo com os dossiês produzidos pelos órgãos de segurança, na FNFI funcionava uma célula comunista que reunia vários professores. As informações reunidas nesses dossiês recuperam eventos e personagens que atuaram na FNFi a partir de 1958, e uma figura destacada nas denúncias feitas por Eremildo, mas também mencionada em outros relatos, é a de Maria Yeda Linhares. (FERREIRA, 2013, p. 55)

A influência, participação e vigilância que Eremildo exercia dentro da FNFi pode ser pensada como uma estratégia de ascensão a cargos de maior prestígio. Em sua atuação, buscou auxiliar os militares e demonstrar-se prestativo em colaborar com os expurgos de professores e alunos durante a chamada Operação Limpeza.

O caso do professor João Cristóvão Cardoso⁶⁷ da FNFi demonstra como a ditadura tratou de manter a vigilância imediatamente após o golpe. Embora essa fonte tenha sido datada de 02 de maio de 1968, nela contém informações do início da década, da atuação do referido professor desde 1963. João Cardoso dava aulas de Física na FNFi e já era considerado subversivo tão logo se irrompeu o golpe, isso se deve ao fato de que sua atuação anterior ao golpe já era monitorada. Visto que uma das informações descreve que este professor:

Articula-se geralmente com o comunista químico BERNARDO SANDLER e com um agitador internacional de nacionalidade argentino JORGE ERNESTO EDELSTEIN. Reunia-se o marginado, em seu gabinete, clandestinamente, aos sábados, com o Diretório Acadêmico, havendo dirigido a ação contra a formatura dos diplomandos em Jornalismo no dia 30/12/1963 (ARJ ACE 8635/68, 1968).

No que concerne a sua relação na FNFi com o professor Eremildo, o documento aponta que o professor João Cardoso foi:

ferreno adversário da administração do professor EREMILDO VIANA. O marginado é ligado ao chamado CENTRO PRO DEO, que reúne intelectuais da GB para estudar assuntos da atualidade (ARJ ACE 8635/68, 1968).

Aos olhos dos militares, esse professor, contendo essa trajetória anterior ao golpe e mantendo essa rede de amizade de pessoas consideradas subversivas, automaticamente o

⁶⁷ Serviço Nacional de Informações. João Cristóvão Cardoso. ARJ ACE 8635/68 CNF 1/1. Informação nº 270, 02 de Maio de 1968. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/68008635/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_68008635_d0001de0001.pdf. Acesso em: 13/10/2020.

transformava em alvo. Além disso, o fato de ser contrário à atuação do professor Eremildo, já dava sinais aos militares de que João Cardoso não compactuava com o novo governo, abrindo margem para sua vigilância e perseguição. Mais adiante, com a promulgação do AI-5, o referido professor foi aposentado compulsoriamente⁶⁸.

A polarização da sociedade, refletida também nas universidades, nos mostra que as ações de Eremildo Viana buscavam demarcar sua aproximação com a ditadura militar e o projeto de país e universidade que esse regime passou a pregar. Ele integrava o jogo de poder e disputas que marcou a FNFi durante as vésperas do golpe de 1964 e viu no novo governo instaurado uma possibilidade de atender seus interesses e se manter dentro do jogo que entrava em cena após o golpe. Somado a isso, àqueles que se opusessem aos ideais de Eremildo, que eram semelhantes aos dos governos militares, restava a vigilância e repressão.

Nesse sentido, a Operação Limpeza demarcou o perfil de ação dos militares para com estudantes e professores, marcada por repressão, violência e vigilância. Essa varredura inicial afastou, num primeiro momento, aqueles que abertamente se opunham ao novo governo instaurado. Ao longo dos anos, através do aperfeiçoamento do serviço de inteligência dos militares, até mesmo quem não demonstrasse abertamente contradições em relação ao governo militar sofreu algum tipo de vigilância, perseguição e/ou repressão.

Outro acontecimento que marcou a vida das universidades após o golpe foi a discussão sobre a Reforma Universitária. Desde o início dessa década, como vimos anteriormente, ela foi tema central no debate entre setores estudantis e também na sociedade. Essa demanda foi incluída no projeto das Reformas de Base de Goulart, gerando intensa discussão sobre sua implementação.

Com o golpe militar de 1964, os militares passaram a controlar os trâmites da reforma, bem como os seus objetivos e organização. Assim, a Reforma Universitária de 1968, concretizada com a Lei 5540 em 28 de novembro deste ano e levada a cabo pelo governo militar, surgiu enquanto mecanismo de busca pelo controle político sobre as universidades e criação de mão de obra para movimentar a economia. Conforme afirma Cannone (2015), os militares, ao assumirem o poder, tomaram esse projeto e o implementaram de acordo com os seus pressupostos e entendimentos das funções, organização e orientação das universidades, baseados em ideais ora modernizantes, ora conservadores. Assim:

O projeto de reforma universitária (Lei n.5.540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a

⁶⁸ O Instituto de Química da UFRJ fez uma homenagem, contando a história do referido professor. Disponível em: <https://www.iq.ufrj.br/notaveisdaquimica/joao-christovao-cardoso/>. Acesso em: 07/04/2021.

abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional (SAVIANI, 2010. p. 8).

Embora tenha atendido algumas das reivindicações populares por mudanças na estrutura organizacional das universidades, como o fim das cátedras vitalícias, privilegiou a manutenção dos interesses das classes dominantes ao submeter a universidade aos moldes empresariais e de agências internacionais.

Nos antecedentes do golpe e durante toda a ditadura os conceitos relacionados à necessidade de desenvolvimento e modernização estiveram presentes nas principais discussões sobre os rumos do país. Baseados nas teorias de modernização advindas dos Estados Unidos⁶⁹, a ideia de modernização foi empregada enquanto mecanismo de controle dos avanços do comunismo e esse anseio foi absorvido pelo governo autoritário brasileiro a partir de 1964. Dessa maneira, a educação ocupou um lugar de destaque, sendo considerado setor prioritário na difusão de valores aos jovens.

O movimento estudantil foi um dos setores da sociedade que mais discutiram as pautas e demandas necessárias na universidade que deveriam entrar no texto da reforma. Nas palavras de Fávero:

A participação do movimento estudantil se dá de forma muito densa, o que torna difícil analisar a história do movimento da Reforma Universitária no Brasil sem que seja levada em conta essa participação. Dos seminários e de suas propostas, fica evidente a posição dos estudantes, através da UNE, de combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias. Nesses seminários são discutidas questões relevantes como: a) autonomia universitária; b) participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa; c) adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização de currículos (FÁVERO, 1994 *apud* FÁVERO, 2006. p. 29).

Entretanto, após o golpe de 1964, a UNE foi posta na ilegalidade numa tentativa de desarticular o movimento estudantil e sua organização. Todavia, a sua atuação foi tomando outras formas e adicionando a resistência contra a ditadura entre suas pautas. Angélica Müller (2010) defende a tese de que o movimento estudantil, sobretudo após 1968 com o Decreto 477, que punia alunos e professores acusados de subversão, buscou novas formas de luta e embates contra a ditadura. Embora a articulação em torno da UNE tenha sido fortemente

⁶⁹ Para certos teóricos americanos de linha democrata, a modernização nos países pobres deveria ir além do progresso e desenvolvimento econômico, implicando também mudanças políticas e culturais que trouxessem em seu bojo a democracia característica da verdadeira modernidade (MOTTA, 2014).

reprimida pelos agentes militares, seus representantes atuaram da maneira que foi possível, dentro de suas realidades locais.

Outras formas de luta e contestação, que não fossem a luta armada e o exílio, foram sendo incorporadas pelo movimento estudantil, como a contracultura e a defesa da cultura democrática (MÜLLER, 2021). As pautas que eram amplamente discutidas pelo movimento estudantil, pela UNE em seus seminários e pela sociedade, foram sendo esvaziadas com a desarticulação dos mesmos. Isso abriu espaço para a direção da reforma ser empreendida pela cúpula dos militares, sem diálogo com a sociedade, sem democratizar sua construção.

Assim, mesmo esse debate tendo sido intenso durante a década de 1960 por diversos setores da sociedade, a coalizão golpista logrou êxito e inaugurou a implementação de um projeto de modernização baseado no autoritarismo e de caráter liberal conservador. Dialogando com a análise de Fávero (1991), a educação ganhou destaque nas ações do Estado uma vez que eram encaradas também enquanto fator primordial de desenvolvimento econômico e integração nacional. A missão de garantir o futuro social nos moldes da racionalização do ensino e aniquilamento dos movimentos subversivos em seu interior tornou-se essenciais ao novo governo.

Tecendo uma pesquisa sobre as propostas a respeito da reforma universitária de 1968 e buscando compreender as origens dos interesses responsáveis por mover os grupos que a fizeram, Fávero, na obra: *Da universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos* (1991), desenvolve uma apresentação da discussão feita em duas medidas parciais empregadas pelo governo pós-64 a partir do Plano Atcon e no Relatório da Comissão Meira Mattos.

Rudolph Atcon⁷⁰, consultor americano, foi convidado a realizar um estudo em diversas universidades brasileiras através da solicitação feita pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura entre junho e setembro de 1965. O objetivo era realizar um estudo sobre a reformulação estrutural das universidades no país. De acordo com os resultados desse estudo:

[...] Atcon sugere a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada no modelo empresarial, cujas principais finalidades deveriam ser o rendimento e a eficiência. A universidade, para ser eficiente e modernizada, seria organizada de acordo com o modelo da empresa privada, capitalista moderna, cujos controles são internos e cuja estrutura difere em muito da empresa pública (FÁVERO, 1991. p. 25).

⁷⁰ Rudolph Atcon, de origem grega, mas naturalizado americano, tornou-se especialista em planejamento e gestão universitária nos anos 1950, com atuação, sobretudo na América Latina. Ele já havia colaborado com Anísio Teixeira em anos anteriores, na fase de implantação da Capes, mas foi em 1965 que se tornou conhecido, ao ser contratado pelo MEC para fazer diagnósticos sobre as universidades brasileiras (MOTTA, 2014. p. 52).

Atcon concluiu que as universidades precisavam passar por uma transformação e modernização aos moldes empresariais. Promovendo uma espécie de instrumentalização da concepção taylorista⁷¹ no setor educacional, seria possível promover a autonomia universitária à medida que ela se tornasse tal qual uma empresa privada (FÁVERO, 1991. p. 29).

Desse modo, Fávero (1991) aponta que o modelo proposto por Atcon carrega, intrinsecamente, um método de trabalho que está ligado a um modo de vida, ou seja, não é neutro, puramente técnico ou científico. Assim, a ideia que esse modelo quer implementar nas universidades é a de uma estrutura segmentada, alienadora, visto que separa os segmentos, afastando, propositalmente, as funções de direção e execução e visando a racionalização da produção. Já o Relatório Meira Mattos foi elaborado com o propósito de solucionar os problemas com o movimento estudantil, a partir de um decreto do presidente Costa e Silva, em 1967:

Essa comissão era presidida pelo coronel Meira Mattos, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, promovido a general de brigada em 25 de abril de 1968. Dela faziam parte, os profs. Hélio de Souza Gomes, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Jorge Boaventura de Souza e Silva, diretor da Divisão de Educação Extra-escolar do Ministério da Educação e Cultura, e o sr. Affonso Carlos Agapito de Vasconcelos, da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional (FÁVERO, 1991. p. 36).

Importante salientar que um professor da UFRJ compôs essa comissão, o que revela a atuação de professores auxiliando nas ações do Estado para com as universidades e, neste caso, com o movimento estudantil.

Os objetivos dessa Comissão eram compreender as reivindicações, teses e sugestões sobre as atividades dos estudantes; propor medidas que pudessem ser aplicadas pelo Estado em relação ao setor estudantil e supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes. Para tanto, a Comissão ficou na sede da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), atuando entre janeiro a abril de 1968. Os resultados do relatório elaborado por estes apontava que a maior dificuldade para a sistematização e a prática de uma política educacional seria a crise de autoridade no sistema educacional brasileiro.

Os dois documentos, segundo Fávero, indicam provas de como o governo autoritário buscou a implantação de uma nova estrutura administrativa nas universidades que pudesse atender a finalidade de rendimentos e eficiência em detrimento da produção acadêmica, científica e cultural. Em ambos a educação era vista enquanto ponto chave para alavancar a

⁷¹ O método Taylor, foi criado para organizar o trabalho manual em finais do século XIX. A proposta central é a racionalização do trabalho.

economia e dar legitimidade ao novo governo e suas ações. Nesse sentido, Fávero (1991) defende que esses dois documentos, o Plano Atcon e o Relatório Meira Mattos representavam as intenções do Estado em controlar as universidades através da criação de mecanismos de coerção e penetração consensual, a fim de manter a sua hegemonia e legitimar-se.

A partir dos acordos e assistência técnica e financeira do MEC com a United States Agency International Development (USAID) as mudanças nas universidades começaram a acontecer. A proposta do acordo, grosso modo, era modernizar o ensino brasileiro. Além disso, segundo Fávero, esse acordo foi uma estratégia de hegemonia, baseada em

(...) três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares (FÁVERO, 1994, p. 152-153 apud FÁVERO, 2006, p. 30).

As medidas iniciais quanto à reforma foram os decretos ainda em 1966. O Decreto-Lei n.53 (18 de novembro de 1966) e sua complementação, o Decreto-Lei n.252 (28 de fevereiro de 1967) fixaram os princípios e normas de organização para as universidades federais. Estes já estabeleciam a unidade entre ensino e pesquisa; reorganização das cátedras; delimitação dos departamentos enquanto a menor fração da estrutura universitária. (BRASIL, 1966; 1967).

O aumento das manifestações estudantis, sobretudo em 1968, demonstrava o sentimento contrário aos acordos brasileiros com a USAID e corroborou para que o governo acelerasse o andamento da reforma. O círculo do poder acreditava que resolver a “questão universitária” era uma urgência em nível de segurança nacional, pois os estudantes insatisfeitos e organizados, tal como os professores “comunistas” ofereciam um risco ao país. Fazer a reforma universitária representava modernizar e manter a segurança do país.

O ano de 1968 foi um marco em relação à atuação do movimento estudantil que contestava a ditadura e as ações militares. Uma série de episódios podem ser destacados para mensurar a conjuntura de agitação:

Os eventos que marcaram o chamado “ano mágico” são bastante conhecidos e foram muito estudados: no Rio de Janeiro, a morte do estudante secundarista Edson Luís, o episódio da quinta e sexta-feira sangrenta, a passeata dos cem mil; a invasão da UnB, em Brasília; o Conflito da Rua Maria Antônia, em São Paulo, o trágico Congresso de Ibiúna; e o *grand finale*, com a decretação do Ato Institucional n.5, o AI-5. Para vários estudiosos do tema, a ditadura completa nesse momento seu ciclo de militarização (Codato, 2004; Napolitano, 2014). Para algumas leituras mais liberais, começa ali o regime (Gaspari, 2002; Reis, 2014). (MÜLLER, 2021. p. 3-4).

Tendo em vista esse grande alvoroço, a urgência em lidar com a questão estudantil tornou-se ainda mais urgente. Por fim, em meio a esse cenário conturbado, foi criado um Grupo de Trabalho pelo Marechal Costa e Silva para apresentar uma proposta para a Reforma Universitária, levando em consideração alguns pontos imprescindíveis, como eficiência, modernização e flexibilidade da universidade com objetivo de formar mão de obra qualificada para o desenvolvimento do país. Sobre os membros desse grupo de trabalho, Cunha (2007) aponta que era composto por:

Tarso Dutra, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e ministro da Educação (presidente do GT); **Antônio Moreira Couceiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro** e presidente do Conselho Nacional de Pesquisas; padre Fernando Bastos D'Ávila, vice-reitor da PUC-RJ e assessor da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas; João Lyra Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara; João Paulo dos Reis Velloso, representante do ministro do Planejamento, mais tarde ministro ele próprio; Fernando Ribeiro do Val, representante do ministro da Fazenda; Roque Spencer Maciel de Barros, catedrático da Universidade de São Paulo, membro e relator da Comissão de Reestruturação da USP, que havia apresentado seu Memorial na semana anterior; Newton Sucupira, ex-professor, ex-diretor de faculdade da Universidade Federal de Pernambuco, membro do Conselho Federal de Educação; Valnir Chagas, ex-professor e ex-diretor de faculdade da Universidade Federal do Ceará, membro do Conselho Federal de Educação; João Carlos Moreira Bessa, presidente do Diretório Central de Estudantes da PUC/RJ e **Paulo Possas alunos da Escola de Engenharia da UFRJ**, indicados pelo vigário-geral do Rio de Janeiro, José de Castro Pinto e pelo Mudes. No dia 5 de julho, o presidente da república nomeou o deputado federal por Minas Gerais, Aureliano Chaves, representante do Congresso Nacional no GT (CUNHA, 2007. p. 220, grifo nosso).

Percebe-se que a UFRJ se fez presente nesta comissão com um professor e um estudante. Embora na primeira reunião os estudantes não tenham comparecido por conta da indignação em relação à ilegitimidade da representação e recusaram participar. Mesmo assim, a escolha de duas pessoas da UFRJ demonstra a relevância que essa universidade tinha aos olhos dos dirigentes militares.

Diante do cenário de agitação estudantil, a proposta logo foi enviada para tramitar no Congresso e em 28 de novembro de 1968 foi aprovada. Assim se deu a instituição da Reforma Universitária (GOMES e PINTO, 2017. p. 430). Ela nasce sem participação popular, sem um debate aberto, é decidida dentro do restrito grupo que a deliberou.

Tecendo uma análise de alguns pontos do texto integral da reforma, podemos destacar os seguintes artigos: no 1º e 2º artigo, ficavam expressos os objetivos do ensino superior que seriam a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. O artigo 3º versava sobre a autonomia universitária, embora na prática não fosse bem assim. Quanto às atribuições do Conselho Universitário, o artigo 9º definia suas atribuições sem, com isso, listar a metodologia e os planos do mesmo, demonstrando a

interferência do caráter tecnicista das universidades. Em relação à supervisão e controle diante dos fóruns deliberativos, os artigos 13, 14 e 15º previam a ingerência do empresariado diante da gestão financeira das universidades (BRASIL, 1968).

Sobre o ingresso nas universidades, a reforma também transformava o processo em unificado e classificatório, de acordo com o artigo 21º. Os cursos profissionais, por sua vez, eram vinculados às condicionantes do mercado de trabalho no artigo 23º (BRASIL, 1968).

Algumas demandas das discussões do início da década de 1960 foram atendidas, como o fim do regime de cátedras (Art. 33); o tempo integral e regime de dedicação exclusiva (Art. 29) (BRASIL, 1968). Contudo, muitos outros artigos podem demonstrar como as mudanças no ensino superior foram amplamente condicionadas aos anseios de controle, centralização e modernização do setor às necessidades do capital.

Formar mão de obra, fragmentar as faculdades em institutos, valorizar os cursos mais técnicos em detrimento dos cursos de ciências humanas, demonstrou o ideal que a universidade deveria seguir: atender à economia. Além disso, esse vínculo circunscrito às necessidades econômicas revelam também os anseios de criar uma inserção da política educacional nos planos que correspondiam ao desenvolvimento e segurança nacional. Isso porque era necessário resguardar o Estado, gerando ações repressivas de controle político-ideológico na educação, incluindo as universidades e seus intelectuais (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011). Por fim, a questão político-pedagógica, a democratização do acesso, sobretudo das camadas mais baixas foi deixada de lado, colocando em evidência os anseios técnicos e produtivos das instituições superiores.

Percebe-se que boa parte da modernização prevista na reforma tinha fortes traços dos modelos de universidades norte-americanas, como o sistema de créditos, divisão em departamentos, valorização da produção acelerada (CANNONE, 2015). Dessa maneira, a forte influência dos documentos Atcon e Meira Mattos, bem como dos acordos MEC/USAID, foram sendo incorporados no texto final da reforma, deixando de lado as demandas reivindicadas por professores, estudantes e sociedade, excluindo sua participação na elaboração da reforma. Portanto, nota-se que o processo no qual a Reforma universitária de 1968 esteve envolvida, foi marcado por uma noção de modernização conservadora que pudesse atender aos moldes empresariais, aliando-se com as demandas de mercado, preservando os privilégios das elites e, ao mesmo tempo, diminuindo a autonomia e aumentando o controle sobre as universidades.

Enquanto a imagem de uma universidade modernizada e renovada era divulgada e defendida pelos militares, professores e alunos presenciavam os avanços do controle, vigilância e repressão nos seus quadros. Expulsões, perseguições, exílio e aposentadorias forçadas foram comuns nas diversas universidades do país. Casos capazes de demonstrar a ação dos militares sobre os que discordassem dos rumos tomados no cenário universitário. Por fim, a manutenção de um projeto de universidade e mesmo de país alinhado aos interesses do capital internacional, modificando suas instituições para atender às demandas da economia, foi permeada pela criação de um consenso que legitimasse tais ações. Isso foi visto através dos aliados e apoiadores da reforma tal qual foi empreendida, bem como do impedimento da participação da sociedade civil em sua elaboração.

Portanto, ainda que brevemente, vimos a história da construção da UFRJ e da UFF. A trajetória em que essas duas instituições foram criadas, revelou as diferentes experiências em que estiveram inseridas. Elucidando esse percurso, percebe-se que a UFRJ, enquanto universidade mais antiga, já atuava de maneira intensa nos debates sociais e, sobretudo, a partir da articulação do movimento estudantil, e assim ganhou maior visibilidade dos agentes após o golpe.

A partir das mudanças que marcaram a década de 1960, observamos as transformações que as universidades brasileiras passaram, sobretudo após a instalação da ditadura, na qual a comunidade universitária tornou-se intensamente vigiada. Desse modo, os professores universitários, de modo especial, compuseram diversas fichas de vigiados nos arquivos da comunidade de informações, o que veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – PROFESSORES NA MIRA DO SNI

No presente capítulo buscaremos compreender as fontes que foram produzidas e difundidas para o SNI durante o período de 1970 a 1974 em relação aos professores das universidades UFRJ e UFF. Desse modo, é mister compreender como se deu o acesso às fontes do período da ditadura, além de analisar como esses documentos eram organizados e produzidos.

Diante disso, iremos demonstrar os dados encontrados nesta pesquisa sobre os professores das duas IES, analisando o total de professores fichados no recorte, os cursos em que essa vigilância se debruçou, os tipos de arquivos que foram produzidos, o ano em que houve mais recorrência, bem como averiguar os órgãos envolvidos na produção e difusão desses documentos.

3.1 O acesso aos dossiês produzidos e difundidos pelo SNI

Desenvolver trabalhos sobre o período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) é um grande desafio diante da complexidade da análise de suas fontes. Lidar com os arquivos produzidos pelo Estado e seus órgãos repressores pressupõe compreender que essa estrutura tinha uma lógica em sua operação, capaz de dar sentido aos seus atos.

Bauer e Gertz apontam que os arquivos da repressão podem ser entendidos como “conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não-democráticos” (BAUER; GERTZ, 2012. p. 177).

Por tal caráter antidemocrático a abertura desses documentos à sociedade passou por diversos obstáculos até o presente. Os governos democráticos pós-ditadura enfrentaram dificuldades em elaborar políticas públicas que permitissem o acesso da população às documentações produzidas pela ditadura-militar brasileira.

No final do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, foram estabelecidos novos prazos de sigilo para a documentação oficial, e novas disposições para a classificação de documentos⁷². Sendo assim, o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, “dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências” (BRASIL, 2002).

⁷² Planalto Civil. Decreto nº 4.553/2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4553.htm. Acesso em: 10/04/2022.

De acordo com esse decreto, os prazos de sigilo desses documentos foram ampliados e foi possibilitada sua renovação. O artigo 7º aponta que os prazos de duração da classificação dos documentos: ultrassecreto: máximo de cinquenta anos; secreto: máximo de trinta anos; confidencial: máximo de vinte anos; e reservado: máximo de dez anos. Além disso, o parágrafo 1º dizia que “o prazo de duração da classificação ultrassecreto poderá ser renovado indefinidamente, de acordo com o interesse da segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2002). Esse decreto contrariava a Lei de Arquivos⁷³, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 que estabelecia os prazos máximos desses documentos.

Após esse episódio, com a pressão exercida ao governo, houveram mudanças no que se refere a essas documentações.

No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu intensa pressão pela revogação desse decreto e pela disponibilização dos arquivos da repressão, sobretudo em 2004, quando se completaram quarenta anos da implantação da ditadura civil-militar brasileira e quando foram publicadas, pelo Correio Braziliense, fotos mostrando um homem nu, em situação vexatória, parecido com o jornalista Vladimir Herzog, morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, em 30 de Outubro de 1975. Os debates ocorridos em todo o país com a rememoração da data e a publicação das fotos fizeram com que se retomasse a discussão sobre a abertura dos arquivos da repressão. Assim, ainda em 2004, foi editada a Medida Provisória n. 228, de 9 de dezembro, e o Decreto n. 5.301, do mesmo dia, estabelecendo novos prazos para acesso aos documentos, definindo quem os classificaria, e criando a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas. Segundo o decreto, os prazos de sigilo voltaram a ser os da Lei de Arquivos, ou seja, ultrassecretos: trinta anos; secreto: vinte anos; confidencial: dez anos; reservado: cinco anos. (BAUER; GERTZ, 2012. p. 182 - 183).

Revogado o decreto que ampliava o prazo do acesso aos documentos, percebe-se que o caminhar da promoção de medidas democráticas em relação ao acesso à informação, nesse sentido, só foi possível graças às pressões populares em detrimento de políticas públicas pensadas de cima.

Diante disso, um passo importante foi dado no ano de 2005. Durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi promulgado o decreto nº 5.584 de 18 de novembro de 2005⁷⁴. O decreto apontava que os documentos arquivísticos públicos produzidos ou recebidos pelos órgãos como o Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, deveria ser recolhidos

⁷³ Planalto Civil. Lei nº 8.159/1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 10/04/2022.

⁷⁴ Planalto Civil. Decreto nº 5.584/2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5584.htm. Acesso em 10/04/2022.

ao Arquivo Nacional – AN. Neste sentido, esse decreto regulamentou o recolhimento dos documentos públicos que foram produzidos e difundidos por órgãos que vigoraram durante a ditadura-militar. Além disso, foi criado um Grupo de Trabalho pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. O GT cumpriu o papel de organizar o estabelecimento de um centro de referência sobre as violações de Direitos Humanos durante o período da Ditadura.

O avanço da legislação sobre o acesso à documentação se deu, sobretudo, a partir de 2011, quando da criação da Lei nº 12.527⁷⁵. Conhecida como Lei de Acesso à informação, sancionada pela então presidenta da república, Dilma Rousseff, representou um marco em relação à promoção do acesso a documentos que estavam sob a tutela de instituições públicas e que continham restrições de acesso.

Ademais, a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, criou a Comissão Nacional da Verdade⁷⁶, que surgiu com o intuito de “examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”, o relatório final suscitou uma nova onda de debates sobre o período da ditadura-militar e suas consequências (CNV, 2014. p. 15).

Nesta conjuntura foram criadas também as Comissões Nacionais da Verdade Universitárias, responsáveis por suscitar os debates sobre a violação dos direitos da comunidade universitária exercidos pelo Estado.

Importante salientar que, desde dezembro de 2013, as comissões da verdade universitárias iniciaram uma série de encontros com seus representantes. O principal objetivo das reuniões nacionais foi a troca de informações e a busca por formas de atuação em conjunto, sobretudo, na elaboração dos relatórios finais das comissões nas universidades. Nessas reuniões, participaram com regularidade as seguintes comissões universitárias: Fundação Escola de Sociologia e Política de SP (FespSP), PUC/SP, UnB, Unesp, Unicamp, Unifesp, Unioeste, UFBA, UFC/UECE, Ufes, UFPA, UFPR, UFRJ, UFRN e USP. Destaca-se que, para além das comissões citadas, existem outras já estruturadas e que ainda estão se estruturando, caso da CV da UFRRJ. Fato que aponta para o interesse que o tema tem despertado na comunidade universitária. (MULLER, FAGUNDES, 2014. p. 45).

Diante disso, o Arquivo Nacional passou a agregar arquivos de diversos órgãos públicos que vigoraram durante a ditadura e, também, os da CNV. Após um importante

⁷⁵ Planalto Civil. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Disponível em: [L12527 \(planalto.gov.br\)](http://L12527(planalto.gov.br)). Acesso em: 29/03/2021

⁷⁶ Planalto Civil. Lei 12.528/2011 (Institui a Comissão Nacional da Verdade). Disponível em: [L12528 \(planalto.gov.br\)](http://L12528(planalto.gov.br)). Acesso em: 29/03/2021.

trabalho de catalogação e digitalização, atualmente esses arquivos podem ser consultados de forma online no site do Arquivo Nacional⁷⁷.

É importante ressaltar que a liberação desses documentos representou um avanço no que diz respeito ao direito à memória e à verdade através da possibilidade da sociedade ter acesso a eles. Essa ação é fundamental para a democracia brasileira e abriu espaço para uma série de pesquisas sobre este período de nossa história (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012).

Presentes no banco de dados do Arquivo Nacional estão uma série de documentos do antigo Serviço Nacional de Informações, o SNI. Como vimos nos capítulos anteriores, este órgão vigorou durante a ditadura militar e acumulou uma quantidade ainda não dimensionada de informações sobre diversas pessoas.

Essas fontes do Fundo SNI contêm informações cruciais para compreendermos a estrutura de funcionamento dos órgãos de vigilância e informação que atuaram na ditadura, bem como analisar a prática da vigilância contra professores universitários.

Sob a posse dos arquivos do SNI, o Arquivo Nacional pôde identificar com mais clareza a estrutura na qual o SNI se inseria.

A contribuição do Arquivo Nacional consistiu em identificar na base de dados do SNI a existência de cerca de 250 órgãos setoriais de informações – as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), instaladas no Executivo federal durante o regime militar –, sendo a primeira identificação de tantas ramificações do SNI no serviço público com comprovação documental. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012. p. 16).

Sendo assim, a importância do trabalho arquivístico é de grande relevância para a realização de pesquisas com essa documentação tão rica e vasta. Essa identificação dos arquivos nos permitiu encontrar as fontes utilizadas no presente trabalho.

A análise dessas fontes nos faz refletir sobre alguns aspectos importantes que permeiam a produção do saber historiográfico. O historiador José D'Assunção Barros, em seu livro: *Fontes Históricas – introdução aos seus usos historiográficos*, trata sobre o que são as fontes históricas e os modos de lidar com elas buscando levantar questões que nos levem a refletir sobre o seus usos na construção do trabalho historiográfico. Nesse sentido, o autor nos diz que:

Fonte Histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso

⁷⁷ Cf. Basta criar um login com e-mail e selecionar o fundo no qual deseja fazer a pesquisa. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 29/03/2021.

significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história. (BARROS, 2019. p.17)

Dessa maneira, falaremos neste capítulo propriamente sobre as fontes produzidas ou difundidas pelo SNI.

3.2 A produção dos dossiês

As fontes representam importância crucial na construção do trabalho do historiador, pois é através dela que percorremos por um tempo que já se findou⁷⁸. No caso da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), suas fontes ainda são incalculáveis, desde documentação oficial, inquéritos policiais, eventos artísticos, jornais, músicas, relatos orais e outras fontes que ainda se encontram em sigilo em algum lugar ou mesmo aquelas que foram destruídas sem termos conhecimento. Todas elas podem oferecer contribuições muito enriquecedoras para a compreensão desse período histórico.

A documentação produzida pelos órgãos de informação da ditadura passou por um processo de elaboração que permeava diversos outros órgãos. A comunidade de informações estava sempre em contato divulgando as informações novas que apareciam sobre as pessoas que estavam sob vigilância. Dessa forma, as fichas dos vigiados eram organizadas em dossiês, no qual iam acumulando todas as informações que os demais órgãos fossem adquirindo sobre seus alvos.

Esses documentos tinham especificidades e características que devem ser levadas em consideração ao analisá-las e que revelam muito além do que puramente está escrito nos documentos. É necessário ao historiador que lê tais fontes olhar nas entrelinhas e compreender também o que não está escrito. A lógica da produção dos dossiês é fundamental para entender o funcionamento da vigilância.

A partir dessas informações, ao lidar com as fontes pudemos observar alguns traços interessantes. Encontramos nesses arquivos certa padronização. Alguns termos específicos apareciam no topo dos documentos ou no que seria a capa. O Arquivo Cronológico de Entrada - ACE estava presente no topo de praticamente todos os documentos analisados neste trabalho. Na figura 1 podemos observar um exemplo de ACE produzido no ano de 1973 pelo SNI:

⁷⁸ As fontes permitem o encontro entre duas épocas: o passado que analisamos e o presente em que estamos inseridos. (BARROS, 2019. p.26)

Figura 1 - Exemplo de cabeçalho de Arquivo Cronológico de Entrada



Fonte: Arquivo Nacional, SNI. Encaminhamento N° 00219/73/ARJ/SNI, 04 de Janeiro de 1973.

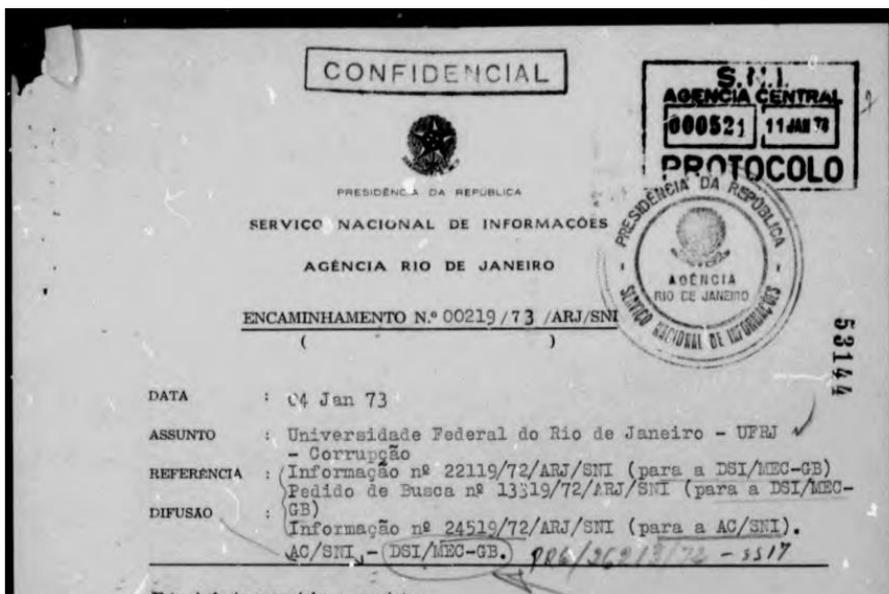
Segundo o Ishaq, Franco e Souza, o ACE:

[...] era constituído por documentos pertinentes a um mesmo assunto, pessoa, entidade ou fato, produzidos ou recebidos pelo SNI, reunidos em um mesmo dossiê. Foi adotado obrigatoriamente por todas as agências do órgão, representado uma unidade de arquivamento para fins arquivísticos. Sempre é referenciado por um documento principal escolhido entre os seus componentes, entre eles: informe, informação; apreciação; estimativa; relatórios de informação; estudo de informação; sumário de informação; juízo sintético; ofício; e memorando do gabinete do SNI. Em casos especiais e como último recurso, podia ser utilizada a figura do *encaminhamento* para implantar na base de dados documentos diferentes dos especificados acima e ainda os que não satisfizessem as exigências da crítica, desde que possuíssem informações que justificassem sua implantação. A crítica estabelecida para o sistema impunha que o documento principal do ACE a ser implantado possuísse, obrigatoriamente, os seguintes dados: indicativo numérico; nome ou sigla do órgão de origem; data de elaboração; assunto; e difusão. Os demais documentos eram relacionados como componentes do ACE quando não tivessem sido implantados e desde que possuíssem os seguintes dados: tipo, número, ano e sigla do órgão. O ACE era identificado pela letra-código da agência, pelo número que correspondia à ordem de entrada do processo nas Subseções de Pesquisa e Arquivo das Agências, dentro de uma sequência numérica crescente, independente do ano em que fosse constituído, acrescido do dígito verificador e de dois algarismos relativos à dezena do ano de sua elaboração. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012. p. 60-61).

Sendo assim, o ACE organizava a circulação de documentos sobre um mesmo assunto e/ou pessoa, centralizando as informações num só lugar, o que permitia maior agilidade para encontrar dados sobre algo ou alguém. Já no cabeçalho do arquivo há informações importantes, como o órgão que criou o documento; os órgãos aos quais as informações serão difundidas⁷⁹; a data de criação, datas de recebimento e alimentação da fonte quando feita por outros órgãos; local dessa elaboração e o assunto. “No caso do SNI, são utilizados, frequentemente: data, assunto, referência, avaliação, difusão, origem e anexo” (GARCIA, 2013. p.150).

⁷⁹ Segundo as apostilas do curso ministrado na Escola Superior de Guerra, a disseminação era um fator primordial no processamento da informação, pois o item que estava faltando poderia estar em algum arquivo ou poderia já estar sendo investigado por outro grupo e/ou instituição. A ideia era evitar que os esforços de dois órgãos diferentes fossem destinados para o mesmo fim. (QUADRAT, 2012. p.30).

Figura 2 - Cabeçalho dos arquivos produzidos pelo SNI



Fonte: Arquivo Nacional, SNI. Encaminhamento N° 00219/73/ARJ/SNI, 04 de Janeiro de 1973.

Podemos observar na Figura 2 elementos como: o órgão que criou o documento, a agência responsável, nesse caso a Agência Rio de Janeiro - ARJ. Percebemos que o tipo desse documento é encaminhamento; o grau de sigilo é confidencial e também os outros órgãos que lidaram com esse documento, nesse caso foi a agência central.

Muitas vezes os carimbos dos órgãos aos quais esse documento chegava nos informam a trajetória percorrida por esses documentos⁸⁰. Esses detalhes permitem com que observemos o período de produção e difusão do documento, analisando o tempo em que tal fonte circulou entre os órgãos da comunidade de informações. Cada órgão padronizava sua fonte de maneira específica. A Figura 2 demonstra a padronização de cabeçalho do SNI, contudo, os outros órgãos tinham seu próprio padrão. Por conta disso, é necessário cautela ao observar e analisar essas fontes. Porém, a grande maioria redigiu o documento seguindo um roteiro de escrita, assim:

(...) alguns documentos eram rotineiramente produzidos pelos órgãos de informações e obedeciam a um formato preestabelecido: o Levantamento de Dados Biográficos, a Ficha Conceito, o Prontuário e o Juízo Sintético. O Levantamento de Dados Biográficos era especialmente utilizado quando da nomeação de alguém para um cargo público e, sobre o indivíduo em pauta, deveria discriminar, necessariamente, posição ideológica, atitude em relação ao golpe, eventuais atividades subversivas, probidade administrativa, eficiência funcional ou profissional e conduta civil. Além dos casos de nomeação para cargos públicos, o Levantamento também era feito para pessoas cogitadas para cursos e bolsas de estudo e estágios no exterior que dependessem da autorização do presidente da

⁸⁰ Cada órgão que recebia o documento carimbava o mesmo com a data do recebimento, o que nos permite observar o período em que tal fonte ficou circulando entre os órgãos de informação.

República, e para todos os possíveis dirigentes universitários (reitor, vice-reitor, diretores e chefes de departamento) (FICO, 2001. p. 98).

Essa padronização pode ser observada no Pedido de busca nº5040/73 de 17 de outubro de 1973, expedido pela Divisão de Seguranças e Informações do Ministério da Educação e Cultura - DSI/MEC, em relação ao professor Eurico de Lima Figueiredo. Ele era professor de Sociologia na UFRJ e iria fazer doutorado na Inglaterra, contudo, antes precisava desse parecer favorável para que conseguisse o afastamento legal.

Sendo assim, foi anexada a sua Ficha de Qualificação, ou seja, seus dados biográficos com principais informações pessoais sobre o professor. Anexam a esse Pedido de Busca também um prontuário com o histórico de atuação de Eurico Figueiredo, contendo todos os documentos criados pela comunidade de informações em que Eurico é citado. Esse histórico contém Informes, Informações, Ofícios Confidenciais e Encaminhamentos, demonstrando a circulação dos dados entre os órgãos da comunidade de informações.

Ao longo do histórico de Eurico Figueiredo, apontam que ele, enquanto aluno, foi esquerdista e, enquanto professor da UFRJ, "reúne-se com chefes comunistas do curso de Ciências Sociais" em seu gabinete depois das aulas. O documento não é conclusivo, visto que é um pedido de busca, ou seja, traz somente as informações que constam sobre o professor⁸¹. Contudo, esses dados já seriam o suficiente para manter o professor Eurico Figueiredo dentro da tipologia de suspeito e não conseguir parecer favorável.

Outras características importantes que observamos nessas fontes aqui analisadas dizem respeito ao grau de confidencialidade dos documentos. Isso porque o termo "confidencial" era utilizado em praticamente todos os documentos. Assim sendo, de acordo com Ishaq, Franco e Sousa (2012), o termo "confidencial" que estava carimbado em diversos documentos, era:

atribuído aos assuntos cujo conhecimento por pessoa não autorizada possa ser prejudicial aos interesses nacionais, a indivíduos ou entidades ou criar embaraço administrativo". Receberam a qualificação de confidencial: informes, e informações sobre atividades de pessoas e entidades; ordens de execução cuja difusão prévia não fosse recomendada; radiofrequências de importância especial ou aquelas que devessem ser frequentemente trocadas; indicativos de chamadas de especial importância que devessem ser frequentemente distribuídos; cartas, fotografias aéreas e negativos, nacionais e estrangeiros, que indicassem instalações consideradas importantes para Segurança Nacional. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012. p.67).

Esses documentos eram difundidos pelos diversos órgãos da comunidade de informações com todo o cuidado para a manutenção do sigilo dos mesmos. Assim, somente as

⁸¹ Provavelmente a conclusão sobre o aceite ou negação do pedido de afastamento para estudar fora viria do MEC, contudo, não encontramos a continuação desse documento.

pessoas autorizadas tinham o conhecimento do que se tratava nesses documentos, o que era bem restrito aos agentes da comunidade de informações. Contudo, não necessariamente os assuntos abordados eram de fato perigosos à Segurança Nacional e tão sigilosos assim ao grande público, Carlos Fico aponta que:

Muitas vezes, os analistas de informações classificavam como "confidencial" uma simples notícia de jornal ou dados amplamente conhecidos. Porém, mesmo essas trivialidades eram tratadas com todos os cuidados determinados pelas normas de produção, difusão e arquivamento de documentos secretos. As informações sempre vinham com o carimbo de "confidencial" ou "secreto" e outras mensagens, também carimbadas, como "O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (art., 62 - Dec. Nº 60.417/67 Regulamento de Salvaguardas de Assuntos Sigilosos)" ou "A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil" - sempre em vermelho. (FICO, 2001. p. 99).

Em relação ao tipo de documento, também é importante ter em vista que havia uma tipologia, ou seja, havia uma classificação dos documentos que tinham funções e objetivos diferentes. Podemos citar algumas das mais comuns tipologias de documentos como: Informação, Informe, Pedido de Busca, Encaminhamento e Prontuário. O Informe, por exemplo, era resultado de uma coleta de dados feita pelos agentes. A partir disso, quando esse Informe fosse confirmado com outros dados e com outros órgãos, só então se tornava uma Informação:

A obtenção de Informes é o subsídio fundamental para a produção de uma Informação que, por sua vez, teoricamente, apresenta dados mais precisos e fundamentados sobre o assunto que se está discorrendo. Atentar para o fato de se estar lendo um Informe ou uma Informação, portanto, não é um mero detalhe, mas sim mais um aspecto importante para se entender qual o nível de credibilidade dado aquele documento pelo próprio órgão que o expediu. (GARCIA, 2013. p.151).

O Pedido de Busca tinha o objetivo de buscar a informação sobre algo ou alguém na base de dados de outro órgão de informação. Já o Encaminhamento era a difusão do documento aos demais órgãos a que essa informação interessasse e fosse pertinente. O Prontuário, por fim, continha um resumo de todos os dados do vigiado que foram produzidos por todos os órgãos da comunidade de informações.

A coleta de informações era uma tarefa muito importante e tendia a ser abrangente. Inseriam dados de filiação dos vigiados, endereço, rotina cotidiana, rotina no trabalho e na vida privada. Buscavam identificar a rede de relacionamentos aos quais os vigiados pertenciam e, em muitos casos, isso determinava a visão que teriam do indivíduo. Sendo

assim, esses documentos reproduziam a lógica vigente, os ideais da DSN e os anseios anticomunistas do regime. Sua produção tinha

(...) um duplo aspecto: se por um lado, são resultado de ações políticas – escritos apresentando os desdobramentos de prisões, interrogatórios, ou mesmo, o trabalho de agentes infiltrados em passeatas e reuniões de grupos de oposição ao regime constituído – por outro, são instrumentos de ações políticas – a partir das impressões, interpretações, experiências e investigações desses agentes, formulavam-se desde operações no âmbito dos próprios órgãos, como até mesmo ações conjuntas e transformações mais amplas na política de segurança nacional. Portanto, esses documentos estão intimamente ligados à ideia de ação política. São causa e consequência dessas ações, refletindo uma experiência profissional de sujeitos que exerciam funções onde muitas vezes se misturavam a coleta de informações com o exercício da ação política direta. (GARCIA, 2013. p.152).

Nesse sentido, a ação dos agentes que produziam essas fichas estava ligada à uma lógica de ação prática contra o vigiado. Dessa maneira, algumas fontes apontam sugestões de tomada de decisões ao final dos arquivos, indo além da simples transmissão dos dados sobre algo ou alguém.

Em relação às fontes que analisamos, estas foram reunidas através de pesquisa ao acervo do SNI que se encontra disponível na plataforma de consulta ao acervo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN. Contudo, essa pesquisa não esgota a totalidade das fontes sobre a temática no Fundo do SNI, visto que novas combinações com outras variáveis na plataforma de busca podem acabar revelando novas fontes que talvez não estejam presentes neste trabalho. Desse modo, as fontes analisadas representam uma amostra da produção e difusão feita pelo SNI de documentos sobre os professores das duas instituições.

A busca foi feita utilizando alguns passos importantes. Primeiro, buscamos de forma ampla, através de palavras-chave como “UFF” e “UFRJ” no V8 - Fundo do Serviço Nacional de Informações, os dossiês sobre professores. Após essa primeira varredura nas fontes, iniciou-se a leitura desses dossiês e a separação dos dossiês que estivessem no recorte proposto de 1970 até 1974. Os dossiês, em diversos casos, citavam o nome de diversos professores e, desta maneira, esses nomes foram utilizados como novas palavras-chave no buscador da plataforma SIAN.

Com isso, o total de fontes encontradas sobre professores universitários da UFF e UFRJ no período de 1970 a 1974 foi de 62 documentos⁸². Dentre esses documentos haviam dossiês e também documentos avulsos que foram produzidos ou que foram difundidos pelo SNI. Desses 62 documentos, 14 eram sobre professores da UFF e 48 sobre professores da

⁸² Vale ressaltar, novamente, que esse número corresponde aos dossiês encontrados dentro das variáveis de pesquisa adotadas na plataforma do Arquivo Nacional, não esgotando a totalidade de fontes sobre o período no Fundo do SNI.

UFRJ. Vale ressaltar que esse número não representa a totalidade de documentos do período, seja por conta da destruição de muitos arquivos, ou mesmo por brechas que a metodologia de pesquisa possa ter encontrado neste trabalho. Porém, desse total encontrado, retiramos importantes dados que serão analisadas adiante.

Dos 62 documentos encontrados, constavam fichados 75 professores da UFRJ e 22 professores da UFF. O total encontrado foi de 97 professores fichados nesses documentos analisados.

Tabela 1 - Professores fichados em cada instituição

Universidade	Freq.
UFRJ	75
UFF	22
Total	97

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI

A tabela 1 demonstra que 75 professores da UFRJ foram citados nos dossiês analisados no recorte do presente trabalho, enquanto 22 professores da UFF. Embora haja 97 professores no total, muitos deles eram citados em mais de um documento, sendo assim, esses professores foram citados 157 vezes.

Neste primeiro momento é válido questionar o que era levado em consideração em relação à atuação de um professor para que o mesmo fosse fichado e passasse a ser vigiado pela comunidade de informações. Dessa maneira, buscaremos compreender como o SNI via esses professores e os classificava. Havia diversos motivos para que alguém fosse citado numa ficha e integrasse um dossiê nos órgãos da comunidade de informações. Críticas ao governo, simpatia pela esquerda, pertencimento a grupos considerados de esquerda ou subversivos, a lista de motivos é vasta. Porém, é válido observar que o número de professores da UFRJ fichados é bem mais que o dobro do que da UFF, o que nos leva a ponderar algumas questões.

Em primeiro lugar, é necessário relembrar o que foi dito no capítulo 2 sobre a criação de ambas instituições. Enquanto a UFF estava surgindo naquele período, a UFRJ já se consolidava como uma instituição de enorme prestígio e tradição. Na UFRJ havia também um

número maior de cursos e, conseqüentemente, corpo docente maior. Durante a década de 1960, em relação à UFRJ, em especial a FNFI, Ludmila Pereira aponta que:

A antiga Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro (FNFI), era considerada pelo regime um incômodo para a ditadura e nas palavras de Sonia Maria S. Seganfredo, logo no início daquele período, era “o núcleo universitário que mais desenvolveu e ainda desenvolve uma ação subversiva”(DREIFUSS,1981). Segundo José Werneck da Silva(SILVA,1985) a FNFI foi um dos espaços acadêmicos onde debates aconteciam e onde havia práticas de discussões paritárias entre professores e estudantes. Para o professor Ciro Cardoso, no Departamento de História da FNFI, ainda que a característica geral do curso fosse extremamente tradicional, a Cátedra de História Moderna e Contemporânea já se debruçava na análise da posteriormente chamada História do Tempo Presente (...) (PEREIRA, 2008. p. 3).

Outro ponto se refere à atuação de estudantes, visto que as agitações na UFRJ levantaram um alerta para os militares, que reprimiram com enorme violência essa instituição. Assim, a instituição como um todo passou a ser intensamente vigiada, embora a maioria dos afetados tenham sido os estudantes, também muitos professores entraram nas fichas do SNI. Dessa maneira, Motta aponta que:

(...) a “limpeza” nas universidades após o AI-5 afetou proporção muito maior de estudantes, ao contrário de 1964. Isso se explica pela percepção dos órgãos de segurança a respeito das fontes de ameaça ao poder constituído. Significativamente, como se verá, alguns professores foram punidos não por serem considerados subversivos, mas pelo “crime” de incentivar ou não coibir a rebeldia estudantil. (MOTTA, 2014. p.160)

Essa perseguição através da produção de documentos, atingiu as duas universidades de maneira contundente, mesmo havendo uma trajetória diferente na experiência das duas instituições. Em relação a UFRJ, percebe-se a intensa vigilância por conta de sua já citada atuação antes mesmo do golpe de 1964, através da intensa mobilização do movimento estudantil; ou mesmo por conta da atuação de diversos professores contrários ao regime, percebe-se que esta instituição esteve intensamente sob a mira dos militares no início desta década.

Por outro lado, a UFF também esteve sob a mira da comunidade de informações, sendo considerável o número de professores fichados já na década de 1970, momento em que a grande maioria dos professores mais atuantes politicamente já haviam sido aposentados pelos Atos Institucionais, ou mesmo através das chamadas “cassações indiretas”.

Nos casos de cassação indireta, nem sempre as razões reais da demissão apareciam formalmente nos documentos da universidade. As formas de exercício desse tipo de poder eram variadas. Nesse sentido, a ausência de “nada consta”, que explicitaria a cassação por razões político-ideológicas, é transformada em “ausência de documentação”. A folha de ponto como instrumento de pressão e perseguição, por sua vez, era usada para forjar um caso de demissão por excesso de faltas, assim, os

professores, que vinham sendo perseguidos sucessivamente por diversos órgãos de segurança e eram presos ou obrigados a se esconder temporariamente, eram considerados como tendo abandonado o emprego (ADUFF, 2018. p. 159).

No início da década de 1970, de modo especial, uma série de transformações ocorreram em relação à perseguição aos professores universitários. A maioria dos professores ligados às diversas vertentes da esquerda, bem como os que diretamente se opunham ao regime já haviam sido aposentados ou expulsos das universidades. Entretanto, no governo do General Médici, houve progressivo endurecimento do regime, que fora iniciado com o governo anterior, de Costa e Silva, após a edição do Ato Institucional N.5, em 13 de dezembro de 1968 e do Decreto 477. Se os mais “radicais” já haviam sido expurgados em 1964 e, depois com o AI-5 e o Decreto 477 ainda restavam subversivos nas universidades? Aos olhos do governo Médici e do chefe do SNI, Carlos Alberto da Fontoura, a resposta era sim. Diante disso, em 1971 foram criadas mais braços do SNI para atuarem especificamente dentro das universidades, a partir das AESI universitárias, e prover informações sobre os supostos inimigos do Estado que ainda atuavam nas universidades. (FIGUEIREDO, 2005; MOTTA, 2014).

De maneira geral, essa conjuntura permite compreender a tabela 1, com 97 professores fichados nesses dossiês. A mira continuava apontada para as universidades, nesse caso, para a UFRJ e UFF. Com a atuação das AESI nas universidades, o SNI concentrava ainda mais informações sobre os professores e:

(...) Todas as fichas de identificação de professores eram constantemente levadas e trazidas pela DSI/MEC, criando uma rede de investigação de docentes. Os pedidos de informações dos professores se dava por diversos motivos e se em sua ficha funcional estivesse algum elemento que o vinculasse a qualquer movimento reivindicatório nos arquivos das ASI universitárias ou na polícia, ele estaria fadado a não ser contratado por qualquer universidade pública, afinal, o DSI/MEC sempre pedia informações de candidatos às universidades pelas quais eles passaram anteriormente. (PEREIRA, 2016, p.116)

Diante dessa tabela, percebe-se que o caso da UFRJ era ainda mais pujante. Assim, esse dado já nos mostra um panorama do que foi a vigilância a professores no início da década de 1970. Embora esse número seja maior no caso da UFRJ, a estrutura e a lógica da produção desses dossiês se dava de maneira semelhante para os casos das duas instituições.

Nas fontes, observamos diversos tipos de documentos, dentre eles, documentos produzidos especificamente para tratar de algum professor, sua trajetória e sua atuação. Em alguns casos o nome do professor era citado e sua trajetória era anexada, já em outros, seu nome aparecia mais para compor as informações ou rede de relações de outro caso analisado.

De qualquer modo, todos os nomes de professores citados, seja como casos específicos de suspeita ou mesmo como citações apenas para completar informações sobre outros temas, foram catalogados para esta pesquisa.

De modo geral, percebe-se, através das fontes, que qualquer simples motivo poderia ser utilizado para “fichar” um professor. Assim, sobre os motivos para que alguém fosse fichado, Fico aponta:

A reiteração era a principal técnica de inculpação da comunidade de informações. Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante, que, posteriormente (mesmo anos depois), poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro - este último "tido como comunista" - era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como "agravante" de uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional. Estas eram as informações comumente iniciadas pela expressão "consta que" e muito encontradas entre os papéis da comunidade. Outra forma corriqueira de incriminar alguém era acrescentar às supostas acusações de "subversivo" a pecha de imoral (FICO, 2001. p. 101).

Assim sendo, um leque muito amplo de motivos poderiam ser o suficiente para tornar um professor alvo da vigilância e potencialmente subversivo aos olhos do Estado. Embora muitos professores tenham sido expurgados tão logo se deu o golpe, em 1964, bem como em 1968 com o AI-5 e com o Decreto 477, em 1969, parece que o governo Médici ainda não tinha concluído a “limpeza” que fora inaugurada em 1964.

Ainda em relação aos documentos analisados, encontramos documentos nominais e documentos temáticos. Os documentos nominais tratavam especificamente de um professor e sua trajetória, elucidando um histórico de sua atuação na universidade e mesmo na vida privada.

O caso do professor da UFF, Paulo Roberto Rodrigues demonstra esse tipo de documento nominal. A Informação nº180, de 07 de Junho de 1972⁸³ traz como tema e assunto central o professor referido. Apontam neste documento aspectos pessoais como endereço, aparência física, número de documentos e filiação. Descrevem a sua posição política e a justificam com um caso específico. O cerne da fonte se refere a um episódio envolvendo um panfleto considerado subversivo na época em que estava em outra universidade, na UFRGS:

O nominado é esquerdista. Quando presidente do Centro de Estudos de Física e matemática/UFRGS, foi chamado a atenção pelo Diretor, Bruno Cossi, em virtude de um panfleto afixado em mural sob a sua responsabilidade. Respondendo que cada um afixava, ou podia afixar, o que quisesse. No panfleto constava a expressão “cambada do Costa e Silva”. Deixou de ser aberto inquérito em face de ter se retratado (SNI, 1972).

⁸³ Serviço Nacional de Informações, Informação nº180 APA/1972 de 07 de Junho de 1972. AC ACE 48653/72 CNF 1/1.

O professor, nessa fonte, é classificado como “esquerdista” por conta de sua atitude de demonstrar apreço pela liberdade de expressão, o que incomodou os agentes de informação. Além disso, o fato do professor não repreender os alunos que afixaram os panfletos com conteúdo crítico ao presidente Costa e Silva, também era motivo para ficha-lo.

A partir desse exemplo, percebe-se que classificar um professor como “esquerdista”, “subversivo”, “comunista” era algo comum nessas fontes, isto porque a compreensão sobre esses termos era extremamente ampla e não estava totalmente clara e definida, podendo significar diversas ações empreendidas por tais professores. Sobre essa vigilância aos professores, Fernandes discorre que:

De uma maneira geral, eles eram acusados de serem “subversivos”, o que na concepção militar abarcava um leque muito grande de ações e atitudes, que poderia ser desde ter ligação com o PCB no passado até não reprimir as ações estudantis consideradas esquerdistas (FERNANDES, 2015. p. 102).

Deste modo, documentos que tratavam especificamente de um professor era muito comum. Normalmente esses documentos com informações básicas do professor eram solicitados por outros órgãos da comunidade de informações. Nesse caso, a Informação nº180 foi produzida pelo SNI/Agência de Porto Alegre, enviado e difundido para o SNI/Agência do Rio de Janeiro, bem como para o SNI/Agência Central. Assim, as informações sobre esse professor tratadas na fonte passavam a ser de conhecimento do SNI da Guanabara e da Agência Central. Esta forma de difusão centralizava as informações que circulavam entre os órgãos, dessa maneira, quando surgisse a necessidade de tomar alguma decisão em relação a esse professor, era antes consultado o seu prontuário com tais informações básicas.

O pedido desse resumo do vigiado era normalmente requisitado em situações como pedido de dispensa para viagens, cursos no exterior, nos casos de indicação para cargos de dirigentes, seja de institutos, faculdades ou reitoria, quando havia indicações para renovação de contratos e muitos outros casos dentro da rotina das universidades.

Também havia dossiês temáticos que abordavam acontecimentos, eventos ou temas importantes aos olhos do Estado, como: corrupção, subversão, infiltração comunista, articulação de grupos subversivos, palestras suspeitas, aulas suspeitas e diversas outras temáticas.

Um exemplo de dossiê temático foi o Informe nº 038 de 17 de fevereiro de 1970⁸⁴, que aborda a ampla temática da subversão, cujo assunto da fonte é “Atividade Subversiva em Faculdade”. O documento foi produzido pelo Ministério da Aeronáutica, Gabinete do Ministro e difundido para DSI/MEC; mas também já havia sido difundido anteriormente pelo SNI/AC, CIEX e CENIMAR.

Figura 3 - Informe 038/SISA, 17 de fevereiro de 1970.

RESERVADO

VAB. 126. 129, P. 1/5

Em. 17 /FEV/70

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO MINISTRO
-- S I S A --

COPIA

1. ASSUNTO Atividades subversivas em Faculdade
2. ORIGEM EMPA
3. CLASSIF A-2
4. DIFUSÃO DSI/MEC
5. CLASSIF ANT A-2
6. DIFUSÃO ANT SNI/AC - CIEX - CENIMAR

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
SISA
GABINETE DO MINISTRO

INFORME Nº 038 /SISA - RJ

Este Serviço difunde cópia de Relatório relativo à REARTICULAÇÃO COMUNISTA NO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS/ DA U.F.R.J.//////

11.204

rec

Fonte: Ministério da Aeronáutica. Informe nº038/SISA-RJ. 17 de fevereiro de 1970.

Conforme a figura acima, essa fonte em sua primeira página já informa que “Este Serviço difunde cópia de Relatório relativo à Rearticulação Comunista no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ”. Ao longo do documento vão tratando sobre os professores que não foram aposentados e continuavam atuando no IFCS mesmo sendo considerados marxistas, demonstrando o perigo que a presença de tais professores gerava para a universidade. Demonstram, através da permanência desses professores na instituição, que havia em curso um processo de “rearticulação comunista” no IFCS.

Na segunda página do documento apontam que:

As aposentadorias dos professores do IFCS reduziram as possibilidades de articulações, mas dois elementos, COMPROVADAMENTE MARXISTAS, E ATUANTES POLITICAMENTE, Francisco Calazans Falcon e José Luís Werneck da Silva, permaneceram intocados (Ministério da Aeronáutica, 1970. p. 2).

⁸⁴ Ministério da Aeronáutica. Informe nº038/SISA-RJ. 17 de fevereiro de 1970.

Assim, revelam que as aposentadorias cumpriam o objetivo de desarticular professores, inclusive os considerados marxistas, sendo elas um dos artifícios utilizados contra os professores universitários. Em relação a isso, Fico aponta que:

Professores também eram constantemente perseguidos, e a aposentadoria era a arma que as comunidades de segurança e de informações - mas também governadores - usavam contra aqueles que fossem tidos como "esquerdistas", classificação que certamente serviu para encobrir perseguições as mais diversas. (FICO, 2001. p. 189).

O documento aponta que dois professores permaneceram no IFCS, ou seja, não foram aposentados e continuavam lecionando na universidade. Desse modo, buscam com esse informe caracterizar as ações suspeitas destes professores e advertir quanto ao risco de mantê-los na ativa. Assim, ao longo do documento, pontuam a atuação considerada marxista dos mesmos, além de comprovar a sua ligação com pessoas “perigosas” e “comprovadamente marxistas e subversivas”.

Esse tipo de fonte traz diversos elementos que são de suma importância para compreender a lógica da suspeição. Ao longo da apreciação sobre os professores, são citados diversos elementos que se enquadram na tipologia do suspeito, ou seja, as características necessárias para que um professor se tornasse alvo dos militares e, em seguida, potencial inimigo do Estado.

No tópico “As acusações a Francisco Falcon” a primeira acusação é sobre sua atuação em sala de aula, ratificando a incriminação de que o mesmo fazia pregações marxistas em suas aulas no IFCS da UFRJ. Esse tipo de delação foi amplamente utilizado durante a ditadura, conforme afirma Ramos e Stampa:

A necessidade de reprimir as ideias direcionou os olhares da repressão para as instituições escolares, especificamente para a prática docente, desde o ensino primário até o ensino superior. O magistério tornou-se uma profissão que demandava controle institucional, pois se configurava como espaço de circulação e construção de conhecimentos que, por vezes, questionavam a ordem ditatorial. Assim, qualquer sinal de resistência ou crítica docente ao golpe era classificado como atividade subversiva e, conseqüentemente, culminava em violação de direitos humanos, perseguições, constrangimentos, demissões, desaparecimentos e até mortes. (RAMOS; STAMPA, 2016. p.257).

Havia, com isso, um intenso controle sobre os temas e falas abordados nas aulas das universidades. Temáticas que criticassem a ordem vigente ou que dialogassem com elementos do marxismo já eram o suficiente para fichar o professor que a proferiu. O documento acusa o professor Falcon de realizar “pregação marxista aberta, em sala de aula, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, em 1967 e 1968”. Esse ponto por si só já seria o suficiente para levantar o alerta sobre o professor Falcon, contudo, o texto aponta que o referido professor:

Trata-se de um dos elementos mais perigosos do grupo Ieda Linhares, superando de muito a Hugo Weiss, este aposentado, discreto e hábil, não foi apanhado, embora possa-se provar contra/sua atuação o seguinte (Ministério da Aeronáutica, 1970).

Esse trecho é responsável por elevar o nível de alerta em relação ao professor à medida que aborda dois pontos importantes de serem observados: primeiro o classificando como “um dos elementos mais perigosos do grupo de Ieda Linhares”, ou seja, compor algum grupo que foi vigiado ou que se tenham muitas informações contra. O referido “grupo de Ieda Linhares⁸⁵” era composto por professores considerados críticos ao regime de alguma maneira, desafetos de apoiadores do regime e, com isso, foram intensamente perseguidos pela comunidade de informações. A presença de um professor que compunha esse grupo era considerada, por si só, uma ameaça.

O segundo ponto é sobre o fato do professor Falcon ser “discreto e hábil, não ter sido apanhado”. Sobretudo após o AI-5 e o Decreto 477, a permanência de professores ligados aos que foram aposentados⁸⁶ com base nesses dois elementos da repressão era entendida quase que como uma afronta ao governo. A fase mais dura da ditadura em relação às políticas de repressão e o controle autoritário não tolerava admitir inimigos do governo ainda ilesos e atuantes nas universidades. O professor Falcon não foi aposentado e continuava atuando na universidade “livremente”, segundo o documento.

Contudo, em entrevista concedida à Marieta Ferreira, o professor Falcon aponta que durante as cassações e aposentadorias em 1969 ele estava em Lisboa com uma bolsa de estudos e não foi aposentado, entretanto, quando retornou ao Brasil, o clima não era dos melhores para sua prática docente no IFCS neste período. Sobre isso, Falcon disse:

Quando eu cheguei na primeira reunião, encontrei Eremildo, que era chefe do departamento. E, ao sentar-me na mesa, notei que, dos antigos, só restávamos eu, o José Luiz Werneck, Marilda Ceribelli, Maria Cristina Caldas Freire, Maria Sonsoles, Ondemar. O resto era tudo gente nova. Arno Wehling, Célia Freire, Philomena Gebran, que até hoje não sei como entraram, a título de quê. E várias outras.

Hélio Vianna tinha se aposentado, Manoel Maurício tinha sido cassado... Werneck não foi cassado?

Não. Por distração, eu e ele escapamos. Aí eu usei todos os recursos que a lei me facultava de modo a ficar lá o menor tempo possível. Pedi licença-prêmio, pedi outra licença-prêmio, que eu tinha acumulado, cheguei a pedir dois anos sem vencimentos, afastamento para assuntos particulares... Werneck eu não me lembro (FERREIRA, 2013. p. 308).

⁸⁵ De acordo com as fontes analisadas, segundo a comunidade de informações, o grupo da Yedda era composto por: Maria Yedda Linhares, Eulália Lôbo, José Luis Werneck da Silva, Francisco Falcon, Valentina da Rocha Lima Pinto Peixoto, Antônio Carlos Pinto Peixoto, Manuel Maurício de Albuquerque, Otávio Canavarros, Maria Stella Faria de Amorim, Paulo de Góes, Arno Vogel (aluno).

⁸⁶ Segundo Motta (2014) na primeira lista do AI-5 havia 23 nomes de professores da UFRJ, entre eles Maria Yedda Linhares, Eulália Lahmeyer Lobo, Manoel Maurício de Albuquerque, Hugo Weiss, Guy de Holanda, professores aposentados citados no Informe nº 038/1970.

Dessa maneira, contrastando com o que a fonte apresenta, o professor Falcon afirma que evitava até mesmo estar na instituição, utilizando dos parâmetros legais para isso. Em relação a isso, Motta discorre sobre alguns casos de professores que conseguiram se livrar dos expurgos de finais da década de 1960 e início de 1970, apontando que:

Alguns professores adotaram estratégias eficientes ou tinham características pessoais favoráveis. Uma informação do CIE sobre intelectual de esquerda que escapou às aposentadorias referiu-se a ele como “discreto, hábil, não foi apanhado”. A atitude pessoal em manifestações públicas, em que alguns optaram pela discricção e outros pela ousadia, provavelmente fez diferença. Alguns se expuseram mais em críticas públicas ao regime ou em apoio a estudantes, enquanto outros se preservaram. Aqui seria fácil criticar a covardia e enaltecer a coragem, mas há que lembrar as circunstâncias. Algumas pessoas eram mais visadas por sua militância, enquanto aqueles que não tinham ficha policial anterior poderiam se sentir menos ameaçados. Por fim, talvez o expurgo tenha ficado incompleto porque o governo não desejava uma limpeza total, apenas a suficiente para eliminar uns e amedrontar outros. A presença de alguns professores esquerdistas nos meios universitários não seria tão perigosa assim, desde que se mantivessem discretos e não criassem problemas. Seja como for, registros mostram que muitos agentes do aparato de repressão entendiam ter sido incompleta a “limpeza” e desejavam outros cortes, e para isso trabalharam nos anos seguintes. Além de tentar obter a demissão dos esquerdistas “poupados” em 1969, lutaram para evitar que novos professores com valores de esquerda viessem a ser contratados (MOTTA, 2014. p. 183).

Assim, alguns professores acabaram “sobrevivendo” às cassações e expurgos da década de 1960. Esse informe analisado aponta que a comunidade de informações, neste caso representada pelo SISA, não se dava por satisfeita pela permanência desses professores atuando na universidade.

No mesmo documento criticam também a elaboração dos planos de curso realizados pelo professor Falcon:

Autor intelectual do plano de controle dos cursos de História do Rio de Janeiro, através da formação de uma agressiva equipe marxista, o plano funcionava em duas etapas:

a) No curso superior: pelo controle, até 1968, da Escola de Sociologia e Política da PUC, do IFCS, do Colégio do Brasil, da Faculdade de Filosofia da Universidade Gama Filho (da qual era diretor/ a "limpeza" foi feita por ordem do próprio Ministro Gama Filho) e da Faculdade de Filosofia Fluminense, federal. Somente não penetraram na UEG. Os principais elementos deste bloco, liderado por Ieda-Falcon Eulália, eram (e continuam sendo, para a rearticulação em curso), Valentina da Rocha Lima Pinto Peixoto: do Partido Comunista, professora do Estado da GB, e encarregada dos contatos com professores secundários, através de cursos de "atualização psicológica", orientados por Falcon e Ieda. Basta ver o teor do currículo.

Antônio Carlos Pinto Peixoto: do PC. Levado para a Gama Filho e para a PUC por Falcon, Marido de Valentina, Manuel Maurício de Albuquerque: aposentado no IFCS, Elemento do grupo atuando na área de História do Brasil, juntamente com José Luis Wemeck da Silva, Otávio Canavarros: do Partido Comunista. Indicado para uma bolsa de pós graduação (foi aluno extremamente medíocre) por Ieda Linhares, indicação de Jose Luis Werneck da Silva . Jose Luis Werneck da Silva: elemento da ligação no Estado e nos "cursinhos" de pré-vestibular,

b) Curso secundário: cursos de atualização. (SISA, 1970. p. 2-3)

Muito provavelmente o referido “plano de controle dos cursos de História do Rio de Janeiro” seria o programa do curso, ou das disciplinas ministradas pelo professor. Isto porque neste período o professor Falcon ministrou disciplinas nas instituições citadas, eventualmente utilizando o mesmo plano de curso nas mesmas. Nota-se que algumas informações nas fontes não são redigidas de forma clara, abrindo margem a diferentes interpretações.

Como parte do referido “processo de rearticulação comunista”, a fonte diz que havia o contato com outros “elementos” do ensino básico, de outras instituições, cursos de atualização e também da pós-graduação. Essa articulação, demonstrada como sendo bem organizada, apresentaria um risco para as instituições de educação.

Superdimensionar a organização e intenções dos professores considerados inimigos era uma das estratégias amplamente utilizadas pelos agentes de informação, com objetivo de justificar a necessidade de ações práticas contra os vigiados. Assim, percebe-se que a temática da subversão se dava de maneira ampla nessas fontes e que diversos elementos eram utilizados a fim de classificar esses professores com o intuito de provar sua periculosidade e basear a necessidade de expurgá-los.

O mesmo é feito em relação ao professor José Luis Werneck da Silva, acusando-o de pertencer ao grupo de Ieda, Eulália e Falcon na História do Brasil e que também não havia sido aposentado. Do mesmo modo foi criticada sua atuação em aula, segundo o documento sua prática docente era algo a se suspeitar, visto que:

- 1- Adoção da "filosofia marxista", mas sem participação ("não sou político", sua argumentação mais conhecida na Faculdade) ostensiva.
- 2- Pertenciam ao citado esquema na área de História do Brasil: na Gama Filho, na Escola de Sociologia e Políticas da PUC e no IFCS.
- 3- Suas aulas sempre foram numa mesma colocação marxista.
- 4- Criticava acerbamente o exército, sempre apresentando-o (como faz até agora) como força reacionária a serviço de classes dominantes. (SISA, 1970. p. 3)

Dentre as acusações feitas ao professor, nota-se diferentes classificações: marxista, ligado a grupos vigiados/aposentados e crítico ao exército. Nesse sentido, com tamanhas acusações, a ficha do professor contava com incriminações o suficiente para gerar ações práticas dos órgãos de repressão. Dessa maneira, a adoção do marxismo era vista com grande preocupação pelos militares, que buscavam expurgar tais ideais das universidades.

No tocante ao marxismo nas universidades, o que se convencionava a observar nas fontes é a ideia de que os professores estariam influenciando e “doutrinando” os alunos. Todavia, o processo foi o inverso, os ideais marxistas encontravam adeptos primeiro entre os estudantes; diante dos questionamentos de muitos deles e da criação de grupos de estudos

para o tema é que os professores passaram a estudar sobre o assunto (FERREIRA, 2013; MOTTA, 2014).

Nesse sentido:

De forma paradoxal, apesar de seu compromisso anticomunista, a ditadura brasileira testemunhou o crescimento da influência dos valores marxistas nas universidades públicas. O tema demanda outras investigações, em particular para compreender melhor as diferenças regionais, mas os dados revelam que o marxismo não apenas esteve longe de ser banido, como também ganhou mais adeptos nas universidades. É verdade que alguns agentes repressivos tentaram impedir o processo por meio da coerção, como no caso do professor da PUC-RJ Manoel Maurício de Albuquerque, preso pelo Exército em 1972, “acusado de introduzir em suas aulas noções de marxismo”, [...] No caso de Albuquerque, que fora aposentado pelo AI-5, ele foi liberado após interrogatório, com a ordem de comparecer semanalmente às dependências do Exército. (MOTTA, 2014. p. 278).

Nesta perspectiva, os ideais marxistas eram visados e os agentes de informação utilizavam isso para classificar e acusar os professores. Com o professor Werneck, a fonte aponta que ele sempre tinha em suas aulas colocações marxistas e que, além disso, o professor costumava defender alunos marxistas e cultivar antipatia por alunos contrários ou que tivessem outras posições. Em relação a isso, Ramos e Stampa dizem que havia:

(...) uma forte tentativa de culpar o professor por utilizar o “horário de aula” para proferir palestra subversiva, sendo o grande problema a crítica ao capitalismo. Acreditamos que se o capitalismo fosse exaltado, o professor não seria de modo algum considerado um subversivo. Deste modo, sob o falso pressuposto da neutralidade, buscavam criminalizar qualquer visão de mundo que não fosse a favor da ditadura e do capitalismo. (RAMOS; STAMPA, 2016. p.262).

O cerne do documento é sobre a suposta rearticulação de grupos subversivos no IFCS. Essa preocupação em desarticular e atingir todo e qualquer professor que simpatizasse com os professores que haviam sido expurgados ou que demonstrassem insatisfações ou críticas ao regime, pode ser compreendida por conta do temor das agitações que haviam voltado a ocorrer no final da década de 1960.

A rearticulação contava, segundo o informe, com o apoio de elementos do grupo de Ieda, mesmo que à distância, pois ficavam a par das informações através de telefonemas e correspondências trocadas entre tais membros. Alegam, ainda, que esse grupo rearticulado estaria se organizando para melhorar sua formação através de pós-graduação, no caso de Falcon o doutorado. Isso facilitaria o sucesso no concurso para professor na instituição, permitindo com que mais professores ditos marxistas pudessem entrar nas universidades.

O contato, mesmo que indireto com os “grupos clandestinos”, como o PC - Partido Comunista e o MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro, também era alvo de tais

suspeitas sobre o grupo desses professores. Essas informações eram guardadas nas fichas dos professores e poderiam servir de argumento contra eles em diversas situações, como na investidura em cargos de direção, em pedidos de licença para estudar fora do país, entre outros.

Por fim, esse informe conclui:

Observação final: estes fatos são notórios, no IFCS, e conhecidos por profissionais do setor. As aposentadorias representaram uma solução parcial, inócua se continuarem estes dois elementos. NÃO PEDIMOS SOLUÇÕES ULTRAMONTANAS, NEM IDENTIFICAMOS QUALQUER MARXISTA COMO COMUNISTA ATUANTE. Muitos, não estão aqui citados, embora conheçamos sua posição marxista. ACUSAMOS AQUI APENAS AO ATUANTE, ÀQUELE QUE VISA TRANSFORMAR A CÁTEDRA, NEM SEQUER POR IDEALISMO, MAS POR INTERESSE DE PROMOÇÃO POLÍTICA, EM CENTRO DE ATIVIDADE PARTIDÁRIA. (SISA, 1970. p. 5)

Desse modo, constata-se que mesmo sendo um informe de caráter informativo, tais documentos forneciam sugestões práticas para as ações repressivas contra os vigiados. A justificativa encontrada pelos agentes é de que tais professores utilizavam sua posição na universidade para “promoção política”.

O documento sugere, ainda que indiretamente, que esses professores sejam aposentados e/ou expurgados da universidade com base nas acusações feitas ao longo do documento.

Munidos de instrumentos oficiais, agentes disfarçados e professores apoiadores do regime, o governo militar empreendeu de maneira contundente a vigilância sobre os professores nas universidades durante a década de 1970.

3.3 Os dossiês do SNI sobre os professores da UFRJ e UFF

Dos 62 documentos analisados neste trabalho, algumas informações são importantes de serem observadas. Para tanto, elaboramos algumas tabelas que demonstram esses dados e nos ajudam a compreender como os órgãos de informação, em especial o SNI, via e classificava esses professores.

Tabela 2 - Frequência de fichamentos por grande área

Grande área	UFF	UFRJ
Ciências Humanas	10	50
Ciências Sociais Aplicadas	10	13
Ciências Exatas	6	15
Ciências da Saúde	2	33
Linguística, Letras e Artes	2	6
Ciências da Natureza	0	6
Não informado	0	2
Total	30	125
Total geral:	155	

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI (grifo do autor)

A tabela acima se refere às áreas mais recorrentes nas fontes dentro do recorte de 1970 a 1974. Embora o número de professores encontrados nos documentos tenha sido 97, muitos deles apareciam em mais de um documento e eram citados mais de uma vez⁸⁷. Sendo assim, cada vez que o professor era fichado, uma nova entrada era adicionada na análise que realizamos, visto que é importante compreender a recorrência de certos nomes de professores, bem como observar a reincidência de certas áreas da produção da vigilância.

Com isso, percebe-se a recorrência de documentos produzidos sobre a grande área das Ciências Humanas para os casos da UFF e da UFRJ. Essa grande área recebia grande destaque na vigilância promovida pelo Estado. Motta aponta que as perdas com a perseguição e aposentadorias de professores foram grandes:

Na área das ciências humanas, por exemplo, os departamentos de História da UFRJ, de Sociologia da USP e de Filosofia da UFRGS sofreram pesadas perdas, com conseqüências negativas duradouras. Nas ciências naturais, o setor mais atingido foi a física, que viu alguns de seus mais eminentes pesquisadores emigrarem para o exterior. A razão para essa área ter atraído mais atenção dos órgãos policiais foi sua tradição de engajamento político, às vezes nas organizações de esquerda. 62 Além disso, os físicos trabalhavam em área estratégica e considerada indispensável à segurança nacional, o que contribuiu para a vigilância cerrada. Também merece destaque o alto índice de pesquisadores da medicina atingidos, sobretudo do setor de

⁸⁷ Embora o total de citações feitas aos professores represente um total de 157, em 2 documentos não foi possível compreender o curso e nem a grande área, sendo esse dado desconsiderado no cálculo da tabela acima.

parasitologia, com tradição de politização pela proximidade com os problemas sociais do país (MOTTA, 2014. p. 172).

A área de Ciências Humanas, por si só, já era visada pelos militares por conta de sua natureza contestatória da realidade. Os cursos dessas áreas eram vistos com cautela por conta de seu caráter crítico, bem como o próprio conteúdo das disciplinas. Juntamente às humanas, também as Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde passaram a ser alvo da atenção dos agentes durante o início da década de 1970. Isso comprova que não somente a área das humanas concentrava potenciais críticos ao governo, mas os professores suspeitos poderiam ser de toda e qualquer área. Os olhos dos agentes de informação consideravam todas as áreas dentro das universidades. Há de se destacar que em alguns documentos a grande área não ficou clara, sendo classificado como “não informado”.

Tabela 3 - Cursos por grande área

Grande área	Curso	Freq.
Ciências da Saúde	Educação Física	20
	Medicina	15
Ciências Humanas	História	16
	Sociologia	15
	Ciências Políticas	7
	Não informado	5
	Jornalismo	4
	Antropologia	3
	Filosofia	3
	Ciências Sociais	2
	Ciências Sociais/Ciências Políticas	2
	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	1
	Museu de História	1
	Museu Nacional	1

Ciências Sociais Aplicadas	Direito	15
	Administração	6
	Economia	1
	Economia e Administração	1
Ciências da Natureza	Geologia	3
	Química	2
	Não informado	1
Ciências Exatas	Engenharia	8
	Matemática	8
	Física	3
	Não informado	2
Linguística, Letras e Artes	Letras	8
Não informado	Não informado	4
Total		157

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI (grifo do autor)

De acordo com a tabela 3, observamos os cursos que compunham as grandes áreas que aparecem nos documentos analisados. Percebe-se que as Ciências humanas concentram a maior variedade de cursos abordados nos documentos, entretanto, Ciências da saúde concentra expressivo número de citações nos curso de Educação Física e Medicina.

Tabela 4 - Cursos por universidade

Curso	UFF	UFRJ
Educação Física	0	20
Sociologia	0	15
Direito	10	5
História	7	9

Administração	0	6
Antropologia	0	3
Ciências Políticas	0	7
Ciências Sociais	0	2
Ciências Sociais/Ciências Políticas	2	0
Economia	0	1
Economia e Administração	0	1
Engenharia	2	6
Filosofia	1	2
Física	3	0
Geologia	0	3
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	0	1
Jornalismo	0	4
Letras	2	6
Matemática	1	7
Museu de História	0	1
Medicina	2	13
Não informado	0	12
Museu Nacional	0	1
Química	0	2
Total geral:	30	127
Total	157	

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI (grifo do autor)⁸⁸

⁸⁸ A tabela foi organizada com os cursos mais recorrentes e, após os 4 cursos mais fichados, seguiu-se ordem alfabética.

Na tabela 4 constam os cursos que aparecem nos documentos analisados. Para o caso da UFF, o curso mais fichado é Direito, seguido de História. Já para o caso da UFRJ, o curso de Educação Física, seguido de Sociologia. Há também os 12 fichamentos cujo curso não foi possível ter conhecimento, por falta de tais informações no próprio texto. Como visto na tabela 2, a grande área das Ciências Humanas aparece com grande destaque para as duas instituições. Porém, a área de Ciências Humanas da UFRJ contempla diversos cursos como: História, Ciências Sociais e Ciências Políticas, Antropologia, Filosofia e Sociologia. Por conta disso, quando a análise foca diretamente nos cursos, o curso de Educação Física, da área de Ciências da Saúde, se torna o mais fichado por concentrar mais documentos sobre o referido curso.

De uma maneira geral, percebe-se os cursos ligados às humanidades como sendo mais fichados nesses documentos analisados, o que já seria o esperado por conta do caráter crítico dessa área. O Encaminhamento nº3, produzido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Saúde⁸⁹, aponta questões na gestão do reitor Manoel Barreto Netto da UFF e discorrem também sobre os cursos da área de Ciências Humanas enquanto um problema na universidade. O documento diz que “A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, também se acha em fase ativa de subversão, notadamente os Institutos de Ciências Sociais e História” (Divisão de Segurança e Informações- Ministério da Saúde, 1970). Os cursos da grande área de humanidades eram vistos, segundo os órgãos de informações, enquanto espaços de proliferação da subversão, o que justifica a grande produção de informações sobre os mesmos.

Contudo, a novidade se demonstra com a grande aparição dos cursos das Ciências da Saúde, tanto Educação Física quanto Medicina. Esse aparecimento expressivo de fichas sobre professores de Educação Física pode ser compreendido por conta de embates entre a direção do Instituto e professores que haviam sido aposentados, fato que rendeu a produção de diversos documentos sobre o ocorrido.

Segundo a Informação nº 03319 de 17 de abril de 1972, cujo assunto era: “Atividades contrárias à segurança nacional na "Escola de Educação Física e Desportos - EEFS da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ”; a então diretora da Faculdade de Educação Física, Maria Lenk, aponta ter ficado surpresa com a aparição do professor Alberto Latorre de Faria num evento, visto que esse tinha sido aposentado pelo AI-5⁹⁰.

⁸⁹ Divisão de Segurança e Informações, Ministério da Saúde. Encaminhamento nº3 DSI/SI AC ACE 32226/70, 17 de março de 1970.

⁹⁰ Serviço Nacional de Informações. Informação nº03319/72/ARJ/SNI, 17 de abril de 1972.

Rodrigo Motta discorre sobre essa questão apontando que:

Se havia líderes na comunidade acadêmica e intelectual dispostos a ajudar os aposentados, alguns dirigentes universitários apoiaram o expurgo e se empenharam para que os punidos não voltassem às instituições de origem. Episódio revelador do engajamento da direita universitária aconteceu na Faculdade de Educação Física da UFRJ, em 1972. A diretora da instituição, Maria Lenk, premiada ex-nadadora, mobilizou-se contra a tentativa de participação em atividades acadêmicas de um docente aposentado pelo AI-5. O professor Alberto Latorre de Faria havia entrado na lista por suspeita de ligação com o Partido Comunista, e, segundo a diretora, ele havia instigado estudantes a praticar atos de rebeldia em 1968. Apesar da situação política, o professor Latorre foi convidado a fazer uma série de palestras na instituição, em 1972. Entusiasta do regime militar, Maria Lenk ficou furiosa com o responsável pelo convite, um dos coordenadores de curso da faculdade, a quem escreveu em termos ácidos, dizendo que Latorre desenvolvera intensas atividades comunistas nos meios universitários e, por isso mesmo, fora punido. Na carta ela afirmava que 1968 fora um período de grande tristeza para o Brasil, quando professores e estudantes “estavam ausentes dos bancos escolares, em sua maioria desfilando nas avenidas da cidade”. Por isso, ela não poderia tolerar a presença na instituição de pessoas implicadas com o quadro anterior. (MOTTA, 2014. p.183).

A presença desses professores na programação dessas palestras gerou a atenção dos militares, sobretudo com a carta enviada por Maria Lenk afirmando seu desaprovo e desconhecimento do ocorrido. Encontramos quatro documentos que abordavam o ocorrido dentro de um mesmo dossiê, com um total de 37 páginas versando sobre esse assunto⁹¹.

Em relação ao curso de Sociologia ter tido 15 fichamentos podemos relacionar à busca por expurgar os professores que ainda estavam na universidade, mesmo após o AI-5 e o Decreto 477. Segundo a Informação nº551, de 3 de Agosto de 1970⁹², produzida pelo SNI, cujo assunto era “Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, dizia que:

A entidade em lide sempre foi considerada reduto de estudantes e professores subversivos, pela participação dos primeiros nas agitações de rua e em organismos comunistas e pela atuação dos segundos, no processo de doutrinação intelectual comunista (SNI, Informação 551, 1970).

A presença de professores “esquerdistas”, “comunistas” ou “subversivos” atuando nas universidades mesmo após os expurgos de finais da década de 1960 foi recorrentemente tratado em outros documentos desse recorte de 1970-1974. Reafirmando a insatisfação dos órgãos de informação por manter esses professores nos quadros das universidades, ou produzindo a suspeita para legitimar a própria existência desses órgãos após tantos expurgos terem sido realizados na década anterior.

Nesse mesmo documento citam diversos professores do IFCS e de outros institutos como: Eduardo Prado, Jether Pereira Ramalho, Maria Stella Faria de Amorim, Paulo Marcos

⁹¹ Serviço Nacional de Informações. Informação nº03319/72/ARJ/SNI. 17 de abril de 1972.

⁹² Serviço Nacional de Informações. Informação nº551/SNI/ARJ/70, 3 de Agosto de 1970.

Amorim, Evaristo de Moraes Filho e Maria Yeda Leite Linhares. Um assunto acabava por mobilizar a criação e difusão de diversos arquivos entre a comunidade de informações.

Já no caso da UFF, o curso de Direito foi o que mais apareceu entre os fichamentos, tendo casos diversificados abordados nesses documentos. Muitos professores desse curso foram fichados num dossiê cujo assunto era: “Subversão na Universidade Federal Fluminense (UFF)”⁹³. O documento inicia dizendo que:

Esta DIS divulga o presente INFE baseado em levantamentos feitos na área do Campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) relativos às atuações dos principais elementos que favorecem a proliferação da subversão com suas ações ou omissões, nos problemas relativos àquele Campus. (Ministério da Aeronáutica, 1971).

Nesse mesmo documento são citados 5 professores do curso de Direito, versando sobre a atuação subversiva que alguns professores estariam tendo, sobre articulação com grupos considerados esquerdistas e sobre críticas ao golpe de 1964. De modo semelhante às fichas da UFRJ, observamos a insatisfação dos agentes que produziram as fichas em relação à permanência de professores considerados "subversivos, comunistas e/ou esquerdistas" nos quadros docentes da UFF.

Já os outros documentos cujos professores fichados também eram do curso de Direito, abordam questões mais voltadas para a exibição de filme com conteúdo subversivo⁹⁴ e também outro caso que aborda a gestão do reitor Manoel Barreto Netto, diversos professores e a “atuação subversiva desenvolvida no âmbito desta universidade”. Neste sentido, o curso de Direito ainda continham professores que não eram bem vistos aos olhos dos militares, neste sentido, foram produzidos 5 dossiês contendo informações e mesmo acusações em relação a esses professores.

Por fim, ainda no caso da UFF, observamos o curso de História também com um número de fichamentos considerável. Foram cinco documentos produzidos que citam professores de História desta instituição. Mais uma vez, a área das humanidades ganha notoriedade da vigilância.

Ludmila Pereira (2016) aborda o Manual *Como eles agem*, produzido pelo Sistema Nacional de Informações - SISNI e demonstra como ele foi utilizado como parâmetro no controle exercido na universidade. Nesse documento, apontam que “Antropologia seria uma disciplina quase que em si questionadora da ditadura, o documento entende ser necessário

⁹³ Ministério da Aeronáutica. Informe nº182 COMZAE.3, 26 de outubro de 1971.

⁹⁴ Ministério da Saúde. Encaminhamento nº3 DSI/SI, 17 de março de 1970.

vigiar os professores das Ciências Sociais ou afins, e professores que se candidatam à chefia de departamento” (PEREIRA, 2016. p 152).

O curso de História se insere também como alvo de perseguição por conta de sua natureza de contestação e pensamento crítico. Os professores são vistos como articuladores de ações que visem atingir a base da instituição, por conta disso, a atenção em relação a eles era centrada em desarticula-los.

Tabela 5 - Número de fichamento por ano e Universidade

Instituição	1968	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1979	Total
UFF	1	6	18	3	2	0	0	0	30
UFRJ	0	28	15	58	19	4	1	2	127
Total	1	34	33	61	21	4	1	2	157

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI (grifo do autor)

Na tabela acima percebe-se que o ano em que mais professores foram fichados foi em 1971 para o caso da UFF e 1972 para o caso da UFRJ. As fichas em que aparecem o ano de 1968, 1969 e 1975 e 1979, se referem a dossiês que estavam sendo alimentados por um intervalo maior de tempo, contemplando, durante esse período, o recorte selecionado para este trabalho.

Conforme já abordado, o final da década de 1960 início da década de 1970 foi marcado por um enrijecimento do governo ditatorial. A chamada "linha dura", ala mais radical dos dirigentes militares, enquanto no poder fez valer seus anseios de endurecimento e aumento da vigilância e repressão. Aos professores universitários foi empreendida perseguição e vigilância ainda maior.

Pode-se compreender o aumento de fichamentos de professores nos anos de 1971 e 1972 se associarmos esses anos com a criação das AESI no interior das universidades. Com a presença desse órgão dentro das universidades a vigilância se dava de maneira mais próxima, gerando um fluxo de produção de documentação ainda maior. Segundo o Ofício Circular da DSI/MEC nº 2/SI/DSIEC/71, citado por Motta, o papel das AESI era:

- a) Produzir informações necessárias às decisões dos Reitores;
- b) Produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações;
- c) Encaminhar à DSI informações por ela requisitadas. A preocupação efetiva do regime militar era com os itens b e c, ou seja, importava menos o assessoramento

aos Reitores e mais o fornecimento de informações para alimentar o sistema de segurança e repressão (MOTTA, 2008. p. 36).

Esse contato mais direto dos órgãos subordinados ao SNI atuando no interior das universidades fez com que na prática as AESI corroborassem para o aumento do controle e vigilância aos professores através de diversas maneiras. Motta continua apontando como as AESI atuaram nas universidades:

(...) principalmente: na filtragem das contratações de pessoal, barrando a entrada de docentes considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde passeatas a shows e solenidades de formatura; na aplicação mais intensa das punições previstas na legislação autoritária, como o Decreto no 477; no controle da circulação internacional dos docentes; e na disseminação de material de propaganda produzido pelo governo. As ações desses agentes, que vigiavam com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente “desviantes” (usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais), revelam a influência exercida por valores da cultura conservadora sobre os integrantes das comunidades de informação e segurança (MOTTA, 2008. p. 37).

Entende-se, com isso, que a criação das AESI circulando mais informações sobre professores para os demais órgãos de informação influenciou nos dados observados na tabela 5. A produção e difusão de documentos se intensificaram expressivamente após a criação desse organismo nas duas instituições analisadas.

Tabela 6 - Áreas que mais aparecem nos anos com mais fichados

Grande área	1971		1972	
	UFF	UFRJ	UFF	UFRJ
Ciências humanas	7	11	0	8
Ciências da Saúde	1	1	0	25
Linguística, Letras e Artes	1	0	0	6
Ciências Exatas	3	1	2	7
Ciências Sociais Aplicadas	6	0	1	7
Ciências da Natureza	0	2	0	3
Não informado	0	0	0	1
Total	18	15	3	57

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI (grifo do autor)

No ano de 1971, para o caso da UFF, a grande área que mais aparece é Ciências Humanas, seguida de Ciências Sociais Aplicadas. Já para o caso da UFRJ, no ano de 1972, a

grande área das Ciências da Saúde é a que conta com mais fichamentos, seguida por Ciências Humanas.

Nesse sentido, a recorrência de documentos no caso da UFF, se concentra no ano de 1971 e na UFRJ no ano de 1972.

Tabela 7 - Cursos mais recorrentes nos anos 1971 e 1972

Curso	UFF	UFRJ
Administração	0	5
Antropologia	0	1
Ciências Políticas	0	3
Ciências Sociais	0	1
Direito	7	1
Economia e Administração	0	1
Educação Física	0	19
Engenharia	1	2
Filosofia	1	0
Física	3	0
Geologia	0	3
História	6	3
Jornalismo	0	3
Letras	1	6
Matemática	1	6
Medicina	1	7
Não informado	0	3
Química	0	1
Sociologia	0	8
Total	21	73

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI (grifo do autor)

O curso mais recorrente para o caso da UFF, durante os anos de 1971 e 1972 é o curso de Direito, seguido do curso de História. Já na UFRJ, o curso de Educação Física, seguido do curso de Sociologia e também Medicina.

Outro dado interessante de ser levado em consideração na análise dessas fontes se refere à tipologia dos documentos produzidos. A tabela seguinte nos mostra a tipologia dos documentos separados por universidade.

Tabela 8 - Tipologia de documento mais recorrente

Tipologia	UFF	UFRJ	Total
Dados para Prontuário	0	1	1
Documento de informações	1	2	3
Encaminhamento	8	5	13
Extrato de Prontuário	0	1	1
Informação	9	76	85
Informe	11	21	32
Pedido de Busca	0	17	17
Resposta ao Pedido de busca	1	4	5
Total	30	126	156

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI (grifo do autor)

A tipologia dos documentos cumpria o papel de definir em qual estágio estaria a produção da vigilância e qual tipo de dados estariam em cada documento. O informe continha, de maneira geral, dados colhidos inicialmente e que não necessariamente tivessem sido comprovados. Após a produção de um informe, normalmente o mesmo era enviado para outros órgãos de informação a fim de confirmar os dados ou então retificá-los.

Já a informação era um documento cuja comprovação de veracidade dos dados já havia sido confirmada, seja por outros órgãos ou mesmo por fontes que ratificaram de alguma maneira o que fosse levantado contra algo ou alguém.

A tabela acima aponta que houve mais produção de Informes no caso da UFF e de Informações no caso da UFRJ. Contudo, de maneira geral, observa-se no total que Informação foi o tipo de documento mais produzido dentre os demais, sendo um total de 85 documentos do tipo Informação.

Essa produção nos leva a pensar, novamente, sobre o processo de endurecimento da ditadura e também da criação das AESI. A circulação, tanto de Informes, contendo dados novos sobre os professores, quanto Informações já confirmadas e difundidas à comunidade de informações, pode ser pensada como consequência dessa guinada mais autoritária que marcou o governo Médici e a gestão do general Carlos Alberto da Fontoura na chefia do SNI.

Nesse período, o SNI estava aumentando ainda mais sua capilaridade pelo Brasil. Figueiredo aponta que:

A máquina tocada pelo general era gigantesca. O SNI já possuía 12 agências regionais espalhadas pelo país e se preparava para construir, em Brasília, a sede da Agência Central e uma escola para espiões, numa área de 200 mil metros quadrados, mais de duas vezes o tamanho do estádio do Maracanã. Nenhum outro órgão público crescia tanto no país. Na gestão de Fontoura, houve ainda um amplo recrutamento de novos agentes para o *Serviço* nas fileiras do exército (FIGUEIREDO, 2005. p. 198).

Esse crescimento, somado à atuação das AESI dentro das universidades, revela o crescimento da produção da vigilância. A comunidade de informações havia acumulado muitos dados a serem confirmados ou retificados pelos demais órgãos e se preparava para criar ainda mais agentes para atuar na vigilância. Em sua base de dados, havia uma gama significativamente expressiva de informações sobre os professores e muito mais estaria sendo produzido.

Nesse sentido, observamos na tabela 6 que o órgão que mais produziu documentos sobre os professores dessas duas instituições foi o SNI, com um total de fichas criadas por este órgão.

Tabela 9 - Órgão que mais produziu documentos

Órgão	Freq.
SNI	86
DSI/MEC	22
CISA	14
COMZAE.3	10
DSI/Ministério das Relações Exteriores	5
Ministério da Saúde	4
DSI/Ministério da Justiça	3
Ministério da Aeronáutica	3
Ministério da Marinha	2
CENIMAR	1
CIE	1

Órgão	Freq.
Departamento de Polícia Política Social	1
DSI	1
DSI Ministério da saúde	1
DOPS	1
Não informado	1
Total	156

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI (grifo do autor)

Como órgão central da comunidade de informações e dotado de tantos poderes e tamanha capilaridade, há de se esperar que o SNI tenha sido o órgão a mais produzir documentos e dossiês sobre os professores neste período analisado. Contudo, é válido olhar também para o número de produções dos demais órgãos listados acima.

O Ministério da Aeronáutica, embora seu órgão de informação fosse o CISA, em alguns documentos essa sigla não aparecia, dando lugar a somente “Ministério da Aeronáutica, Gabinete do Ministro”, ou então “Ministério da Aeronáutica , Comando da 3º Zona Aérea (COMZAE. 3). Já em outros documentos, aparecia “Ministério da Aeronáutica - CISA”. Por conta dessa diferença nas fontes, optamos por contabilizar separadamente os documentos produzidos pela Aeronáutica.

Essa diferenciação nos documentos pode ser entendida por conta da criação do CISA ter sido em 20 de Maio de 1970. Já o COMZAE.3, era uma região muito importante para aeronáutica que, segundo Figueiredo (2005), era onde funcionava o “Paraíso”, local onde ocorriam sessões de torturas⁹⁵. Desse modo, a produção de documentos se dava de formas diferentes no padrão das rubricas.

Entretanto, se formos considerar como um único órgão, mesmo havendo essa diferença nos documentos, o Ministério da Aeronáutica somaria a produção de 29 professores citados em suas fichas, ultrapassando o total produzido pela DSI/MEC, com 22. De qualquer modo, a DSI/MEC foi responsável pelas 22 fichas sobre professores durante este período.

⁹⁵ Figueiredo (2005) diz, segundo depoimento de Alex Polari, que foi numa dessas sessões de tortura que o estudante de Economia na UFRJ Stuart Angel Jones foi assassinado.

Tabela 10 - Frequência em que os documentos foram difundidos separados por órgão

Órgão	Freq.
SNI	126
CIE	50
CISA	41
DSI/MEC	34
CENIMAR	32
DOPS	12
CI/DPF	3
Não Informado	3
ABH	2
ABSB	2
AC (2)	2
ACG	2
ACT	2
AFZ	2
AMA	2
APA	2
ARE	2
ARJ	2
ASP	2
ASV	2
DSI/MJ	2
I - EX	2
SR/DPF/GB	2
Exm. Senhor Ministro da Justiça	1
IEX	1
NI/AC	1
TOTAL	334

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI (grifo do autor)

Conforme a tabela 7 demonstra, o órgão para o qual mais documentos foram difundidos foi o SNI. Esse dado demonstra a centralidade que o SNI dispunha dentro da produção de difusão dos documentos sobre professores.

Cabe ressaltar que os Centros de Informações dos Ministérios Militares também estavam dentre os órgãos com mais difusão desses documentos. Na chamada “Trindade Letal dos Serviços Secretos”⁹⁶ circulavam esses documentos constantemente.

Embora a comunidade de informações não tenha sido um conjunto de órgãos coesos e totalmente harmônicos, pelo contrário, havia embates e disputas internas, a difusão de documentos se dava num fluxo intenso. Figueiredo expõe que:

Na comunidade, a teia de relações era complexa. Cada um jogava no seu time, mas às vezes os times trocavam jogadores entre si ou uniam representantes de todas as

⁹⁶ Figueiredo (2005) aponta que a “Trindade Letal dos Serviços Secretos” seria o conjunto dos Centros de Informação do Exército - CIE, Marinha - CENIMAR e Aeronáutica - CISA.

equipes numa só. A única coisa que não mudava era o adversário: os opositores ao regime. A competição para saber quem era mais eficiente no combate à subversão era grande e, no dia-a-dia, as empatias e antipatias definiam o grau de colaboração entre seus componentes (FIGUEIREDO, 2005. p. 220).

A difusão de documentos entre os órgãos militares era fundamental para balizar sua atuação prática, isto porque esses órgãos também agiam nas ruas. Carlos Fico nos diz que:

Os órgãos militares de informações também realizavam operações de segurança, isto é, eram "executantes", podendo ser caracterizados como "órgãos mistos", de informações e de segurança. Diferentemente das DSI e, em boa medida, do próprio SNI, o CIE, o CENIMAR e o CISA também patrocinavam "operações", ou seja, saíam à rua para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos (FICO, 2001. p. 92).

Por fim, percebemos um número expressivo de difusão de documentos para DSI/MEC, visto que os casos analisados são de professores universitários, é de se esperar que haja grande divulgação desses dados para esse setor de informações responsável pelo Ministério da Educação.

Tabela 11 - Gênero dos professores fichados

Gênero	UFF	UFRJ
Feminino	2	10
Masculino	20	65
TOTAL	97	

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI (grifo do autor)

Em relação ao gênero, para o caso das duas instituições, os homens são a maioria entre os professores fichados. A ausência de mais dados e pesquisas sobre essa discrepância nos impede de tecer uma análise bem fundamentada sobre a prevalência de professores homens no Ensino Superior.

Contudo, mesmo sem saber com precisão os números de homens e mulheres professores universitários no período, podemos ter uma dimensão através das listas de aposentados, indiciados em inquéritos e mesmo nas fichas de períodos anteriores ou posteriores ao nosso recorte⁹⁷. De uma maneira geral os homens são maioria em todos os casos.

⁹⁷ Cf. MOTTA (2014); PEREIRA (2016); QUEIROZ (2016); ADUFF (2018).

Isso reflete a própria sociedade das décadas de 1960 e 1970, na qual às mulheres era restrito o ambiente familiar, da casa e dos filhos; havia um papel determinado das mulheres nessa sociedade. Percebe-se que uma parcela muito pequena de mulheres estavam nos quadros de alunas das duas instituições. O mesmo vale para professoras universitárias, na qual a discrepância é ainda maior. Pode-se compreender, com esses dados, que no momento em que esses dossiês foram produzidos a grande maioria dos professores desta instituição eram homens.

A partir dessas tabelas, podemos traçar um panorama dos documentos encontrados na base de dados do Arquivo Nacional sobre professores universitários da UFRJ e UFF. O acesso a esses documentos através das políticas públicas que visam democratizar o acesso à verdade e à memória foram cruciais para que pesquisas surgissem e agregassem conhecimento sobre a ditadura-militar.

Embora os documentos e dossiês analisados não representem a totalidade dos dados produzidos no período, com eles podemos ter uma ideia de como funcionava a classificação dos inimigos do Estado. Nesse caso, podemos vislumbrar as áreas, tipos de documentos e anos em que havia recorrência de produção de documentos.

Através da identificação de alguns detalhes que compõem os documentos produzidos ou difundidos para o SNI, poderemos compreender a lógica por trás das fichas sobre os professores universitários das duas universidades em questão.

No capítulo seguinte, analisaremos alguns casos contidos nos documentos recortados para esta pesquisa, compreendendo a produção da suspeita a partir da construção da tipologia dos suspeitos, metodologia analítica que cumpre o papel de elucidar o padrão de perseguição dos órgãos de informação contra os professores das duas instituições.

CAPÍTULO IV – O PERFIL DOS SUSPEITOS

Neste capítulo buscamos analisar a produção de informações sobre os professores universitários da UFRJ e UFF. Utilizaremos como fonte os dossiês produzidos e/ou difundidos pelo SNI durante o período 1970-1974. Pretendemos, com isso, analisar como os agentes do Estado viam os professores universitários da UFRJ e da UFF e como retratavam e os classificavam nesses documentos e dossiês. Analisando o conteúdo desses documentos, buscaremos escrutinar a forma como classificam os professores; quais termos mais utilizaram para classificá-los; qual termo menos aparece nas fontes; em qual universidade essas classificações são mais corriqueiras; os motivos que delegam para justificar a acusação de subversivo e/ou comunista para com os professores.

O historiador Marcos Napolitano em um artigo da Revista Brasileira de História aborda a questão da “lógica da suspeição” criada pelos militares para com os músicos, especialmente da MPB, durante a ditadura militar brasileira.

De acordo com Napolitano, a comunidade de informações acabava por gerar a suspeita superdimensionando algumas informações ou mesmo criando a suspeita sobre questões que não necessariamente colocavam o Estado e a segurança nacional em risco.

Dentro dessa lógica de “produção da suspeita” produzida pelos informantes, a “comunidade de informações” não apenas alertava o governo e os serviços de repressão direta para situações concretas de contestação ao regime, mas, através da sua interminável escritura, elaborava perfis, potencializava situações, criava conspirações que, independentemente de qualquer coerência ou plausibilidade, acabavam por justificar a própria existência desses serviços. Mobilizava um conjunto de estratégias discursivas e técnicas de registro (se quisermos manter os termos foucaultianos) para criar uma representação do inimigo interno que poderia estar oculto no território da política, e, principalmente, da cultura. Os espaços, instituições e personalidades ligados à cultura (artes, educação, jornalismo) eram particularmente vigiados pela “comunidade” (NAPOLITANO, 2004. p. 104).

Dessa maneira, a partir dessa ideia da produção da suspeita, podemos observar as estratégias contidas nos dossiês produzidos ou difundidos pelo SNI para classificar os professores como potenciais suspeitos. Essa análise será feita a partir das classificações mais recorrentes utilizadas nos documentos.

4.1 Os professores sob vigilância

Muitos foram os alvos escolhidos pelos militares para serem combatidos. Comunistas, subversivos, reformistas, esquerdistas, marxistas, estudantes, professores. Para este trabalho, focaremos num alvo específico: os professores universitários da UFF e UFRJ.

Diante do caráter anticomunista da ditadura militar brasileira, é relevante perceber que os militares tivessem o interesse de expurgar os ideais contrários ao regime das universidades, no intuito de eliminar qualquer influência de esquerda, desmobilizando esses grupos.

As universidades foram um dos principais focos dos regimes militares, [...] visavam eliminar ou afastar os considerados inimigos do regime, principalmente os que professavam abertamente ser de esquerda. A repressão política atingiu funcionários, estudantes e professores [...] (FERNANDES, 2015. p. 91).

Dessa maneira, a educação ocupou um lugar de destaque, sendo considerado setor prioritário na difusão de valores aos jovens. Isso porque as escolas e universidades eram *locus* de treinamento de mão de obra qualificada e de líderes, mas também espaço fundamental para o debate de ideias e a formação de opinião (MOTTA, 2014).

Dessa maneira, os professores foram intensamente vigiados e reprimidos.

O posicionamento docente frente às questões políticas e sociais, quando não era de acordo com os interesses dominantes, transformara-se em desafio inaceitável ao regime, que caracterizava o professor como um doutrinador subversivo. (RAMOS; STAMPA, 2016. p.267).

Dentro do recorte selecionado e das fontes analisadas, encontramos os seguintes professores fichados nos dossiês e documentos produzidos ou difundidos pelo SNI, conforme a tabela abaixo demonstra:

Tabela 12 - Professores da UFF fichados

Universidade	Nome do professor/professora	Curso	Freq.
UFF	Airton da Costa Paiva	Direito	2
UFF	Antonio Carlos Quaresma	História	1
UFF	Dina Rocha	Filosofia	1
UFF	Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes	Direito	1
UFF	Gerson Moura	História	2
UFF	Hugo Weiss	História	1
UFF	João Debeliam	Direito	1

UFF	João Luiz Duhoc Pinaud	Direito	2
UFF	Jorge Emanuel Ferreira Barbosa/ex reitor da UFF	Matemática	1
UFF	Jorge Loretti	Direito	1
UFF	José Miguel Mayer	História	2
UFF	José Nilo Tavares	Ciências Sociais/Ciências Políticas	2
UFF	Luiz Cesar Bitencourt Silva	História	1
UFF	Luiz Fernando Pinheiro Torres	Direito	1
UFF	Manoel Barreto Netto	Medicina	2
UFF	Octavio Reis de Castanhedde Almeida	Engenharia	2
UFF	Paulo Roberto Rodrigues	Física	2
UFF	Pschewodivsky	Direito	1
UFF	Roberto Garcia Esteves	Física	1
UFF	Rosalvo do Valle	Letras	1
UFF	Silvia Damasceno Andrade Moraes	Letras	1
UFF	Vicente Sobrinho Porto	Direito	1
TOTAL			30

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI

A tabela 12 demonstra o nome dos professores da UFF que foram fichados nos documentos utilizados nesse trabalho. Os nomes dos professores aparecem nos documentos de diferentes maneiras. Em alguns documentos, foi abordado o caso de um professor em específico, nos dossiês nominais, conforme mencionamos anteriormente. Contudo, em alguns documentos, são citados os nomes dos professores apenas como forma de complementar alguma informação ou mesmo para evidenciar alguma rede de relação entre os mesmos.

Conforme se percebe na tabela acima, alguns professores foram citados mais de uma vez nesses documentos. Contabilizou-se cada vez que o professor era citado em documentos diferentes, isso porque geralmente as informações contidas em outros documentos eram diferentes ou acrescentavam um novo dado sobre o professor em destaque.

Os professores Airton da Costa Paiva, Gerson Moura, João Luiz Duhoc Pinaud, José Miguel Mayer, José Nilo Tavares, Manoel Barreto Netto, Octavio Reis de Castanhedde Almeida e Paulo Roberto Rodrigues foram fichados 2 vezes em um mesmo dossiê ou em documentos diferentes que compunham outros dossiês.

De qualquer modo, esses nomes aparecem nos 14 documentos que foram analisados para o caso da UFF. Após a leitura dos documentos, foram sendo separados os nomes dos professores e suas respectivas áreas de atuação e o curso. Percebe-se que os professores do curso de Direito foram os que mais foram visados nos documentos analisados.

Já a tabela 13 demonstra o nome dos professores da UFRJ que foram fichados nesses documentos ao longo do recorte temporal de 1970-1974.

Tabela 13 - Professores UFRJ fichados

Universidade	Nome do professor/professora	Curso	Freq.
UFRJ	Adalmir Brandão Pinheiro de Barros	Não informado	1
UFRJ	Afrânio dos Santos Coutinho	Letras	1
UFRJ	Alberto José de Faro Orlando	Não informado	1
UFRJ	Alberto Latorre de Faria	Educação Física	2
UFRJ	Alberto Luiz Coimbra	Engenharia	1
UFRJ	Amaury Benigno Machado	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	1
UFRJ	Antonio Paes de Carvalho	Medicina	1
UFRJ	Armando Peregrino Seabra Fagundes	Educação Física	3
UFRJ	Augusto José Maurício Wanderley	Matemática	1
UFRJ	Benjamin Moraes Filho	Direito	2
UFRJ	Bruno Alípio Lobo	Medicina	1
UFRJ	Carmen Lucia Nascimento Mattedi	Letras	1
UFRJ	Castro Farias	Ciências Sociais	1
UFRJ	Célio Borja	Ciências Políticas	1
UFRJ	Celso Lemos	Filosofia	1

UFRJ	Chafi Haddad	Matemática	2
UFRJ	Cleusa Capalbo	Filosofia	1
UFRJ	Djacir Menezes	Jornalismo	4
UFRJ	Djalma Chastiet Contreiras	Medicina	1
UFRJ	Dmitri Mikhailovich Rostovtsev	Engenharia	1
UFRJ	Eduardo Mattos Portela	Letras	1
UFRJ	Eduardo Prado	Não informado	3
UFRJ	Emanoel Corneiro Leão	Letras	1
UFRJ	Eremildo Vianna	História	3
UFRJ	Eric Tinoco Marcos	Não informado	1
UFRJ	Erlen Victorovich Lenski	Engenharia	1
UFRJ	Ernesto dos Santos	Educação Física	1
UFRJ	Eulália Maria Lahmeyer Lobo	História	1
UFRJ	Eurico de Lima Figueiredo	Ciências Políticas	3
UFRJ	Eurico de Lima Figueiredo	Sociologia	3
UFRJ	Eurico José Ferreira	Engenharia	1
UFRJ	Evaristo de Moraes Filho	Direito	1
UFRJ	Fernando de Paiva Samico	Educação Física	1
UFRJ	Fernando de Paiva Samico	Medicina	2
UFRJ	Francisco Bruno Lobo	Medicina	1
UFRJ	Francisco Calazans Falcón	História	2
UFRJ	Francisco José dos Santos Ferraz	Ciências Políticas	2
UFRJ	Guaracy da Silveira	Economia e Administração	1
UFRJ	Guilherme Canedo de Magalhães	Não informado	1
UFRJ	Guilherme Maurício Souza Marco de	Matemática	1

	La Penha		
UFRJ	Hélio Fraga	Medicina	2
UFRJ	Henri Pinto Weck	Educação Física	1
UFRJ	Humberto Portocarrero	Não informado	1
UFRJ	Inah Bustamante	Educação Física	1
UFRJ	Iouri Ivanovich Skliarevski	Engenharia	1
UFRJ	Ivo Biasio Barbieri	Letras	1
UFRJ	Jether Pereira Ramalho	Sociologia	6
UFRJ	Joel Villaça	Geologia	1
UFRJ	José Luis Werneck da Silva	História	2
UFRJ	José Luiz Fracarolli	Educação Física	1
UFRJ	Luitgarde Oliveira Cavalcanti	Antropologia	2
UFRJ	Luiz Aduino da Justa Medeiros	Letras	1
UFRJ	Luiz Aduino da Justa Medeiros	Matemática	1
UFRJ	Luiz Dutra e Silva	Não informado	1
UFRJ	Manoel Maurício de Albuquerque	História	1
UFRJ	Maria Emá H. Lenk Ziegler	Educação Física	2
UFRJ	Maria Jacy Nogueira Vaz	Educação Física	1
UFRJ	Maria Stella Faria de Amorim	Sociologia	5
UFRJ	Marina São Paulo Vasconcellos	Ciências Sociais	1
UFRJ	Mario Carvalho de Mattos	Matemática	1
UFRJ	Moniz de Aragão	Química	2
UFRJ	Nelson Maciel Pinheiro Filho	Direito	1
UFRJ	Newton Sucupira	Não informado	1
UFRJ	Paulo de Góes	Medicina	4

UFRJ	Paulo Marcos Amorim	Museu de História	1
UFRJ	Paulo Marcos Amorim	Professor do Museu Nacional	1
UFRJ	Renato Gaia Brito Cunha	Educação Física	1
UFRJ	Roberto da Matta	Antropologia	1
UFRJ	Roberto Ribeiro Balzino	Matemática	1
UFRJ	Romeu Rodrigues Silva	Ciências Políticas	1
UFRJ	Ronaldo Simões Lopes de Azambuja	Geologia	2
UFRJ	Rosalina Brand	Engenharia	1
UFRJ	Rubem Dourado	Direito	1
UFRJ	Samuel Lederman Menegale	Não informado	1
UFRJ	Umberto Montano	Economia	1
UFRJ	Vinicius Rua Ferreira da Silva	Educação Física	2
UFRJ	Vladir Pontes Menezes	Administração	7
UFRJ	Waldemar Areno	Educação Física	4
UFRJ	Waldemar Areno	Medicina	1
UFRJ	Wanda Torox	Sociologia	1
TOTAL			127

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI

Na tabela 13, percebe-se a recorrência de alguns professores de maneira expressiva, como Vladir Pontes Menezes, que foi fichado 7 vezes, seguido de Jether Pereira Ramalho com 6 citações, Maria Stella Faria de Amorim, citada 5 vezes e diversos outros professores com mais de uma citação nos documentos.

Nesta perspectiva, os professores elencados na tabela 9 e 10 foram, em alguma medida, citados nos documentos analisados. Em alguns casos, os professores foram citados como alvos a serem vigiados, a fim de ser empreendida alguma forma de punição ou ação concreta contra os mesmos. Em outros casos, os professores aparecem somente para

complementar alguma informação ou compor um dado, estabelecer uma rede de relações ou elucidar algum acontecimento.

De toda forma, a presença dos nomes de tais professores nos documentos demonstra que a vigilância agia de forma constante, mesmo professores simpáticos ao regime entravam na lista dos vigiados.

Alguns professores citados já haviam sido aposentados e não mais compunham os quadros docentes das instituições; porém, os agentes de informação insistiam em elucidar a influência dos mesmos nas instituições ou usar o contato de algum professor com esses aposentados como motivo o suficiente para classificá-los de diversas maneiras, mas, sobretudo, como “subversivos”, “comunistas” e “esquerdistas”.

No caso dos anos em que mais fichas foram produzidas, encontramos os seguintes professores fichados para o caso das duas instituições conforme as tabelas abaixo:

Tabela 14 - Professores fichados - UFF 1971

Universidade	Nome	Curso	Freq.
UFF	Airton da Costa Paiva	Direito	1
UFF	Antonio Carlos Quaresma	História	1
UFF	Dina Rocha	Filosofia	1
UFF	Gerson Moura	História	2
UFF	João Debeliam	Direito	1
UFF	Jorge Emanuel Ferreira Barbosa/ex-reitor da UFF	Matemática	1
UFF	Jorge Loretto	Direito	1
UFF	José Miguel Mayer	História	2
UFF	Luiz Cesar Bitencourt Silva	História	1
UFF	Luiz Fernando Pinheiro Torres	Direito	1
UFF	Manoel Barreto Netto	Medicina	1
UFF	Octavio Reis de Castanhedde Almeida	Engenharia	1
UFF	Pschewodivsky	Direito	1

UFF	Roberto Garcia Esteves	Física	1
UFF	Silvia Damasceno Andrade Moraes	Letras	1
UFF	Vicente Sobrinho Porto	Direito	1
TOTAL			18

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI

Em relação aos professores fichados nesses dossiês, podemos perceber que alguns professores apareciam em mais de um documento, sendo citados algumas vezes em documentos diferentes e mesmo em contextos diferentes. Diante disso, as tabelas abaixo demonstram o número de vezes e o nome dos professores que foram citados nos documentos analisados.

Tabela 15 - Professores fichados - UFRJ 1972

Universidade	Nome	Curso	Freq.
UFRJ	Adalmir Brandão Pinheiro de Barros	Não informado	1
UFRJ	Afrânio dos Santos Coutinho	Letras	1
UFRJ	Alberto Latorre de Faria	Educação Física	2
UFRJ	Armando Peregrino Seabra Fagundes	Educação Física	2
UFRJ	Augusto José Maurício Wanderley	Matemática	1
UFRJ	Carmen Lucia Nascimento Mattedi	Letras	1
UFRJ	Chafi Haddad	Matemática	1
UFRJ	Djacir Menezes	Jornalismo	3
UFRJ	Djalma Chastiet Contreiras	Medicina	1
UFRJ	Eduardo Mattos Portela	Letras	1
UFRJ	Emanoel Corneiro Leão	Letras	1
UFRJ	Eremildo Vianna	História	2
UFRJ	Eric Tinoco Marcos	Não informado	1
UFRJ	Ernesto dos Santos	Educação Física	1
UFRJ	Eurico de Lima Figueiredo	Sociologia	1

UFRJ	Fernando de Paiva Samico	Educação Física	1
UFRJ	Fernando de Paiva Samico	Medicina	2
UFRJ	Guaracy da Silveira	Economia e Administração	1
UFRJ	Guilherme Maurício Souza Marco de La Penha	Matemática	1
UFRJ	Henri Pinto Weck	Educação Física	1
UFRJ	Inah Bustamante	Educação Física	1
UFRJ	Ivo Biasio Barbieri	Letras	1
UFRJ	José Luiz Fracarolli	Educação Física	1
UFRJ	Luiz Aduino da Justa Medeiros	Letras	1
UFRJ	Luiz Aduino da Justa Medeiros	Matemática	1
UFRJ	Luiz Dutra e Silva	Não informado	1
UFRJ	Manoel Maurício de Albuquerque	História	1
UFRJ	Maria Emá H. Lenk Ziegler	Educação Física	1
UFRJ	Maria Jacy Nogueira Vaz	Educação Física	1
UFRJ	Marina São Paulo Vasconcellos	Ciências Sociais	1
UFRJ	Mario Carvalho de Mattos	Matemática	1
UFRJ	Moniz de Aragão	Química	1
UFRJ	Nelson Maciel Pinheiro Filho	Direito	1
UFRJ	Paulo de Góes	Medicina	3
UFRJ	Renato Gaia Brito Cunha	Educação Física	1
UFRJ	Roberto Ribeiro Balzino	Matemática	1
UFRJ	Rosalina Brand	Engenharia	1
UFRJ	Vinicius Rua Ferreira da Silva	Educação Física	2
UFRJ	Vladir Pontes Menezes	Administração	5
UFRJ	Waldemar Areno	Educação Física	4
UFRJ	Waldemar Areno	Medicina	1

TOTAL		57
--------------	--	-----------

Fonte: elaboração própria a partir das fontes do SNI

Assim como no caso da UFF, também em relação aos professores da UFRJ percebe-se a recorrência de mais de uma citação. Os professores apareciam em diferentes documentos que circulavam entre a comunidade de informações. Em alguns casos, os documentos diziam praticamente a mesma coisa, entretanto, eram produzidos por diferentes órgãos⁹⁸.

4.2 A tipologia dos suspeitos

Ao trabalhar com a produção da suspeita, podemos inferir alguns pontos em comum entre as fontes analisadas. Percebe-se que havia uma tipologia dos suspeitos, ou seja, aspectos gerais que acabavam determinando se tal professor seria ou não considerado suspeito. Geralmente observam-se alguns tipos mais recorrentes de classificar esses professores, como: os contrários ao regime ou à “revolução de 1964”; os subversivos; os esquerdistas; os comunistas; os incitadores de alunos; os pertencentes a grupos suspeitos; os corruptos e os adeptos ao governo, mas vigiados.

Desse modo, embora haja nos documentos classificações de professores considerados “comunistas”, “esquerdistas” ou também “subversivos”, não havia nos documentos diferenças bem definidas e claras sobre as concepções baseadas nas ações e comportamentos que configurariam uma atitude comunista, esquerdista.

Contudo, em relação à classificação de “subversivo” conseguimos observar alguns elementos que diferem de comunista e esquerdista. Enquanto a classificação de subversivo geralmente se refere às ações desempenhadas, apoiadas ou não recriminadas por parte dos professores, a classificação de esquerdista e comunista parece se ater mais às questões ideológicas, menos práticas.

A base ideológica e metodológica dos agentes de informação vinha da DSN e foi difundida na ESG e Esni. Desse modo, os agentes de informação eram ensinados a crer num inimigo interno superdimensionado, capaz de destruir o Estado, a moral e os bons costumes. Esse inimigo precisava ser encontrado, vigiado e combatido.

A coleta de informações funcionava da seguinte maneira

A coleta de informações pelos órgãos tentava ser abrangente, começando com dados de filiação até o acompanhamento cotidiano de todos os passos do investigado, buscando mapear a rede em torno do indivíduo e, assim, identificar

⁹⁸ SNI, CISA, CENIMAR, CIE, Ministérios Civis, Ministérios Militares, Divisões de Segurança e Informações.

todos os integrantes de um determinado grupo. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012. p. 25).

Desse modo, os documentos aqui abordados, em sua maioria, seguiram essa lógica em sua produção. Veremos adiante as tipologias mais comuns, ou seja, as classificações mais recorrentes que apareciam nos documentos em relação aos professores.

Essas classificações revelam, em certa medida, os elementos e/ou comportamentos elencados pelos agentes de informações como provas para tal classificação. Os exemplos utilizados com as fontes analisadas buscam elucidar as práticas que eram vistas pela comunidade de informações como suficientes para tipificar os professores.

A fim de deslindar essas tipologias, podemos citar o caso do Informe nº357, produzido pelo CISA e que foi difundido para o SNI/AC e SNI/ARJ⁹⁹. O assunto deste Informe é “Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ” e ao longo de suas 4 páginas, o documento aborda diversas questões consideradas problemáticas na universidade em relação aos professores, dirigentes e outros funcionários. Por ser um informe de classificação A-1, ou seja, com fontes confiáveis, ao ser difundido para o SNI, tais dados seriam confirmados com os documentos presentes no órgão.

A fim de compreender as classificações empregadas aos professores, podemos elencar, em especial, o caso do professor Guilherme Canedo de Magalhães. Observamos neste informe as diferentes classificações e relações construídas pelos agentes de informações que redigiram tal documento, buscando evidenciar os perigos e as redes dos suspeitos que “atuavam” na universidade.

Sobre o referido professor, constam as seguintes informações nesta fonte:

Foi braço direito do Ministro CLÓVIS SALGADO, deu apoio ao ISEB e participou de todos os cambalachos, tendo entrado para o magistério da Universidade, sem concurso. Conseguiu aproximar-se do Ministro FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA e passou a dizer-se revolucionário, mas, protegia a todos os amigos e colegas corruptos que deveriam ser punidos, inclusive protegeu, até hoje, o corrupto VANDICK LONDRES DA NÓBREGA, que também se jacta de revolucionário. Posteriormente, chefiou o Gabinete do Reitor MONIZ DE ARAGÃO. Exerceu, então, o mecenato a professores comunistas. Pretendeu salvá-los, só não obtendo êxito porque a Comissão do Ministério da Educação e Cultura, presidida pelo General TUROLA, os aposentou. Aconselhou o Reitor ARAGÃO a procurar o Ministro e declarar-lhe que deveria ter sido avisado de tudo previamente. Atualmente, o Reitor MENEZES é dirigido pelo Sub-Reitor CANEDO, que exerce o tráfico de influência através de sua assessora SONIA COSENZA, mulher desmoralizada, interesseira, comunista, amante do Prof. CANEDO; foi promovida a Chefe do Departamento de Pessoal da Reitoria da UFRJ; valendo-se das posições de GUILHERME CANEDO DE MAGALHÃES, que tem um irmão altamente

⁹⁹ CISA. Informe nº357, 26 de Outubro de 1970.

subversivo, colocou seus filhos no Ministério e na Universidade: duas filhas e um filho que foi nomeado para o Secretariado do Conselho Federal de Cultura.

Quando a Universidade formou sua comissão para conceder o tempo integral dos professores, a COPERTIDE, o Sub-Reitor CANEDO e o Reitor MENEZES colocaram na mesma alguns esquerdistas, como BRUNO ALÍPIO LOBO (casado com a professora EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO, aposentada pelo AI-5 e que tem feito críticas desastrosas à Revolução e aos governos revolucionários), SAMUEL LEDERMAN MENEGALE (Presidente da Comissão), etc. Este último é filho de HELI MENEGALE, antigo assessor do ex-ministro CLÓVIS SALGADO.

Pode-se dizer que através das pessoas de sua confiança, o Sub-reitor CANEDO vai minando os democratas. Entre as ilegalidades cometidas e que são numerosíssimas, podemos citar duas:

- amigo do subversivo Professor EVARISTO DE MORAES FILHO, aposentado pelo AI-5, pagou-lhe pelo espaço de um ano inteiro, isto é, até o mês de junho de 1970, vencimentos integrais (conforme prova anexo), como se estivesse em pelo exercício; para que isso pudesse ser feito, determinou ou forjou uma licença para tratamento de saúde;

- por lei, o cargo inicial da carreira do magistério superior é o de Assistente. A lei estabeleceu, porém, que poderiam ser designados Auxiliares de Ensino, mesmo porque exigiu como condição que só fossem contratados ou nomeados Assistentes, os que já tivessem o título de Mestrado (curso de pós-graduação). Foi contratada uma Assistente para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, dando carona em todos os Auxiliares de Ensino, porque é protegido do Presidente do Conselho Federal de Cultura, amigo do Reitor MENEZES, o mesmo foi feito com o filho do Diretor AFRÂNIO COUTINHO da Faculdade de Letras.

[...] O Sub-Reitor para Pessoal e Serviços Gerais tem o dever de corrigir defeitos, mas nada reclama, e só os infelizes serventes, datilógrafos e outros pequenos serventuários são os únicos obrigados a trabalhar. O Sub-Reitor CANEDO é obrigado a tempo integral mas não o cumpre. (CISA, 1970. p. 1-2).

De uma forma geral, depreendemos que o professor Guilherme Canedo de Magalhães é classificado com diversas tipologias do suspeito: pertencente a grupos vigiados, corrupto e imoral (mesmo que não dito explicitamente).

Num primeiro momento, percebe-se que o professor é visto de acordo com as redes de relacionamento que tinha na universidade e fora dela. O documento inicialmente aponta que o professor Canedo teria sido “velho servidor de Juscelino Kubitschek e de João Goulart e dizem que ele estaria fantasiado de revolucionário”.

Nesse ponto, a presença dessa observação é suficiente para acender um alerta, visto que seu contato com dois ex-presidentes do Brasil, inclusive um deles que foi destituído da presidência com o apoio de um conjunto de forças políticas, incluindo os militares, o torna parte de um grupo que a ditadura expurgou e ainda buscava eliminar das universidades.

Observa-se o estabelecimento de uma conexão entre suas relações sociais no campo da vida pessoal e no seu local de trabalho, com os demais funcionários e professores. O documento deixa transparecer relações de interesse em algumas aproximações do professor

Canedo com figuras de cargos importantes, como o caso do Ministro Suplicy¹⁰⁰. Assim como atingem sua imagem através de suas ações e relações da vida privada com a Assessora Sonia Cosenza.

Este último ponto vale uma reflexão maior e até mesmo novas pesquisas, visto que ao longo do documento em nenhum outro momento as classificações buscam atingir de forma tão pessoal, utilizando adjetivos e termos pejorativos aos demais professores. Essas críticas à moralidade de uma mulher são notadamente específicas em seu caso, e reflete os preceitos de comportamento e princípios morais esperados na época. Contudo, não aplicaram tais termos ao tratar, por exemplo, a prof Eulália Lobo, que também é citada no documento.

Mesmo que não explicitamente citado no documento, o suposto caso que o prof. Canedo teria com Cosenza o enquadra na tipologia de imoral, por fugir dos comportamentos esperados pelo regime e pela sociedade conservadora e cristã.

Mais adiante, podemos observar também insinuações de casos de corrupção cometidas pelo professor Canedo, gerando acusações contra suas ações enquanto Sub-reitor.

O documento cita que Canedo teria favorecido “elementos esquerdistas”, teria concedido tempo integral a um professor que não cumpriu tal carga horária, bem como na forma de ingresso de alguns professores na universidade. Nesse sentido, essas informações complementarizam a acusação inicial de que o professor estaria “fantasiado de revolucionário”, ou seja, sua prática não condizia com os ideais “revolucionários” do regime, uma vez que os inimigos do regime eram favorecidos por Canedo. Dissertam, ainda, que Canedo teria sido responsável de arruinar a gestão de Moniz Aragão¹⁰¹, reitor da UFRJ.

Esse Informe nos revela as diversas formas que os agentes de informações, através da produção de documentos que colocavam diversos professores em posição de suspeitos, buscavam classificar os professores.

Nesta perspectiva, analisaremos as rubricas que foram mais recorrentes nos documentos, ou seja, as classificações e tipologias mais comuns feitas em relação aos professores. Antes, é válido ressaltar, que essas tipologias servem mais para tecer uma análise mais didática e menos para engessar as classificações. Isto porque, em alguns casos, uma classificação feita a um professor por vezes se misturava com outras classificações, sendo

¹⁰⁰ Flávio Suplicy de Lacerda foi reitor da Universidade Federal do Paraná nos anos 1950, após o golpe de 1964 foi convidado pelo então presidente Castelo Branco para ser Ministro da Educação, cargo que ocupou até 1966. Neste período tornou-se ainda presidente do Conselho Federal de Cultura. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Flávio Suplicy de Lacerda. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lacerda-flavio-suplicy-de>. Acesso em: 18/09/2022.

¹⁰¹ Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão foi reitor da UFRJ entre 1966-1969.

optado manter no mesmo subitem como forma de gerar uma melhor compreensão e coesão na própria escrita do texto.

Neste sentido, muitas vezes os professores eram classificados de diversas maneiras, optamos neste capítulo por separar por tipologias essas classificações. Identificamos as seguintes tipologias utilizadas nos documentos analisados: os contrários ao regime ou à “Revolução de 64”; os subversivos; os esquerdistas; os comunistas; os incitadores de alunos; os pertencentes a grupos vigiados; os corruptos; os adeptos ao governo, mas vigiados.

Alguns nomes e documentos serão citados mais de uma vez, contudo, aparecendo em diferentes tipologias. Essa metodologia busca demonstrar como a classificação dos professores era feita de maneira ampla, utilizando, em muitos casos, argumentos rasos e superdimensionados para demonstrar o perigo ou o risco que tais professores representavam à Segurança Nacional.

4.2.1 Os contrários ao regime ou à “Revolução de 64”

Nessa tipologia eram enquadrados os professores que fossem classificados como contrários ao regime ou que demonstrassem, de algum modo, insatisfação ou críticas ao golpe de 1964. Mesmo após o golpe, os agentes de informações monitoravam àqueles que contrariavam o regime através de discursos, comentários e críticas, ainda que sutis. Nesse sentido, as universidades estavam em constante vigilância, visto que produziam conhecimento e críticas sobre a sociedade. Os professores eram vistos como fundamentais no processo de difundir ideias contrárias ao regime, por conta disso, foram constantemente vigiados em relação à sua opinião em relação ao golpe e ao regime.

Em alguns documentos eram sistematizadas informações gerais sobre o vigiado e também a sua opinião em relação “à revolução de 1964”. Esse posicionamento poderia definir, em grande medida, como os agentes viam os professores e suas ações cotidianas dali em diante.

Exemplo dessa tipologia foi o caso da professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo¹⁰², professora de História da UFRJ. O Informe nº357 de 26 de Outubro de 1970¹⁰³, aponta que

¹⁰² Um ponto a ser destacado neste documento é novamente sobre a forma como falam da professora Eulália e como falam de outra funcionária da universidade, Sônia Cosenza. Sobre a professora Eulália, apenas apontam suas críticas ao regime, sem mencionar questões e adjetivos sobre sua vida pessoal. Contudo, em relação a Cosenza, o documento aponta que ela era assessora do sub-reitor da UFRJ, professor Guilherme Canedo de Magalhães, e a classificam como amante do mesmo, utilizando termos ofensivos sobre suas relações na vida privada.

¹⁰³ CISA. Informe nº357, 26 de Outubro de 1970.

mesmo aposentada pelo AI-5, esta professora continuava fazendo críticas "desastrosas à revolução e aos governos revolucionários". A fonte expõe que:

A Sra. EULÁLIA LAHMEYER LOBO, aposentada pelo AI-5, está desmoralizando o Brasil no exterior: nos ESTADOS UNIDOS; foi em sua casa e na presença de outros subversivos que ela forneceu dados errados e deturpados a um observador americano, Sr PHILIPPE C. SCHMITTER, que escreveu um "memorandum" distribuído a todas as Universidades Americanas sobre os professores cassados e aposentados (CISA, Informe nº 357, 1970. p. 4).

Interessante notar que, mesmo já tendo sido aposentada e saído do país, os agentes de informações ainda monitoravam as articulações feitas pela professora no exterior. As críticas em si já eram vistas como uma ameaça ao regime, mas sendo realizadas fora do país eram ainda mais desaprovadas.

Classificar professores como críticos ao regime ou ao golpe não necessariamente se restringiam aos comentários explícitos e diretos. Também demonstrar, ainda que sutilmente, algum tipo de concordância com críticas, ou então se abster diante de comentários que depreciavam o governo eram considerados motivos para fichar um professor.

O caso do professor Benjamin Moraes elucidava a amplitude dessa classificação. Ele era professor no curso de Direito da UFRJ e foi classificado como contrário à "Revolução de 1964" no Pedido de busca nº128¹⁰⁴, não por manifestar abertamente descontentamento, mas por demonstrar concordância com a crítica de terceiros. Segundo o documento, o professor teria sido interrompido durante sua aula pelo "Grupo Radical do Partido" que manifestava uma tese contra-revolucionária. Desse modo, o professor teria concordado com a tese, demonstrando solidariedade ao que foi dito.

Já o professor João Debeliam, professor do curso de Direito da UFF foi citado no Informe nº182 de 26 de outubro de 1971, produzido pelo Ministério da Aeronáutica¹⁰⁵. O documento intitulado "Subversão na Universidade Federal Fluminense" cita diversos professores e funcionários da UFF que estariam causando algum tipo de incômodo aos militares.

Debeliam era professor do curso de Direito e entrou nesta lista de subversivos da UFF por conta de demonstrar "descontentamento com a Revolução de Março, apesar de esconder sua insatisfação de maneira inteligente". Essa afirmação é bastante vaga, não traz nenhum argumento ou prova para respaldar a acusação, o que demonstra muitas das classificações feitas pelos agentes de informações.

¹⁰⁴ Divisão de Segurança e Informações. Pedido de busca nº128 DSI/MJ, 16 de Abril de 1974.

¹⁰⁵ Ministério da Aeronáutica. Informe nº182 COMZAE.3, 26 de outubro de 1971.

Percebe-se que a preocupação dos órgãos de informação com a difusão de críticas ao regime e à “Revolução” era usada nos expurgos desde a década de 1960, conforme aponta Motta:

Quanto à motivação para os expurgos, o aspecto mais óbvio e também determinante já mencionado: o critério ideológico. Os documentos disponíveis comprovam essa preocupação, como uma lista de aposentadorias chancelada por Costa e Silva que apresentava os seguintes argumentos para as punições: “comunismo, esquerdismo, atividades subversivas ou contrárias à Revolução” (MOTTA, 2014. p. 178)

O mesmo informe cita também o professor de História Luiz César Bittencourt Silva como crítico ao governo. O informe aponta que ele fora convidado por Márcio Brandão Ribeiro para ministrar um Curso de História de Direito da Faculdade de Direito da UFF e que, neste curso, teria realizado insinuações contra o regime implantado em 1964.

Do curso de Direito da UFF, o professor Luiz Fernando Pinheiro Torres foi fichado também no Informe nº182 do Ministério da Aeronáutica. Segundo a fonte: “Durante as aulas faz comentários desairosos ao atual regime”. Dessa maneira, seus comentários e também o contato que tinha com grupos “esquerdistas” o fizeram ser notado pelos agentes de informação.

Um detalhe interessante e não explorado na fonte é que informam que esse professor faleceu às 18h em 20 de outubro de 1970, ou seja, 6 dias antes da produção desse informe. Não descrevem nenhum detalhe a mais, somente a data e horário de sua morte, o que sugere que nem mesmo os mortos não escapavam da vigilância do Estado.

Esse documento era classificado como Informe A-2, ou seja, seu nível de confiabilidade era alto. Mesmo assim, observa-se que as acusações feitas aos professores acima citados se baseiam em impressões dos informantes que recolheram tais discursos contrários ao governo. Longe de trazerem provas concretas contra esses dois professores, essas informações não contam com embasamento sólido, demonstrando que a produção da suspeita era promovida nos detalhes capturados pelos agentes de informações.

Assim, seja na declaração, ainda que indireta, de insatisfação com o governo, ou mesmo na ausência de posicionamento político, os professores eram fichados do mesmo modo. Aos olhos dos agentes de informação, a ação de um professor considerado “ideal” era o posicionamento a favor da “Revolução”.

4.2.2 Os subversivos

Classificar os professores como subversivos foi uma das ferramentas mais utilizadas pelos órgãos de informação para justificar a perseguição e vigilância aos mesmos. Contudo, essa estratégia não foi inaugurada com a ditadura, conforme aponta Barbosa:

A ideia de subversão ao longo da história política de nosso país serviu de justificativa eficaz para a intervenção no espaço público pelo Estado de maneira coercitiva, não só pela imposição de leis, mas também pela ação direta contra os “indesejáveis”. O combate à subversão muitas vezes serviu de fundamento para a anulação e extinção das oposições para a manutenção da ordem do espaço público. Em diversos momentos de nossa história política a subversão esteve na agenda dos governos, difundida nos discursos e compondo identidades. A definição do conceito faz parte de um processo de construção de um padrão rotulador. No campo do político a definição do subversivo está relacionada à delimitação do que está fora dos modelos políticos, morais, comportamentais e culturais desejados dentro de determinada esfera de poder. Este processo de definição revela elementos constitutivos do ideário da instituição ou do grupo que detém o papel de definição ou rotulação. (BARBOSA, 2012. p.33).

Nesse sentido, durante a ditadura, classificar alguém como subversivo abria margem para atuar de maneira repressiva. Embora os órgãos de informação não tivessem papel de reprimir, a produção da informação sobre os vigiados respaldou a ação repressora de outros órgãos. Ou seja, ainda que indiretamente a vigilância promovia a repressão.

A comunidade de informações, através dos agentes que redigiram os documentos, utilizava motivos simples e sem muito embasamento para classificar os professores como tal:

O posicionamento docente frente às questões políticas e sociais, quando não era de acordo com os interesses dominantes, transformava-se em desafio inaceitável ao regime, que caracterizava o professor como um doutrinador subversivo. Esse foi o caso do professor Sadi Dal Rosso, da Universidade de Brasília (UNB), que, conforme aponta o documento abaixo, não tinha condições de ter o seu contrato de trabalho renovado devido às suas posições políticas. Além disso, o professor é acusado de promover “greves, quebradeiras e reivindicações” na UNB e de frequentar as reuniões da União Nacional dos Estudantes (UNE). (RAMOS; STAMPA, 2016. p.267).

A classificação de “subversivo” seguia os princípios ideológicos da DSN que eram difundidos pela ESG, base da formação de muitos dos agentes de informação. Desse modo:

A subversão deve ser entendida como o conjunto de ações de caráter predominantemente psicológico que buscam de maneira lenta, insidiosa, progressiva e, pelo menos inicialmente clandestina e sem violência, a conquista física e espiritual da população sobre a qual são desencadeadas, através da destruição das estruturas sociais fundamentais, levando-a a aspirar uma forma de comunidade diferente, pela qual se dispõe ao sacrifício (Escola Superior de Guerra, 1969, p. 10 *apud* RAMOS; STAMPA, 2016. p. 257-258).

Com isso, houve um alargamento do conceito de subversão durante a ditadura em relação a momentos anteriores da história do Brasil. Barbosa nos diz que:

Os subversivos ou desviantes no regime militar, não eram somente os pobres e marginalizados da sociedade como ocorreu na colônia e no império, mas observa-se

a introdução de novos componentes oriundos da classe média como os estudantes universitários, intelectuais, artistas, além de religiosos e trabalhadores de todos os tipos, há aí um alargamento do conceito de subversão que passa ter uma conotação muito mais ampla englobando toda a oposição política. O subversivo seria aquele que ameaçasse as instituições e o ordenamento social, independente de sua origem social. A idéia de nocividade e de uma sociedade dividida entre bons e maus cidadãos foi constantemente explorada durante o regime militar. (BARBOSA, 2012. p.39).

Tendo essa ideia como base, a compreensão da subversão era difundida nos manuais utilizados pelos agentes de informações em sua formação, respaldando a classificação que faziam dos vigiados. Nesse sentido, Ishaq, Franco e Sousa apontam a concepção de subversão utilizada pelos militares nesse período em alguns documentos:

O Manual de Segurança e Informações, produzido pelos órgãos de informação do governo militar em 1971, definiu subversão como “a forma de guerra irregular que visa minar a estrutura militar, econômica, social, moral e política de um regime”. Dessa forma, as ações subversivas “possuíam caráter predominantemente psicológico, buscando conquistar as populações para um movimento político-revolucionário pela destruição das bases fundamentais da comunidade que integram”. Em outro documento elaborado pelo regime, o termo é definido como “o emprego planejado da propaganda e de outras ações, principalmente de cunho psicológico, com o objetivo de obter o apoio da população para um movimento revolucionário”. Dessa maneira, foram enquadrados como “subversivos” pessoas, textos, canções, filmes e imagens que pudessem comprometer, segundo a ótica do governo, a credibilidade das novas autoridades ou do status quo social. Segundo documentos elaborados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), o processo subversivo consistia no

[...] apoio da população; inicialmente sem violência por meio da destruição da comunidade de seus valores morais; ações violentas que objetivam repercussão sobre a população; emprego de atos de terrorismo, sequestros e sabotagem sem características de luta armada [...].

Para o SNI, a subversão tinha um duplo papel: “a tomada do poder por meio do processo pacífico e o preparo do clima revolucionário que possibilitasse a eclosão da luta armada, culminando com a conquista do poder”. Em outro momento, o Ministério do Exército relatou um documento de 1972 como agir diante do inimigo: “Se o subversivo esboçar reação atirem e atirem para matar. Lembrem-se de que nesta guerra suja não existem maneiras corretas ou erradas de vencer. Existem, somente, vitórias ou mortes”. Fonte do verbete: Assessoria de Segurança e Informação da Universidade de Brasília, Série Legislação, normas e procedimentos. BRANBSB AA1. LGS.004; BRANBSB AA1. LGS.006; Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, BRANBSB ZD, caixa 22-A, p. 1-15. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012. p. 279).

De acordo com este documento o subversivo é entendido de diversas maneiras; como atuante da guerra psicológica, articulador político-revolucionário e também enquanto um potencial militante da luta armada. A subversão se atrela a valores diversos (políticos, culturais) e são vistos sempre como uma ameaça à ordem vigente, ou seja, sendo considerado um risco à Segurança Nacional. Subversão também é sinônimo de destruição de valores.

Percebe-se, com isso, que a subversão era entendida de maneira ampla, variando de acordo com documento. Justamente por ter um sentido amplo é que foi empregada recorrentemente em relação aos professores fichados, permitindo enquadrar numa mesma classificação diversas ações, características de professores.

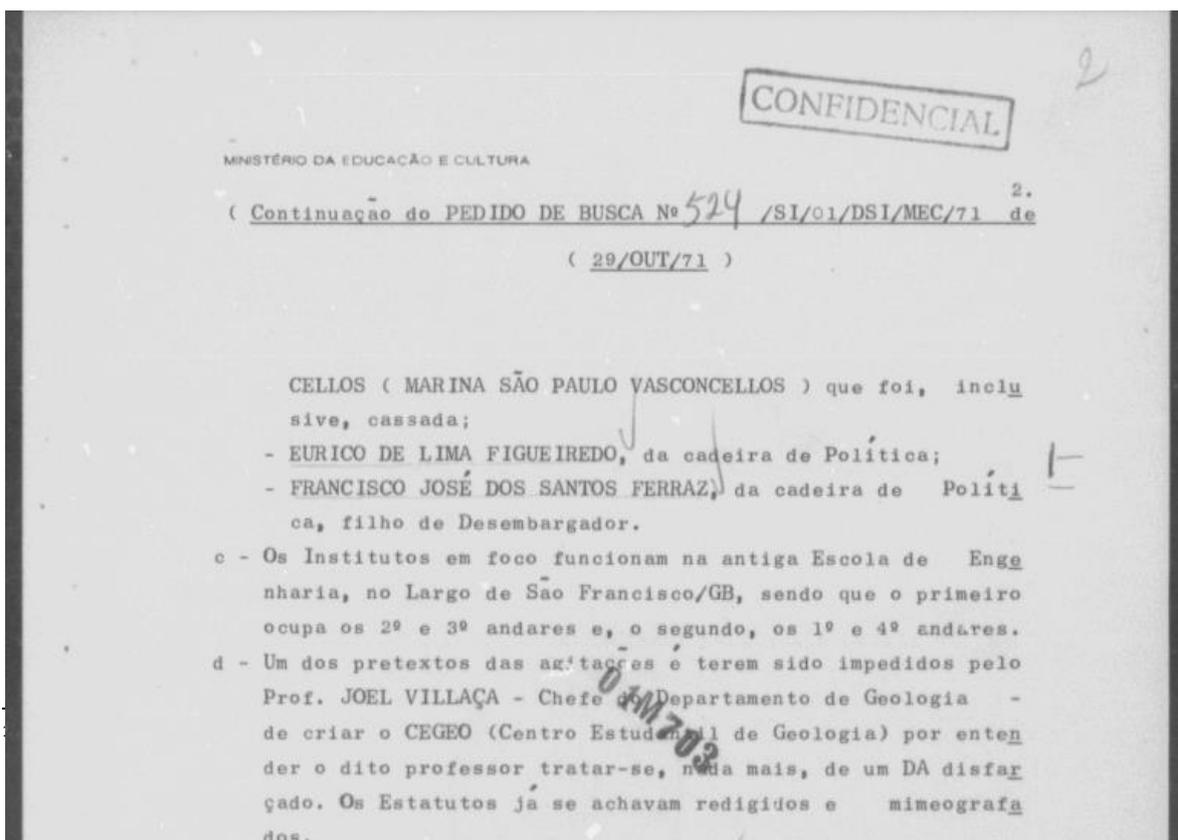
De acordo com Ishaq, Franco e Sousa (2012), uma ação para ser considerada subversiva ou caracterizar o autor da ação como um subversivo era baseada em tal compreensão:

Ação subversiva: Atividade de caráter predominantemente psicológico que buscava conquistar as populações para um movimento político-revolucionário a partir da destruição dos valores das comunidades nas quais se integravam, com o intuito de propagar o comunismo. Fonte do verbete: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal BRANBSB ZD, caixa 22-A, p. 1-15. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012. p. 46).

Desta maneira, quando classificavam alguém como subversivo, conceitos como “revolucionário” e “comunista” acabavam sendo agregados, ampliando a concepção de subversão. O autor de ação subversiva, ou seja, o subversivo poderia também ser considerado revolucionário e/ou comunista.

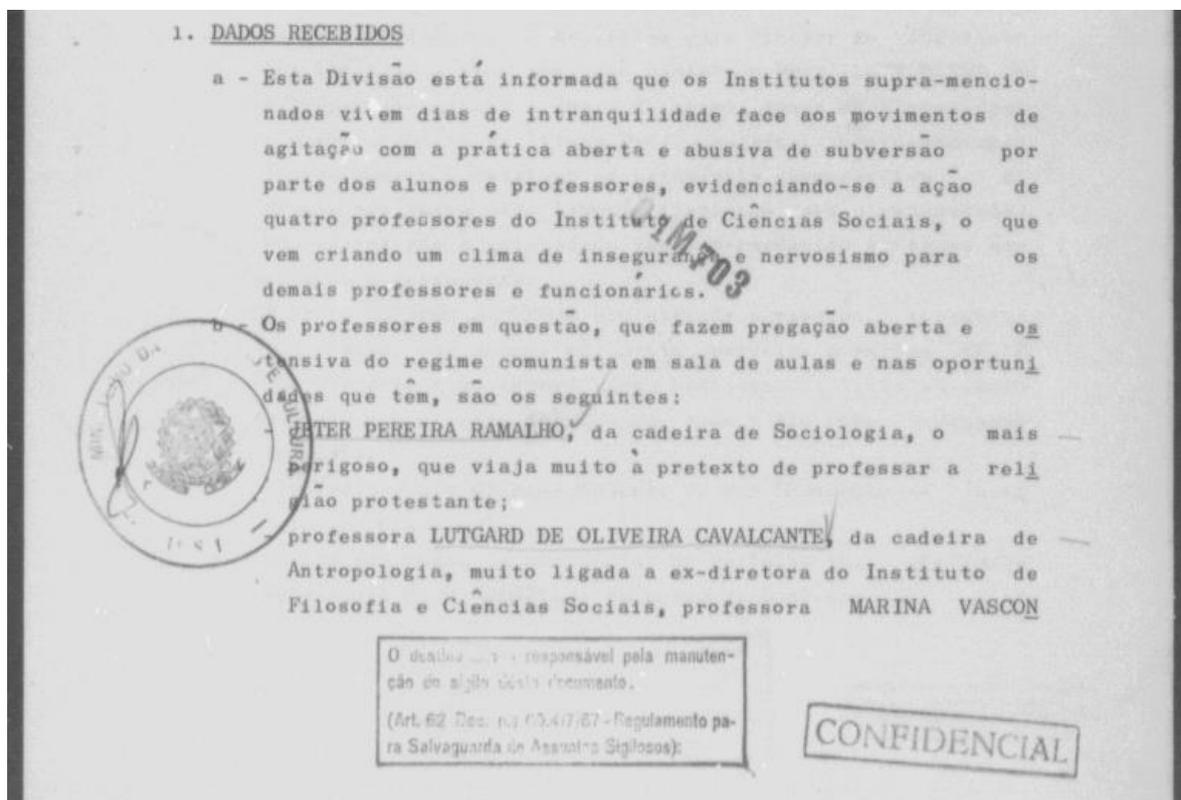
No Pedido de Busca, PB nº524, podemos observar quatro professores que foram qualificados como subversivos: Jether Pereira Ramalho, Luitgard de Oliveira Cavalcante, Eurico de Lima Figueiredo e Francisco José dos Santos Ferraz¹⁰⁶.

Figura 4 - Pedido de busca nº524/71 SI/01/DSI/MEC/71. 29 de Outubro de 1971, pág. 1.



Fonte: Divisão de Seguranças e Informações. Pedido de busca nº524/71 SI/01/DSI/MEC/71. 29 de Outubro de 1971.

Figura 5 - Pedido de busca nº524/71 SI/01/DSI/MEC/71. 29 de Outubro de 1971, pág. 2.



Fonte: Divisão de Seguranças e Informações. Pedido de busca nº524/71 SI/01/DSI/MEC/71. 29 de Outubro de 1971.

O PB tem como assunto: “Instituto de Ciências Sociais e Instituto Geo/Ciências/UFRJ” e foi criado pela DSI/MEC. Conforme as figuras 4 e 5 demonstram, os agentes de informação apontam que havia movimentação de caráter “subversiva” nos Institutos citados por parte de alunos e também professores.

Esse dossiê contém 10 documentos diferentes que versam sobre esses professores e também sobre alguns alunos. O pedido de busca foi emitido por conta de algumas informações que a DSI precisava confirmar em relação aos acontecimentos que estavam ocorrendo na UFRJ.

Observando a introdução do documento, é válido verificar que a prática da “subversão”, neste caso, está relacionada às falas em relação ao regime comunista. Neste ponto “subversão” e “pregação comunista” são consideradas sinônimas para tal classificação.

Em relação aos professores que são classificados como “subversivos” observa-se que são todos da grande área das Ciências Humanas, sendo eles dos cursos de Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas.

Segundo a fonte, as agitações estudantis teriam se iniciado por conta da proibição da criação de um Centro Estadual de Geologia – CEGEO, isso porque o chefe do Departamento de Geologia, o professor Joel Villaça os teria impedido por considerar esse centro um “Diretório Acadêmico – DA, disfarçado”.

E, além disso, apontam a insatisfação com a nomeação do professor Luiz Dutra e Silva para diretor do Instituto Geo-Ciências e não do professor Ronaldo Azambuja. Essa nomeação era feita diretamente pelo presidente da República, o professor Azambuja estava na lista sêxtupla para esse cargo, porém teria sido impugnado pelo SNI. As ações de protesto dos alunos ao sujarem o espaço em que ocorreria a posse do então diretor do instituto são também representadas como atos subversivos.

Outro ponto interessante é a relação do professor Azambuja com a sua participação na União Nacional dos Estudantes – UNE que era vista com péssimos olhos pelos agentes ao ser comentado pelos professores e estudantes.

Essas acusações contra o professor Azambuja ainda não haviam sido convertidas em ações, isto porque o professor ocuparia o cargo de Diretor Adjunto de Pós-Graduação do Instituto de Geo-Ciências. No anexo A, desse dossiê, a Informação nº 928/71, produzida pelo SNI-ARJ, aponta que não possuíam registros negativos nos arquivos em relação a esse professor. Ademais, não foram encontrados outros documentos sobre o referido professor para analisar os resultados de tais classificações nessas fichas.

O professor Jether Pereira Ramalho, da cadeira de Sociologia, tornou-se um alvo por conta das viagens que realizava em vista de sua atuação religiosa. O documento aponta que este professor era considerado “o mais perigoso, que viaja muito a pretexto de professar a religião protestante”. Nesse caso, além de ser considerado subversivo, também as viagens do professor eram alvo da vigilância, visto a preocupação dos militares com a circulação de pessoas “subversivas” difundido suas ideias em outros lugares. Sem mais informações sobre o professor, tal Pedido de busca recebe resposta através da Informação nº89, produzida pelo SNI/ARJ¹⁰⁷, contendo dados pessoais, como naturalidade, endereço, número de documentos, filiação e também um histórico que descrevia sua atuação desde dezembro de 1965.

¹⁰⁷ Serviço Nacional de Informações/Agência Rio de Janeiro. Informação nº 89, 05 de Novembro de 1971.

Dentre as várias acusações contra o professor, em relação à subversão a fonte aponta que:

Fev 1967 - Pastor protestante. Ligado no grupo da esquerda cristã.

Agosto 1967 - Elemento importante do esquema subversivo, atuante no meio estudantil. Participa de todos os atos de caráter subversivo, juntamente com outros elementos da Faculdade Nacional de Filosofia. [...]

Setembro 1969 - Com 40 anos ingressou na FNFi, onde se destacou com sua atuação subversiva. (SNI, 1971).

A trajetória “subversiva” de Jether Ramalho era acompanhada desde sua atuação enquanto estudante na FNFi, informação que buscava respaldar os argumentos do SNI quanto à sua periculosidade. O levantamento de informações durante um longo período era uma estratégia que servia muito aos agentes quando surgia a necessidade de ações mais diretas contra um professor. Se Ramalho era subversivo, atuava no movimento estudantil, era ligado a grupos vigiados, considerado esquerdista e, enquanto professor estava envolvido em atuação subversiva, por que não foi expurgado antes? Muitas das fontes analisadas abordam essa atuação de maneira alarmante, chegando até mesmo ao exagero para definir o perigo que esses professores representavam. Essa questão envolve muitas discussões na historiografia sobre a ditadura e que não são nosso objetivo para este trabalho.

Contudo, de maneira breve, a explicação que melhor comporta nossa compreensão sobre o assunto foi a desenvolvida por Ludmila Pereira (2016) em sua tese. A autora tece uma crítica à ideia da síntese explicativa que utiliza o conceito de cultura política, defendida por Motta; segundo este autor:

O influxo da cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam a contradição: demitir professores que depois eram convidados a voltar, para em seguida afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e que circulassem. Como explicar o paradoxo de uma ditadura anticomunista que permitiu a contratação de professores marxistas e manteve comunistas em seus cargos públicos, enquanto outros eram barrados e demitidos?

[...] No Brasil, a estratégia conciliatória tende a ser mais mobilizada quando os agentes em conflito pertencem às elites sociais. E é este precisamente o caso, pois nos meios universitários, em grande proporção, estavam pessoas originárias das classes média e alta, que tinham possibilidade de mobilizar ligações sociais em seu benefício, não obstante houvesse muitos “pagãos” também, ou seja, pessoas sem laços sociais protetores. Esse jogo complexo, e às vezes ambíguo, nos sugere análise mais sutil do impacto do autoritarismo nas universidades, capaz de iluminar processos que não se encaixam no tradicional par repressão/resistência. Houve também arranjo entre repressão/acomodação, repressão/negociação e repressão/cooptação. (MOTTA, 2014. p. 16-18).

Desse modo, a compreensão que Motta utiliza, parte do conceito de cultura política que permitiria a existência de elementos antagônicos coexistindo na universidade e, com isso,

existiria uma acomodação entre as partes, aplacando, em certa medida, as diferenças¹⁰⁸. Isso, para o autor, seria uma das respostas para a manutenção desses professores nas universidades.

Entretanto, nossa compreensão concorda com as proposições defendidas por Pereira (2016):

Da nossa parte, salientamos a necessidade de verificar os casos em sua especificidade histórica, incluindo na análise um maior número de elementos para não subsumi-la a uma única determinação cultural e a-histórica. Por exemplo, a ambiguidade apontada por Patto no fato de o regime militar permitir a presença de comunistas deve ser compreendida não unilateralmente a partir de uma cultura conciliatória brasileira, mas, fazendo referência a alguns casos específicos, pela necessidade material que tinha o projeto universitário por professores e pesquisadores mais qualificados. Algo que é observado, por exemplo, entre os físicos, mas se estende a outras áreas. A criação de novos cursos (vide o caso de Cinema, e do próprio Instituto de Artes e Comunicação Social na UFF) poderia justificar a utilização – sob vigilância – dessa força de trabalho altamente especializada. Poderia também ser explicada pelas relações pessoais estabelecidas por alguns desses professores com dirigentes das instituições, ou mesmo pelo esforço da repressão em produzir informações a partir de potenciais “suspeitos”, cabendo em certos vigiá-los e não apenas excluí-los (PEREIRA, 2016).

Nessa perspectiva, pensamos que mesmo com os riscos que os militares acreditavam haver na manutenção desses professores em seus cargos, a necessidade de ter em seus quadros esses especialistas, era tolerado. Além disso, também podemos pensar na produção da suspeita enquanto mecanismo de manutenção da própria existência desses órgãos, sendo sempre necessário haver suspeitos. Observa-se em diversos documentos argumentos rasos utilizados para incriminar e classificar os professores, que na prática, ao que tudo indica, não representavam um efetivo risco ao regime e à Segurança Nacional.

Prosseguindo com o PB nº524, vê-se que a professora Luitgard de Oliveira Cavalcante, da cadeira de Antropologia, e o professor de Ciências Políticas da UFRJ, Eurico de Lima Figueiredo, foram acusados de exercer atividades subversivas, porém, não há detalhes sobre tais ações. O mesmo ocorre para o caso do professor Francisco José dos Santos Ferraz, de Ciências Políticas. Esses três últimos professores não tinham muitos dados cadastrados na DSI/MEC, por conta disso, o documento foi encaminhado ao SNI/AC, CIE, CISA e CENIMAR, no intuito de inferir as acusações com novos dados.

Novamente em relação ao Informe nº357, produzido pelo CISA¹⁰⁹ há uma série de questões da UFRJ abordando, sobretudo, o setor administrativo, indicando diversos nomes envolvidos nos casos em que consideram problemáticos.

¹⁰⁸

¹⁰⁹ CISA. Informe nº357, 26 de Outubro de 1970.

Além de ser um centro de subversão, a UFRJ é um antro de corrupção. Os comunistas vão se apoderando lentamente da direção da mesma, dividindo o bolo com os corruptos. A reforma da Universidade hipertrofiou-a e sua situação tornou-se mais grave ainda. O Reitor DJACIR MENEZES nunca foi um administrador, nem jamais se preocupou com administração. Foi o pior diretor da Faculdade de Ciências Econômicas. Quem administrava era, então, o Secretário da Faculdade, R. Barbosa. (CISA, 1970. p. 1)

Logo no início, caracterizam a universidade como um "centro de subversão e antro de corrupção" e apontam que os "comunistas" estão se apoderando da universidade. A corrupção e o comunismo foram erigidos como os grandes antagonistas do regime, a busca por contê-los foi um dos propósitos dos órgãos de vigilância demonstrados nestes documentos.

Essas classificações no início do documento por si só já demonstram a visão que os agentes de informações tinham sobre a UFRJ. Desta maneira, o reitor Djacir Menezes, enquanto dirigente da universidade, é visto como parte do problema, uma vez que não impede a profusão da subversão nesta instituição. Além disso, o documento o caracteriza também como um mau administrador, o que nos leva a observar como a perseguição feita através da produção da vigilância era intensa, sobretudo em relação aos dirigentes universitários.

No Informe nº 182 de 1971, produzido pelo Ministério da Aeronáutica, em 26 de outubro de 1971, o assunto era "Subversão na Universidade Federal Fluminense (UFF)"¹¹⁰. Neste documento também tratam da existência da subversão na UFF logo no campo "assunto", orientando o leitor a compreender o conteúdo do documento já pautado na ideia da subversão na instituição.

O documento chegou às mãos do SNI em 17 de novembro do mesmo ano e foi classificado com a tipologia Informe; o mesmo versa sobre levantamentos realizados na UFF, em relação à "atuação dos principais elementos que favorecem a proliferação da subversão, com suas ações ou omissões, nos problemas relativos àquele campus". (Ministério da Aeronáutica, 1971. p. 1). Esse ponto já revela o que era visto como um problema na atuação dos professores: ações ou omissões. Desse modo, não somente uma ação subversiva era entendida como risco à Segurança Nacional, mas também a ausência de ação para combatê-la, ou seja, a omissão diante da subversão.

Sobre este último ponto, o documento aponta um caso de omissão do professor Airton da Costa Paiva, Diretor da Faculdade de Direito da UFF.

Sabedor que era da pregação subversiva feita no interior da Faculdade, não tomou nenhuma providência, auxiliando ainda os elementos esquerdistas aos quais cedeu salas e o salão para várias reuniões, inclusive uma do advogado ANTONIO

¹¹⁰ Ministério da Aeronáutica. Informe nº182 COMZAE.3. 26 de outubro de 1971.

EVARISTO DE MORAIS FILHO, Prof cassado da UFRJ. (Ministério da Aeronáutica, 1971. p. 2-3).

A omissão do professor Airton Paiva é entendida como um risco à Segurança Nacional, isto porque a prática docente esperada pelo regime era de combate aos ideais e ações que o comprometesse.

Já com o professor de Direito, Luiz Fernando Pinheiro Torres, o documento aponta uma ação subversiva promovida pelo mesmo em 1968, quando prontificou-se junto aos alunos a colaborar contra a Lei Suplicy de Lacerda¹¹¹. Essa mesma ação considerada subversiva foi praticada pelo professor de Direito Pschewodivsky¹¹², que também se dispôs a protestar contra a Lei Suplicy. O documento aponta, sobre este professor que: “Durante suas aulas demonstra de maneira clara ser anti-revolucionário, tendo pregado em várias oportunidades que o único meio de mudar o regime seria pela violência” (Ministério da Aeronáutica, 1971).

Diante do exposto, percebe-se que a subversão desses professores era entendida enquanto práticas que visassem a violência contra o regime e mesmo omissões diante da subversão. Esses professores da UFF foram classificados como subversivos do mesmo modo que os professores da UFRJ. O que baseavam tais acusações eram as ações cotidianas dos professores na prática docente.

Os dirigentes universitários também eram constantemente vigiados pela comunidade de informações. O Encaminhamento nº3, produzido pela DSI/ Ministério da Saúde em 17 de Março de 1970, foi difundido para o SNI/AC e para a DSI/MEC¹¹³. O encaminhamento relata o seguinte:

Documento contendo 22 (vinte e duas) folhas organizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, no qual relata o comportamento do Reitor Manoel Barreto Netto, da Universidade Federal Fluminense e a intensa atividade subversiva desenvolvida no âmbito da mesma Universidade (Divisão de Segurança e Informações/Ministério da Saúde, 1970. p. 1).

O encaminhamento assevera a existência de subversão na UFF e demonstra como essa universidade também esteve em constante vigilância pelos órgãos da comunidade de informações¹¹⁴. Nas páginas que se seguem, o documento expõe as ações do reitor da UFF

¹¹¹ Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, na prática proibia as atividades políticas desenvolvidas pela organização estudantil, definia a estrutura e organização da representação estudantil, bem como regulava a forma de eleição das representações. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18/09/2022.

¹¹² O primeiro nome do professor não é citado no documento.

¹¹³ A leitura deste documento é precária e algumas partes encontram-se ilegíveis.

¹¹⁴ Tal como defende Pereira (2016) sobre a existência do controle autoritário e vigilância na UFF durante a ditadura-militar.

Manoel Barreto que eram consideradas problemáticas, visto a importância do cargo que ocupava:¹¹⁵

O Dr. Manoel Barreto Netto, médico analista, nomeado no limiar da Revolução para dirigir a Reitoria da Universidade Federal Fluminense, vem demonstrando por suas atitudes , acentuada benevolência na condução dos destinos da Universidade, permitindo que fatos desagradáveis estejam ocorrendo nas várias Unidades da Universidade. (Divisão de Segurança e Informações/Ministério da Saúde, 1970. p. 2)

As ações e omissões do reitor não eram vistas com bons olhos pelos agentes de informações e isso se deve à permanência de funcionários que supostamente estariam ligados a movimentos de esquerda ou que tivessem ações consideradas subversivas.

A fim de demonstrar o risco de tais agentes subversivos na universidade, a fonte aponta que o professor e diretor da Faculdade de Engenharia, Octavio Reis de Castanhedde Almeida, teria pedido exoneração da universidade por conta de tais agitações.

A Faculdade de Engenharia, acha-se completamente acéfala, pois o seu Diretor, Professor OCTÁVIO CASTANHEDDE, pediu exoneração em caráter irrevogável, e segundo consta, por não concordar com o estado de coisas ali existente, isto é, o grande movimento subversivo que ali se organiza sob o comando do presidente do Diretório Central dos Estudantes, acadêmico de Engenharia EDSON BENIGNO DA MOTTA BARROS, elemento de esquerda. (Divisão de Segurança e Informações/Ministério da Saúde, 1970. p. 2).

Esse trecho busca elucidar as consequências da manutenção da subversão na UFF, visto que atingiam professores que preferiam exonerar-se da instituição diante dos casos de subversão na universidade. Essas fontes demonstram as facetas da subversão e a abrangência de sua compreensão aos olhos dos agentes do Estado. Desta forma, percebe-se que tanto no caso da UFRJ, como no caso da UFF, a classificação de professores enquanto subversivos seguia os mesmos moldes.

4.2.3 Os esquerdistas

A classificação de professores como “esquerdistas” por muitas vezes se confundia com os termos “subversivo” ou “comunista”, contudo, analisaremos os documentos que constem na classificação o termo “esquerdistas”. Esse termo, de acordo com a documentação analisada, parece se referir sobretudo a pessoas que participassem ou tivessem ligações com os partidos, movimentos ou organizações de esquerda.

¹¹⁵ Manoel Barreto Netto foi reitor da UFF entre os anos 1966-1970.

O professor Paulo de Góes, do curso de medicina da UFRJ, foi fichado no Informe nº357, produzido pelo CISA¹¹⁶. Nesse documento a sua classificação de veracidade é A-1, e o assunto principal é: “Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ”, constam diversas acusações a professores e demais funcionários da instituição.

Em relação ao professor referido, na fonte consta que:

PAULO DE GÓES controla a concessão de bolsas da pesquisa ou só aprova verba para cursos que sejam dados por esquerdistas; através do seu primo BRUNO ALÍPIO LOBO, interfere na Comissão de Tempo Integral e no outro Conselho, o de Graduação (CISA, Informe nº 357, 1970. p. 4).

Embora a fonte não cite o professor diretamente como esquerdista, a sua relação com outra pessoa considerada como tal conduziria à ideia de que tal professor também fosse adepto aos ideais da esquerda¹¹⁷.

No Informe nº 182, produzido pelo Ministério da Aeronáutica do COMZAE.3, abordou casos de subversão na UFF. Em relação à professora de Filosofia da UFF Dina Rocha, a fonte diz que esta professora:

Cursou a Fac Nacional de Filosofia (atual UFRJ) graduando-se em 1958. Atuava na Ala Vermelha, tendo cursado bolsa de estudos na Espanha. Atualmente é Prof da Fac de Filosofia na UFF. Tendo em vista seus antecedentes teve problemas para tomar posse em 1970 (Ministério da Aeronáutica. Informe nº182, 19971. p. 8)

A acusação de participação em um partido de oposição era considerada grave o suficiente para colocar em Dina Rocha um alvo de suspeita e inimiga do Estado. Neste ponto, embora não tenhamos encontrado outros dossiês que abordem o desfecho do caso dessa professora, é possível que essas acusações possam ter atingido Rocha com afastamento, aposentadoria compulsória, enquadrado seu caso nos dispositivos do Decreto 477 ou mesmo do AI-5.

O professor de Direito da UFF, João Debeliam, também foi citado no Informe nº182, por participar de reuniões em Petrópolis do grupo TEU; segundo a comunidade de informações a sigla seria ambígua, podendo significar Trabalho Estudantil Unificado ou Turma Esquedista Universitária. Além disso, o professor foi classificado também como ligado ao professor Airton da Costa Paiva, segundo a fonte estaria ligado a grupos de esquerda.

A Informação nº 09919, produzida pelo SNI¹¹⁸ discorre sobre atividades subversivas que estariam acontecendo na Faculdade de Letras da UFRJ. O professor do curso de Letras,

¹¹⁶ CISA. Informe nº357/XXX CISA-RJ. 26 de Outubro de 1970.

¹¹⁷ No tópico 4.2.8 falaremos sobre outras acusações promovidas contra o professor Paulo de Góes, inclusive a de “esquerdista”.

¹¹⁸ Serviço Nacional de Informações. Informação nº09919/72/ARJ/SNI. 23 de junho de 1972.

Ivo Biasio Barbieri recebe uma série de acusações que se enquadram na classificação de “esquerdista”. Embora o documento não cite explicitamente o termo, podemos perceber os elementos que são empregados para se referir às suas ações.

O documento destaca que Barbieri era natural do Rio Grande do Sul, estava na UFRJ como professor contratado e lecionava na faculdade de Letras a disciplina de Literatura Brasileira.

Apontam que ele esteve preso entre 16 de abril até 16 de setembro de 1971 em decorrência de um IPM que apurava elementos que tivessem ligação com o Movimento Revolucionário 8 de outubro - MR-8. Deste modo, o professor Barbieri esteve sob prisão no I Exército¹¹⁹.

Neste sentido, a suposta ligação do professor a um movimento contrário ao regime configurava sua classificação como “esquerdista”, ainda que indiretamente. Contudo, percebe-se que tais tipologias não eram rigidamente definidas e, a depender do órgão que produzia a informação, poderiam ser confundidas com outras compreensões. Isso se deve ao fato de que a compreensão de tais conceitos por parte dos agentes que redigiram os documentos não era totalmente clara e precisa, cabendo à ambiguidade papel corriqueiro nestes arquivos.

Mais adiante o documento aponta as acusações que a IPM havia designado contra o professor e ainda acrescenta outras informações:

Em 16 de set sua prisão preventiva foi revogada pelo Conselho Permanente de Justiça a fim de responder em liberdade, o processo em que é acusado de atividades subversivas - Processo nº 55/71 na 1ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição da Justiça Militar.

c - No relatório do IPM consta o seguinte sobre o nominado:

- “ligado à PAULA (MIRTIS MAGALHÃES MARQUETI)”;

- “recebia panfletos e exemplares do jornal ‘resistência’ e depois de lê-los guardava em uma gaveta de fundo falso no armário”;

- “em 1969, cedeu seu apartamento para BRUNO DAUSTER MAGALHÃES (banido) realizar ali, algumas reuniões políticas”;

- em 1970, guardou em seu apartamento, embora suspeitando de ambos SOLANGE LOURENÇO GOMES e JOÃO LOPES SALGADO;

- “recebeu um ponto de contato e por diversas vezes, 6 vezes, avistou-se com os elementos quando recebeu várias publicações da organização”;

- “redigiu várias cartas de teor subversivo. As cartas eram contra as instituições legais e o regime vigente no país”;

- “hospedou em seu apartamento ELINOR MENDES BRITO que lhe foi levado por BRUNO DAUSTER MAGALHÃES, ambos banidos do país”;

- “em 8 de abr, aproximadamente, recebeu telefonema de PAULO JABOUR (nome falso) avisando-o que lhe mandaria uma mala contendo placas de automóveis e revólveres, pois teria que fugir”; e

- “escreveu dois artigos para serem publicados no jornal Resistência”. (SNI, Informação nº09919, 1972. p. 1-2).

¹¹⁹ O documento não deixou claro se essa informação se referia à localização da prisão ou sobre qual órgão ficou responsável por tal prisão.

Podemos notar neste trecho uma série de acusações diferentes contra o professor Barbieri: subversão, ligação com elementos vigiados e críticas ao governo e ao regime. Desse modo, esse documento poderia ser catalogado, neste capítulo, nessas tipologias citadas. Contudo, optou-se por manter nessa tipologia “esquerdistas” justamente com o objetivo de demonstrar a ambiguidade e amplitude da compreensão de tais conceitos. É importante ressaltar que, embora a comunidade de informações estivesse em contato e diálogo através da transmissão e difusão de documentos, a produção dos mesmos, a forma de classificar e colocar em tipologias os professores variava de maneira considerável.

Outro ponto interessante neste documento é o resultado da vigilância, uma vez que consta que o professor Barbieri não teve seu contrato renovado para o ano de 1972. Ou seja, as acusações reunidas implicaram diretamente na promoção do afastamento e não renovação do mesmo nos quadros da universidade.

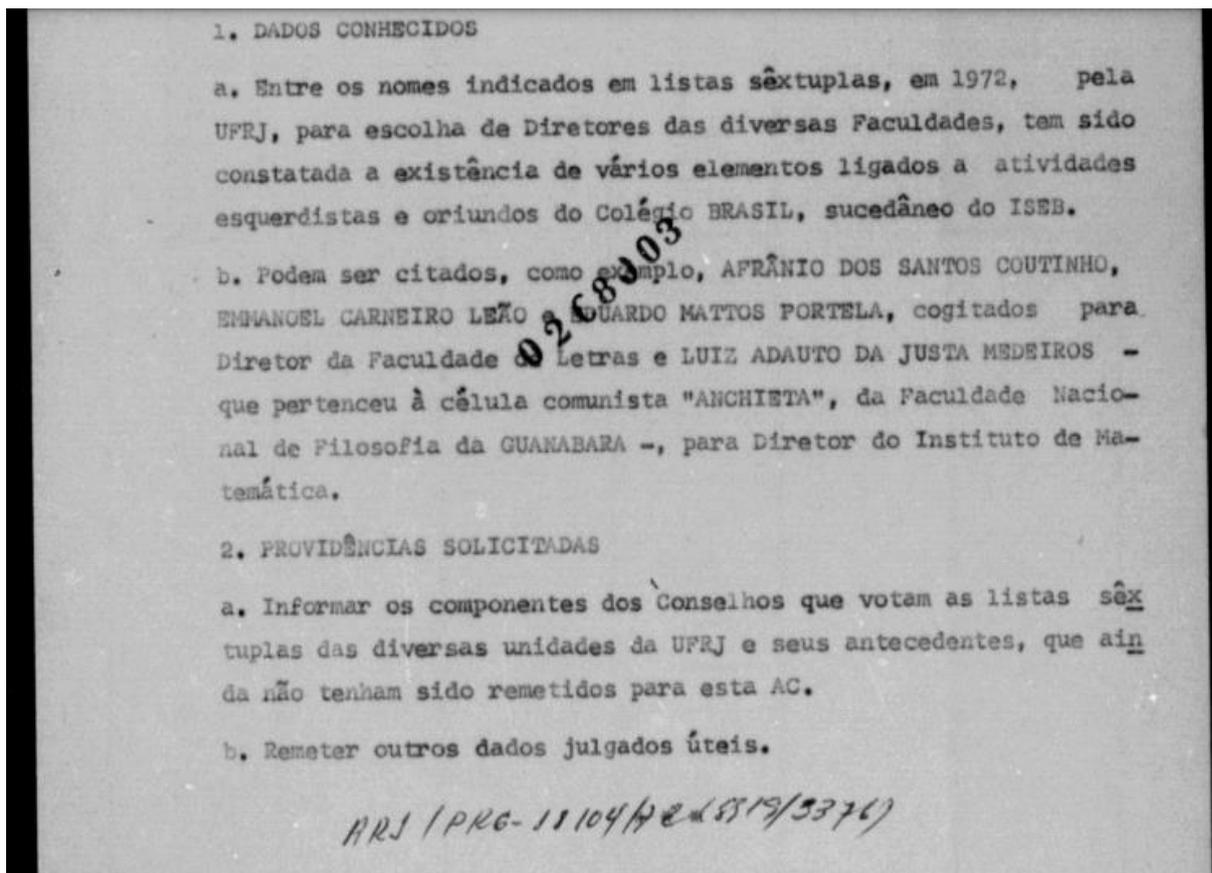
No documento ainda é apontado que o professor teria sido visto na universidade, por conta de ser protegido pelo Diretor esquerdista Afrânio dos Santos Coutinho”. Cobram ainda que o professor pague pelos dias em que esteve preso, porque seu salário havia sido pago de forma total.

No mesmo dossiê consta outro documento que acusa professores de serem “esquerdistas”. O Documento de Informações nº 860, produzido pelo SNI/AC e difundido para o SNI/ARJ tem como assunto: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Indicação de nomes para composição de listas sêxtuplas para escolha de Diretores¹²⁰. A escolha de dirigentes universitários movimentou a produção de documentos, por conta da vigilância e da busca dos antecedentes dos indicados a assumir tais cargos.

Neste caso, o cargo em questão era a diretoria de diversos cursos da UFRJ. Conforme a figura 6 aponta, esses professores estariam ligados a “atividades esquerdistas”.

Figura 6 - Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ" - Indicação de nomes para a composição de listas sêxtuplas para a escolha de Diretores.

¹²⁰ Serviço Nacional de Informações. Informação nº860/19/AC/72. 08 de agosto de 1972.



Fonte: Serviço Nacional de Informações. Informação nº860/19/AC/72. 08 de agosto de 1972.

Neste sentido, todos os dados dos professores indicados eram requisitados a fim de determinar se os nomes pudessem gerar algum tipo de comprometimento à "Segurança Nacional". De acordo com a figura 6, o documento destaca que os professores citados nesta lista são considerados "elementos ligados a atividades esquerdistas", e também pertencente à "célula comunista", contudo, não descrevem quais seriam essas atividades e nem apontam outras motivações que impediriam esses professores de fazerem parte dessa lista sêxtupla. Porém, o documento sugere uma ação diante do exposto, recomendando que os antecedentes desses indicados fossem difundidos a fim de gerar o conhecimento da comunidade de informações sobre os mesmos.

A produção desse documento demonstra como o sentido amplo das classificações contemplavam na tipologia "esquerdista" uma série de ações e comportamentos não aprovados pelo regime. Contra esses professores, contudo, não é dito que ações seriam essas, o que conduziria os leitores a vê-los como tal mesmo sem conhecer as acusações.

No Pedido de Busca nº524, a atuação do professor Jether Pereira Ramalho na sua vida privada, em suas práticas religiosas, também era alvo da vigilância do Estado. A fonte aponta que, em 1966, o professor Ramalho seria o responsável pelo "aumento da atuação da Ação

Popular no setor das Igrejas Protestantes”. Essa acusação está, provavelmente, relacionada e/ou ratificada por conta do contato de Ramalho com Waldo Aranha Lens Cesar, considerado um “expoente da Ação Popular”.

Além disso, o classificam como “bastante ativo no movimento esquerdista”. Nesse ponto, sua atuação não é mais tida como “subversiva ou comunista”, mas “esquerdista”, ou seja, classificar um professor como esquerdista provavelmente pressupunha uma participação ou afinidade com movimentos, organizações de esquerda; enquanto a subversão abarcava uma gama mais ampla de ações a serem compreendidas para as práticas que a designavam. Essa sua atuação considerada “esquerdista” também se associava a algum tipo de relação com alguém conhecidamente atuante ou já vigiado pelos órgãos de informações. Nesse caso, apontam que o professor Ramalho “mantém assíduos contatos com Tibor Sulik, elemento ligado às esquerdas católicas”.

Elemento também utilizado contra o referido professor foi sua participação em movimentos ecumênicos, vistos com maus olhos pelos militares. Isto porque, segundo redigem os agentes nesta fonte, esses eventos contaram com a participação de “elementos esquerdistas”. Na fonte, apresentam que: “Com a finalidade de dar cunho político a cerimônia a se realizar no Maracanãzinho, intitulada “Passeata da Paz”, os líderes do movimento, intelectuais de esquerda, compareceram a uma reunião na residência do epigrafado” (SNI, Informação nº 89, 1971. p. 2).

Desse modo, por conta de sua atuação religiosa ser rodeada por eventos com participação de pessoas consideradas ligadas às esquerdas¹²¹, o professor também tinha esses dados utilizados contra ele. Desse modo, acusam esse professor de estar ligado à “cúpula esquerdista” que estaria atuando na Igreja Protestante ligada à Ação Popular.

A vida dos professores era constantemente vigiada em variados aspectos do seu cotidiano. O professor, diante de sua vivência no campo religioso, realizava viagens e por conta disso os agentes de informações apontavam que “viaja constantemente para o exterior e tem articulações em toda América Latina” (SNI, Informação nº 89, 1971. p. 2). O temor da difusão de uma imagem negativa do governo brasileiro no exterior, o contato com ideais externos que pudessem influenciar professores brasileiros eram alguns dos temores que os militares demonstravam ter em relação às viagens realizadas pelos docentes. Isto se percebe, sobretudo, no controle exercido para liberar os professores para saírem do país, era exigido um “nada consta” do governo para conseguirem estudar fora ou participar de eventos.

¹²¹ Em muitos casos, não há como inferir a veracidade das acusações/classificações das pessoas citadas nas fontes.

Dessa maneira, o exercício do controle era perceptível através da produção da vigilância sobre os professores que foram classificados como “esquerdistas”, mesmo com as evidências não sendo suficientemente claras. O superdimensionamento do inimigo era, na prática, muito mais a regra do que a exceção e alimentava a lógica de suspeição.

4.2.4 Os comunistas

A partir dos ideais da DSN difundidos na formação dos agentes e base de atuação do SNI, o anticomunismo era primordial no projeto de poder instaurado¹²². O fundamento anticomunista permeou os atos da comunidade de informações e foi motivo para diversos expurgos nas universidades. Discorrendo sobre essa questão, vimos com Motta:

Quando os militares falavam em segurança nacional a principal ameaça respondia pelo nome de comunismo, e parcela significativa das políticas adotadas pela ditadura foi influenciada pelo anticomunismo, não apenas no terreno da segurança. No plano cultural e educacional, os agentes do regime militar se empenharam em combater o mesmo inimigo, que imaginavam particularmente perigoso em sua capacidade de seduzir os jovens e intelectuais (MOTTA, 2008. p. 53).

A conjuntura que expressa as motivações dessas classificações também devem ser levadas em consideração, isto pois:

Um ponto culminante do governo autoritário e a sua principal legislação de exceção para as Universidades foi a criação do decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de “AI-5 das universidades“, foi um ato baixado pelo general Artur da Costa e Silva que punia professores, estudantes e servidores técnico administrativos das universidades acusados de subversão ao regime e punidos com a expulsão. Na prática, visava inibir a produção intelectual de uma geração de acadêmicos considerados pela Ditadura como “comunistas”. Cabe ressaltar que este período representava um contexto político de grande mobilização contra o comunismo e contra a Revolução Cubana. Essas questões, dominantes na conjuntura internacional, promoviam uma grande polarização e confronto entre os países ocidentais capitalistas e os países comunistas, e exacerbavam internamente as posições ideológicas em conflito (QUEIROZ, 2016. p. 7).

Diante do exposto, a busca por vigiar e expurgar professores considerados comunistas se iniciava nos órgãos de informações. Entretanto, esse conceito teve seu entendimento alargado, enquadrando nessa classificação diversas atitudes e características dos professores.

Desse modo:

Ao elencar o comunista como o “inimigo” a ser combatido, uma série de outras perseguições derivadas foram realizadas nas universidades, de acordo com as particularidades e os jogos de poder locais. Justamente por não existirem conceitos limitados de inimigo, posteriormente, a classificação de alguém como comunista

¹²² Desde os anos 1930 a tradição anticomunista vigorava no Brasil, já durante a ditadura, combater o comunismo era tarefa vital para a segurança nacional, segundo a visão dos militares.

passaria a ser utilizada como instrumento das perseguições mais variadas, mesmo entre aqueles que não tinham qualquer militância comunista. Muitas vezes o termo genérico “subversivo”, também utilizado pelo arcabouço discursivo-institucional da ditadura, era mobilizado e, além de comunista, incidia em determinados momentos sobre janguistas, nacionalistas de esquerda, trabalhistas e até mesmo sobre alguns liberais. Há casos em que disputas por poder desembocavam em “acusações” recíprocas de diferentes grupos, intitulado uma ao outro como comunista ou aquele que colaborava com comunistas. (ADUFF, 2018. p. 152)

De modo especial nas universidades havia um grande temor da difusão de ideais comunistas que pudessem levar à uma subversão da ordem vigente, uma insurreição popular. O papel que as universidades ocupavam na produção e difusão do conhecimento era estratégico para os órgãos de informações vigiarem a profusão de tais ideias contrárias ao regime capitalista. Motta aponta que:

Para além de seu papel nos planos de desenvolvimento, as universidades tornaram-se áreas sensíveis para a “segurança nacional” por outra razão. Elas eram foco importante de atuação dos inimigos ideológicos, pois ali circulavam ideias marxistas e radicais de todos os matizes, formulavam-se críticas ao governo e vicejavam várias atividades de “contestação”. Além disso, os militares viam as universidades como focos de comportamentos desviantes (drogas, sexo) inaceitáveis, que, para os mais imaginosos entre eles, significavam o prelúdio do comunismo, pelo “desfibramento” da juventude. Para completar o quadro, na fase aguda da luta armada, os grupos guerrilheiros eram recrutados principalmente entre universitários, e das universidades saíram as principais manifestações de rua em 1967-68. A inteligência militar tinha convicção de que os comunistas concentravam esforços para infiltrar militantes nas faculdades mais influentes, em especial naquelas responsáveis pela formação de professores, para disseminar melhor suas ideias. Por todas essas razões, as universidades significavam um desafio político para o comando militar. Encontrar as estratégias mais adequadas para lidar com o ensino superior tinha importância para os planos de desenvolvimento, porém, tratava-se também de derrotar o inimigo. (MOTTA, 2014. p. 101).

Desse modo, embora haja nos documentos classificações de professores considerados “comunistas”, “esquerdistas” ou também “subversivos”, não havia diferenças bem definidas sobre quais ações e comportamentos configurariam uma atitude comunista, esquerdistas.

A classificação de comunista era empregada de maneira bem ampla, assim como “esquerdistas” e “subversivos”. Podemos observar essa sina em busca dos inimigos comunistas nos títulos que ocupavam o espaço “Assunto” dos documentos produzidos.

De acordo com a Informação nº 89¹²³, em 1969 o professor Jether Pereira Ramalho era “identificado como agente atuante nos diversos ramos da ação comunista no Brasil” e além disso, a fonte aponta que o professor era:

Ago 1969 - Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da U.F.R.J., identificado como agente atuante nos diversos ramos da ação comunista no Brasil.
Set 1969 - Comunista. Ligado a esquemas internacionais que atuam no meio presbiteriano. Continua relacionado entre os docentes do I.F.C.S. da U.F.R.J.

¹²³ Serviço Nacional de Informações/Agência Rio de Janeiro. Informação nº 89, 05 de Novembro de 1971.

(Professor de Sociologia). [...] Viaja constantemente para o exterior. Esteve na Universidade do São Marcos, de onde trouxe publicações comunistas.
Jan 1970 - [...] Ligado a Tomiko Tanaami, assistente da diretoria da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. Envolvido em ações de caráter comunista, disfarçadas como atividades ecumênicas, de um ramo do protestantismo (presbiteriano). (SNI, 1971. p. 2-3).

A trajetória do referido professor, ao longo dos anos, suas redes de relacionamentos e sua atuação nos movimentos ecumênicos foram instrumentalizados enquanto provas de acusação, utilizadas pelos agentes de informações para classificá-lo como comunista.

A professora de Sociologia, Maria Stella Faria de Amorim, da UFRJ, foi fichada pelo SNI na Informação nº 551, de 03 de agosto de 1970¹²⁴. O documento aborda a atuação de professores, considerando-os agentes do processo de doutrinação intelectual comunista do IFCS.

Diante disso, o documento aponta a dificuldade enfrentada pelo professor e diretor do IFCS, Eduardo Prado, em solucionar os problemas do Instituto. É válido observar que Prado é descrito como um homem simples e de boa formação moral, porém, despreparado para a função devido à falta de apoio da Reitoria da UFRJ em conceder-lhe condições materiais para fazer uma boa administração, a ausência de autoridade do "diretor" na solução dos problemas internos como a contratação e dispensa de professores sem o "aprovo" da reitoria impossibilitaram a ação do professor Prado em fazer uma "limpeza na área", obrigando-o a manter no IFCS professores reconhecidamente comunista envolvidos com a "catequese" dos alunos. Entre esses professores estariam Jether Pereira Ramalho, Maria Stella Faria de Amorim e seu marido, Paulo Marcos Amorim.

Percebe-se, com esse trecho, a diferença no tratamento dado às classificações sobre o professor Prado em relação aos demais professores. Os cargos de dirigentes, em sua maioria, eram ocupados por pessoas alinhadas aos ideais do regime, nesse sentido, o professor Prado, embora não estivesse perseguindo avidamente os professores vistos como "inimigos", não sofreu classificações como os demais professores deste documento. A fonte parece justificar essa "falha" de Prado em exercer a perseguição contra os professores por conta de seu "despreparo" e da "ausência de condições materiais" e também "ausência de autoridade".

Sobre a professora Maria Stella Amorim, o histórico de acusações a classificava como "comunista infiltrada no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro em 1968"; em 1969, a classificaram como "esquerdista" e diziam que ela fazia parte do "esquema de Maria

¹²⁴ Serviço Nacional de Informações. Informação nº551, 3 de Agosto de 1970.

Yeda Leite Linhares”, além disso, era casada com Paulo Marcos Amorim, considerado um professor “comunista”:

Ago 1968 – **Comunista**. Infiltrada no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Fev 1969 - Coordenadora de Pesquisas do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Esquerdista. Faz parte do esquema de MARIA YEDA LEITE LINHARES, fervorosa comunista. Casada com PAULO MARCOS DE AMORIM, professor comunista. Foi professora da Faculdade Nacional de Filosofia e esteve envolvida em IPM que apurou atividades subversivas naquela Faculdade.

Abr 1969 - O IFCS tem sido palco de agitações, minuciosamente planejadas por alguns dos seus corpos docente e discente, conhecidos marxistas e anarquistas. A epigrafada muito tem contribuído para esse clima de agitação no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

- **Comunista**. Foi contemplada pelo Conselho de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa de estudos.

Ago 1969 - Professora do I.F.C.S. identificada como agente atuante nos diversos ramos da ação comunista no Brasil. Uma das selecionadoras do I.F.C.S., de bolsas para “graduandos”.

Abr 1970 - Figura em relação nominal, submetida à apreciação do Ministro da Educação, pela Comissão de Investigações Sumárias daquele Ministério, para fins de enquadramento nos dispositivos do Ato Institucional número 5.

Mai 1970 – Subversiva, de filiação comunista a diferentes organizações; Teve atuação destacada nas ações subversivas levadas a efeito, em 1968, na U.F.R.J. Continua como docente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da U.F.R.J.

Jul 1970 – **Comunista**. Professora do I.F.C.S., onde continua agindo livremente (SNI, 1970. p. 5). grifo do autor

Neste trecho do histórico da vigilância sobre a referida professora, percebemos 2 classificações diferentes sobre ela ao longo dos anos analisados: comunista e subversiva. “Comunista”, classificação citada 3 vezes ao longo desse Extrato de Prontuário da professora Maria Stella, parece ser o ponto importante para o documento. Embora “subversiva” apareça somente uma vez, a ideia expressa em suas práticas, induz o leitor a compreender tais ações como subversivas.

Em 23 de Junho de 1971, a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores¹²⁵ expede o Pedido de busca nº 1405. Os agentes encaminharam um pedido de dados sobre a professora Maria Stella Faria de Amorim, visto que o IFCS estaria solicitando passaporte especial para esta professora trabalhar na Harvard University em uma pesquisa. Enviando esse PB para o SNI da Agência Central, recebem resposta através da Informação nº 82460, produzida pelo SNI/AC: “Em atendimento à solicitação constante do documento da referência, informamos que sobre a epigrafada existem neste Serviço, os seguintes dados:”.

¹²⁵ Ministério das Relações Exteriores. Pedido de Busca nº1405. 23 de junho de 1971.

O documento repete os dados já citados anteriormente na Informação nº551, 3 de Agosto de 1970 e anexam ainda outro documento¹²⁶, cujo título era: “Jether Pereira Ramalho e outro”. Neste documento, criado pela DSI/MEC e difundido para o SNI/AC, apontam os elementos de identificação¹²⁷ sobre a professora Maria Stella Amorim e o professor Jether Ramalho.

No tópico 2, solicitam as seguintes providências a serem tomadas em relação aos professores: “a - Conveniência do afastamento dos nominados de professores da Universidade. b - Conveniência do seu enquadramento no AC-39, informando, caso positivo, o que constar contra os mesmos, para o respectivo processamento” (DSI/MEC, 1970. p. 1).

Embora o SNI e a comunidade de informações exercessem a função de produzir informações, na prática, muitas das vezes esses órgãos acabavam sugerindo ações práticas de acordo com os dados encontrados sobre seus suspeitos.

Neste dossiê, consta ainda outro documento, a Informação nº0078, produzida pelo SNI/AC¹²⁸ em que constam dados dos referidos professores, novamente os mesmos contidos nos documentos anteriores. Um ponto de destaque é que ao fim da última página constam anotações feitas de lápis, à mão com referências sobre outros documentos.

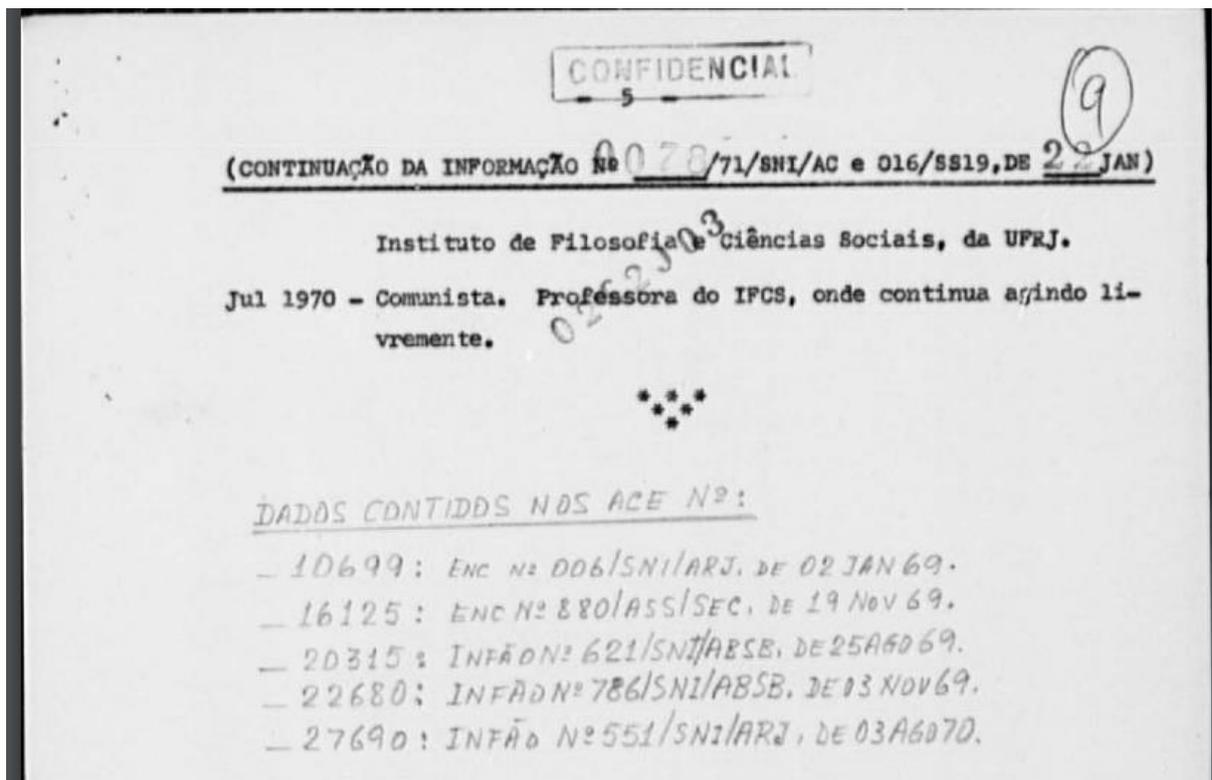
Não há como saber quando essas anotações foram inseridas e não encontramos os referidos arquivos, porém, apenas com essas referências podemos supor que havia ainda muitos outros documentos produzidos sobre os casos desses dois professores.

¹²⁶ Ministério da Educação e Cultura, DSI. Pedido de Busca nº 384, 11 de dezembro de 1970.

¹²⁷ Contendo nascimento, filiação, dados da carteira de identidade e categoria funcional.

¹²⁸ Serviço Nacional de Informações. Informação nº0078. 22 de janeiro de 1971.

Figura 7 - Dados contidos nos ACE



Fonte: Serviço Nacional de Informações. Informação nº0078. 22 de janeiro de 1971.

Em relação ao professor de História da UFF, Antonio Carlos Quaresma¹²⁹, observamos algumas informações contra ele no Informe nº182:

“15- ANTONIO CARLOS QUARESMA - Prof. de História da Fac de Filosofia da UFF, tendo como assistente LUIZ CESAR BITENCOURT SILVA. É comunista, dizendo-se nacionalista, e se considera um líder” (SNI, 1971. p.8).

Dois pontos nesse breve parágrafo são suficientes para tornar o professor um perigo, aos olhos dos agentes de informação. O primeiro ponto é esse professor ser considerado “comunista”, essa classificação já basta para torná-lo um inimigo da Segurança Nacional. E o segundo ponto é a questão do pertencimento a grupos subversivos ou ter contato com pessoas que estão sendo vigiadas ou mesmo que já são consideradas inimigas.

Sobre esta última questão veremos outros casos no tópico 4.2.6, contudo, é válido observar como a classificação produzida nem sempre se preocupa em elucidar as motivações e ações que foram consideradas para classificar um professor como comunista.

Um documento que gerou muita atenção para o curso de Educação Física da UFRJ foi a Informação nº 03319 de 1972. O assunto do documento se intitulava: “Atividades contrárias à segurança nacional na "Escola de Educação Física e Desportos - EEFS da Universidade

¹²⁹ Informe nº182 COMZAE.3, 26 de outubro de 1971.

Federal do Rio de Janeiro - UFRJ”¹³⁰. Como citado no capítulo anterior, o documento aborda o acontecimento de um evento na instituição em que um professor aposentado pelo AI-5 teria sido convidado e participou de conferências na referida faculdade.

O assistente do professor Waldemar Areno, Fernando de Paiva Samico, convidou um professor para realizar uma palestra sobre boxe numa conferência nesta faculdade. O professor convidado era Alberto Latorre de Faria que havia sido aposentado pelo AI-5, mas que realizou duas conferências para o curso de Medicina Desportiva.

Isso gerou um alerta da então diretora da faculdade, Maria Lenk, que tentou impedir o acontecimento de outras conferências, mas sem sucesso; assim como um alerta aos agentes de informação que passaram a vigiar esses professores.

Sobre Fernando Samico, o documento aponta que ele teria contato com diversos “elementos comunistas” por conta de sua atuação no Conselho Regional de Medicina, no Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e no Movimento Independente Renovador, este último apontado como sendo “utilizado pelos comunistas como um movimento de frente”. Desse modo, esse contato com elementos considerados comunistas já tornava Samico um alvo da vigilância.

O documento conclui apontando que:

As atividades desenvolvidas por WALDEMAR ARENO, FERNANDO DE PAIVA SAMICO e VINICIUS RUAS FERREIRA DA SILVA na Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ferem frontalmente dispositivos do Decreto nº 477 de 26 de fev de 69 (SNI, Informação nº03319, 1972. p. 7).

As ações empreendidas por tais professores foram vistas pelos agentes de informações como graves o suficiente para se enquadrarem no Decreto 477, deste modo, mesmo que indiretamente, essa produção sugeria uma ação prática de expurgo desses professores.

4.2.5 Os incitadores de alunos

Os casos de professores que eram fichados por, segundo a visão dos militares, incitar os alunos à subversão são diversos. Segundo essa ótica, os professores universitários ocupavam posição privilegiada para seduzir o pensamento de seus alunos, que seriam levados a praticar a subversão.

¹³⁰ Serviço Nacional de Informações. Informação nº03319/72/ARJ/SNI, 17 de abril de 1972.

O caso do professor Antônio Paes de Carvalho, que ocupava a cadeira de Biofísica e Fisiologia da UFRJ, pode elucidar bem esse pensamento compartilhado pelos agentes de informações.

Em resposta ao Pedido de Busca nº7116/72/SRJ/SNI, feito pelo SNI, o Departamento de Polícia Federal produziu a Informação nº 48/73, a qual acusava o professor Antonio Paes de Carvalho de doutrinar seus alunos em aula (inclusive por meio de panfletagem) com ideias subversivas e incitá-los a se rebelar contra o governo e suas instituições.

Com relação a ANTONIO PAES DE CARVALHO (professor) segundo documento do DOPS/SSP/GB, datado de , digo, figura como elemento subversivo e que costuma nas suas aulas não somente / doutrinar os alunos mais ainda incutir nos seus espíritos um sentimento de revolta contra o governo brasileiro e nossas Instituições, fazendo entre eles farta distribuição de panfletos e literatura subversiva. Tal material estaria guardado num armário em seu laboratório na Faculdade de Medicina. (Departamento de Polícia Federal. Informação nº48, 23 de Janeiro de 1973. p. 1).

Desse modo, qualquer manifestação e expressão de opinião contrária ao regime feita pelos professores, sobretudo diante dos alunos, era prontamente fichada nos órgãos de informações e utilizada contra os mesmos. Ramos e Stampa nos dizem que:

Há ainda uma forte tentativa de culpar o professor por utilizar o “horário de aula” para proferir palestra subversiva, sendo o grande problema a crítica ao capitalismo. Acreditamos que se o capitalismo fosse exaltado, o professor não seria de modo algum considerado um subversivo. Deste modo, sob o falso pressuposto da neutralidade, buscavam criminalizar qualquer visão de mundo que não fosse a favor da ditadura e do capitalismo (RAMOS; STAMPA, 2016. p. 262).

Aos professores que expressassem sua opinião sobre a ditadura diante dos alunos incidia o fichamento nos documentos e dossiês da comunidade de informações.

Segundo a Informação nº 89 de 1971¹³¹, o professor Jether Pereira Ramalho teve algumas atitudes retratadas com desaprovação dos agentes de informações. A postura em sala de aula esperada pela comunidade de informações não foi correspondida em relação à prática do referido professor, visto que a fonte diz que:

Jul 1970 - Passa suas horas no I.F.C.S., em conversas ideológicas com alunos e alunas, sustentando atitudes inconvenientes - sentado sobre a mesa, com os pés sobre as carteiras -. Recruta estudantes para participar de suas atividades “culturais” (SNI, Informação nº 89, 1971. p. 3).

É compreensível entender que um professor foi fichado por conta de discursos ideológicos diante da conjuntura de um regime autoritário e que agentes de informação

¹³¹ Serviço Nacional de Informações/Agência Rio de Janeiro. Informação nº 89, 05 de Novembro de 1971.

tenham adicionado esse ponto em seu documento de informação. Entretanto, um ponto interessante que demonstra tamanha sina por atingir os professores nos mínimos detalhes do cotidiano está expresso na observação sobre como o professor se sentava em sala de aula.

A quebra do padrão de professor que se comporta da maneira esperada pelos militares, provavelmente em pé, ou sentado comumente em sua carteira, é expressa na insatisfação com a qual redigem o trecho que o professor “sentado sobre a mesa, com os pés sobre as carteiras”. Nesse sentido, certos padrões de comportamento também eram visados e categorizados de forma negativa e utilizados contra os professores através da produção desses documentos e dossiês.

Na informação nº 19119, é apontada a relação de professores de Educação Física da UFRJ com alunos considerados subversivos. O documento aponta o ex-aluno Antônio Gomes Amorim como assunto principal tratado nessa fonte, produzida pelo SNI- Agência do Rio de Janeiro. A insatisfação dos agentes de informação se deve ao fato de que o então ex-aluno estaria se encontrando com professores de Educação Física no campo de futebol da UFRJ.

2- ANTONIO GOMES DE AMORIM vem mantendo reuniões no campo de futebol da UFRJ com os professores MARIA JACY NOGUEIRA VAZ, WALDEMAR ARENO, JOSÉ LUIZ FRACAROLLI e FERNANDO DE PAIVA SAMICO. [...]

3- ANTONIO GOMES DE AMORIM conta com a cobertura dos professores ERNESTO DOS SANTOS, RENATO GAIA BRITO CUNHA e ARMANDO PEREGRINO. Tem acesso à documentação da Escola e a dados sobre funcionários e professores através de NELSON PEDRO FERNANDO, arquivista chefe, e HENRI PINTO WECK, funcionário da Escola. (SNI, Informação nº 19119, 1972. p. 1-2).

De acordo com o documento, esse apoio recebido dos professores também concedia ao aluno acesso a documentação da escola, bem como dados sobre funcionários e professores, através do contato com o arquivista. Nesse sentido, os professores são culpabilizados por terem contato com um aluno considerado subversivo, mesmo que indiretamente.

Em alguns casos, os professores não incitavam os alunos, mas não coíbiam atitudes ou discursos rebeldes dos alunos. Isso já era considerado motivo suficiente para um professor se tornar um alvo.

Na Informação nº04619 de 25 de Abril de 1972, o professor de matemática da UFRJ, Guilherme Maurício Souza Marco de La Penha, estava na lista sêxtupla de candidatos à direção do Instituto de Matemática dessa instituição¹³².

Esse professor recebeu diversas classificações e acusações, dentre elas, foi acusado de ser “simpatizante do esquerdismo pela cobertura que dava aos alunos que faziam movimento

¹³² Serviço Nacional de Informações. Informação nº04619/72/ARJ/SNI, 25 de Abril de 1972.

contra o governo e pela perseguição que movia contra professores contrários à anarquia e favoráveis à governabilidade” (SNI, 1972. p. 3)

Mais uma vez, percebe-se o temor da influência dos professores sobre os alunos na visão dos agentes de informações. A posição do professor Guilherme de La Penha era vista como conivente com as ações dos alunos, sendo isso também considerado uma forma de incitá-los.

O Informe nº 182, 26 de outubro de 1971, que já vimos no item “subversivos”, aborda as ações e omissões dos professores da Faculdade de Direito da UFF, Luiz Fernando Pinheiro Torres e Pschewodivsky.

Luiz Fernando Pinheiro Torres [...] Em 1968, prontificou-se a colaborar com estudantes contra a Lei Suplicy de Lacerda. Sempre durante as suas aulas, os alunos MARCIO BRANDÃO RIBEIRO, ARLINDO AUGUSTO DOS SANTOS ASSUNÇÃO e ALDÍRIO GOMES DE CARVALHO, que são elementos esquerdistas da direção do TEU, aproveitam para fazer algum comunicado. [...] Pschewodivsky [...] Em 1968 prontificou-se a colaborar com os estudantes no protesto contra a Lei Suplicy de Lacerda. Durante suas aulas demonstra de maneira clara ser anti-revolucionário, tendo pregado em várias oportunidades que o único meio de mudar o regime seria pela violência. (Ministério da Aeronáutica, 1971. p. 3-4).

Observando, novamente o trecho destacado, podemos observar a amplitude da compreensão das classificações. Podemos interpretar essas acusações enquanto ações subversivas ou mesmo como incitadoras de alunos. A falta de clareza e objetividade nas classificações também era algo comum nas fontes, levando o leitor a ter uma gama de possibilidades interpretativas.

Conforme já visto, segundo a Informação nº03319, de 17 de abril de 1972, havia atividades contrárias à Segurança Nacional ocorrendo na Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ, isso estaria acontecendo por conta de algumas ações de professores do referido curso¹³³.

No mesmo documento constam 6 anexos, dentre eles, no anexo 3 há um ofício enviado pela então diretora da Escola de Educação Física e Desportos, Maria Emá H. Lenk Ziegler, mais conhecida como Maria Lenk, para o coordenador do Curso de Medicina Desportiva da UFRJ, Waldemar Areno.

Neste ofício, a diretora Maria Lenk critica a ação do professor Areno por ter permitido o convite feito ao professor Alberto Latorre Faria para uma palestra, visto que Latorre havia sido cassado e aponta as seguintes questões:

¹³³ Serviço Nacional de Informações. Informação nº03319/72/ARJ/SNI, 17 de abril de 1972.

V.S não desconhece o passado criminoso deste elemento contra a formação da nossa juventude quando, assessorado pelo Professor VINICIUS RUAS DA SILVA, desenvolveu intensas atividades comunistas nos meios universitários e do operariado brasileiros e sabe também, que seu nome foi CASSADO pelo ATO INSTITUCIONAL Nº 5.

[...] Decorriam então dias de grande tristeza para o ensino no Brasil e lembramos, com nostalgia, como nossos professores e alunos estavam ausentes dos bancos escolares, em sua maioria desfilando nas avenidas da cidade, todos instigados por indivíduos como ALBERTO LATORRE DE FARIA e VINICIUS RUAS DA SILVA que usavam suas aulas não para ensinar sua matéria mas para incutir nas mentes de seus ouvintes, quando menos, a dúvida e a insegurança em suas convicções patrióticas e morais, se não o caos e a revolta (SNI, Informação nº03319, 1972. p. 13).

Recorrendo aos acontecimentos e agitações ocorridas em 1968, Maria Lenk aponta o professor Latorre como um dos incitadores de tais comportamentos dos alunos. A diretora discorre sobre o risco do convite de um professor cassado para voltar à universidade e palestrar para os estudantes.

Diante disso, é válido elucidar o papel da diretora diante do ocorrido. Enquanto figura adepta aos ideais do regime, Maria Lenk busca firmar sua posição contrária à figuras como Latorre, ou seja, professores classificados como subversivos, incitadores de alunos e considerados inimigos do Estado. Assim, Lenk aponta:

[...] Sabendo V.S. de minha posição irredutível em manter a ordem e jamais permitir atitudes anti-governamentais e por isso anti-patrióticas, supunha S.S., e com razão, que eu jamais concordaria com a apresentação do indivíduo ALBERTO LATORRE DE FARIA aos nossos alunos como conferencista de o que quer que seja. Ademais o citado indivíduo não possui o mínimo de informações desportivas, didáticas ou científicas a dar, já que suas atividades política e anti-governamentais absorveram seus interesses e suas atenções afastando-o de seu desenvolvimento e possível atualização profissional do técnico de boxe que se dizia ser. Tanto mais incompreensível e injustificável a atitude de V.S.

Desejo deixar bem claro que não endosso sua atitude e que a palestra de ALBERTO LATORRE DE FARIA de 5ª feira, dia 23 de março de 1972 às 21 horas realizou-se sem meu conhecimento prévio e à minha revelia.

[...] Cabe-me, pois, para salvaguardar minha responsabilidade e definir inequivocadamente sua posição nas ocorrências, dar-lhe conhecimento de que estou remetendo uma cópia do presente documento ao Magnífico Reitor e às autoridades encarregadas da segurança da área.

Reafirmo-lhe que o Sr. ALBERTO LATORRE DE FARIA não tem minha autorização para ingressar na Escola e o que se passou até aqui resultou da preparação adrede engendrada para facilitar a ação inadmissível de um cassado, tudo feito sem meu conhecimento e com a preocupação de surpreender-me, diante do fato consumado. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1972. (SNI, Informação nº03319, 1972. p. 13-14).

Com esta conclusão, Lenk endossa seu papel de adepta ao regime e busca livrar-se da responsabilidade que possa ser a ela associada diante da presença de um professor cassado na universidade.

Ainda neste dossiê, vimos o anexo B¹³⁴ contido no documento de Informação nº 05219, com o Informe nº 10, produzido pela ASI, do Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, de 6 de Abril de 1972; foi difundido para o DSI/MEX e para a ARJ/SNI e consta o seguinte:

Professor cassado, de sobrenome LA TORRE, pronunciaria hoje às 20:00 na Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ, conferência no Centro de Estudos daquele estabelecimento.

Tal fato ocorreria contra a vontade da Diretora, Sra. Maria Lenc, que atende pelo telefone 226-1877 e seria pessoa de confiança da revolução (ASI/ECT, Informação nº 10, 1972. p. 1).

Esse caso demonstra como a vigilância atuava e se difundia entre os órgãos e ministérios. Percebe-se que a professora Maria Lenk era considerada uma “pessoa de confiança da revolução”; neste sentido, suas considerações sobre o ocorrido na Escola de Educação Física já seriam vistas com outro olhar pelos agentes de informação. Além disso, percebe-se como a comunidade de informação atuava vigiando tudo e todos, mesmo as pessoas consideradas “confiáveis”.

Segundo o Pedido de busca nº128, produzido pela DSI/MJ¹³⁵, o professor Rubem Dourado, assistente do professor Benjamim de Moraes na cadeira de Direito Penal da UFRJ, foi classificado como incitador de alunos. A fonte aponta que: “O Sr. RUBEM DOURADO teria apoiado os alunos da referida Faculdade, incentivando-os na luta contra o Governo” (DSI, Pedido de busca nº128, 1974. p. 1).

Mais uma vez, percebe-se como os professores eram vistos como uma influência negativa, no caso dos professores contrários ao regime, para os alunos. A produção desses documentos buscava ratificar a ideia de que os professores seriam os responsáveis por gerar ações e pensamentos revoltosos e subversivos nos alunos.

4.2.6 Os pertencentes a grupos vigiados

Uma das classificações mais encontradas nos documentos analisados é a que acusa os professores de pertencerem a grupos vigiados. Qualquer vínculo, conversa, participação em evento junto com alguém que já estivesse na mira do SNI, representava ter sua sentença

¹³⁴ Serviço Nacional de Informações. Informação nº05219/72/ARJ/SNI. 02 de maio de 1972.

¹³⁵ Divisão de Segurança e Informações. Pedido de busca nº128 DSI/MJ. 16 de Abril de 1974.

decretada, ou seja, já entraria nos dados dos órgãos de informação como parte do grupo dos vigiados.

No Informe nº 182 de 1971, produzido pelo Ministério da Aeronáutica, em 26 de outubro de 1971, vários professores¹³⁶, alunos e outros funcionários são citados através de um resumo de acontecimentos contando sobre as relações com pessoas consideradas subversivas, além de acusações de corrupção.

Logo de início, vê-se o caso do ex-reitor da UFF, professor Jorge Emanuel Ferreira Barbosa¹³⁷. Os cargos de dirigentes das universidades eram controlados e muito vigiados pelos órgãos de informações. Ao analisar o caso da vigilância a dirigentes da UFPB, Nunes aponta como a vigilância se dava contra até mesmo adeptos ao regime. Segundo Nunes:

O SNI atuava em todo território nacional, e no caso do estado Paraíba, através da Agência Pernambuco. Como vimos, na UFPB, o Serviço desenvolveu a vigilância, em parceria com a ASI, sobre toda comunidade acadêmica, até mesmo e sobre os dirigentes universitários, colocando todos sob suspeita, inclusive pessoas como o reitor Lynaldo Cavalcanti, que teve uma trajetória de apoio ao regime militar. Isto demonstra como esse órgão adquiriu uma autonomia muito grande, permitindo que seus agentes colocassem sob suspeição até mesmo aliados do regime. (NUNES, 2018. p.34).

A produção da suspeita atingia toda comunidade acadêmica, o Estado regido sob a lógica da DSN, produzia suspeição a tudo e a todos. Os dirigentes universitários, sobretudo reitores, embora fossem escolhidos pelo presidente da república, ainda assim eram vistos e vigiados com cautela e com todo o protocolo dos órgãos de informações.

¹³⁶ Manuel Barreto; Luiz Cesar Bitencourt; Kastrupp; Airton da Costa Paiva; Jorge Loretti; Antonio Evaristo de Moraes Filho; Luiz Fernando Pinheiro Torres; Pshewodivsky; Antonio Carlos Quaresma; Dina Rocha; Silvia Damasceno Andrade Moraes.

¹³⁷ Jorge Emmanuel Ferreira Barbosa foi reitor da UFF de 1970 até 1974.

Figura 8 - Subversão na Universidade Federal Fluminense (UFF)

NUMERAÇÃO		INFORME Nº 182 /COMZAE.3/
Mãe	PNI	

Esta DIS divulga o presente INFE baseado em levantamentos / feitos na area do Campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) relativo as atuações dos principais elementos que favorecem a proliferação da subversão, com suas ações ou omissões, nos problemas relativos aquele Campus.

1 - JORGE EMANOEL FERREIRA BARBOSA - Cel do Ex. Reitor da / UFF. É cunhado do Ministro da Educação, JARBAS PASSARINHO. Foi professor da Universidade de Pernambuco no tempo de MIGUEL ARRAIS, De Pernambuco, transferiu-se para a Universidade de Brasília, onde foi trabalhar com DARCY RIBEIRO. Após a Revolução de Março de 64, deslocou-se de Brasília para a UFF onde, sem função, ficou em costado no Gabinete do Reitor, Dr MANUEL BARRETO, o qual sofreu prisão para o afastar, mas apoiado por CHARLES CHAN CRUZ conseguiu mante-lo e posteriormente nomea-lo para uma cadeira no Instituto de Matemática.

Usando de sua condição, o Prof. JORGE BARBOSA, interferiu na DPPS/RJ a fim de liberar um estudante que havia sido preso durante as manifestações estudantis de 1968.

Na indicação do Prof. JORGE para Reitor, foram afastados vários nomes capazes da lista sextupla, que poderiam vir a atrapalhar o esquema montado pelo Prof. MANUEL BARRETO. Após sua nomeação como Reitor, o Prof. JORGE manteve a mesma equipe de seu antecessor, mesmo sabendo que era formada de elementos esquerdistas e corruptos, e que mais tarde poderiam vir a compromete-lo.

De certa feita apoiou o indivíduo SEBASTIÃO CRUZ, pertencente ao MR-8, e sabe-se também que ERNANI MAURILIO é elemento de sua amizade. Formado em História.

2 - LUIZ CESAR BITENCOURT SILVA - Juiz de Direito da Comarca de Duque de Caxias/RJ; Prof. de História antiga da Faculdade de Filosofia da UFF; e um dos elementos chaves dentro da Reitoria, sendo muito ligado ao Reitor JORGE BARBOSA.

- continua -

Fonte: Ministério da Aeronáutica. Informe nº182 COMZAE.3. 26 de outubro de 1971.

O caso do professor Barbosa é bem emblemático, visto que ocupou o maior cargo da instituição, mas mesmo assim, havia diversas suspeitas sobre ele do documento acima. De acordo com a figura 8 o informe descreve parte da trajetória de Barbosa até chegar no posto de reitor desta instituição. A fonte deixa transparecer certa insatisfação com algumas das atitudes do reitor Barbosa, visto que aponta sua interferência na liberação de um estudante manifestante e, além disso, discorre sobre “nomes capazes” que compunham a lista sêxtupla para reitoria, juntamente com Barbosa, mas que foram retirados em vista de “não atrapalhar o esquema” supostamente montado pelo reitor anterior, Manoel Barreto. Nesse sentido, o documento transparece dúvidas e questionamentos em relação às ações do reitor Jorge Barbosa.

O ponto mais emblemático do documento gera um rótulo importante na imagem do reitor: sua relação com indivíduos considerados de esquerda, corruptos e também ligados ao

MR-8. As ações do reitor Jorge Barbosa e seu contato com pessoas “esquerdistas” e mesmo de grupos revolucionários foi vista por esse documento como algo muito sério. Segundo a fonte, a ação desses professores, inclusive Jorge Barbosa, influenciava na “proliferação da subversão” na instituição.

É válido elucidar que o reitor Jorge Barbosa era, além de professor, também oficial do Exército. Esse é um ponto interessante para compreender a sua presença na reitoria. Sobre isso, Motta aponta:

Outro aspecto significativo era a preocupação em evitar o uso de militares no papel de interventores, recorrendo de preferência a professores simpáticos ao regime, ou a personagens híbridos, ou seja, professores que eram também oficiais militares (da ativa ou da reserva). Esse era o caso de Guilardo Martins Alves, da UFPB; e também de um dos futuros reitores da UnB, o capitão da Marinha José Carlos Azevedo, que fizera doutorado nos Estados Unidos; e, na Universidade Federal Fluminense (UFF), de Jorge Emmanuel Ferreira Barbosa, oficial do Exército e matemático. (MOTTA, 2014. p. 48).

Esse documento demonstra elementos importantes para a análise da produção da suspeita, bem como para compreender a complexidade da dinâmica de atuação desses órgãos de informações. O reitor Barbosa ocupava o maior e mais importante cargo dentro da instituição, foi escolhido pelo presidente dentro de uma lista sêxtupla, era oficial do Exército e, mesmo assim, havia sobre ele a produção de suspeitas.

Há de se ter em mente que antes de indicar alguém para um cargo de dirigente, era realizada uma busca nos dados da comunidade de informações em vista de encontrar possíveis “problemas” que o impedissem de ocupar tal cargo. Esses cargos centrais na administração das universidades eram ocupados, sobretudo, por figuras simpáticas ao regime; isto porque o ministério da educação e os organismos de informações que regiam o setor educacional presumiam que tais dirigentes colaborassem para a manutenção da “ordem” nas instituições, ou seja, que colaborassem para o controle e vigilância de pessoas contrárias ao regime. Apesar disso, Barbosa se tornou alvo das suspeitas do órgão de informações da aeronáutica, órgão que produziu tal fonte.

Mais adiante, o documento fala sobre o professor de História da UFF, Luiz Cesar Bitencourt Silva. Este era:

Juiz de Direito da Comarca de Duque de Caxias/RJ; Prof. de História Antiga da Faculdade de Filosofia da UFF; e um dos elementos chaves dentro da Reitoria, sendo muito ligado ao Reitor JORGE BARBOSA.

Elemento incapaz de se definir politicamente, alcançou a presente posição graças ao prestígio de seu pai. Atualmente sofre a influência de MÁRCIO BRANDÃO RIBEIRO, que convidou-o a ministrar no mês de Jul de 1971, durante o qual teceu insinuações contra o regime implantado após Março de 64. (Ministério da Aeronáutica. Informe nº182, 1971. p. 1).

Por conta das acusações e classificações feitas ao reitor Jorge Barbosa, as pessoas em seu círculo de relações também tornaram-se alvo da vigilância. Embora não pareça haver nada explícito contra o professor Luiz Silva, a proximidade com o reitor e uma possível crítica ao governo são usadas para colocá-lo em posição de suspeita. Nesse sentido, percebe-se que a produção da suspeita era forjada em questões mínimas.

A comunidade de informações acabava por transformar coisas corriqueiras, simples ao patamar de atenção e perigo, mas isso não era feito por acaso, havia uma intenção de deixar registrado uma situação ou ação na ficha do vigiado, podendo ser utilizada no futuro. Sobre esta questão, Fico aponta que:

A reiteração era a principal técnica de inculpação da comunidade de informações. Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante, que, posteriormente (mesmo anos depois), poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro - este último "tido como comunista" - era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como "agravante" de uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional. Estas eram as informações comumente iniciadas pela expressão "consta que" e muito encontradas entre os papéis da comunidade. (FICO, 2001. p. 101).

Ainda no mesmo informe o professor Airton da Costa Paiva¹³⁸, que era diretor da Faculdade de Direito da UFF, recebe diversas acusações, dentre elas a fonte aponta que:

Durante o ano de 1970, apoiou o grupo esquerdista da Faculdade, facultando-lhes uma sala para que fizessem reuniões e imprimissem panfletos. Em seu círculo de amizades estão incluídos JOÃO BATISTA PETERSEN MENDES, MÁRCIO BRANDÃO RIBEIRO e ARLINDO AUGUSTO ASSUNÇÃO, que usam essa amizade para colarem cartazes que dão margem para dupla interpretação (Ministério da Aeronáutica. Informe nº182, 1971. p. 2).

Ainda durante os anos 1970, o professor Airton Paiva teria apoiado os grupos "esquerdistas" da universidade, facultando-lhes salas para que fizessem reuniões e encontrassem panfletos. Entre as conferências e reuniões que teria auxiliado, é citado uma ministrada pelo advogado Antonio Evaristo de Moraes Filho, professor cassado da UFRJ.

O professor Paiva é acusado de acordo com sua ligação com tais pessoas consideradas "esquerdistas", desse modo, embora não cite uma atuação direta do professor que seja considerada um perigo ao regime, somente sua ligação com suspeitos já era o suficiente para torná-lo um alvo da vigilância.

Indicam neste documento, também o professor João Debeliam como sendo "elemento de confiança do professor Airton". Ou seja, a relação entre esses professores por si só já era classificada como suspeita.

¹³⁸ Ministério da Aeronáutica. Informe nº182 COMZAE.3, 26 de outubro de 1971.

Em relação ao Pedido de Busca nº524, citado anteriormente, a professora de Antropologia da UFRJ Luitgarde Cavalcante foi classificada como pertencente ao círculo de amizade de pessoas mal vistas pelos militares¹³⁹. O documento descreve que era “muito ligada à ex-diretora Marina Vasconcellos, que foi, inclusive, cassada”. Percebe-se que a rede de relações dos professores direta ou indiretamente delimitavam o olhar que os agentes de informações teriam diante da produção da suspeita sobre os mesmos.

Presente no mesmo dossiê cujo assunto é o professor Benjamim de Moraes, consta a Informação nº 845¹⁴⁰, produzida pela DSI/MJ e difundida para Exmº Senhor Ministro da Justiça- AC/SNI- CIE- CISA/BR- CISA/RJ - CENMAR DSI/MEC. Contém, nesta Informação, dados e antecedentes do professor Benjamim de Moraes:

Em 1965, participou de campanhas políticas, pró-candidatos do MDB, contra o Estado de Direito instituído pela Revolução, o que lhe valeu a Secretaria de Educação no Governo NEGRÃO DE LIMA.

No campo profissional, é muito ligado ao advogado e também jurista HELENO FRAGOSO e, com este, exerce grande influência na orientação política da OAB, da qual já foi Presidente.

No campo religioso, é um pastor de ideais ecumênicos, segue a orientação religiosa do Conselho Mundial de Igrejas, organismo internacional, sob forte influência comunista.

O Conselho Mundial de Igrejas tem, na Igreja Presbiteriana de Copacabana, a sua principal agência, no Brasil, e, internacionalmente, tem desenvolvido campanhas de defesa dos presos políticos e de denúncia de torturas a presos políticos (DSI/MJ, Informação nº845, 1975. p. 1-2).

Percebe-se como a produção da suspeita utiliza as relações sociais do professor Moraes e suas ações no campo pessoal apontando a ideia de que incidem para o classificarem como pertencente a grupos suspeitos e, por isso, também o tornava suspeito.

Seu contato com partidos de oposição, com membros da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, com religiosos ligados às pautas sociais e ecumênicas, era utilizado como prova para sua suspeita. Aos olhos dos agentes de informações, isso tudo era um perigo à Segurança Nacional.

Há, contudo, dois anexos neste dossiê que contém cartas enviadas pelo professor Benjamin à DSI/MJ. Na primeira, solicita informações que lhe permitiriam responder a um questionário recebido da ONU. Neste anexo¹⁴¹, o professor pede ajuda para responder questões sobre o número de presos brasileiros e dados referentes a isso, como sexo, idade dos presos, entre outros.

¹³⁹ Divisão de Seguranças e Informações/ MEC. Pedido de busca nº524, 29 de Outubro de 1971.

¹⁴⁰ Divisão de Segurança e Informações. Informação nº845/75. 10 de Dezembro de 1975.

¹⁴¹ Carta enviada por Benjamim Moraes para o Ministro de Estado da Justiça, Dr. Armando Falcão, em 25 de março de 1974.

Excelentíssimo Senhor Ministro,
Recebi, no princípio deste ano, a carta cuja cópia xerox envio anexa, solicitando uma resposta aos quesitos ali contidos, de (a) a (e) .
Como tenho sido, por designação do Ministério da Justiça, perito da ONU para o estudo da prevenção do crime e tratamento do delinquente na área centro-sudeste do Brasil, cumpre-me fornecer os dados solicitados. (MORAES, 1974. p.1)

Diante da conjuntura de autoritarismo, violência e repressão, há de se esperar que os militares vigiassem o professor Benjamim, sobretudo diante do papel que desempenhava enquanto perito da ONU. Esse caso representa, novamente, a permanência de pessoas consideradas “suspeitas”, mas que eram toleradas dentro das universidades.

Além disso, o professor Benjamim envia outra carta para a DSI/MJ¹⁴² versando sobre eleições para cargos da diretoria da Associação Brasileira de Imprensa - ABI¹⁴³ . Nesta carta o professor afirma sua posição favorável em relação à "revolução de 1964”.

[...] Ainda há, dentro da Diretoria da ABI, vários elementos daquele velho grupo que se opõem ao Governo. Mas não constituem maioria. Irei formar ao lado daqueles que defendem os princípios da Revolução de 1964: contra a corrupção e a subversão.

Rogo registrar este fato e esta declaração, solicitando ainda que seja esta comunicação transmitida também à Divisão de Segurança do Ministério da Educação, pois sou também Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e desejo que minha vida seja clara em todas as posições que ocupo (MORAES, 1975. p. 1).

Percebe-se, com esse trecho da carta, que o professor Moraes tinha o objetivo de deixar clara sua posição favorável ao governo. Podemos supor que houvesse desconfiança sobre sua vigilância, ou que de fato concordasse com o regime. De qualquer modo, é interessante observar as estratégias utilizadas por ambas as partes envolvidas nesse dossiê; tanto dos agentes de informações que buscam tornar Benjamim Moraes um suspeito; quanto do professor em provar que é adepto ao regime, livrando-se das desconfianças.

Essa atitude pode ser comparada à da professora Maria Lenk diante do acontecimento de palestras com um professor cassado na UFRJ. A necessidade de afirmar a adesão ao regime também era uma estratégia de manutenção dos interesses, dos cargos e mesmo com objetivos futuros de ascensão da carreira nas universidades.

¹⁴² Carta enviada por Benjamim Moraes para Divisão de Segurança do Ministério da Justiça, em 30 de setembro de 1975.

¹⁴³ Embora o documento tenha sido produzido em 1975, ano que ultrapassa o recorte deste trabalho, ele compõe um dossiê com documentos criados em 1974, por conta disso, optou-se por manter esse dossiê nas fontes utilizadas nesta análise.

4.2.7 Os corruptos

Em relação aos casos classificados como de corrupção, podemos elucidar o Informe nº 182, no qual o professor de Direito da UFF, Jorge Loretto foi fichado e classificado como corrupto¹⁴⁴. A fonte diz que:

Permanece na reitoria desde o tempo do professor Manuel Barreto, tido como um dos elementos mais inteligentes, sendo mentor do grupo que condenou a reforma universitária na UFF. Favorece o Grupo TEU e em troca, o mesmo o apoia em seus golpes econômicos e corruptos (MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, Informe nº 182, 1971. p 2).

Sem entrar em detalhes sobre os atos que o fizeram ser classificado como corrupto, a fonte envia este Informe para CISA/RJ e, provavelmente para outros órgãos, contudo, o campo difusão encontra-se rasurado, não sendo possível ler o que estava escrito.

4. 2. 8 Os adeptos ao governo, mas vigiados

Um caso muito interessante que elucidada a vigilância do Estado sobre tudo e todos é demonstrado no dossiê intitulado “Paulo de Góes”¹⁴⁵. Esse professor era diretor do Instituto de Microbiologia da UFRJ, com uma carreira de grande prestígio na área. O dossiê sobre esse caso é bem extenso, contendo 53 páginas e 14 documentos, entre Informações, Extratos de Prontuário, Pesquisa de Dados, Ofício e até mesmo o Curriculum Vitae do professor Paulo de Góes.

Na Informação nº 2682, como de praxe, inicia com os dados e informações pessoais do professor Paulo Góes, prática padrão da maioria dos dossiês da comunidade de informações. Produzido pelo CIE, a fonte traz uma situação diferente das corriqueiras análises secretas sobre vigiados. Neste caso, o próprio professor teria ido presencialmente ao Departamento Geral de Serviços do referido órgão para tratar de questões que, segundo ele, afetavam a Segurança Nacional.

Abordaremos algumas das considerações que o professor Paulo de Góes delatou em relação aos supostos casos de corrupção na UFRJ, bem como algumas outras acusações que complementam seu depoimento. Essa fonte é interessante para demonstrar, mais uma vez, a amplitude das classificações e a abrangência que muitos termos tinham ao serem empregados

¹⁴⁴ Ministério da Aeronáutica. Informe nº182 COMZAE.3, 26 de outubro de 1971.

¹⁴⁵ CIE. Informação nº2682/72/S-102-M1-CIE. 07 de Novembro de 1972.

contra os professores. Nesse caso, veremos os termos que o próprio professor Góes utilizou contra seus delatados.

A fim de validar sua notoriedade em sua área, bem como para demonstrar ser alguém de confiança, o professor teria contado sua trajetória de atuação na UFRJ, no qual já havia exercido o cargo de Sub-reitor de Ensino para Graduados e de Pesquisa e depois teria pedido demissão, para no momento, ser diretor do instituto de Microbiologia; ele também foi adido científico na Embaixada Brasileira em Washington, no qual "representou os interesses científicos das Forças Armadas do BRASIL".

Sua importância na UFRJ atendia interesses não somente da pesquisa brasileira, mas também da própria legitimação do governo. Isso se deveu ao fato de que o regime autoritário buscou criar laços acadêmicos e contatos científicos com países centrais, em detrimento do contato com países do bloco socialista, como acontecera no período do governo de João Goulart.

Dessa maneira,

A nova orientação levou à criação do cargo de adido científico brasileiro junto à embaixada em Washington, para estreitar laços acadêmicos entre os dois países. A ideia deve ter sido inspirada nas práticas da diplomacia norte-americana, que já tinha um adido científico atuando no Brasil. O assunto foi decidido nos círculos governamentais no fim de 1964, mas se arrastou com lentidão burocrática devido às gestões complexas envolvendo CNPq, Itamaraty e governo. O primeiro titular da posição só chegou a Washington no início de 1966. Além de confiável politicamente, o professor Paulo de Góes, da UFRJ, era respeitado pesquisador na área da microbiologia. Antes de partir para os Estados Unidos, ele visitou instituições de pesquisa e universidades para verificar sua situação e suas necessidades (MOTTA, 2014. p. 76).

A fonte revela ainda que o professor teria explicado as motivações, com tom de heroísmo, de sua saída da Sub-reitoria para assumir como diretor do Instituto de Microbiologia - IM. Segundo Góes, sua ida para o IM foi economicamente desvantajosa, além da perda de status, mas que teria o feito por conta das descobertas do mosquito *aedes* na Amazônia, dos casos de febre amarela urbana e do "despreparo do ministro da saúde" em lidar com tais questões. Ainda, o professor expôs que no Instituto de Microbiologia ele estaria sendo mais útil.

Disputas e divergências no interior das universidades eram questões corriqueiras que compunham os quadros de diversos dossiês. Neste caso, o professor Góes aponta que foi para o IM porque discordava com o Reitor Djacir Menezes, e essa "discordância com a

administração do atual Reitor da UFRJ, era algo que se prolongou até o momento de sua visita ao CIE, segundo ele, o reitor o perseguia.

Diante disso, o professor Góes tece uma série de acusações contra o reitor Djacir Menezes:

- o Reitor DJACIR MENEZES é homem de passado notoriamente marxista, que pode ser verificado pelas publicações que o mesmo fez em 1929 e 1930, ter sido membro da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e por ter sido ativista em 1935, constando que foi preso;
- por ter sido o depoente indicado em primeiro lugar de uma lista sêxtupla, para o cargo de Reitor, enquanto que o Professor DJACIR MENEZES figurava em sexto ou quinto lugar.
- que soube ter o Prof DJACIR MENEZES conseguido ser indicado face terem sido retiradas, ou destruídas, do SNI, as informações que sobre ele ali haviam e que tal coisa foi feita por um cunhado do Prof DJACIR, Coronel do Exército de nome LUCIANO SALGADO;
- pelo fato de o Reitor ter conhecimento de que o depoente sabia do seu passado político;
- pelo fato de que durante sua permanência na alta administração da Universidade tomou conhecimento de casos de Corrupção na dita Universidade, como por exemplo, ter o reitor nomeado para Vice-reitor seu filho VALDIR MENEZES, Chefe de Segurança ao Sr. SALGADO, irmão do já citado Cel. LUCIANO SALGADO, cunhado do Reitor e, que este Chefe de Segurança da UFRJ e conhecido pistoleiro e foi capanga do General OSVINO, quando o mesmo foi Presidente da PETROBRAS.
- Que o atual Reitor tentou suborná-lo com proposições de nomeação de dois de seus filhos (FREDERICO AUGUSTO LIBERATO DE GOES e (nome ilegível) DE GOES) para cargos na UFRJ. (CIE. Informação nº2682, 1972. p. 2-3).

Diante dessas acusações, o professor Paulo de Góes reafirma sua posição de adepto ao regime ao apontar essas supostas irregularidades na gestão do então reitor Djacir Menezes. Esse ponto também nos leva a refletir sobre as disputas internas que marcavam as universidades. Havia um jogo de disputas pessoais que levava funcionários a se acusarem mutuamente. A existência dessas disputas no interior das universidades se intensificou sobretudo após o golpe, em 1964. Motta aponta que:

O apoio ao novo regime em geral era baseado em motivação política e ideológica. Entretanto, houve também muita adesão oportunista, com pessoas que se aproveitavam da situação para aderir e abrir espaços de poder e carreira em meio aos expurgos. Gama e Silva e Eremildo Vianna, por exemplo, participaram do golpe e foram responsáveis pelo expurgo de alguns colegas. No início dos anos 1960, porém, eles não eram considerados radicais de direita nas respectivas instituições, até dialogavam e eventualmente faziam acordos com a esquerda. Pessoas que em outras circunstâncias teriam dificuldade de ascender na carreira universitária viram na adesão aos novos mandatários preciosa oportunidade, sobretudo porque os expurgos geravam posições vagas a serem ocupadas (MOTTA, 2014. p. 37).

As acusações do professor Paulo de Góes parecem exprimir um ressentimento em relação ao reitor e busca sinalizar ações consideradas corruptas em sua gestão, bem como vincular a figura do reitor à de um inimigo do Estado. Essa imagem se concentra em elucidar

pontos caros à ditadura: corrupção e simpatia à esquerda . Desse modo, além dos agentes de informações buscarem suas próprias formas de produzir as suspeitas, também havia casos em que funcionários delatavam colegas.

Em face dessas discordâncias, o professor Góes aponta que sofreu “atos de hostilidade” por parte do reitor. Teria o reitor Djacir começado a dificultar sua vida na universidade, retardando sua licença para viajar para o exterior, que teria também "impedido" ele de recepcionar a vinda de um embaixador norte-americano por ser "anti-ianque". O professor Paulo cita algo muito interessante ao apontar que tinha "provas de subversão e corrupção" em seu cofre na UFRJ, mas que o mesmo foi arrombado e também levado o documento sobre a data da vinda do embaixador (era sigilo para evitar organização de algum "ato subversivo").

Diante disso, teria Góes solicitado a abertura de um inquérito para apurar o arrombamento de seu escritório, o professor aponta que o general responsável agiu de maneira a não encontrar os verdadeiros responsáveis e nesse ponto, acusa indiretamente a influência do reitor Menezes.

Perante o exposto, percebe-se que o professor Góes acrescenta a acusação de subversão ao reitor, e demonstra os detalhes deste embate entre os dois. O depoimento de Paulo de Góes continua trazendo ainda mais elementos contra o reitor, agora o acusando de ter em sua rede de relacionamentos pessoas consideradas subversivas e cassadas:

Ainda quanto ao atual Reitor, esclarece que um de seus mentores é o Professor Dr ISNARD DE SOUZA TEIXEIRA, professor aposentado e cassado pelo Revolução, ex-dirigente da Célula PASTEUR, existente na UFRJ, cujo nome figura nas "Memórias do Cárcere" de GRACILIANO RAMOS, desafeto pessoal do depoente, e que continua a trabalhar na Clínica Oftalmológica da UFRJ, aonde tem contato com os estudantes e continua a exercer sua ação de aliciamento da mocidade. Tal indivíduo é o Chefe do Laboratório de Toxoplasmose daquela Clínica e frequente, com assiduidade, o gabinete do Magnífico Reitor.

Outro dos "amigos" do Reitor e o Professor EREMILDO LUIZ VIANA, agitador contumaz, que foi indiciado em inquérito que o depoente presidiu, em 1963, na Faculdade de Filosofia, sofrendo pressões do então Ministro PAULO DE TARSO, de DARCY RIBEIRO e de JULIO SAMBAQUI e, dos mesmos, também tentativas de suborno. Que, posteriormente, o Sr Professor EREMILDO LUIZ VIANA, transformou-se em aliado do Sr CARLOS DE LACERDA, e agora é um dos mentores do atual Reitor. Que o Sr EREMILDO LUIZ VIANA, não tendo podido descobrir nada que desabonasse o depoente, nem prejudicá-lo diretamente, passou a perseguir e prejudicar duas pessoas intimamente ligadas ao depoente, como a Professora Dra EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO, esposa do Professor BRUNO ALÍPIO LOBO, sua prima e irmã do Ministro DIAS LEITE; também, ao Professor EVARISTO DE MORAIS FILHO, notório jurista, consultor do Ministério do Trabalho.

Sabe que a pasta com a documentação pessoal do Professor EVARISTO DE MORAIS FILHO foi substituída pela de seu irmão natural e quase homônimo, ANTONIO EVARISTO DE MORAIS FILHO, também advogado, apelidado de EVARISTINHO, notório advogado de subversivos, com o fim exclusivo de prejudicar ao primeiro.

Que em setembro/outubro de 1969, quando da Reitoria ARAGÃO, que também considera ter sido um fracasso, houve proteção de elementos corruptos, que o Reitor ARAGÃO nomeou um seu filho para procurador da UFRJ e protegeu o Professor EREMILDO LUIZ VIANA (CIE. Informação nº2682, 1972. p. 5-6).

A forma como o professor Góes via o professor Eremildo Vianna também é um fato interessante a ser notado. Essas acusações contra Eremildo e o apontamento de sua ligação com o reitor busca colocá-lo no mesmo nível de insatisfação que o comungado em relação ao reitor Menezes. Demonstrem como as divergências internas circulavam e influenciavam a tomada de decisões no interior da universidade.

Mais adiante, o professor demonstra outras problemáticas mais ligadas ao Instituto de Microbiologia. Por fim, seu depoimento finaliza da seguinte maneira:

Fez questão que seja registrado que o que está fazendo é desinteressadamente, com o único propósito de bem servir à sua Pátria e, se assim quiserem os Gerais que o estão ouvindo, dará documento por escrito, declarando peremptoriamente que: NÃO DESEJA ser decano do Centro de Ciências Médicas e NÃO ACEITARIA sua eleição, se a mesma lhe fosse imposta. NÃO deseja ser o Reitor da Universidade, reservando-se, unicamente, ao direito de, caso lhe seja perguntado, informar quem poderá executar tais funções com maior eficiência e segurança. (CIE. Informação nº2682, 1972. p. 7-8).

Essa declaração de que não tinha interesse em ocupar nenhum cargo demonstra por si só como a prática de delação em troca de posições no interior das universidades eram corriqueiras. Contudo, após suas declarações, os agentes de informações redigiram o Documento de Informações nº 1213, produzido pelo SNI¹⁴⁶, no qual fazem uma apuração de todas as acusações promovidas pelo professor Góes em seu depoimento.

Segundo o documento:

- b. Apesar de PAULO DE GÓES declarar não pretender ser reitor da UFRJ e nem Decano do Centro de Ciências Médicas, tais afirmações podem não ser sinceras, considerando-se ser um homem vaidoso e inteligente. Procurando se promover junto às autoridades, inclusive dizendo estar em condições de “Informar quem poderá exercer aquelas funções”, é provável que pretenda com isso colocar elementos de sua confiança, principalmente na reitoria da UFRJ, o que o levaria a situação de mando indireto.
- c. Ao que tudo indica, as acusações feitas por PAULO DE GÓES estão presas a uma disputa de "bastidores" pela direção da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SNI, Documento de Informações nº1213, 1972. p. 4).

O próprio SNI tinha noção da existência dessas disputas internas em torno dos cargos de dirigentes das universidades, o que não seria diferente no caso da UFRJ. Do mesmo modo, apurou as acusações feitas ao reitor Djacir e a Eremildo Viana.

¹⁴⁶ Serviço Nacional de Informações. Documento de Informações nº1213/19/AC/72. 26 de Dezembro de 1972.

As acusações feitas por PAULO DE GÓES ao Reitor DJACIR MENEZES, no que diz respeito às irregularidades administrativas existentes na UFRJ, são comprovadas pelos dados existentes; no entanto, acusações feitas ao Prof EREMILDO LUIZ VIANA carecem de fundamento, por ser o mesmo elemento anticomunista ativo (SNI, Documento de Informações nº1213, 1972. p. 4).

Diante do exposto, mesmo o professor Paulo de Góes tendo sido adepto ao governo e tendo colaborado de maneira ativa na delação dos colegas considerados corruptos, subversivos e agitadores, ele também acabou se tornando um alvo da vigilância, tornando-se um suspeito diante das acusações e os interesses que havia por trás delas.

No mesmo dossiê se encontra um documento do tipo Dados para Prontuário com informações sobre o professor Paulo de Góes e um histórico de sua atuação desde 1965¹⁴⁷. Neste documento, de aliado ao regime com suas delações, acaba se tornando um inimigo com base nas acusações que constam contra ele no referido documento.

Em 21 Nov 68, se encontrava nos ESTADOS UNIDOS, como Adido Científico da Embaixada do BRASIL. Era elemento considerado comunista e participante ativo do processo de comunização da Universidade Federal do RIO DE JANEIRO/UFRJ.

- Em 1969, após sua nomeação para o cargo de Vice-Reitor para Assuntos de Graduação e Pós-Graduação da UFRJ, organizou um grupo de assessores, entre os quais EVARISTO DE MORAIS FILHO,- elemento aposentado pelo AI-5. Sua atuação naquela Universidade era arbitrária e prepotente.

- Em 19 Jun 70, a AC/SNI recebeu a Infão. 429/SN1/ARJ/70 que difundiu os registros existentes na ARJ/SNI sobre PAULO DE GÓES, quais sejam:

- Professor - Sub-Reitor da UFRJ.

- 1960 - Ambicioso - Insatisfeito. Desenvolve atividades pró-comunistas.

- 1967 - Esquerdista teórico. Elemento subversivo, infiltrado na Faculdade Nacional de Filosofia, da UFRJ.

- 1969 - Considerado comunista. Participante ativo do processo de comunização da UFRJ.

- Homem de comportamento arbitrário e prepotente. corrupto e demagogo.

- Foi assessor científico do ex-GOV ADHEMAR DE BARROS.

- Ofereceu-se a JUSCELINO para ser reitor, quando da anunciada criação da Universidade do ARAGUAIA.

- Ligado ao grupo de MARIA YEDA LEITE LINHARES e outros comunistas.

- Ligado a EVARISTO DE MORAIS FILHO.

- Corrompido pela própria vaidade.

- Designou seu filho, ainda estudante, para a Câmara de Estudos da UFRJ.

- 1970 - Notório esquerdista, compareceu à ARJ/SNI, acompanhado de EVARISTO DE MORAIS FILHO, com a finalidade de abonar o comportamento daquele Professor. (SNI, Informação nº 429/SN1/ARJ, 1970).

Essas informações contrariam totalmente a imagem que o professor Paulo de Góes passou de si mesmo no documento que relata seu depoimento no Departamento do CIE. Pode-se mensurar a discrepância logo no início das acusações, uma vez que a fonte aponta que o professor é considerado comunista.

¹⁴⁷ Este documento não possui numeração sequencial e nem mesmo data conforme constam nos demais documentos analisados neste trabalho. Contudo, diante da última informação catalogada neste prontuário, presume-se que tenha sido produzido no ano de 1972.

Seguindo adiante, o professor é também classificado como ligado a grupos vigiados, esquerdista, subversivo e corrupto. Dessa maneira, todas as classificações utilizadas pelo professor contra o reitor Djacir e Eremildo Viana, constavam também contra ele na base de dados do SNI. Diante desse ponto, observamos que mesmo sendo considerado, em alguns momentos, adepto ao regime, esse professor também sofreu vigilância e acusações por parte da comunidade de informações.

Já nas informações recolhidas pelo CENIMAR apontam as seguintes questões em relação ao professor Góes:

- Em 15 Jun 72, RPB nº 1176 - CENIMAR: - consta ser excessivo no uso de bebidas alcoólicas, manifestando, por vezes, distúrbios psíquicos.
- É intimamente ligado a professores aposentados pelo AI-5, como YEDDA LINHARES e EULÁLIA LOBO. (CENIMAR, Resposta ao Pedido de Busca nº 1176, 1972).

Outra prática da comunidade de informações era julgar os professores a partir de conceitos morais, e analisar questões da vida pessoal e cotidiana dos vigiados. Neste caso, a questão da bebida é entendida enquanto fator negativo entre sua posição de liderança na universidade e, ao mesmo tempo, sinal de vulnerabilidade e falta de controle, associando este fato à existência de questões psíquicas.

Enfim, demonstram, mais uma vez, sua ligação com grupos vigiados e professores cassados pela ditadura. Esse tipo de acusação também aparece em outro documento, no Informe nº 357, produzido pelo CISA¹⁴⁸. Segundo a fonte, esse professor "controla a concessão de bolsas da pesquisa ou só aprova verba para cursos que sejam dados por esquerdistas". A fonte aponta que o professor Paulo, juntamente com Bruno Lobo e o Guilherme Canedo fazem a "proteção dos esquerdistas" no interior da UFRJ.

Por fim, percebe-se que havia diversos elementos e classificações diferentes elencadas para tornar o professor Paulo de Góes um suspeito, embora o mesmo fizesse esforço para ser visto como figura confiável.

As relações sociais, as ações cotidianas, as convicções morais e políticas, ou mesmo as falas nos corredores e nas aulas eram elementos capitaneados pelos agentes de informações e sistematizados nas fichas que categorizam os professores como suspeitos.

Essa produção era a base da repressão e por ela foi amplamente utilizada para atingir os diversos professores universitários durante a vigência da ditadura militar. A vigilância demonstra que todos eram alvos, mesmos os professores que ocupavam cargos de confiança, como o caso do reitor Djacir Menezes, de Eremildo Vianna e Paulo de Góes.

¹⁴⁸ CISA. Informe nº357/XXX CISA-RJ. 26 de Outubro de 1970.

A partir da análise desses documentos, percebe-se que havia um perfil de professores considerados suspeitos. Esses professores compunham, através de suas falas, atitudes, omissões e redes de relacionamentos, a tipologia definida pelos agentes e com base nos ideais da DSN e do pensamento anticomunista.

Observando as classificações contidas nessas fontes, podemos concluir que a tipologia dos suspeitos e as formas elencadas para definir a visão do Estado, através dos seus órgãos de informações, não dependia necessariamente da universidade em que a suspeita fosse empregada. Essa classificação estava atrelada a um conjunto de comportamentos, ações e ideais esperados pelos militares e seus agentes.

Essa conclusão é provada através das próprias classificações e na construção dos argumentos utilizados para as mesmas nas fontes. Desse modo, portanto, os professores que estiveram na mira do SNI entre 1970 - 1974 foram vigiados e classificados tendo como base as mesmas classificações ou definições semelhantes, mesmo em relação a professores diferentes das duas universidades; demonstrando que, embora a UFRJ fosse mais visada por conta de sua trajetória, a produção da suspeita contra ela era semelhante à empreendida para com a UFF.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar e compreender como foi construída, nos dossiês produzidos e difundidos pelo SNI, a vigilância sobre os professores das universidades, UFRJ e UFF. Para tanto, buscou-se empreender as bases ideológicas e metodológicas que foram difundidas através da DSN. Com esse intuito, abordamos a criação do SNI enquanto órgão central da comunidade de informações.

A importância desse órgão pôde ser demonstrada nos dados, uma vez que os documentos que analisamos ou eram por ele criados ou para ele difundidos, representando a centralização da produção de informações vigente na ditadura militar. Além disso, vimos como a lógica da DSN esteve presente nas entrelinhas dos documentos a partir dos ideais da existência superdimensionada de inimigos internos vigiados. A lógica da suspeita atuava de forma contundente contra os professores, delegando às ações cotidianas papel crucial para classificar a suspeita e atribuir um risco à Segurança Nacional.

Ao remontar a trajetória de construção das duas instituições – UFRJ e UFF - até o momento do golpe de 1964, elucidamos as diferenças na própria história das duas universidades, o que nos ajudou a compreender a preponderância e a discrepância entre os professores que foram fichados na UFRJ em relação à UFF. Compreender as instituições com base em sua vivência histórica e à luz das mudanças e transformações experimentadas na década de 1960 nos permitiu vislumbrar o temor dos militares em relação às agitações nesse local de produção de conhecimento e formação intelectual. Embora tenham trajetórias diferentes, comprovamos que as duas instituições foram vigiadas pelos órgãos de informações.

Colocados sob suspeita, os professores universitários tornaram-se alvo de uma pujante produção de documentos e dossiês dos mais variados. Vimos que havia alguns elementos que constituíam esses documentos como o cabeçalho contendo a origem do documento, o assunto que previa o que haveria no texto, o campo de difusão, demonstrando para quem o documento seria enviado e os dados e informações sobre os professores ao longo do documento. Esse padrão era utilizado pelos órgãos de informações e nos ajudou a compreender como a lógica da comunidade de informações funcionava ao tratar seus “inimigos”.

Observamos que os códigos dessa produção eram decodificados a partir dos conhecimentos que os agentes de informações adquiriam nos cursos promovidos pela ESG e,

na década de 1970 pela Esni. Desse modo, também a formação desses agentes assevera os princípios da DSN e consideravam tudo e todos como suspeitos.

Napolitano (2004) aponta que a produção da suspeita acontecia nos espaços sociais que eram considerados em si e por si “subversivos”, bem como através da atuação pública dos vigiados. No caso desta pesquisa, percebe-se que as universidades constituíam, aos olhos dos agentes de informações, um espaço de subversão à medida que a produção do conhecimento e as críticas à realidade social eram empreendidas.

Além de certos espaços sociais serem considerados suspeitos, qualquer atitude poderia ser qualificada como subversiva, fosse ela de ordem político-ideológica ou comportamental. As inferências dos agentes da repressão, porém, não eram aleatórias, na medida em que se pautavam pelo imaginário que aglutinava, muitas vezes sem a mínima plausibilidade, o medo à desordem política e social com a dissolução dos laços morais e familiares, pautados por um pensamento ultraconservador (NAPOLITANO, 2004. p. 109).

O imaginário da suspeita pautou a produção dos 63 documentos analisados neste trabalho. Nesses documentos encontramos 75 professores da UFRJ e 22 professores da UFF, somando um total de 97 professores fichados. Embora a discrepância do número de professores entre as duas instituições seja grande, observamos através da compreensão da trajetória e criação das duas universidades as motivações para que a UFRJ tivesse concentrado tal vigilância. A UFRJ era uma universidade mais antiga, tinha muitos cursos e já havia uma história de prestígio e tradição no Rio de Janeiro. Logo após o golpe, essa universidade e em especial a FNFi era vista pelos órgãos de segurança com cautela, segundo estes, haveria “uma célula comunista que reunia vários professores” (FERREIRA, 2014). Isto justifica a vigilância empreendida contra a UFRJ.

Já a UFF, tinha sido criada há pouco tempo, em 1960, então quando ocorreu o golpe, sua trajetória ainda era muito recente. Entretanto, após o golpe também teve atenção dos agentes do regime por conta de denúncias de atuação subversiva (PEREIRA, 2016).

Durante os anos que se seguiram a UFRJ continuou sendo constantemente vigiada, bem como a UFF, embora a discrepância continuasse, percebe-se que ambas sofreram com a produção da vigilância e a circulação de documentos contra os professores.

Esses 97 professores foram citados em mais de um documento, sendo assim, contabilizamos 157 citações de professores ao longo dos documentos. Alguns professores apareciam em diversos documentos, demonstrando que a vigilância buscava difundir as informações sobre os mesmos aos diversos órgãos, assim como uma forma de criar as redes de relacionamento na qual os professores estivessem inseridos.

Contudo, embora com número menor de professores fichados, a classificação dos professores nos documentos sobre a UFF foram empreendidas seguindo a mesma lógica empregada na UFRJ. Dessa maneira, concluímos que não havia diferenciação no tratamento e produção dos dossiês de acordo com a universidade.

Em relação ao gênero, observamos que havia mais professoras na UFRJ do que na UFF, embora o número nas duas universidades fossem pouco expressivos, 2 professoras na UFF e 16 na UFRJ. Já os homens eram maioria nas duas instituições, sendo 28 na UFF e 111 na UFRJ.

Essa discrepância reflete a conjuntura da sociedade brasileira na época, marcada pelas definições de papéis sociais esperados para homens e mulheres. Diante disso, era socialmente convencionado que as mulheres fossem donas de casa e cuidassem dos filhos, enquanto os homens deveriam trabalhar e prover o sustento da família.

Nesta análise, os documentos revelaram que a grande área das Ciências Humanas foi destaque na produção de documentos para as duas instituições. Compreendendo essa área enquanto importante na produção de conhecimento sobre a sociedade, seu funcionamento, sobre a política e a realidade em que o mundo se encontrava e a ideia de que teria potencial de influenciar o pensamento dos estudantes, as Ciências Humanas foram intensamente vigiadas.

Mas também a área de Ciências da Saúde, para o caso da UFRJ e Ciências Sociais aplicadas, no caso da UFF, também tiveram grande relevância nessas fontes analisadas. Sendo assim, os cursos de Educação Física, História, Sociologia, Medicina e Direito são os cursos que mais apareceram nas fontes.

Como já esperado, os cursos voltados às humanidades tiveram grande destaque na produção dos documentos. Entretanto, diante desses dados, a novidade encontrada nesta análise foi a recorrência do curso de Educação Física nos documentos. Como vimos nos capítulos anteriores, esse fato pode estar relacionado aos eventos que ocorreram na Faculdade de Educação Física, que acabaram por gerar diversos documentos relacionados aos professores deste curso da UFRJ.

Em relação ao recorte proposto no trabalho, de 1970 a 1974 observamos que os anos de 1971 e 1972 concentraram a maioria da produção dentro do período. No caso da UFF, no ano de 1971 houve maior produção de documentos e na UFRJ em 1972. O final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 foram marcadas por uma fase de fechamento do regime, sobretudo após o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, que atingiu diversos professores. Além disso, vimos que neste período foram criadas as AESI que funcionavam no

interior das universidades e cumpriam o papel de fornecer informações aos órgãos de informações, agindo enquanto um dos braços da comunidade de informações dentro dos campi.

O órgão que mais produziu documentos e dossiês sobre os professores das duas instituições foi o SNI, seguido pela DSI/MEC e Ministério da Aeronáutica. Enquanto órgão central da comunidade de informações, o SNI concentrava a produção e também a maioria da difusão de informações na rede que se estabeleceu entre os órgãos de informações. Desse modo, é esperado que tenha tido mais produções e difusão de documentos, assim como o DSI/MEC, visto que as informações sobre os professores eram encaminhadas ou produzidas por este órgão que lidava com as questões de informações da área da educação. Contudo, vislumbramos uma novidade que nos faz refletir e nos leva a sugerir pesquisas que abordem a relevância de produções realizadas e difundidas pelos órgãos ligados à Aeronáutica.

Já em relação aos tipos de documentos, estes nos permitiram compreender o grau de veracidade dos dados, sendo a maioria dos documentos do tipo Informação para a UFRJ e Informe para a UFF. As Informações eram documentos que já haviam tido seus dados confirmados nos órgãos de informações, tendo maior grau de confiabilidade; por outro lado, os Informes eram documentos que tinham informações que ainda não haviam sido totalmente confirmadas. Contudo, mesmo nos documentos do tipo Informação, percebemos que muitos dados eram sobrevalorizados ou mesmo não comprovados e justificados, abrindo margem para diversas interpretações.

Esses documentos circulavam entre os diversos órgãos de informações e faziam com que os dados sobre os professores fossem difundidos. Por conta disso, a classificação escolhida para tratar os professores seria divulgada na comunidade e a visão sobre esses professores seria compartilhada pelos órgãos.

Analisando os documentos, aos olhos do Estado, pudemos examinar essas classificações e comprovar a existência de uma tipologia dos professores suspeitos. A ditadura enxergava esses professores como suspeitos e, dependendo das acusações, como inimigos. Sendo assim, quando os documentos classificavam os professores como “subversivos”, “esquerdistas”, “comunistas”, “corruptos”, “pertencentes a grupos vigiados”, eventualmente os demais órgãos que recebessem tais dados tendiam a pensar dessa maneira em relação aos professores.

Entendendo isso, podemos perceber como a classificação empregada aos professores foi imprescindível para moldar a suspeição que a comunidade de informações teria sobre os

mesmos. Mesmo que, em muitos casos, os argumentos utilizados fossem rasos, ou mesmo não houvesse argumentos que baseassem as acusações, essas classificações eram propagadas e assimiladas pelos seus pares.

Buscamos separar a análise de acordo com as classificações, ou seja, as tipologias dos suspeitos, para melhor compreender os argumentos, a organização das acusações e os termos empregados para classificar os professores. A classificação dos suspeitos foi aplicada pelos agentes militares com base em alguns comportamentos evidenciados como perigosos ou que julgavam representar um risco à segurança nacional. O conjunto de elementos eram: os professores que professavam insatisfação com o regime ou se calaram diante das críticas ao governo; os considerados subversivos; os considerados esquerdistas; os considerados comunistas; os considerados incitadores de alunos; os pertencentes a grupos vigiados; os corruptos e mesmo os adeptos ao regime, mas que foram vigiados.

A tipologia dos suspeitos foi responsável por demonstrar o padrão utilizado pelos órgãos de informações para classificar os professores das duas instituições. Os agentes criavam argumentos baseados nos ideais da DSN para classificar esses professores com o objetivo de criar suspeita.

Vimos que as classificações dos professores não ocorriam de maneira engessada, em muitos documentos os professores eram classificados em mais de uma tipologia, e mesmo a compreensão das classificações era muito abrangente, podendo significar diversas coisas. Isso porque os conceitos de “comunismo”, “subversão” e “esquerdas” não eram bem definidos e muitas vezes seu significado não ficava muito claro.

Por mais que isso pareça um problema conceitual dos agentes ou mesmo de sua formação, entendemos que na verdade poderia ser mesmo uma estratégia. O alargamento dos conceitos e sua amplitude permitiu com que houvesse diversas interpretações ao leitor que lidasse com os documentos, ou seja, a classificação ampla corroborou para o surgimento de outras classificações.

Percebemos, com a análise dessas fontes, que a tipologia “subversivo” se relacionava mais às ações que contrariasse a ordem vigente, ou os ideais do regime. Ou seja, a subversão estava ligada às ações concretas. Já em relação a tipologia “esquerdista”, notou-se que estava associada aos grupos organizados e movimentos de esquerda de uma maneira geral. Por fim, o “comunista” seria o professor que tivesse ligado às questões mais ideológicas de contestação ao regime, não necessariamente que simpatizasse com o comunismo.

Já os professores que expressaram ou não reprimiram contestações ao regime poderiam ser classificados como “contrários ao regime” ou ainda “incitadores de alunos” quando tal fato ocorria na sala de aula ou na presença dos alunos. Desse modo, o que se esperava dos professores não era somente que não criticassem o governo, mas também que impedissem ou reprimissem quem o fizesse.

Os grupos e redes de amizades foram intensamente vigiados, por conta disso, a tipologia “pertencente a grupos vigiados” cumpria o papel de mapear os professores que tivessem ligações com pessoas vigiadas. Em muitos casos, não havia argumentos e provas que justificassem a vigilância contra os professores, mas somente o fato de supostamente estar na rede de relacionamentos de algum vigiado já os tornava um alvo.

A “corrupção” também foi uma tipologia mais utilizada em relação aos dirigentes, visto que estes lidavam diretamente com os recursos das universidades. A forma de gerir a universidade poderia ser vista como corrupta a depender do histórico dos gestores na comunidade de informações.

Por fim, outra tipologia elencada neste trabalho foi a dos “adeptos ao regime, mas vigiados”. Esta tipologia revela que a produção da vigilância era empregada contra todos os professores, mesmo aqueles que apoiavam o regime. Professores que eram adeptos ao regime poderiam tornar-se um alvo da vigilância, mesmo os que ocupavam cargos de confiança, com indicações do próprio regime ou do Presidente da República, como é o caso dos reitores.

Os professores universitários, neste sentido, que se enquadravam nessas tipologias tornavam-se suspeitos e eram vigiados; essas informações serviram de respaldo para a tomada de decisões dos órgãos repressivos. Com isso, analisando os documentos produzidos e difundidos pelo SNI, pudemos confirmar a hipótese de que havia um perfil dos suspeitos e que ele presumia os elementos citados acima para enquadrar os professores nas fichas da comunidade de informações.

A partir da análise dessas tipologias, também pudemos concluir, comparando o caso das duas universidades nessas classificações, que a forma como os professores eram classificados não dependia da universidade a qual estivesse vinculado. A classificação realizada pelos agentes de informações buscava muito mais identificar o perfil dos suspeitos do que abordar a instituição dos professores. Desse modo, nossa análise vai de encontro com a tese defendida por Pereira (2016) de que a UFF não foi um “ilha de liberdade”; conforme vimos nesta dissertação, a produção da vigilância atuou contra os professores da UFF tanto

quanto com os professores da UFRJ, demonstrando que as duas instituições eram alvo dos órgãos de informações.

As tipologias empregadas contra os professores da UFF e da UFRJ seguiam a mesma lógica: criar a suspeita evidenciando comportamentos que supostamente iam contra à Segurança Nacional. Por fim, esse trabalho pôde concluir que, embora a experiência da UFRJ e da UFF na ditadura-militar tenha sido diferente, a produção da vigilância obteve mais semelhanças que diferenças.

Todavia, os fatores que diferenciaram a produção da vigilância para com as duas universidades se deu por conta da trajetória de atuação da UFRJ antes do golpe, fato que corroborou para a produção de documentos e na criação de redes de suspeitos pelos agentes de informações. Quando analisamos os documentos da década de 1970, muitos professores da UFRJ foram relacionados aos professores que já haviam sido aposentados da instituição. Já no caso da UFF, as redes de relação estavam quase sempre relacionadas a professores do mesmo período ou mesmo a estudantes.

De um modo geral pode-se concluir, portanto, que a produção da vigilância via os professores como suspeitos por mínimos detalhes em suas ações cotidianas dentro e fora das universidades. O SNI e a comunidade de informações identificava as universidades enquanto local de produção e difusão de ideias, com isso, os professores representavam elementos chave, seja para elogiar e ajudar na legitimação do governo ou então para criticar e subverter a ordem e comportamentos esperados do governo autoritário e conservador.

Uma série de questões surgem com este trabalho, tais como analisar os currículos dos cursos que mais foram fichados, buscar em novos acervos fontes que contrastem com as pesquisadas neste trabalho. Também é possível pesquisar dossiês das professoras, identificando se as classificações para as mulheres eram diferentes. Esses questionamentos não se esgotam nessas linhas e podem surgir novas pesquisas.

FONTES

CIE. Informação nº2682/72/S-102-M1-CIE, 07 de Novembro de 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72056904/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72056904_d0001de0001.pdf. Acesso em: 10/01/2021.

CISA. Informe nº357/XXX CISA-RJ, 26 de Outubro de 1970. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/70007796/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_70007796_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021

Departamento de Ordem Política e Social, Divisão de Informações. SD/SAF nº07065, 20 de março de 1970. ARJ ACE 1913/70 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/70001913/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_70001913_d0001de0001.pdf. Acesso em: 09/01/2021.

Departamento de Polícia Federal. Informação nº48/73 - SI/SR/DPF/GB, 23 de Janeiro de 1973. ARJ ACE 6381/82 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/82006381/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_82006381_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

Departamento de Polícia Política e Social. Informação nº295/DPPS/RJ, 07 de Outubro de 1968. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70032226/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70032226_d0001de0001.pdf. Acesso em: 16/10/2020.

Divisão de Segurança e Informações - Ministério de Educação e Cultura. Pedido de busca nº524/SI/01/DSI/MEC/71, 29 de Outubro de 1971. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71047319/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71047319_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/02/2021.

Divisão de Segurança e Informações. Informação 256/DSI/MJ. 29 de agosto de 1972. AC ACE 57011/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72057011/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72057011_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informação nº845/75, 10 de Dezembro de 1975. AC ACE 70069/74 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74070069/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74070069_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/02/2021.

_____. Pedido de busca nº128 DSI/MJ, 16 de Abril de 1974. AC ACE 70069/74 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74070069/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74070069_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/02/2021.

_____. Pedido de busca nº384/DSIEC/70. Sem informação de data. AC ACE 27691/71. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70027691/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70027691_d0001de0002.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Pedido de busca nº5040/73 SS3/DSI/MEC. 17 de Outubro de 1973. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73063820/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73063820_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/02/2021

_____. Pedido de busca nº524/71 SI/01/DSI/MEC/71, 29 de Outubro de 1971. AC ACE 47319/71 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71047319/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71047319_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/02/2021

Ministério da Aeronáutica. Documento de Informações nº0080 CISA/ESC - RCD. AC ACE 61894/73 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73061894/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73061894_d0001de0001.pdf Acesso em: 27/03/2021.

_____. Informação nº0079/CISA/ESC-RCD. 8 de março de 1972. AC ACE 43953 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72043953/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72043953_d0001de0001.pdf. Acesso em: 19/11/2020.

_____. Informe nº038/SISA-RJ. 17 de fevereiro de 1970. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/34880/br_dfanbsb_vaz_0_0_34880_d0001de0001.pdf. Acesso em: 02/12/2020.

_____. Informe nº121/CISA-RJ. 12 de maio de 1971. ARJ ACE 2488/71 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/71002486/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_71002486_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021

_____. Informe nº182 COMZAE.3, 26 de outubro de 1971. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/19341/br_dfanbsb_vaz_0_0_19341_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/11/2020.

Ministério da Marinha. Informação 0873. 13 de novembro de 1972. AC ACE 57444/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72057444/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72057444_d0001de0001.pdf. Acesso em: 27/03/2021

_____. Informação nº0366, 17 de outubro de 1973. AC ACE 62100/73 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73062100/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73062100_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021

_____. Informe nº0003. 12 de janeiro de 1973. AC ACE 58224/73 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/73058224/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73058224_d0001de0001.pdf está sem o link. Acesso em: 29/03/2021

Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Segurança e Informações. nºDSI/89, 10 de Fevereiro de 1970. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70019955/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70019955_d0001de0002.pdf. Acesso em: 05/02/2021.

Ministério das Relações Exteriores. Pedido de Busca nº1405. 23 de junho de 1971. AC ACE 27691/71. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70027691/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70027691_d0001de0002.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

Ministério do Exército. Informação nº440/73-SCH, 22 de Fevereiro de 1973. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/83007547/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_83007547_d0001de0001.pdf. Acesso em: 27/03/2021.

Serviço Nacional de Informações. Pedido de busca nº13419/72 ARJ/SNI, 11 de Dezembro de 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73063820/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73063820_d0001de0001.pdf . Acesso em: 29/03/2021.

_____. Documento de Informações nº1213/19/AC/72, 26 de Dezembro de 1972. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1823866&v_aba=1. Acesso em: 10/01/2021.

_____. Encaminhamento nº00219/73/ARJ/SNI, 04 de Janeiro de 1973. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73053144/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73053144_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/02/2021.

_____. Informação nº76316E/71/AC/SNI, 03 de novembro de 1971. APA ACE 8014/SEC1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/84008014/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008014_d0001de0001.pdf. Acesso em: 27/03/2021

_____. Encaminhamento nº1466/71/ARJ/SNI, 23 de abril de 1971. AC ACE 31386/71 CNF 1/1. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71031386/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71031386_d0001de0001.pdf. Acesso em:29/03/2021

_____. Encaminhamento nº2351/71/ARJ/SNI (SS-ARQ- 273), 13 de Julho de 1971. AC ACE 36041/71 CNF 1/1. Disponível em: Link: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71036041/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71036041_d0001de0001.pdf. Acesso em: 27/03/2021.

_____. Encaminhamento nº2413/71/ARJ/SNI, 22 de Julho de 1971. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71067066/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71067066_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Encaminhamento nº3171/71/ARJ/SNI, 18 de outubro de 1971. AC ACE 62940/71 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71062940/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71062940_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021

_____. Informação 07319/73/ARJ/SNI. 5 de julho de 1973. Disponível: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73063638/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73063638_d0001de0001.pdf. Acesso em: 05/02/2021.

_____. Informação 1148/70/SNI/AC. 21 de agosto de 1970. AC ACE 27690/70 CNF 1/1. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70027690/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70027690_d0001de0002.pdf. Acesso em : 10/01/2021

_____. Informação 551/SNI/ARJ/70. 03 de agosto de 1970. AC ACE 27690/70 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70027690/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70027690_d0001de0002.pdf. Acesso em : 10/01/2021.

_____. Informação 551/SNI/ARJ/70. 03 de agosto de 1970. AC ACE 27690/70 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70027690/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70027690_d0001de0002.pdf. Acesso em : 10/01/2021

_____. Informação nº000219/72/ARJ/SNI, 06 de janeiro de 1972. AC ACE 47319/71 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71047319/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71047319_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/02/2021

_____. Informação nº003/19/74/ARJ/SNI, 10 de Janeiro de 1974. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/83009493/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_83009493_d0001de0001.pdf Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informação nº0078/71/SNI/AC, 22 de janeiro de 1971. AC ACE 27691/71. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70027691/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70027691_d0001de0002.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informação nº03319/72/ARJ/SNI, 17 de abril de 1972. AC ACE 46588/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72046588/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72046588_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informação nº04319/72/ARJ/SNI. 24 de abril de 1972. AC ACE46861/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72046861/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72046861_d0001de0001.pdf. Acesso em: 05/02/2021.

_____. Informação nº04619/72/ARJ/SNI, 25 de Abril de 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72046739/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72046739_d0001de0001.pdf. Acesso em: 05/02/2021.

_____. Informação nº05019/72/ARJ/SNI. 28 de abril de 1972. AC ACE46861/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72046861/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72046861_d0001de0001.pdf. Acesso em: 05/02/2021.

_____. Informação nº05219/72/ARJ/SNI, 02 de maio de 1972. AC ACE 46588/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72046588/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72046588_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informação nº07319/72/ARJ/SNI, 30 de maio 1972. AC ACE 46588/72 CNF 1/1. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72046588/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72046588_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informação nº095/19/74/ARJ/SNI. 13 de setembro de 1974. AC ACE 75512/74 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74075512/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74075512_d0001de0001.pdf. Acesso em: 05/02/2021

_____. Informação nº09919/72/ARJ/SNI. 23 de junho de 1972. AC ACE 52806/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72052806/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72052806_d0001de0001.pdf. Acesso em: 05/02/2021

_____. Informação nº1216/17/AC/72/SNI, 29 de Setembro de 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73053144/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73053144_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/02/2021.

_____. Informação nº180 APA/1972. AC ACE 48653/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72048653/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72048653_d0001de0001.pdf. Acesso em 27/03/2021. Outra fonte: Serviço Nacional de Informações. Informação nº216696/72 ASP/SNI. SCI - 16/19 N°075/72. ASP ACE 10424/82 CNF 1/1.

_____. Informação nº19119/72/ARJ/SNI, 19 de Setembro de 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72056529/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72056529_d0001de0001.pdf. Acesso em: 06/02/2021

_____. Informação nº20460/72/ARJ/SNI, 23 de Maio de 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72050847/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72050847_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informação nº216696/72/ASP/SNI, 10 de Julho de 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/82010424/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82010424_d0001de0001.pdf. Acesso em: 27/03/2021.

_____. Informação nº24519/72/ARJ/SNI, 08 de Dezembro de 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73053144/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73053144_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/02/2021.

_____. Informação nº292/71/NANI/SNI, 2 de Julho de 1971. ARJ ACE 9571/83 CNF1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/83009571/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_83009571_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informação nº39219/72/SNI/AC, 17 de maio de 1972. AC ACE 46588/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72046588/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72046588_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informação nº526/17/AC/SNI. 07 de junho de 1972. AC ACE46861/72 CNF 1/1. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72046861/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72046861_d0001de0001.pdf. Acesso em: 05/02/2021.

_____. Informação nº551/SNI/ARJ/70, 3 de Agosto de 1970; Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70027690/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70027690_d0001de0002.pdf. Acesso em: 10/01/2021.

_____. Informação nº76316E/71/AC/SNI, 03 de novembro de 1971. APA ACE 8014/SEC1/1. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/84008014/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008014_d0001de0001.pdf. Acesso em: 27/03/2021

_____. Informação nº82460E/71/AC/SNI. 11 de agosto de 1971. AC ACE 27691/71. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70027691/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70027691_d0001de0002.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informação nº860/19/AC/72. 08 de agosto de 1972. AC ACE 52806/72 CNF 1/1. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72052806/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72052806_d0001de0001.pdf. Acesso em: 05/02/2021

_____. Informe nº 012132, 14 de Junho de 1972. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/82006459/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_82006459_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24/02/2021.

_____. Informe nº0087/SC-3, 28 de Janeiro de 1970. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/70000683/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_70000683_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. Informe nº012132/72/ARJ/SNI, 14 de Junho de 1971. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/82006459/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_82006459_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29/03/2021.

_____. *Paulo Roberto Rodrigues, Prof.* Informação nº180 APA/1972 de 07 de Junho de 1972. AC ACE 48653/72 CNF 1/1.

_____. Pedido de Busca nº 13419/71ARJ/SNI/, 11 de Dezembro de 1972. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73063820/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73063820_d0001de0001.pdf. Acesso em: 11/02/2021.

_____. Universidade Federal Fluminense. Encaminhamento nº3 DSI/SI AC ACE 32226/70 CNF1/1, 17 de março de 1970. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70032226/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70032226_d0001de0001.pdf. Acesso em: 16/10/2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADUFF-SSIND. Atitudes de rebeldia: as formas da Universidade Tecnocrática, o aparato vigilante/repressivo e as resistências dos professores da UFF durante a ditadura. Rio de Janeiro: Usina Editorial, 2018.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. A Doutrina de Segurança Nacional e sua influência sobre os cursos de formação de agentes do Serviço Nacional de Informações, 1972-1978. Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/site/anaiscomplementares#F>. Acesso em: 26/02/2021.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão SNI & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XXI. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL. – Brasília: Agência Brasileira de Inteligência, 2021. 6 v. – (Cadernos de Legislação da Abin ; n. 3).

BAUER, Caroline Silveira; **GERTZ,** René E. Fontes sensíveis da história recente. *in:* LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). O historiador e suas fontes. 1. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

BARBOSA, Júlia Lettícia Camargos. Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão – o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de São João Del-Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. São João Del-Rei, 2012.

BARROS, José D'Assunção Os conceitos: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis, RJ : Vozes, 2016.

_____. Fontes Históricas – introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. (org.) O Brasil Republicano. O tempo da ditadura-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRASIL. Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-norma-pe.html>. Acesso em: 07/03/2021.

_____. Decreto nº 17.999, de 29 de Novembro de 1927. Providencia sobre o Conselho da Defesa Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

_____. Decreto nº 23.873, de 15 de Fevereiro de 1934. Dá organização ao Conselho da Defesa Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23873-15-fevereiro-1934-501550-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

_____. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/1785.htm. Acesso em: 04/03/2022.

_____. Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960. Cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13848.htm. Acesso em: 07/03/2021.

_____. Lei nº 4.341, de 13 de Junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14341.htm. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

_____. Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

_____. Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

_____. ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

CANNONE, Helio Maurício Pirajá. Missão Atcon e a Universidade em transição: a PUC-Rio e os Estados Unidos no contexto de reforma universitária da Ditadura militar. Rio de Janeiro, 2015. 63f. Monografia (Departamento de História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica” *In*: A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p.65-119.

CORTE, Andréa Tello da; **MARTINS**, Ismênia de Lima (Orgs.). 50 anos da Universidade Federal Fluminense – 1960-2010. Rio de Janeiro, Niterói: Editora da UFF, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. A produção da Lei da Reforma Universitária. *In*: _____. A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 219-279.

DELGADO, Lucília. 1964: temporalidade e interpretações. *In*: REIS FILHO, Daniel, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo P. Sá. O golpe e a ditadura militar; 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

DIAS, Elissandra Maria Costa. Estudantes sob vigilância: uma análise sobre o monitoramento do Serviço Nacional de Informações (SNI) ao movimento estudantil da Universidade Federal da Paraíba. 30º Simpósio Nacional de História - ANPUH. Recife, 2019.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 29/01/2021.

FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. A repressão contra os professores nas universidades latino-americanas durante a ditadura: os casos da UFMG (1964-1969) e da UTE (1973-1981). *Cuadernos Chilenos de Historia de la Educación*, v. Ano 3, n 4, p. 86-120, 2015.

FERREIRA, Jorge. O golpe faz 50 anos. Cinco questões sobre o governo Goulart e a crise política de 1964. *In*: ALONSO, Ângela & DOLHNIKOFF, Mírian (Orgs.) 1964: do golpe à democracia. São Paulo: Hedra, 2015, pp. 43-69.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, p.611-636.

_____. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 45–64, 2013.

DOI: 10.15848/hh.v0i11.572. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/572>. Acesso em: 16/10/2020.

_____. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 32-37, dez. 2014. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16/10/2020.

_____. Na Presidência da República. As reformas de base. A trajetória política de João Goulart. CPDOC-FGV. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base. Acesso em: 16 de Out. 2020.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 251-286.

_____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2. Ed. rev. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GARCIA, Vitor. Os documentos da comunidade de informações e segurança nos anos ditatoriais (1964-1985): uma análise crítica. In: *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura [livro eletrônico]* / Inez Terezinha Stampa e Rodrigo de Sá Netto (orgs.). - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

GOMES, José Roberto & **PINTO**, Valmir Flores. 50 Anos da Lei Nº 5.540/68 da Reforma Universitária: o que há para comemorar? . *RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades*

– *Cidadania, Diversidade e Bem Estar*. ISSN 2594-8806. Ano 1, Vol 1, Número 1, Jul-Dez, 2017, p. 429-446

HERÉDIAS, Lorena Delduca; **MACIEL**, Tadeu Morato. Serviço Nacional de Informações: um instrumento do Estado brasileiro para a Doutrina de Segurança Nacional (1974). Associação Brasileira de Estudos de Defesa- Encontro Regional, III Encontro Regional Sudeste, 21 a 23 de outubro de 2019.

ISHAQ, Vivien; **FRANCO**, Pablo E. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 29-42, jul/dez 2008.

ISHAQ, Vivien; **FRANCO**, Pablo E.; **SOUSA**, Teresa E. de. A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2012.

LAGÔA, Ana. SNI: como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS FILHO, João Roberto. O Movimento Estudantil na Conjuntura do Golpe. In: **TOLEDO**, Caio Navarro de. (org). 1964: Visões Críticas do golpe. Democracia e Reformas no populismo. 2ª edição – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A conjuntura política no pós-45. In: Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

_____. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. As políticas universitárias das ditaduras militares no Brasil, da Argentina e do Chile. In: *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MÜLLER, Angélica, O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979). Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2016. 224pp. Resenha de: **VALLE**, M. R.: *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (ONLINE)*, v. 37, p. 193-196, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000300193. Acesso em: 01/04/2021.

_____. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de história*, São Paulo, n.180, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/168586>. Acesso em: 12/03/2021.

NAPOLITANO, Marcos. O regime militar brasileiro: 1964-1985. São Paulo: Atual, 1998.

_____. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.103-126 – 2004.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). *SÆCULUM - Revista De História* [39]; João Pessoa, Jul./Dez. 2018.

PEREIRA, Ludmila Gama. A construção do saber histórico e projeto social. Os historiadores da UFRJ na época da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. Seropédica, 2008.

_____. Nenhuma ilha da liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

_____. A ditadura empresarial militar na Universidade Federal Fluminense: a Assessoria de Segurança e Informações e a sistematização do controle, da censura e da repressão aos docentes nos anos 1970. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017, De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917)*. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Niterói, agosto de 2017.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. *História* [online]. 2010, vol.29, n.2, pp.135-157. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000200008>. Acesso em: 29/01/2021.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempos de in (definições) (1964-1968). In: **MARTINHO**, Francisco Carlos Palomanes (Org.) *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2006, pp.127-139.

_____. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.19-41: jan/jun 2012.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. Memória, Documentação e Pesquisa da UFRJ: A UFRJ e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). *XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. Entre o local e o global*. Nova Iguaçu, 2016.

_____. A memória institucional e os impactos da repressão na UFRJ (1964-1985). In: *XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias*, 2018, Niterói. Disponível em: <https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares#A>. Acesso em: 30/08/2019.

RAMOS, Moacyr Salles; **STAMPA**, Inez. Subversão e resistência docente: notas sobre a Ditadura Militar e o Programa Escola Sem Partido. Espaço do Currículo, v.9, n.2, p. 249-270, Maio a Agosto de 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>. Acesso em: 20/02/2021.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p.7-36.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. Tempo Social, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 1, pp. 81-110. 2005.

_____. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 185-195, jan.-jun. 2007.

SAVIANI, Demerval. Ensino público e algumas falas sobre universidade. São Paulo: Cortez, Autores associados, 1985. 2ª edição.

_____. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. Poíesis Pedagógica, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 4-17, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 07/04/2021.

SHIROMA, Eneida Oto; **MORAES**, Maria Célia Marcondes de; **EVANGELISTA**, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 4. ed.

SILVA, Ana Carolina Sade Pereira da. Dezenove expulsos da FNFI: memórias que a ditadura não contou. 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. A VIGILÂNCIA DO SNI À POLÍTICOS DA ARENA E DO PDS. 30º Simpósio Nacional de História - ANPUH. Recife, 2019.

UFF. O Brasil, a capital fluminense e a criação da Uferj (1960-1965). Memória, Informação UFF. Disponível em: <http://www.memoria.uff.br/index.php/uferj#:~:text=Em%2011%20de%20abril%20de,de%20pol%C3%ADticos%2C%20professores%20e%20estudantes>. Acesso em: 08/03/2021.

VERAS, Dimas Brasileiro. O ensino superior brasileiro nos anos de ditadura: a reforma universitária e a revista de cultura da UFPE (1964-1968). Revista Principia. Divulgação Científica e tecnológica do IFPB. nº25, p. 94-106, 2014.